

Narrativas de identidade nos museus de arqueologia europeus: o caso das exposições dedicadas aos celtas (1991-2018) e uma proposta alternativa de abordagem museológica

William Vianna Pimenta

Dissertação de Mestrado em Museologia
(Versão corrigida e melhorada após defesa pública)

Abril, 2023

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Museologia, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Alexandra Curvelo.

*Para Melquizedeque Moreira, melhor amigo e companheiro
que escolhi e escolheu-me para compartilhar uma vida.*

Agradecimentos

À Professora Alexandra Curvelo por sua orientação cuidadosa, generosa e estimulante, bem como pela postura humana e compreensiva ao longo de todo o processo de produção e conclusão deste trabalho.

Aos colegas e amigos do Museu Nacional de Arqueologia (Lisboa), com uma menção especial e carinhosa para Luisa Guerreiro, minha amiga e mentora no mundo dos museus.

Aos Doutores Jan Kysela e Viktoria Čistáková do Museu Nacional (Praga) pela generosa contribuição que deram para este trabalho através do envio das listas de objetos e do catálogo da exposição *The Celts: Bohemia from the 8th century to the 1st century BC*.

À minha “mana” Adriana Carvalho por todo apoio e estímulo, bem como por todos os passos dados juntos nos corredores de tantos museus e pelos quilómetros que percorremos nas estradas das terras celtas do oeste britânico.

Aos amigos Paulo Emiliano, Ellen Moura, Joana La Cueva e Isabel Rocha pelo apoio incondicional, bem como por todas as aventuras, debates, descobertas e paixão pelo património que compartilhamos.

Narrativas de identidade nos museus de arqueologia europeus: o caso das exposições dedicadas aos celtas (1991-2018) e uma proposta alternativa de abordagem museológica

Identity narratives in European archeology museums: the case of exhibitions dedicated to the Celts (1991-2018) and an alternative proposal for a museological approach

William Vianna Pimenta

RESUMO

Esta dissertação centra-se no estudo das representações de narrativas de identidade em museus de arqueologia na Europa, através do caso de estudo das exposições dedicadas aos celtas nas últimas três décadas (1991-2018). Para este efeito, recorreremos a uma análise das origens dos museus de arqueologia e do próprio pensamento arqueológico, na medida em que estes se relacionam com os usos políticos do passado na construção das identidades nacionais.

Os Estudos Celtas, enquanto campo de investigação interdisciplinar, são também matéria de uma análise em perspetiva historiográfica neste trabalho, pois podem ser identificadas chaves de leitura importantes para as reflexões sobre as identidades europeias, desde as suas primeiras formulações nos séculos XVII e XVIII, bem como pela análise dos seus desdobramentos científicos desde então e, principalmente, pelos modos como têm sido representados em exposições de carácter internacional e nacional.

A análise do conjunto de exposições selecionadas fornece uma visão crítica e reflexiva acerca dos conteúdos e elementos discursivos presentes nestas narrativas expositivas de identidade que surge como ponto de partida para uma proposta alternativa de abordagem museológica futura.

PALAVRAS-CHAVE: narrativas de identidade, museus, Europa, arqueologia, museus de arqueologia, exposições, celtas, usos políticos do passado.

ABSTRACT

This dissertation aims at studying the representations of identity narratives in archaeology museums in Europe through the case study of exhibitions dedicated to Celts during the last three decades (1991-2018). For this purpose, we resorted to an analysis of the origins of archaeology museums and of archaeological thought itself insofar as these are related to the political uses of the past in the construction of national identities.

Celtic Studies, as an interdisciplinary field of investigation, are also the subject of an analysis from a historiographical perspective in this work, as important reading keys can be identified for reflections on European identities since their first modern formulations about the Celts in the 17th and 18th centuries, as well as for the analysis of its scientific developments since then and, mainly, for the ways in which they have been represented in exhibitions of an international and national character.

The analysis of the set of selected exhibitions provides a critical and reflective view of the contents and discursive elements present in these expository narratives of identity and which, we assume as a final objective, point to aspects and paths for an alternative proposal for a future museological approach.

KEYWORDS: identity narratives, museums, Europe, archaeology, archaeology museums, exhibitions, Celts, political uses of the past.

Índice

Introdução	1
1. Os usos políticos do passado na construção das identidades europeias: o caso dos museus de arqueologia	5
1.1. Os museus como instituições políticas na formação das identidades nacionais: a génese dos museus na Europa	5
1.2. Génese e desenvolvimento do pensamento arqueológico.....	12
1.3. Os museus de arqueologia europeus e as narrativas de identidade	19
2. O enigma celta no ocidente europeu: panorama historiográfico	24
2.1. Génese dos Estudos Celtas (do séc. XVII à primeira metade do século XX)	24
2.1.1. As línguas celtas do ocidente europeu	24
2.1.2. Os celtas na documentação textual clássica greco-latina.....	29
2.1.3. Arqueologia e as “materialidades” dos celtas.....	41
2.2. Entre o “Celtoceticismo” e a “Celtomania”: novos paradigmas e hipóteses (da segunda metade do séc. XX aos nossos dias):.....	45
2.2.1. O debate sobre a validade dos termos celta, céltico e celticidade no pós-exposição de Veneza (1990)	45
2.2.2. O Paradigma Atlântico e os Celtas do Oeste: novos rumos, novas possibilidades	55
3. Três décadas de exposições dedicadas aos Celtas na Europa (1991 – 2018)	60
3.1. Aspectos relativos ao corpus documental, metodologia e conceitos	60
3.2. Análise de conteúdo do <i>corpus</i> documental das exposições.....	63
3.2.1. 1991 – Veneza (Itália) “Os Celtas: A Primeira Europa”	63
3.2.1.1. Análise de conteúdo dos elementos discursivos conforme Apêndice 1 – Grade de leitura A	63
3.2.1.2. Análise de conteúdo dos elementos discursivos conforme Apêndice 2 – Grade de leitura B	65
3.2.1.3. Análise da organização temática-espacial da exposição “Os Celtas: a Primeira Europa”	67

3.2.2.	2001 – Ávila (Espanha) “Celtas e Vetões”	70
3.2.2.1.	Análise de conteúdo dos elementos discursivos conforme Apêndice 3 – Grade de leitura C	70
3.2.2.2.	Análise de conteúdo dos elementos discursivos conforme Apêndice 4 – Grade de leitura D	70
3.2.2.3.	Análise de conteúdo dos elementos discursivos conforme Apêndice 5 – Grade de leitura E	71
3.2.2.4.	Análise da organização temática-espacial da exposição “Celtas e Vetões”	73
3.2.3.	2002 – Frankfurt (Alemanha) “O Enigma dos Celtas de Glauberg”	76
3.2.3.1.	Análise de conteúdo dos elementos discursivos conforme Apêndice 6 – Grade de leitura F	76
3.2.3.2.	Análise de conteúdo dos elementos discursivos conforme Apêndice 7 – Grade de leitura G	77
3.2.3.3.	Análise da organização temática-espacial da exposição “O Enigma dos Celtas de Glauberg”	78
3.2.4.	2009 – Berna (Suíça) e Estugarda (Alemanha) “Arte dos Celtas: 700 a. C. - 700 d. C.” ..	81
3.2.4.1.	Análise de conteúdo dos elementos discursivos conforme Apêndice 8 – Grade de leitura H	81
3.2.4.2.	Análise da organização temática-espacial da exposição “Arte dos Celtas: 700 a. C. - 700 d. C.”	82
3.2.5.	2015/2016 – Londres (Inglaterra) e Edimburgo (Escócia) “Celtas: Arte e Identidade” ..	85
3.2.5.1.	Análise de conteúdo dos elementos discursivos conforme Apêndice 9 – Grade de leitura I	85
3.2.5.2.	Análise de conteúdo dos elementos discursivos conforme Apêndice 10 – Grade de leitura J	87
3.2.5.3.	Análise da organização temática-espacial da exposição “Celtas: Arte e Identidade”	90
3.2.6.	2018 – Praga (República Checa) “Os Celtas: Boêmia do século VIII ao século I a. C.”	92
3.2.6.1.	Análise de conteúdo dos elementos discursivos conforme Apêndice 11 – Grade de leitura K	92

3.2.6.2. Análise da organização temática-espacial da exposição “Os Celtas: Boêmia do século VIII ao século I a. C.”	93
4. Uma proposta alternativa de abordagem museológica.....	94
4.1. Preâmbulo: os celtas entre exposições passadas e futuras	94
4.2. Guião conceptual e argumentos para a exposição “Os Celtas do Oeste: Imaginário, Identidades e Culturas”	98
5. Considerações finais	121
Documentação textual greco-latina	125
Referências bibliográficas	127
Anexos.....	139
Apêndices.....	172

Introdução

O trabalho que aqui se apresenta intitulado *Narrativas de identidade nos museus de arqueologia europeus: o caso das exposições dedicadas aos celtas (1991-2018) e uma proposta alternativa de abordagem museológica*, pretende analisar questões relativas às narrativas e representações de identidades, bem como aos usos políticos associadas aos povos do passado por via de projetos expositivos, tendo como caso de estudo um conjunto de seis exposições dedicadas aos celtas nas últimas três décadas (1991 – 2018).

A escolha pelo tema pode ser justificada por dois argumentos. Primeiro, pelo interesse pessoal nos Estudos Celtas, que levou a que a ele me dedicasse no decorrer dos meus estudos académicos, nomeadamente durante a licenciatura em História concluída no ano de 2010. Segundo, pela nossa vontade em contribuir com uma investigação original, através de uma retrospectiva dos Estudos Celtas sob a ótica da Museologia, uma vez que, como pretendemos demonstrar neste trabalho, os museus e as exposições desempenham um papel importante e definem alguns campos de estudo relevantes, desde as suas primeiras formulações no século XVIII. Esta proposta de uma retrospectiva dos Estudos Celtas foi, pois, tomando alguma forma ao longo dos anos, e ainda antes de ingressar no Mestrado em Museologia.

Das reflexões feitas, começámos por identificar o problema central da nossa investigação, relacionado com as diversas formas como os celtas do passado têm sido representados nas exposições de arqueologia, e de que modos estas representações são permeadas por questões de natureza socio-histórica e política, na medida em que – cada uma a seu modo – legítima, invalida ou questiona uma narrativa de identidade dos celtas do passado aplicada às populações de parte da fachada atlântica europeia e, também, numa escala europeia, no tempo presente. Além disso, consideramos ainda pertinente refletir sobre as representações dos celtas em exposições de arqueologia, na medida em este tema parece assumir algum vulto do ponto de vista do interesse dos públicos. Se olharmos em retrospectiva para as últimas três décadas, a realização de exposições dedicadas a este tema na Europa parece-nos um indicador da importância que os celtas assumem enquanto forte elemento não só identitário, mas também de interesse do ponto de vista do tema enquanto um fenómeno polissémico na cultura contemporânea.

Dito isto, consideramos necessário estabelecer os objetivos deste trabalho: refletir sobre as utilizações políticas do passado nos museus de arqueologia europeus, tendo como foco principal uma reflexão entre a gênese do pensamento arqueológico, os museus de arqueologia e a gênese das narrativas de identidades nacionais; propor um panorama historiográfico reflexivo e crítico dos Estudos Celtas, desde as suas primeiras formulações nos séculos XVII e XVIII, até aos novos paradigmas da Arqueologia; realizar uma análise de conteúdo dos elementos discursivos presentes nos catálogos de seis exposições dedicadas aos celtas desde 1991; e, por último, apresentar argumentos interdisciplinares para uma proposta alternativa e conceptual de um guião de exposição dedicada aos celtas. As narrativas de identidades, portanto, devem ser assumidas como o fio condutor da nossa análise do longo de todo o trabalho.

Tendo como base os objetivos gerais acima elencados, o trabalho inicia com o Capítulo 1 ao propor uma reflexão sob a ótica específica do papel dos museus que, desde a sua gênese, se configuraram como instituições políticas que, através das suas coleções e discursos, serviram como espécies de árbitros simbólicos, ou mediadores, das “boas representações” coletivas e, portanto, das identidades nacionais (Hooper-Greenhill, 1992; Bennett, 1990). A partir desta reflexão, procuramos estabelecer uma ligação entre os museus e as diferentes narrativas de identidade na Europa de forma paralela à gênese e desenvolvimento do pensamento arqueológico. A análise que propomos neste trabalho é feita segundo o conceito de “comunidades imaginadas” proposto por Benedict Anderson, na medida em que, para este autor, o surgimento da imprensa em línguas vernaculares foi o fator decisivo para o surgimento das identidades nacionais (Anderson, 2008).

Com o Capítulo 2, propomos uma reflexão historiográfica crítica dos Estudos Celtas desde as suas primeiras formulações de carácter linguístico nos séculos XVII e XVIII, dando especial atenção na sua gênese para três aspetos: os seus fundadores, os contextos socio-históricos, e os antecedentes científicos. Esta análise da gênese da disciplina contará também com uma releitura da principal documentação textual de origem greco-latina relacionada com os celtas, tendo como propósito entender a natureza desta documentação, os seus contextos de produção, e como os seus conteúdos foram, e podem ser, utilizados para uma visão dos celtas no mundo antigo.

Neste capítulo procuramos também oferecer uma síntese do pensamento arqueológico mais recente sobre os celtas, com particular enfoque no debate acadêmico iniciado na década de 1990 sobre a validade do termo “celta” aplicado tanto aos povos do passado, quanto às populações falantes das línguas celtas modernas, bem como para o surgimento de novos modelos interpretativos relativamente às origens dos celtas.

Para o Capítulo 3 convocámos um conjunto de seis exposições dedicadas aos celtas nas últimas três décadas: “Os Celtas: a Primeira Europa” realizada na cidade de Veneza (Itália) em 1991; “Celtas e Vetões” realizada na cidade de Ávila (Espanha) em 2001; “O Mistério dos Celtas de Glauberg” realizada na cidade de Frankfurt (Alemanha) em 2002; “Arte dos Celtas: 700 a.C. – 700 d.C.” realizada nas cidades de Berna (Suíça) e Estugarda (Alemanha) em 2009; “Celtas: Arte e Identidade” realizada nas cidades de Londres (Inglaterra) e Edimburgo (Escócia) entre 2015 e 2016; “Os Celtas: Boêmia do século VIII ao século I a. C.” realizada na cidade de Praga (República Checa) em 2018. Estendemos aqui as exposições enquanto resultados de investigações que organizam e apresentam uma - ou algumas - visões pré-determinadas sobre um tema em específico. Para introduzir a metodologia que aplicámos, começámos por nos preocupar em identificar quem prepara as exposições, os públicos visados, e as razões subjacentes à escolha do tema. Neste sentido, concordamos com a perspectiva durkheimiana invocada por Flora Kaplan de que as exposições são “secular rituals in the [...] sense of social representation of collective 'self'” (*apud* Kaplan, 1995, p. 37).

Os catálogos destas exposições materializam o nosso *corpus* documental, ao qual iremos aplicar a metodologia da análise de conteúdo em duas dimensões: uma relativa aos discursos das instituições organizadoras e dos comissariados científicos das exposições, e outra dedicada aos espaços expositivos, através de suas seções temáticas e dos objetos selecionados para compor as respetivas narrativas expositivas. Embora a metodologia seja detalhada em pormenor no respetivo capítulo, consideramos ser importante para efeitos introdutórios do nosso trabalho referir que a análise de conteúdo terá como objetivo identificar elementos discursivos e refletir sobre estes mesmos elementos, na medida em que se relacionarem com as narrativas de identidade aplicadas aos celtas, tanto em relação ao passado como com o presente.

No Capítulo 4 pretendemos apresentar uma abordagem museológica alternativa na forma de um guião conceptual de exposição dedicada aos celtas. A proposta deste guião partirá da análise das exposições antecedentes, ou seja, o conjunto das seis selecionadas e analisadas no Capítulo 3, no sentido de identificar o que na nossa particular perspetiva e visão museológica deve servir de base para uma narrativa expositiva que tenha em conta os contornos políticos, socio-históricos, identitários e as representações coletivas contemporâneas sobre a cultura celta. Portanto, a estrutura que privilegiamos é uma em que apresentamos cada um dos núcleos e secções do guião representados pelos seus respetivos textos conceptuais, que serão complementados pelos nossos argumentos de natureza interdisciplinar. A nossa escolha por uma abordagem interdisciplinar relaciona-se, assim, com o nosso entendimento de que uma narrativa museológica oriunda de apenas uma disciplina científica não pode proporcionar aos públicos a diversidade de representações que uma temática como a dos celtas – e tantas outras – pode oferecer.

1. Os usos políticos do passado na construção das identidades europeias: o caso dos museus de arqueologia

1.1. Os museus como instituições políticas na formação das identidades nacionais: a gênese dos museus na Europa

No âmbito da museologia estamos habituados a afirmações e generalizações recorrentes sobre o poder que os museus exercem nas sociedades através de suas exposições. Contudo, esta verdade tantas vezes afirmada pode esconder alguns elementos que parecem ser convenientemente ignorados por estudantes e profissionais dos museus (Abt, 2006, p. 115). Enquanto instituições públicas e ao serviço do público, os museus têm, sobretudo desde as ruturas sociais geradas pela Revolução Francesa, uma dimensão política, na medida em que passaram a servir de intermediadores, e até mesmo de árbitros simbólicos, através de uma função didático-pedagógica, daquilo que os Estados Nacionais passaram a considerar como representações do bem coletivo, ou por outras palavras: as identidades nacionais (Hooper-Greenhill, 1989, p.63). Hooper-Greenhill parece inserir os museus no quadro do aparelho disciplinador dos discursos proposto por Michel Foucault, já que atuam, desde a sua gênese, como instituições instrumentais na construção e instrução dos atos e pensamentos dos indivíduos (Hooper-Greenhill, 1992, p. 167-190).

À semelhança de Foucault¹, Tony Bennett também vê os museus como instrumentos de uma racionalidade política ao se constituírem dentro de um quadro de "(...) distinct and specific modalities for the exercise of power, generating their own specific fields of political problems and relations, rather than comprising instances for the exercise of a general form of power." (Bennett, 1990, p. 36). Assim, Bennett acaba por afastar-se de boa parte do argumento de Hooper-Greenhill ao sugerir que os museus operam dentro desta racionalidade política mais como mediadores do que como meros reprodutores da ordem política dominante.

Para este efeito, Bennett ressalta que os museus têm sido – desde sempre – objeto de frequentes demandas por reformas nos modos com que se relacionam com as sociedades em que estão inseridos e que, idealmente, devem representar. As chaves de

¹ Em *Vigiar e Punir: nascimento da prisão* (1987).

leitura destas reformas parecem estar assentes em dois aspetos que consideramos ainda relevantes para a leitura dos museus enquanto instituições políticas em nossos dias e que, segundo Bennett, assim têm permanecido ao longo dos últimos cem anos. Seriam elas: a) os direitos públicos – ou humanos – baseados na premissa de que os museus devem ser espaços igualmente abertos a todos e; 2) o princípio pelo qual os museus devem ser regidos pela representação da diversidade dos seus públicos (*Ibid.*, 1990, p. 36).

Ao mesmo tempo, Chen parece concordar com o papel dos museus ao colocá-los também como instituições políticas e ao mesmo tempo educativas, chamando a atenção para a recorrente parceria dos museus com instituições de ensino, especialmente com as escolas primárias através de visitas mediadas, trazendo mais uma vez o argumento estabelecido por Foucault acerca da racionalidade política da educação institucionalizada (Chen, 2013, p. 407). Este argumento, recorrentemente imputado aos museus relativamente às funções educativas, também encontra paralelos em Gramsci ao defender que o Estado “must be conceived of as an ‘educator’” (*apud* Bennett, 1990, p. 37).

Entretanto, devemos ter cuidado no sentido de não confundir a aparente relação no quadro dos pensamentos de Gramsci e Foucault sobre a função dos museus enquanto instituições (ou instrumentos) políticos do Estado. Isto porque, se adaptarmos os argumentos de Guareschi acerca das escolas para o caso dos museus, o paradigma de Gramsci vê nesta relação uma representação das classes dominantes e, portanto, assente nos conceitos marxistas e estruturalistas de “ideologia” e “hegemonia”, ou seja, onde o controle social pelas classes económicas dominantes (hegemonia) é feito através da cultura na prática dos museus (ideologia) para conformar e ordenar os indivíduos (Guareschi, 1997, p. 166). Já para Foucault, em conformidade com o pensamento pós-estruturalista, a chave para estas questões reside no conceito de “discurso” e na sua natureza, que não depende de um mundo estável e ordenado proposto pelo estruturalismo, mas sim de uma mutabilidade e fluidez que só o **contexto** – principal elemento para entender o conceito de discurso de Foucault – histórico e social pode refletir na construção e posicionamento dos indivíduos (*Ibid.*, 1997, p. 174).

Em linha com o pensamento de Foucault, a importância dos contextos se torna evidente na reflexão de Timothy W. Luke acerca do aparente preconceito em relação aos museus nos círculos da análise política. Os museus, no âmbito da sua análise do contexto museológico norte-americano, devem ser encarados como locais propícios para a definição de múltiplas realidades culturais, onde “(...) in this process of definition, the personal becomes political, and the political cannot be divided easily thereafter from the personal” (Luke, 2002, p. xii). Com isto, quer o autor dizer que a politização dos museus se deve justamente ao seu estatuto enquanto instituição secularizada e que, enquanto símbolos políticos, “(...) they invoke ideals, recast realities, and manufacture meanings. Museum exhibits may not chance public policies, but they can change other large values and practices that will transform policy” (*Ibid.*, 2002, p. xiv).

Partindo do argumento de Luke, podemos então concluir que os museus, além de politizáveis, são também instituições com potencial carácter politizante das sociedades, na medida em que, independentemente das forças políticas vigentes, têm a capacidade de mediar as demandas e problemas com os quais se relacionam. Mas tal reflete apenas o período mais recente no âmbito da História dos Museus, e tem sido assim desde pelo menos a década de 1960. Antes de analisar os museus enquanto instituições públicas, cabe refletir sobre o fenómeno do Nacionalismo na sua relação com os museus.

Para este efeito, recorreremos ao proposto por Benedict Anderson na obra intitulada *Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*, como nossa base de fundamentação teórica para os conceitos de Nacionalismo e Identidade em detrimento de outros que, sem qualquer desmérito da sua importância na historiografia sobre o tema, não consideraram os museus dentro de suas conceptualizações teóricas acerca dos Nacionalismos².

Na produção de Hobsbawm, podemos encontrar um paralelo mais ou menos evidente entre os museus, o património e o Nacionalismo apenas na obra que organizou com Terence Ranger, *A Invenção das Tradições*. É importante aqui reforçar que a produção de Hobsbawm possui uma matriz marxista e estruturalista que, como Gramsci, entende

² Nos referimos, sobretudo, ao trabalho de Eric Hobsbawm, que em *A Questão do Nacionalismo: nações e nacionalismo desde 1780* (2004), não reflete sobre o papel dos museus na construção das identidades nacionais.

estes fenômenos numa lógica entre a ideologia das classes dominantes que exercem a sua hegemonia por meio de práticas invariáveis, com caráter simbólico e ritualístico, cujo objetivo é instilar valores por meio da repetição, e que, para tanto, são introduzidas – ou impostas – artificialmente como se representassem uma continuidade natural e histórica com o passado. Assim, as tradições inventadas "(...) são altamente aplicáveis no caso de uma inovação histórica comparativamente recente, a 'nação' e seus fenômenos associados: o nacionalismo, o Estado nacional, os símbolos nacionais, as interpretações históricas, e daí por diante" (Hobsbawm, 1997, p.22).

Nos distanciamos de Hobsbawm e aproximamo-nos de Benedict Anderson no que respeita ao argumento de que o Nacionalismo não foi um fenômeno exclusivamente europeu, mas também das antigas colônias europeias, sobretudo nas Américas, com os movimentos pelas independências nos séculos XVIII e XIX. Estes movimentos, segundo Anderson, surgiram graças ao que denomina de "crioulos pioneiros" que, embora descendentes de europeus e compartilhando a mesma língua de seus ancestrais, desenvolveram tradições e experiências distintas e adquiriram um senso de identidade coletiva. (Anderson, 2008, p. 84-87).

Para Anderson, este sentimento de identidade coletiva – e o sentimento é fundamental para entender a identidade nacional na ótica de Anderson – só foi possível através da combinação entre o capitalismo e o surgimento da mídia impressa, primeiro em latim e posteriormente em língua vernacular, bem como na criação de um público de leitores, quando afirma que:

"O que tornou possível imaginar as novas comunidades, num sentido positivo, foi uma interação mais ou menos casual, porém explosiva, entre um modo de produção e de relações de produção (o capitalismo), uma tecnologia de comunicação (a imprensa) e a fatalidade da diversidade linguística humana. (...) o capitalismo e a imprensa criaram públicos leitores de massa e monoglotas" (*Ibid.*, 2008, p.78).

Como acontecia no caso das potências europeias durante o alvorecer das ideias nacionalistas – e como sucede ainda hoje –, muitos impérios até então consolidados e muitas das nações que viriam a surgir, foram e são confrontados com

“subnacionalismos” dentro das suas próprias fronteiras. Neste sentido, a nacionalidade acabou por ser tornar no mais alto valor de legitimidade nas nossas vidas políticas (*Ibid.*, 2008, p.30). Tanto o nacionalismo quanto os seus consequentes “subnacionalismos”, só foram possíveis de serem forjados através das línguas impressas que lançaram as bases para as consciências nacionais. Este dado é importante, na medida em que nos faz retornar às ideias de Foucault sobre ao discurso e seus contextos – ao invés de ideologia e hegemonia.

Os “crioulos pioneiros” de Anderson, através da circulação de ideias com os livros, jornais e folhetins impressos nas colônias, puderam imaginar e compartilhar uma experiência coletiva dessas próprias ideias, mas, sobretudo, das notícias que passaram a circular a uma escala mais alargada e cuja disseminação não dependia de distâncias geográficas e hierarquias sociais.

Por fim, Anderson identifica outros três elementos – os censos, os mapas e os museus – que, conectados através das línguas, criam uma espécie de “grelha classificatória totalizante” cuja aplicabilidade virtualmente ilimitada poderia ser utilizada no que quer que fosse que estivesse sob o controle do Estado, como por exemplo: as pessoas e povos, os monumentos e a cultura material, ou as línguas e os dialetos (*Ibid.*, 2008, p. 253). No que respeita ao tema deste trabalho, Anderson conclui ainda que os museus e a imaginação criada pelo processo de musealização são profundamente políticos, uma vez que colocam o Estado na qualidade de guardião, no sentido geral ou local, das tradições que representam uma nação (*Ibid.*, 2008, p. 249).

Consideramos também importante para este debate convocar o conceito de memória coletiva segundo Eviatar Zerubavel, e dos seus contributos no sentido de uma reflexão centrada na construção de memórias coletivas e compartilhadas por determinados grupos sociais. Na medida em que o passado não pode ser diretamente revivido, de acordo com Zerubavel, os grupos sociais ou comunidades mnemónicas precisam de estar equipados com esquemas mentais específicos que os auxiliem na contagem e reconhecimento das linhas temporais com os quais se relacionam coletiva e socialmente. Para este efeito, Zerubavel utiliza como exemplo o facto de tantos indivíduos invocarem as mesmas figuras históricas quando inquiridos sobre a história estadunidense, o que, para o autor, significa que “some of their seemingly personal

recollections may in fact be merely personalized manifestations of a single common collective memory” (Zerubavel, 2003, p. 3-4).

Ainda mais pertinente para a reflexão a que nos propomos neste trabalho, é a afirmação feita por Zerubavel no sentido de que a memória coletiva é muito mais do que uma simples combinação das memórias pessoais dos indivíduos, na medida em que por si só não podem reter ou refletir toda uma nação, ou seja, um melhor entendimento da memória coletiva só pode ser alcançado se considerarmos também o papel determinante que os eventos e locais de memória desempenham ao fornecerem os marcadores que balizam a construção coletiva das suas linhas temporais. Neste sentido, para o autor, os museus e exposições assumem papéis de destaque a um determinado período ou cultura do passado de uma nação, consoante o tamanho dos espaços a eles dedicados, e por meio desta operação seletiva “explicitly articulate what they consider historically eventful” (*Ibid.*, 2003, p. 28-29).

É nesta esfera de interação social entre o público e o político que devemos situar as origens dos museus e a forma como os objetos foram sendo organizados em coleções, visto que, desde pelo menos a Antiguidade Clássica, compartilham uma profunda relação, como refere Jeffrey Abt, primeiro com a criação do Museu de Alexandria por Ptolomeu Soter I e a aplicação do pensamento aristotélico e, mais tarde, com o conceito romano clássico de *res publica* (Abt, 2006, p. 116).

Mais importante para a nossa análise, foi a prática institucionalizada pelos romanos aquando da sua expansão e subsequente conquista dos territórios gregos, que testemunhou uma campanha implementada por Augusto que passou por considerar como bens públicos a estatuária grega e que, como afirma Pollitt, “should [only] be used in the service of the state”, pondo assim um fim aos usos políticos que eram dados a estes objetos, sobretudo pelos militares romanos oriundos das influentes famílias patrícias (*apud* Abt, 2006, p. 117). Importa também considerar para este efeito, o tratado de Vitruvius que, no âmbito da arquitetura de uma Roma que ainda estava em seus primeiros estágios de expansão, passou a diferenciar os edifícios privados daqueles que tinham uma funcionalidade pública, estabelecendo, portanto, uma relação entre os espaços, e o que estes deveriam conter e expor (*Ibid.*, 2006, p. 117).

Nesta lógica de serviço ao Estado instituída por Augusto, devemos considerar que a estatuária grega exercia um imenso poder do ponto de vista da cultura visual em Roma. Se ainda somarmos tudo o demais que pode ser considerado como espólios de guerra, configurava uma acumulação (ainda que frequentemente organizada) cujo discurso pretendia demonstrar não só aos habitantes de Roma e seus cidadãos, mas também aos emissários políticos dos povos estrangeiros, a legitimação do seu poderio e o alcance do império (*Ibid.*, 2006, p. 118-119).

Parece-me, pois, importante retornar aos métodos de escrita e de classificação criados por Aristóteles (c. 340 a.C.), visto que, quase dois mil anos depois de servirem como base para a organização do Museu de Alexandria (Erskine, 1995, p. 40-41), foram também, a partir do século XV, e graças ao advento e disseminação dos novos meios de impressão, readaptados para reordenar a metodologia empírica que viria a dominar, desde então, os circuitos eruditos em função de um novo paradigma de organização do mundo desencadeado, sobretudo, pelos processos expansionistas europeus (Abt, 2006, p. 119; Macdonald, 2006, p. 83-84).

É neste contexto da organização de objetos em pequenos gabinetes ou mobiliário expositivo – espécie de reflexo ou reprodução em miniatura organizada do mundo conhecido, os *studiolo*, *gabinetto*, galerias ou *Wunderkammer* –, que encontramos as verdadeiras raízes daquilo a que mais tarde iremos chamar de museus e que, ainda que de acordo com Abt, a escolha do termo *musaeum* não tenha sido uma mera coincidência, uma vez que seria uma das manifestações mais notáveis do fascínio exercido pelo mundo clássico no pensamento renascentista (Abt, 2006, p. 120). Contudo, antecedendo as ideias emanadas do Iluminismo no século XVIII, as primeiras coleções e subsequentes criações dos primeiros museus com caráter público são datáveis do século XVII. Se até então as coleções eram de acesso quase exclusivo apenas às elites colecionistas e aos seus pequenos círculos, os exemplos do Ashmolean (1674) – ao qual retornaremos no Capítulo II por sua profunda relação com o surgimento dos Estudos Celtas – e de Hans Sloane (c. 1679) inauguram um novo paradigma no âmbito da relação entre os públicos e os museus (*Ibid.*, 2006, p. 125).

Retomando o nosso argumento teórico no quadro das ideias apresentadas por Benedict Anderson, parece existir um consenso refletido nas palavras de Donal Preziosi, quando

afirma que “the museum and the nation-state and the modern notion of culture arose together” (Preziosi, 2006, p. 52). Este consenso também parece ser compartilhado pela ideia de que os museus nacionais passam, portanto, a existir como representantes desta nova realidade – o Estado-nação - que tinha vindo a ser construída ao longo dos séculos XVIII e XIX, e que encontra nos museus o duplo papel enquanto símbolos e, ao mesmo tempo, agentes de um novo regime, na medida em que incorporam às suas coleções nacionais muito do que até então era de acesso privado (Macdonald, 2006, p. 85).

Acreditamos que uma vez estabelecidas, ainda que de forma sumária, as relações entre os museus enquanto instituições políticas, e o surgimento das identidades nacionais, podemos então prosseguir com a nossa reflexão acerca da Arqueologia enquanto disciplina, cuja génese não pode ser dissociada do papel crucial dado aos usos políticos do passado na construção ou – como propõe Benedict Anderson – no processo de imaginação das identidades nacionais. Mas antes disso precisamos de refletir sobre a maneira como a própria disciplina se desenvolveu à luz das ideias e paradigmas de um determinado tempo.

1.2. Génese e desenvolvimento do pensamento arqueológico

Tentar esboçar numa história da arqueologia, bem como de qualquer outra disciplina, remete-nos sobretudo para uma história das ideias. Se, como afirmou Benedetto Croce, “toda a história é história contemporânea”, devemos então assumir que as demandas pelo entendimento e construção de uma narrativa histórica, neste caso da arqueologia enquanto ciência, devem ser vistas na medida em que partem de predisposições datáveis quando falamos das ideias, teorias e das formas de olhar o passado que serviram e servem à arqueologia, ou a qualquer uma das disciplinas que se relacionam com o passado humano. As ideias estão, portanto, submetidas a uma constante evolução de teorias e métodos. É nesta perspetiva que gostaríamos de propor aqui uma breve reflexão sobre a génese da disciplina arqueológica que, sem prejuízo de excluir as suas imputáveis raízes mais remotas à Antiguidade Pré-clássica ou Clássica, irá partir do momento em que se associa aos museus.

Renfrew e Bahn enumeram alguns conhecidos episódios de especulações sobre o passado na Antiguidade Pré-clássica e Clássica, bem como entre os povos da

Mesoamérica. Mas apontam para o Renascimento (séculos XV-XVII) como a primeira e verdadeira fase especulativa da arqueologia, situando nos “gabinetes de curiosidades”, nos antiquários e nos trabalhos de campo de, por exemplo, William Stukeley (1687–1765) em Stonehenge e Avebury, as origens das primeiras abordagens mais sistemáticas no âmbito da arqueologia (Renfrew & Bahn, 2012, p. 22; Schnapp, 1996, p. 212; Trigger, 2008, p. 107). Embora as suas conclusões hoje sejam objeto de grande contestação por ter atribuído as origens destes monumentos aos druidas (Bogucki, 2014, p. 15), tema que iremos retornar no próximo capítulo, é um nome que não pode deixar de ser referido.

Contudo, muitos autores atribuem a Thomas Jefferson (1743–1826) as primeiras escavações sistemáticas que inauguram o início do fim da fase especulativa (Duke, 2014, p. 177-182; Schnapp, 1996, p. 370; Trigger, 2008, p. 117). Stukeley e Jefferson que, para além de amigos, compartilhavam interesses sobre os monumentos e antigas estruturas arqueológicas de seus países, foram os primeiros a propor uma antiguidade atribuída à ação humana destes sítios - em diferentes fases de uso, abandono e reutilização -, contrariando assim as tradições populares que as consideravam obras de seres mitológicos. Paralelamente às escavações realizadas por Jefferson, a Europa do século XVIII foi o cenário de uma verdadeira febre de escavações arqueológicas, estas de caráter mais aventureiro e, portanto, menos científico, em sítios de grande projeção e apelo ao imaginário, o principal dos quais foi Pompeia.

A arqueologia enquanto disciplina científica, só pode ser assim considerada se vista no plano das ideias e avanços científicos do século XIX. Neste contexto, destacamos três contributos que, em articulação, foram determinantes para a quebra de paradigma até então vigente acerca das origens e antiguidade da espécie humana. O primeiro destes contributos veio de França, através das pesquisas realizadas por Jacques Boucher de Perthes (1788–1868) em pedreiras situadas nas margens do rio Somme, cuja publicação dos resultados em 1841 demonstrou que, ao aplicar os conhecimentos geológicos sobre as diferentes camadas de depósitos de sedimentos ao longo de eras, a relação entre os artefactos produzidos por humanos e os ossos de animais há muito extintos atestava uma maior antiguidade da espécie humana muito anterior à proposta pelos textos

sagrados (Bogucki, 2014, p. 17-18; Schnapp, 1996, p. 373; Renfrew & Bahn, 2012, p. 26; Trigger, 2008, p. 143-144).

Tal relação entre a espécie humana e aqueles animais desconhecidos dos registos históricos mais antigos – que incluía os textos bíblicos –, abria pela primeira vez um precedente com base em observações empíricas sobre a antiguidade humana em algum momento anterior ao Dilúvio bíblico. Pese embora o cenário estivesse criado pelas investigações de Boucher de Perthes, as suas ideias só viriam a ser amplamente aceites em 1859, quando os resultados foram revistos por pares ingleses no mesmo ano da publicação de *A Origem das Espécies*, de Charles Darwin. As ideias de Darwin acerca das questões evolutivas relacionadas com as espécies de plantas e animais não eram nenhuma novidade para os académicos da época. Contudo, o que diferenciou os estudos de Darwin dos demais – e verdadeiramente revolucionou não só o campo das ciências naturais, mas também das humanas –, foi a elaboração de uma explicação baseada na observação e comparação que o levou à criação do conceito de “seleção natural”, ou ainda “a sobrevivência do mais apto”, ou seja, determinar os mecanismos que levam a que as espécies evoluam, mudam e sigam o seu percurso (Bahn, 2014, p. 13; Schnapp, 1996, p. 304; Trigger, 2008, p. 146-147).

Uma prova de que as ideias de Darwin já eram conhecidas e debatidas no século XIX vem, coincidentemente, do âmbito dos museus com o *Sistema das Três Eras*, publicado em 1836 pelo académico e curador do Museu Nacional de Copenhaga, C. J. Thomsen (1788–1865). Trata-se do terceiro contributo para a ciência arqueológica que estabeleceu a estrutura definitiva para a organização e classificação das coleções arqueológicas da pré-história dinamarquesa divididas em Idade da Pedra, Idade do Bronze e Idade do Ferro (Bogucki, 2014, p. 19-20; Schnapp, 1996, p. 299; Trigger, 2008, p. 133-134). Tal estrutura, na sua génese e forma, não deixa de ser sintomática enquanto reflexo e materialização das ideias de uma época muito influenciada pela rápida ascensão da tecnologia e da industrialização como força motriz da Civilização Ocidental. As formas de ver o presente são então refletidas nas formas de leitura do passado, a cultura material dos povos e civilizações do passado são vistas pela ótica das inovações tecnológicas aplicadas às matérias-primas: a pedra, o bronze e o ferro.

Assim, a matriz de pensamento científico que está nas origens da disciplina arqueológica passou a ser utilizada como o modelo por excelência (visto que ainda é largamente adotada nas práticas arqueológicas e museológicas recentes) para categorizar as sociedades do passado num quadro estruturalmente vertical e que – de maneira análoga que vê na Idade da Pedra o tempo da selvageria, na do Bronze a barbárie, e na do Ferro a civilização – serve para legitimar as sociedades do tempo presente na medida em que reivindicam, imaginam e justificam os seus laços com o passado.

Munidos deste conjunto de ideias, os arqueólogos da segunda metade do XIX puderam, entretanto, prosseguir com as suas campanhas de escavações arqueológicas que puseram a descoberto as ditas grandes civilizações do passado. Entre estas campanhas destacamos o caso incontornável de Heinrich Schliemann (1822–1890), que nas décadas de 1870 e 1880, guiado pelos relatos de Homero sobre a Guerra de Tróia, localizou a mítica cidade dos troianos e escavou-a no oeste da Turquia. Contudo, animado pela grande descoberta, foi também o responsável pelas escavações realizadas em Micenas (Grécia) que viriam a revelar uma civilização pré-histórica - até então desconhecida – que precedia a dos gregos clássicos. O curioso acerca do caso de Schliemann é que, embora os seus métodos de escavação tenham sido criticados pela falta de rigor, foi-lhe atribuído mérito pela forma como utilizou a estratigrafia na interpretação de seus achados (Renfrew & Bahn, 2012, p. 32; Muskett, 2014, p. 41-43; Schnapp, 1996, p. 63; Trigger, 2008, p. 255).

É dentro deste cenário de grandes campanhas arqueológicas realizadas por figuras de destaque e em pontos disseminados do globo, que irá emergir aquilo a que Silberman chamou de “o arqueólogo como herói”. Trata-se do reflexo do ambiente no qual nasce a própria disciplina arqueológica no século XIX, onde a figura do arqueólogo está profundamente enraizada no imaginário nacionalista e, por conseguinte, colonialista. Neste sentido, Silberman argumenta que o arqueólogo nasce numa infância de fascínio com as civilizações antigas (comumente verificada no comportamento dos Estado-nação em relação ao passado glorioso dos seus ancestrais), passando pelo processo exigente para a sua formação profissional, o do *arqueólogo-herói-colonizador*, que realiza o seu verdadeiro trabalho em locais exóticos e perigosos e que, por fim, traz de volta ao seu

mundo civilizado os resultados – ou espólios - de terra distantes para serem estudados e exibidos nas universidades, museus e coleções privadas (Silberman, 1995, p. 251).

Este pensamento encontra paralelo no que Swain propõe na sua definição dos museus de arqueologia que, pela natureza da maneira como se desenvolveram são, na sua maioria, geridos com fundos públicos, o que reforça o seu papel enquanto “keepers of a culture’s collective and tangible past and as credentials of a people’s civilized values” (Swain, 2007, p. 3). A partir desta noção podemos, inclusive, propor que os interesses pela arqueologia em sentido mais amplo, ou pelo fazer do arqueólogo, bem como pelos museus de forma mais específica, são construções culturais (*Ibid.*, 2007, p. 14).

Após as mais emblemáticas campanhas arqueológicas dos finais do século XIX, a primeira metade do século XX assistiu a uma verdadeira explosão no âmbito das escavações arqueológicas, que incluíram a descoberta da civilização minoica no Egeu por Arthur Evans (1851–1941), a escavações do túmulo de Tutankhamon no Egito por Howard Carter (1874–1939), bem como pela revelação dos sumérios por Leonard Woolley (1880–1960) com suas escavações na Mesopotâmia. Contudo, a velocidade e a quantidade de dados recolhidos nestas escavações confrontaram os arqueólogos com o problema de estabelecer sistemas de cronologias regionais que os ajudassem a descrever e interpretar os desenvolvimentos destas culturas em cada uma das suas áreas e realidades geográficas. Este período de consolidação – que se estenderia até à década de 1960 – foi nomeado por Gordon Willey e Jeremy Sabloff como o “Período Histórico-classificatório” da arqueologia (*Apud* Renfrew & Bahn, 2012, p. 32) que Trigger considera, em certo ponto, unilinear e positivista (Trigger, 2008, p. 532).

Independentemente dos argumentos favoráveis ou contrários no que se refere à nomenclatura utilizada para identificar esta etapa da história do pensamento arqueológico no início do século XX, é inegável que este foi um período de amadurecimento da arqueologia enquanto disciplina. Em primeiro lugar, Gordon Childe merece destaque por ser até hoje um dos mais influentes arqueólogos do século XX graças à adoção de uma visão funcional da cultura na sua abordagem histórico-cultural das sociedades pré-históricas europeias, quando propôs que os grupos étnicos da pré-história devem ser distinguidos com base numa difusão não linear, mas antes local, das

tecnologias empregadas para a produção dos artefactos arqueológicos (Bogucki, 2014, p. 25-26; Schnapp, 1996, p. 324; Trigger, 2008, p. 397).

Ainda na primeira metade do século XX viria a surgir uma nova abordagem com grande impacto no trabalho de campo dos arqueólogos. Tratou-se de uma abordagem verdadeiramente independente proposta por Grahame Clark cuja tônica estava assente na perspectiva ecológica, distanciando assim as suas conclusões daquelas propostas pela corrente de pensamento até então dominante que dava primazia aos artefactos classificados de acordo com o sistema histórico-cultural supramencionados. Para Clark, os modos de vida de uma determinada sociedade tinham como função primária garantir que estas mesmas sociedades sobrevivessem. Assim, propunha que invariavelmente quase todos os aspetos destas culturas dependiam e eram condicionados pelas restrições ecológicas às quais estavam sujeitas (Renfrew & Bahn, 2012, p. 36; Trigger, 2008, p. 354). Em termos mais objetivos, os testemunhos das sociedades antigas poderiam então ser interpretados também com base nos vestígios faunísticos e vegetais identificados nos sítios arqueológicos, bem como através dos eventuais recursos minerais que, tendo ou não ocorrência na geologia local, poderiam indicar, por exemplo, contactos com sociedades de outras áreas geográficas limítrofes ou mais distantes.

Contudo, além destes aspetos mais centrados nas abordagens que acabamos de descrever, o maior avanço para a arqueologia enquanto ciência viria através da verdadeira revolução criada pelas técnicas científicas de datação, com especial destaque para a datação por radiocarbono (C14), que obrigaram a um reformular de ideias e à quebra de muitos paradigmas. A viragem para a segunda metade do século XX marcaria o início de uma nova fase em que, gradativamente, a tipologia dos objetos viria a perder importância enquanto principal balizador para o estabelecimento das cronologias (Duke, 2014, p. 188; Swain, 2007, p. 31; Trigger, 2008, p. 382). A dita “revolução do C14” pôs então a descoberto uma série de inquietações dos arqueólogos, uma vez que não precisavam mais de tantos esforços para a classificação dos objetos e demonstravam, ao mesmo tempo, uma certa insatisfação com a arqueologia tradicional que “never seemed to explain anything, other than in terms of migrations of peoples and supposed ‘influences’” (Renfrew & Bahn, 2012, p. 40).

É deste contexto que surge a primeira grande rutura no seio das correntes teóricas em arqueologia. Na década de 1960, Lewis Binford lançou as bases o que viria a ser conhecido como Arqueologia Processual, ou Nova Arqueologia. Antes de mais, tratou-se de uma verdadeira proposta de separação e autonomização da arqueologia em relação à história e, portanto, de uma aproximação com a antropologia, já que para Binford a Nova Arqueologia deveria contribuir para um maior entendimento do comportamento humano ao longo do tempo (Duke, 2014, p. 189).

Binford acreditava que para alcançar este novo patamar enquanto disciplina científica, a arqueologia deveria, em primeiro lugar, ser menos descritiva e mais explicativa dos processos pelos quais passaram as sociedades humanas, e determinar os factores que condicionaram os seus processos culturais. Assim, as explicações dos processos culturais deveriam partir da formulação de hipóteses pelo sistema dedutivo de pensamento e validado por pares, independentemente do seu estatuto ou posição enquanto investigador. Tomando ainda partido dos desenvolvimentos tecnológicos de seu tempo, nomeadamente dos computadores, Binford defendeu que a investigação arqueológica deveria ter como foco a resolução de questões ou problemas específicos, contrariando assim a tendência anterior centrada na acumulação de dados. Por fim, propunha uma abordagem mais 'otimista' dos problemas apresentados pela evidência arqueológica acumulada, ao contrário do que considerava ser uma postura 'pessimista' da arqueologia tradicional no que se referia à dificuldade de utilização dos dados para reconstruir sistemas sociais e culturais (Renfrew & Bahn, 2012, p. 41; Trigger, 2008, p. 393-395).

O proposto por Binford viria a ser contestado na década de 1980 por arqueólogos influenciados pela antropologia marxista de matriz francesa, bem como pelo pós-modernismo, cuja crítica principal feita à Nova Arqueologia se prendia com a defesa dos processualistas de que se poderia chegar a conclusões objetivas desde que se seguisse o método científico anteriormente exposto. Esta contracorrente, muito mais crítica do que teórica, segundo alguns, ficou conhecida como Arqueologia Pós-processual, ou Arqueologia Interpretativa, e trouxe para o campo de debate e para a prática arqueológica abordagens e temáticas menos materialistas, principalmente no âmbito dos aspetos simbólicos e ideológicos que refletem as relações sociais (Bogucki, 2014, p.

34-35; Renfrew, 2014, p. 245-246; Renfrew & Bahn, 2012, p. 44; Trigger, 2008, p. 444-446).

1.3. Os museus de arqueologia europeus e as narrativas de identidade

Se considerarmos o quadro apresentado anteriormente sobre a história do pensamento arqueológico, sobretudo no século XX, conseguimos então traçar um paralelo entre o desenvolvimento da arqueologia e o cenário dos museus que lhe são dedicados.

Nos princípios do século XX a busca por uma sociedade mais inclusiva, relevante e contemporânea, foi refletiva no papel dos museus, dando um maior destaque aos museus de arte e secundarizando os museus de arqueologia por serem “a complex dead subject about the long dead” (Swain, 2007, p. 5). Podemos justificar esta alegada marginalização dos museus de arqueologia proposta por Swain à luz das divergências internas da arqueologia, principalmente na que já foi objecto de reflexão e que se refere aos métodos de interpretação da arqueologia centrados quase exclusivamente na descrição e classificação linear dos objetos, o que, na década de 1960, foi questionado por investigadores associados à corrente teórica da Nova Arqueologia. Mas mesmo a Nova Arqueologia viria depois a levantar críticas ao que ainda se considerava ser métodos e abordagens demasiado positivistas por parte da Nova Arqueologia.

Consideramos que os museus de arqueologia sofrem grandes constrangimentos no que se refere às suas narrativas, especialmente os grandes museus de carácter nacional e, em menor escala – ou em escala nula –, os museus regionais ou locais. No âmbito dos museus nacionais, com grandes coleções e exposições permanentes que abarcam longos e diversificados horizontes temporais, é possível identificar as permanências nos modelos expositivos, bem como nas narrativas de soluções que remontam ao século XIX ou, na melhor das hipóteses, à primeira metade do século XX.

Nestes grandes museus, pelas suas características marcadamente estatais, ainda persistem as narrativas características do século XIX, centradas na neutralidade da descrição dos objetos e dos factos em detrimento de modelos mais interpretativos. Tais práticas têm por objetivo controlar os modelos de explicação, como argumentam Preziosi e Farago, cujo intuito é o de sancionar uma determinada verdade histórica

validada por agendas políticas facilmente identificáveis e que, por via da sua base científica e objetiva, preferem evitar os modelos interpretativos mais flexíveis que podem potenciar mudanças sociais mais profundas (Preziosi & Farago, 2004, p. 13).

As nossas considerações sobre os museus de arqueologia, sejam nacionais ou regionais e locais, encontra respaldo naquilo que Swain chama de dupla personalidade desta tipologia de museu. A primeira destas personalidades é identificada nas grandes coleções que, organizadas em extensas galerias, assumem contornos de uma história global sob a lógica e nomenclaturas das artes decorativas, um cenário muito influenciado externamente por colecionadores privados e leiloeiras, bem como por uma lógica interna dos grandes museus ainda muito presos à arqueologia clássica e do período em que os achados de Carter e Schliemann ditaram os cânones. Já a segunda personalidade tem a ver com a relação entre os museus regionais ou locais e a arqueologia pública que, por dependerem menos das tutelas centrais, permitem aos museólogos e arqueólogos uma maior liberdade no sentido de proporem modelos interpretativos mais relevantes para as comunidades com as quais se relacionam ou, ainda, de contarem histórias mais pessoais (Swain, 2007, p. xv).

O problema da representação das identidades nos museus não é recente – como pretendemos demonstrar no próximo capítulo – mas, atualmente, impõe-se como um tema que deveria estar no topo da lista como princípio norteador aquando da remodelação de exposições ou da criação de novas. Entre todas as tipologias de museus, os de arqueologia parecem ser aqueles que mais têm protelado – ou até mesmo evitado – este debate para repensar suas estratégias. Se associarmos o que expusemos sobre os argumentos de Benedict Anderson para a imaginação das identidades nacionais com o que propõe Stuart Hall acerca das identidades culturais na pós-modernidade, esta constatação parece ficar ainda mais evidente.

É preciso romper com a retórica da história linear e da centralidade das identidades nacionais como tónicas nos argumentos e narrativas museográficas quando, afinal, repetimos tantas vezes nos espaços académicos – para justificar as nossas próprias escolhas interpretativas – o argumento das possíveis múltiplas abordagens e realidades dos contextos, o que encontra ecos em Stuart Hall, quando afirma que “(...) o sujeito do iluminismo, visto como tendo uma identidade fixa e estável, foi descentrado, resultando

nas identidades abertas, contraditórias, inacabadas, fragmentadas, do sujeito pós-moderno" (Hall, 2006, p. 43). Os museus de arqueologia, como tentamos demonstrar até aqui, sempre foram importantes instrumentos na construção do imaginário das identidades nacionais através dos modos como utilizaram a cultura material enquanto fio condutor na grande teia que nos liga às sociedades do passado, primeiros antepassados e fundadores das nações modernas.

Por isso, não podem mais os museus de arqueologia continuar encerrados em suas antigas vitrinas, numa espécie de letargia negacionista dos efeitos da globalização. No mundo global em que vivemos, a mobilidade dos indivíduos não é apenas espacial, mas também identitária. Um determinado indivíduo pode, por exemplo, ter uma dupla identidade nacional, seja através da concessão de uma dupla cidadania, por via dos seus ascendentes, ou, ainda, pela sua naturalização após ter vivido por um determinado número de anos num país diferente daquele de seu nascimento. Outros indivíduos podem ainda ter uma forte relação emocional e identitária com uma nacionalidade por via de seus antepassados imigrantes, sem nunca terem submetido qualquer pedido de reconhecimento de dupla nacionalidade nos serviços consulares espalhados pelo mundo. Este conjunto de possibilidades é um reflexo daquilo a que Stuart Hall chama de um enfraquecimento dos modelos nacionais tradicionais de identidade cultural, na medida em que estes modelos têm-se tornado cada vez mais flexíveis no plano individual através "de outros laços e lealdades culturais, acima e abaixo do nível do estado-nação" (*Ibid.*, 2006, p. 73).

Esta é uma visão corroborada por Macdonald ao propor que os museus, enquanto lugares da representação e/ou de contestação das identidades, devem passar por um processo interno de desnaturalização do conceito de identidade, já que as identidades do passado parecem ser cada vez mais irrelevantes, na medida em que novas identidades são formadas, ou mesmo criadas (Macdonald, 2003, p. 1). Se, desde o século XIX, os museus foram determinantes no processo de criação das identidades nacionais enquanto realidades limitadas e coerentes, não podemos esquecer que neste processo já estava presente a emergência interna dos movimentos separatistas, do etnonacionalismo, dos regionalismos, e dos movimentos separatistas e *new age* que Macdonald denomina de uma espécie de retorno dos reprimidos, sendo provas

contundentes da profunda crise de identidade na segunda Idade Moderna (*Ibid.*, 2003, p. 5). Veja-se, por exemplo, o caso que aqui iremos tratar das regiões e países que reivindicam uma identidade céltica moderna por via dos celtas antigos. Contudo, por outro lado, há também a imposição externa dos interesses globais e das organizações supranacionais, como é o caso da União Europeia ao propor uma matriz identitária céltica como a matriz comum dos povos europeus por ocasião da realização da exposição *Os Celtas: a primeira Europa* em 1990.

A tudo isso devemos ainda somar os perigosos, e efeitos verdadeiramente catastróficos, que os usos do passado por via da arqueologia, bem como pelos museus, tiveram na nossa história mais recente quando estes estão a serviços dos Estados que, com as suas agendas, “fan the passions of ethnic pride and fuel the conflicts that today pit peoples against each other” (Kohl & Fawcett, 1995, p. 6). O mesmo pode ser dito acerca da tentativa por parte de alguns arqueólogos no sentido de negar a validade de certas identidades étnicas com base em interpretações arqueológicas. Tais discursos têm sido instrumentalizados através de reduções e generalizações que se repercutem em muitos movimentos separatistas e que perpetuam a submissão ou marginalização de grupos culturais distintos daqueles que ocupam os governos centrais e monopolizam os discursos. Mas este é um assunto que pretendemos desenvolver com maior profundidade no próximo capítulo.

Sobre esta questão, cabe referir ainda que se trata de um problema no âmago da arqueologia e da história antiga enquanto instrumentos para a construção das narrativas de identidade, uma vez que estas ajudam a definir a linhagem e antiguidade de um povo e, assim, distingui-o face a outros, permitindo legitimar os argumentos de uma relação mais antiga com um determinado território que, portanto, lhes confere a justificação para a reivindicação e ocupação do mesmo (Kohl & Fawcett, 1995, p. 11; Wailes & Zoll, 1995, p. 21).

Os rótulos que até hoje utilizamos para identificar sociedades antigas, sejam elas proto-históricas ou históricas, como celtas, germanos, romanos, etruscos e gregos, são o resultado das classificações feitas pelos historiadores culturais e depois repetidas pelos arqueólogos processualistas que, por sua vez, utilizam indicadores de evolução cultural de forma a classificar estas sociedades em comparação umas com as outras, tendo como

pontos de referência a estratificação social, sistemas de troca, economia, formas de habitação, urbanismo e arquitetura monumental.

Para os processualistas, tudo isto só é possível de ser explicado através de estruturas de difusão e migração, o que acaba por ignorar os sistemas locais de interação entre as populações autóctones numa escala local ou regional. Trata-se de uma classificação etnolinguística estabelecida pelos processualistas que, por sua vez, tem profunda relação com a equiparação de Civilização com Estado. Para tal, basta constatar que por causa deste tipo de abordagem, os ‘civilizados’ foram aqueles que construíram vastos impérios ou que tiveram as suas identidades “protonacionais” reconhecidas, tais como os romanos, os gregos e os anglo-saxões, enquanto que os mais ‘primitivos’ possuíam uma estrutura social, política e económica mais débil - sempre em comparação com outras -, e por isso foram derrotados ou tiveram as suas características diluídas em processos de difusão, migrações e conquistas (Silberman, 1995, p. 256-257; Wailes & Zoll, 1995, p. 23-24). Agora, munidos dos argumentos conceituais e historiográficos dos museus, da arqueologia e dos museus de arqueologia nas suas relações com as identidades culturais, acreditamos ter o ponto de partida ideal para aplicá-los ao estudo de caso que nos propomos estudar e analisar neste trabalho.

2. O enigma celta no ocidente europeu: panorama historiográfico

2.1. Gênese dos Estudos Celtas (do séc. XVII à primeira metade do século XX)

2.1.1. As línguas celtas do ocidente europeu

Os Estudos Celtas têm suas origens efetivas no século XVIII, no alvorecer das ciências modernas e, ainda mais importante para este trabalho, dos nacionalismos e identidades nacionais no quadro da emergência dos estados-nação europeus. Enquanto campo de investigação acadêmica, sempre dependeu (e depende) fundamentalmente da sua natureza multidisciplinar e interdisciplinar, mas, sobretudo, da triangulação entre a História, a Linguística e a Arqueologia (Wiley, 2006).

O primeiro pilar sobre o qual se assentaram os Estudos Celtas foi o da ciência histórica através da literatura clássica greco-latina, até então entendidas como as únicas fontes³ possíveis para o conhecimento dos Celtas e demais povos da Proto-História e Antiguidade europeias, já que estes não produziram testemunhos escritos, os quais só viriam a surgir tardiamente e no contexto da sua romanização. Em segundo lugar, os Estudos Celtas tiveram como base os estudos de lexicógrafos e antiquários que, já antes mesmo do século XVIII, começaram por identificar as línguas ainda faladas com aquelas línguas antigas encontradas em contexto epigráfico, sobretudo produzidas durante o período de expansão romana no antigo Ocidente europeu. Por fim, o terceiro pilar a estabelecer uma relação entre os dois anteriores, proposto como definitivo, foi o da cultura material que, através da ciência arqueológica, conectou a distribuição de determinados tipos de artefactos, seus estilos decorativos, modos de habitação, bem como tipologias de ritos funerários, com os diversos etnónimos identificados na literatura clássica greco-latina e, ao mesmo tempo, com a presença das línguas antigas ou modernas faladas no território que, na Antiguidade, se estendiam desde o oeste na Irlanda até ao leste na Anatólia.

Portanto, como já tentámos demonstrar no Capítulo 1 na nossa análise sobre as origens da Arqueologia, dos Museus de Arqueologia e dos seus usos políticos, pretendemos

³ Aqui nos referimos às fontes como as entendiam os historiadores positivistas no século XIX, em oposição ao conceito de “documento”, mais alargado no âmbito das Ciências Sociais, conforme proposto pelos historiadores da 1ª Escola dos Annales.

analisar neste capítulo até que ponto os Estudos Celtas estão também intimamente ligados na sua origem ao quadro teórico do surgimento das identidades nacionais proposto por Benedict Anderson. Não é nossa intenção propor uma invalidação dos Estudos Celtas; pelo contrário, buscamos tão-somente realizar um exercício de leitura crítica do seu percurso desde o século XVIII aos nossos dias à luz das novas abordagens que, nos últimos trinta anos, têm oferecido novas hipóteses de trabalhos que, assim acreditamos, devem ser levadas também em consideração no âmbito da museologia arqueológica.

Fizemos referência no capítulo anterior ao facto de o surgimento dos nacionalismos e identidades nacionais, em contexto europeu, estarem profundamente ligados ao advento dos meios de comunicação impressos. A popularização dos textos impressos em línguas vernaculares, e não unicamente em latim, foi o fator crucial para a criação de um sentido de identidade através de um imaginário nacional coletivo e compartilhado. No século XV, a imprensa abriu o caminho para uma verdadeira revolução nos modos de viver e ver o mundo, numa simbiose com a expansão marítima das nações europeias e a conquista de territórios, alguns deles desconhecidos, entre os séculos XV e XVI.

Ao mesmo tempo, o continente europeu redescobria as suas raízes clássicas e não clássicas, na medida em que eram traduzidos e publicados, do latim para as línguas vernaculares, os textos de Heródoto, Platão, Aristóteles, Júlio César e Estrabão, entre tantos outros. Esta literatura clássica dava uma nova projecção não só à filosofia greco-latina, como trazia também os nomes dos povos antigos, das suas terras, ou os antigos topónimos presentes na sua paisagem ou associada aos enigmáticos monumentos e sítios arqueológicos, que desde sempre havia intrigado os antiquários, bem como o cidadão comum.

É neste contexto, e já numa fase avançada da disseminação do texto impresso, que os Estudos Celtas têm o seu primeiro esboço, ainda no século XVI, com a figura do historiador escocês George Buchanan (1506-1582). Foi Buchanan o primeiro a efetivamente introduzir o termo “celta” na discussão sobre os povos pré-romanos da Grã-Bretanha num livro intitulado *Rerum scoticarum historia*, publicado em 1582. Ao que podemos verificar, Buchanan estabeleceu seus argumentos tendo como base as

fontes clássicas greco-latinas já que, para ele, os celtas seriam originários do norte de Itália, centro e sul de França, e da parte ocidental da Ibéria. Estes celtas, por sua vez, teriam migrado da Ibéria para a Irlanda, e daí para o oeste da Escócia o que, para Buchanan, explicaria as diferenças entre os escoceses e o resto dos habitantes da Grã-Bretanha, já que estes últimos seriam *Galli*, então descendentes dos migrantes vindos da Gália (Cunliffe, 2003, p.112; Haywood, 2020, p. 214-215; James, 1999, p. 44; Powell, 1974, p.17; Rankin, 1996, p.2).

Podemos sugerir que Buchanan fez tais afirmações tendo como base não apenas os autores clássicos greco-latinos, mas, também, sob forte influência de um manuscrito medieval que já circulava entre os intelectuais escoceses. Referimo-nos ao *Lebor Gabála Éren* (do irlandês *O Livro das Invasões da Irlanda*). Trata-se de uma coleção pseudo-histórica de textos em poesia e prosa, compilados no século XI, que dão conta das origens míticas da Irlanda através do relato das sucessivas invasões de povos que moldaram suas origens. Longe de configurar uma coincidência, se considerarmos as afirmações de Buchanan sobre as origens dos celtas escoceses, o último povo mítico a invadir e colonizar a Irlanda - os milesianos -, conforme relatado no *Lebor Gabála Éren*, teria suas origens na Península Ibérica, especificamente na Galiza (Collis, 2003, p. 31).

Entretanto, para Chapman, que analisa a questão dos celtas do ponto de vista da antropologia cultural, os escritos de Buchanan sobre os celtas devem ser lidos criticamente e numa perspectiva que tenha em conta as experiências próprias daqueles que estudam o tema, e cuja base, naquele período inicial do surgimento das identidades nacionais, se refere ao momento em que as tradições enfrentaram um desaparecimento iminente. Para fundamentar esta sua perspectiva, o autor cita diversos episódios e personagens ao longo de dois mil anos, começando com Tácito que, em 98 d.C., relatou o abandono da língua nativa pelos bretões que passaram a adotar os modos romanos, chegando ao século XVI, quando George Buchanan, em 1582, argumentou sobre o fim de algumas tradições das Terras Altas escocesas (Chapman, 1992, p. 97-98).

Devemos salientar que a perspectiva antropológica de Chapman acerca dos Estudos Celtas, para além de ser tendencialmente cética, tem como argumento fundamental a relação centro-periferia, ao defender que o termo “celta” foi imposto por observadores e comentadores estrangeiros às populações vistas como periféricas. Curiosamente, se

este argumento serve, mesmo que superficialmente, para tentar invalidar a aplicação do termo “celta” pelos observadores clássicos greco-latinos para estas populações na Proto-História e Antiguidade, o mesmo argumento não parece ter força quando aplicado ao ressurgimento moderno dos celtas entre os séculos XVI e XVII, uma vez que “(...) the modern concept of the Celts was something which was developed internally, by a Scotsman, a Breton, and a Welshman: George Buchanan, Paul-Yves Pezron and Edward Lhuys” (Collis, 2003, p. 11).

Se Buchanan, um escocês, foi o primeiro a reintroduzir o termo “celta” na historiografia moderna, a posterior consolidação dos Estudos Celtas feita por Paul-Yves Pezron e Edward Lhuys só viria ser possível com o trabalho em linguística comparada realizado pelo francês Joseph Scaliger (1540-1609). Em sua obra *Discourse on the Languages of Europeans*, escrita em 1599 e publicada postumamente em 1610, Scaliger acabou por ser o primeiro a formular o conceito de “grupo linguístico”, tal como o conhecemos hoje, e que, na sua própria terminologia, chamou de “matriz”. Scaliger propunha, então, que as línguas europeias faladas em seu tempo podiam ser divididas em onze grupos, ou matrizes, com base em outras onze protolínguas das quais descenderiam. Entre estes onze grupos linguísticos, Scaliger foi efetivamente o primeiro a definir dois grupos distintos para as línguas celtas, nomeadamente o grupo irlandês (língua celta da Irlanda) e o grupo britânico (que inclui as línguas celtas faladas nas Ilhas Britânicas e na Bretanha Francesa) (Collis, 2003, p. 13; Cunliffe, 2018, p.34).

Uma vez estabelecido o precedente do paralelo linguístico por Scaliger, estava então criado o cenário para a consolidação dos Estudos Celtas. Mas esta consolidação efetiva não viria antes sem alguma polêmica. O monge cisterciense bretão Paul-Yves Pezron (1639-1706), no seu *Antiquité de la nation et de la langue des Celtes, autrement appellez Gaulois*, publicado em 1701, aprofundou a relação entre o bretão, naquela época (e ainda hoje) falado na Bretanha Francesa, com a também contemporânea língua falada no País de Gales. Aqui, a polêmica em torno de Pezron surgiu quer das suas ligações e aspirações religiosas, quer do facto de o seu trabalho, carecer de rigor científico, já que “explicitly made the ‘Celts’ and the ‘Gauls’ the same people, but he had done so within a text where the offspring of Noah were still prominent” (Chapman, 1992, p. 205).

Além disso, Pezron partia de uma premissa básica, errada como sabemos hoje, de que o bretão falado na Bretanha Francesa era o descendente direto das línguas faladas na Gália pré-romana e que, portanto, a língua galesa era descendente do bretão. O erro na premissa de Pezron reside aqui, já que sabemos através de documentação textual mais tardia que os falantes do bretão francês são na realidade descendentes dos migrantes que ali chegaram vindo das Ilhas Britânicas nos séculos V e VI da nossa era. De todo o modo, não torna inválida a relação proposta por Pezron, visto serem inegáveis as relações linguísticas comuns entre o bretão e o galês (Collis, 2003, p. 48- 49).

Finalmente, naquilo que consideramos uma perfeita simbiose entre o cenário político e o panorama museológico, foi publicada, em 1707, a grande obra de Edward Lhuyd (1660-1709) *Archæologia Britannica*. Do ponto de vista político, é significativa a data em que aparece porque no mesmo ano da publicação da monumental obra de Lhuyd, entrou em efeito o Tratado de União que criava um novo estado nacional, unificando o Reino da Inglaterra (que já incluía o País de Gales) com o Reino da Escócia, sob o nome de Grã-Bretanha. Já na vertente museológica, é inegável o facto de ter sido Lhuyd o segundo a ocupar o cargo de diretor do *Ashmolean Museum* (Oxford), cargo este para que foi indigitado no seguimento de longos anos como curador do mesmo museu.

Assim, não deixa de ser sintomático que a obra de Lhuyd, considerada por muitos a pedra fundamental para a consolidação dos Estudos Celtas enquanto campo de investigação, tenha sido desenvolvida muito provavelmente como resultado de sua longa carreira num dos primeiros museus públicos do mundo. Com efeito, o livro de Lhuyd acaba por reafirmar a etnicidade de galeses e escoceses ao conferir-lhes uma espécie de longo e honorável estatuto de antiguidade, muito mais antigo que o dos ingleses, ao mesmo tempo que instilou um novo sentido de orgulho nacional e as bases intelectuais para a criação de uma nova e sólida identidade (Cunliffe, 2003, p. 114-116; Haywood, 2020, p. 212-213; James, 1999, p. 47, 49).

Se as ideias de Buchanan sobre os celtas ibéricos terem-se estabelecido na Irlanda já eram tacitamente aceites desde o século XVI, com a reintrodução do etnónimo “celta”, foi através de Lhuyd que o termo “céltico” passou a ser largamente utilizado como rótulo para caracterizar (ou classificar) tudo aquilo que estivesse relacionado com aquele povo do passado, mas também com toda a espécie de elementos culturais com

ele associado. Em linhas gerais, o trabalho Lhuyd consistiu, primeiro, na recolha e registo que fez em primeira mão das línguas faladas em seu tempo na Irlanda, Gales, Escócia, Cornualha e Bretanha Francesa e que, depois, combinou com um trabalho de gabinete no *Ashmolean Museum*, comparando estas línguas ainda faladas com aquelas já há muito mortas, mas presentes nos testemunhos epigráficos das Ilhas Britânicas e Gália romanas. É deste método conjugado com o rigor científico de um erudito das Luzes que surge a identificação e divisão definitiva dos dois grupos reconhecidos como línguas celtas (Chadwick, 1971, p. 20; Champion, 1996, p. 66; Chapman, 1992, p. 207; Cunliffe, 2001, p. 294; Cunliffe, 2003, p. 5; Wiley, 2006, p. 387).

2.1.2. Os celtas na documentação textual clássica greco-latina

Partindo do que foi referido sobre as origens dos Estudos Celtas através de suas obras e de personagens fundadoras, importa agora focarmo-nos na documentação que serviu de base à criação das suas premissas iniciais. Referimo-nos ao que denominamos de *corpus* textual greco-latino, ou seja, os testemunhos escritos de viajantes, observações filosóficas, relatos de eventos históricos e campanhas militares, poemas, compêndios de conhecimentos geográficos, produzidos durante o período a que chamamos Antiguidade Clássica.

Para o caso dos celtas, a sua primeira referência direta chegou-nos através de Heródoto, na sua obra dividida em nove livros intitulada *História* (escrita entre 440-430 a.C.). Ao fazer uma comparação entre os rios Nilo e Danúbio, Heródoto é o primeiro a localizar os celtas em termos geográficos:

“Pois o Ister flui da terra dos celtas e da cidade de Pyrene até o meio da Europa; agora os celtas vivem além dos Pilares de Hércules, sendo vizinhos dos Cinésios, que são os povos mais ocidentais que habitam a Europa” (Heródoto, *Histórias*, 2.33.3)⁴.

Desta referência de Heródoto, que mais parece um apontamento, é possível deduzir então que os celtas estariam estabelecidos na Península Ibérica e que viviam próximos

⁴ Tradução livre a partir da versão inglesa consultada: Heródoto. *The Histories*, translated by A. D. Godley (1920). Harvard University Press.

ao território dos cónios⁵, etnónimo já proposto como de origem celta (Koch, 2014, p. 17). Contudo, fica evidente que se assumirmos que a cidade de *Pyrene* tiver qualquer relação com os Pirenéus, podemos assumir então que Heródoto não tinha qualquer noção sobre a real localização da fonte do Danúbio. Entretanto, é de notar que ele parece estar consciente de que o rio nasce no território dos celtas. Se concordamos com Rankin, é possível inferir que esta aparente confusão tem uma profunda relação com a maneira com que estes relatos eram produzidos nos séculos mais recuados da Antiguidade Clássica, ou seja, nem todos os dados eram recolhidos em primeira mão e, portanto, baseavam-se muitas vezes em testemunhos de segundas ou terceiras fontes de informação. Por isso, não nos parece forçado seguir o proposto por Rankin quando refere que Heródoto:

“ (...) seems to have blended two streams of information: one which tells of Celts living near the upper reaches of the Danube; the other referring to the presence of Celts in Spain, and their penetration into its South-West. Separately these stories are credible enough” (Rankin, 1996, p. 17).

Neste sentido, o que nos parece aqui evidente, e que também foi proposto por Green, é que Heródoto faz uma clara distinção entre estes povos não-gregos, a quem chama celtas, bem como outros, tais como os citas e os etíopes (Green, 1995b, p. 4). É importante também relacionar este tipo de relato com a própria visão grega do mundo de então, cuja tradição literária era ainda muito impregnada pelos elementos míticos que, de um lado serviam para legitimar esta visão e, ao mesmo tempo, evidenciam, depois de uma leitura cuidada, um flagrante desconhecimento (ou mesmo preconceito) de tudo aquilo que não era grego.

Ora, basta para isso recordar que os gregos estabeleciam uma clara relação entre os celtas e o mito dos hiperbóreos, habitantes de uma mítica terra no norte da Europa, cuja população descenderia ou estaria diretamente associada à divindade grega dos ventos do norte, Bóreas. Este povo mítico aparece nos mitos gregos vivendo numa terra eternamente ensolarada e em estado de completa felicidade. Para Bridgman, este mito é um exemplo que diz muito sobre o que os gregos conheciam, e o que não conheciam,

⁵ Povo pré-romano que habitava, grosso modo, os territórios hoje portugueses do Algarve e Baixo Alentejo.

da geografia, da história e dos povos dos territórios ao seu redor, ao mesmo tempo que legitimava as suas pretensões colonizadoras (Bridgman, 2005, p. 18).

No século IV a.C., a observação de cunho antropológico acerca das celtas feita por Platão (Leis, 1-637d-e) serve para demonstrar a problemática da alteridade que marca a produção de tais relatos sobre outros povos. Na referida passagem das *Leis*, Platão reflecte sobre padrões de consumo de vinho que, para ele, seriam mais comedidos entre os gregos, ao contrário dos hábitos dos beligerantes celtas, cartagineses, iberos e citas. Todavia, tal observação de Platão poderia até refletir um ligeiro incremento de rumores e informações acerca de hábitos particulares dos celtas (Rankin, 1996, p. 54). Mas, se mesmo que estereotipadas, as observações de Platão nos podem parecer apontamentos didáticos com base em características genéricas de um povo, o mesmo não se pode dizer do que afirmou Aristóteles.

Há duas passagens que consideramos importantes em dois textos distintos de Aristóteles nomeadamente, na *Política* (2.1269b) e em *Ética a Eudemo* (3.1229b). No primeiro, Aristóteles reflete sobre o problema da falta de diferentes direitos entre homens e mulheres, sendo as mulheres prejudicadas na visão do filósofo. Utiliza como recurso didático para defender suas ideias uma crítica aos homens celtas que, na sua opinião, entregam-se a relacionamentos demasiadamente apaixonados com outros homens em detrimento de suas mulheres. Na segunda obra, quando reflete sobre as virtudes da bravura e os dilemas da cobardia, Aristóteles claramente sugere que a bravura dos gregos difere daquelas dos celtas que “pegam em armas e marcham contra as ondas do mar”, já que a bravura dos bárbaros sempre terá um elemento de paixão e, portanto, de irracional e incivilizado. Os relatos de Platão e Aristóteles sobre um certo ‘desregramento’ dos celtas, por via de hábitos como o consumo excessivo de álcool, a que se associa a bravura apaixonada, acabarão por ficar cristalizados no pensamento clássico acerca dos celtas que são considerados nos autores dos séculos posteriores como bárbaros idealizados, sempre com a mácula dos excessos e da passionalidade.

Já a partir do século III a.C. é observável um ligeiro aumento no número de relatos na sua forma e conteúdo, refletindo um cada vez maior contato entre os povos do Mediterrâneo com os seus beligerantes vizinhos do norte. É o caso de Políbio com suas *Histórias* que, mesmo não tendo sido contemporâneo dos eventos que relatou, dá uma

detalhada descrição dos movimentos dos celtas que, oriundos da Gália, atravessaram os Alpes, rumo à invasão das terras etruscas na península itálica (Políbio, Histórias, 1.13), cujas movimentações e deslocamentos no território irão culminar com a invasão e subsequente saque de Roma, em julho de 390 a.C.. Já os gauleses, que seguem em suas migrações para leste, chegam a saquear o templo de Apolo em Delfos (Grécia) entre 279-278 a.C. antes de sua derrota – que Políbio atribui ao consumo de vinho em excesso –, e subsequente migração para a Anatólia⁶ (*Ibid.*, 2.18-19).

À medida que a expansão dos romanos se faz sentir por todo o território além Alpes e mais para oeste, sensivelmente nos séculos II e I a.C. são produzidos mais relatos em primeira mão acerca dos celtas. Talvez o mais importante de todos tenha sido o produzido pelo filósofo estoico grego, Posidônio de Apameia (135-51 a.C.) Embora a sua obra integral não tenha sobrevivido, podemos sem dúvida inferir a sua importância pela quantidade de citações diretas feitas por autores posteriores. Graças à sua bem estabelecida rede de contatos dentro da administração romana, pôde viajar, observar e relatar em primeira pessoa os territórios célticos já sob domínio romano. Seus relatos são a principal fonte, por exemplo, de Júlio César no seu relato sobre a conquista da Gália e, posteriormente, para a elaboração da obra *Geografia* escrita por Estrabão. Posidônio foi capaz de registrar e descrever em detalhes os territórios, formas de governo, hábitos e práticas religiosas dos celtas gauleses de seu tempo (Brunaux, 1988, p. 66; Collis; 2003, p. 22; Cunliffe, 2018, p. 236; Cunliffe, 2003, p. 16-17; Freeman, 2006, p. 45-46; James, 1993, p. 12; Rankin, 1996, p. 20; Webster, 1995, p. 446; Webster, 1999, p. 7).

Contudo, a principal fonte de informações acerca dos celtas, que chegou completa aos nossos tempos, foi a produzida por Júlio César (100-44 a.C.). Trata-se de um relato acima de tudo militar, entremeado com elementos etnográficos, principalmente retirados de Posidônio de Apameia, bem como de observações feitas em primeira pessoa, ou de relatórios apresentados por seus subordinados em campo durante as campanhas militares das Guerras das Gálias (58-52 a.C.). O parágrafo inicial escolhido por Júlio César para a obra em questão aqui, os *Commentarii de Bello Gallico*, procura apresentar uma

⁶ Os gálatas, aos quais São Paulo dedicou uma epístola.

descrição sumária dos territórios e povos inimigos de Roma. Este trecho tem particular interesse no que se refere ao nosso objecto de análise, ou seja, os usos dos termos “celta” e “céltico” aplicados, até então, pelos autores clássicos greco-latinos, e o que podemos retirar destes relatos na tentativa de perceber melhor as intenções que estes usos encerram, bem como as repercussões que tais relatos terão para os Estudos Celtas e seus desenvolvimentos. Nas palavras de Júlio César:

“Toda a Gália está dividida em três partes, uma das quais habitam os belgas, a outra os aquitanos, aqueles que em sua própria língua são chamados de celtas, em nossa gauleses, a terceira. Todos estes diferem uns dos outros em linguagem, costumes e leis.” (Júlio César, *Guerra Gálica de Júlio César*, 1.1)⁷.

Ora, pode parecer justificável e absolutamente pertinente que o parágrafo inaugural de uma obra de carácter militar seja dedicado à descrição do território ocupado. Contudo, devemos ter em mente dois aspectos importantes: um primeiro de natureza identitária para os romanos, que se relaciona com o saque de Roma em 390 a.C. descrito por Políbio, bem como com séculos de escaramuças entre romanos e gauleses nos territórios entre os Apeninos e os Alpes (província romana que viria a ser chamada Gália Cisalpina ou Citerior); e um segundo, de dupla natureza política, já que Júlio César terá escrito os *Commentarii* em primeiro lugar para justificar e legitimar a sua campanha militar e, em segundo, para manter informada a elite política romana sobre os seus avanços, ao mesmo tempo que encontrava aqui um veículo de propaganda em benefício próprio.

Se tivermos em conta esta dupla dimensão identitária e política, acreditamos ser possível perceber os intuitos de Júlio César em apresentar os territórios além dos Alpes como uma região dividida e governada por três grupos étnicos distintos que, além de se dividirem numa miríade de tribos, eram ainda diferentes em termos de língua, costumes e leis. Assim, uma Gália dividida entre povos distintos apresentava o primeiro forte argumento para a sua conquista e consequente submissão, dentro da visão de mundo romana enquanto força civilizadora. Júlio César, apresentava, portanto, a origem e a

⁷ Tradução livre a partir da versão inglesa consultada: Júlio César, C. *Caesar's Gallic War*, translated by W. A. McDevitte and W. S. Bohn (1869). Harper's New Classical Library.

solução do problema. Os romanos nunca conheceriam a paz enquanto os territórios gauleses não estivessem conquistados e pacificados, já que a falta de um governo centralizado e organizado, como era o romano, seria sempre a causa dos problemas que enfrentavam já há mais de duzentos anos.

Mas se Júlio César faz um esforço para ao longo de toda a sua obra no sentido de criar uma espécie de imagem idealizada e nobre dos gauleses, não parece ter sido necessário explicar em que medida as línguas destes três povos gauleses eram distintas. Podemos então afirmar com alguma certeza que toda a controvérsia que tem pautado os Estudos Celtas ao longo dos últimos 30 anos tem sobretudo origem neste trecho dos *Commentarii*, que não só afirma que apenas uma terça parte da Gália era celta, havendo uma ausência da atribuição ou associação do etnónimo aos demais dois terços do território, como, o que é ainda mais problemático para alguns investigadores, não utiliza o termo para descrever as populações pré-romanas das Ilhas Britânicas.

A nossa segunda fonte de informação para os Estudos Celtas, considerada mais fiável tendo em vista a utilização e confrontação de fontes anteriores, é a obra do geógrafo e filósofo grego Estrabão (cerca de 64 a.C. - cerca de 24 d.C.), que na sua *Geografia*, pôde registar muito do conhecimento adquirido em extensivas viagens realizadas ao longo de sua vida, bem como através de longos anos passados na célebre Biblioteca de Alexandria. A importância da obra de Estrabão reside justamente neste vasto e reconhecível conhecimento que o mesmo teria do continente europeu de seu tempo, bem como do conhecimento de escritores e comentadores anteriores a ele. É evidente que não devemos esquecer que o próprio Estrabão, ainda que fosse grego de nascimento, viveu num tempo em que os territórios europeus e o norte de África já estavam num longo e avançado processo de romanização. Isso explica, por exemplo, a crítica de Estrabão no trecho em que faz alusão a uma citação da obra perdida do filósofo grego Éforo de Cime (cerca de 405–330 a.C.):

“Ephorus estende muito o tamanho da *Keltica*, incluindo dentro dela a maior parte do que agora designamos como Ibéria, tão distante quanto Gades [...]” (Estrabão, *Geografia*, 4.4.6)⁸.

Embora a visão de Éforo sobre a extensão territorial dos celtas possa parecer exagerada para Estrabão, mais uma vez devemos lembrar que este último viveu já num tempo em que o domínio romano havia redefinido os limites e renomeado os territórios conquistados. Contudo, estes mesmos territórios eram muito diferentes nos séculos V e IV a.C., quando Éforo propõe a sua divisão do mundo conhecido, colocando os gregos ao centro e os quatro grandes povos bárbaros nas periferias, nomeadamente os celtas no oeste, os citas no norte, os indianos no leste e os etíopes ao sul (Rankin, 1996, p.46).

A questão torna-se ainda mais complexa quando tentamos localizar os celtas na Península Ibérica. É certo que o termo “celtiberos” (do latim: *celtiberi*) passou a ser mais utilizado a partir do século I a.C., sobretudo por Diodoro Sículo (cerca de 90 – cerca de 30 a.C.) que, citando Posidônio de Apameia, refere que:

“Agora que já falamos o suficiente sobre os celtas, devemos voltar nossa história para os celtiberos que são seus vizinhos. Nos tempos antigos, esses dois povos, a saber, os ibéricos e os celtas, continuaram guerreando entre si por causa da terra, mas quando mais tarde eles resolveram suas diferenças e se estabeleceram juntos na terra, e quando eles foram mais longe e concordaram em casar-se entre si, por causa dessa mistura, os dois povos receberam a denominação dada acima” (Diodoro Sículo, *Biblioteca Histórica*, 33.1)⁹.

No início deste trecho, os celtas a que reporta Diodoro Sículo são aqueles da Gália, já que nos livros anteriores dava conta das terras ao norte dos Pirenéus. Contudo, ao iniciar a sua descrição dos povos da Ibéria, o historiador grego também localiza os celtas neste território para explicar que os celtiberos são o resultado do casamento misto entre iberos e os celtas ibéricos. Com Tito Lívio (59 a.C. – 17 d.C) verificamos a mesma divisão

⁸ Tradução livre a partir da versão inglesa consultada: Estrabão. *Geography*, translated by H.C. Hamilton (1903). George Bell & Sons.

⁹ Tradução livre a partir da versão inglesa consultada: Diodoro Sículo, *The library of history*, translated by D., Oldfather, C. H., Sherman, C. L., Welles, B. C., Geer, R. M., & Walton, F. R. (1933). Harvard University Press.

étnica da Gália proposta por Júlio César acerca dos celtas na obra *A História de Roma*, quando afirma que “os celtas, [que] formavam uma terça parte de toda a Gália” (Tito Lívio, *A História de Roma*, 5.34.1)¹⁰.

Na sequência dos relatos sobre a presença dos celtas na Península Ibérica, devemos atender às observações geográficas detalhadas feitas por Pompónio Mela, em sua obra *De Chorographia* ou *De Situ Orbis* – provavelmente escrita entre 42 e 43 d.C. – que, se considerarmos os minuciosos apontamentos sobre a geografia do que hoje corresponde ao território do norte de Portugal e Galiza, parece ter-se baseado em fontes fidedignas. Sobre os povos celtas da Ibéria, Mela refere que:

“Os povos celtas [...] cultivam toda a costa aqui, e os rios Avo, Celadus, Nebis, Minius e Limia (também conhecido como o Esquecimento) correm por seu território. A curva em si inclui a cidade de Lambriaca e recebe os rios Laeros e Ulla” (Pompónio Mela, *Descrição do Mundo*, 3.10)¹¹.

Os rios descritos por Pompónio Mela correspondem, na hidrografia do norte e noroeste peninsular nos dias de hoje, aos rios Ave, Cávado, Neiva, Minho e Lima, o que se enquadra *grosso modo* no território da antiga Galécia (do latim *Gallaecia* ou *Callaecia*). Entretanto, se retornarmos à *Geografia* de Estrabão, iremos encontrar mais uma referência aos celtas, desta vez como *celtici* (célticos) a ocuparem a maior parte do território entre os rios *Tagus* e *Ana* – em nossa hidrografia, o Tejo e o Guadiana, respetivamente (Estrabão, *Geografia*, 6.1). Já numa passagem da *História Natural* de Plínio (23-79 d.C.), estes mesmos *celtici* de Estrabão e Pompónio Mela, têm suas origens atribuídas aos celtiberos e, ao mesmo tempo, no território dos lusitanos. Plínio apresenta esta informação tendo como evidência o que para ele parece ser uma clara relação entre suas línguas, rituais religiosos e os nomes das suas cidades em ambos os territórios (Plínio, *História Natural*, 3.3).

Há uma curtíssima e curiosa referência aos celtas, em termos mais genéricos, no que sobreviveu da obra de Areteu da Capadócia, médico grego que viveu entre o século I e

¹⁰ Tradução livre a partir da versão inglesa consultada: Lívio. *Ab Urbe Condita*, translated and edited by Benjamin Oliver Foster (1924). Harvard University Press.

¹¹ Tradução livre a partir da versão inglesa consultada: Pompónio Mela, *De Chorographia*, translated by Frank E. Romer (1998). University of Michigan Press.

II d.C., e que ao realizar os seus estudos sobre a medicina entre os povos do seu tempo refere que “há muitas outras medicinas [...] dos celtas, que são homens chamados gauleses” (Areteu da Capadócia, *As obras existentes de Areteu*, 2.7)¹². Esta referência de Areteu pode sugerir que no século II d.C. – época mais provável para a produção da sua obra –, já não parecia mais existir uma clara distinção entre as três Gálias proposta por Júlio César.

Mas se o que nos diz Areteu não parecer suficiente para questão da divisão das Gálias, dada a referência pontual e a natureza fragmentada da sua obra, o que acima propomos pode ser então corroborado através da obra *Hellados Periegesis* (ou Descrição da Grécia) de Pausânias (cerca de 110 – 180 d.C.). Se considerarmos o trecho de Pausânias destacado abaixo, parece mesmo ser evidente que já nos idos do século II d.C. a ideia geral sobre os celtas era certamente distinta daquela proposta por Júlio César:

“Esses gauleses habitam a parte mais remota da Europa, perto de um grande mar que não é navegável até suas extremidades [...]. Através de seu país corre o rio Eridanus, na margem do qual as filhas de Hélio (Sol) deveriam lamentar o destino que se abateu sobre seu irmão Phaethon. Já era tarde quando o nome “gauleses” entrou em voga; pois antigamente eles eram chamados de celtas entre eles e por outros” (Pausânias, *Descrição da Grécia*, 1.4.1)¹³.

Para efeitos de contexto, cabe referir que, neste trecho, Pausânias faz uma alusão aos gauleses que perpetraram o saque ao templo grego de Delfos (em 278 a.C.). Contudo, o rio *Eridanus* aqui mencionado por Pausânias é um eco daquilo que aqui já mencionamos acerca das relações entre o antigo mito grego dos Hiperbóreos e os celtas. Ocorre que este rio-divindade (Hesíodo, *Teogonia*, 337-345) era associado nos tempos antigos com o rio *Ister* (Danúbio) e o rio *Padus* (Pó). Nesta passagem de Pausânias, podemos encontrar mais uma vez associações mitológica sobre as terras habitadas pelos celtas se considerarmos o que já referimos da obra de Heródoto, ou seja, a passagem em que

¹² Tradução livre a partir da versão inglesa consultada: Areteu, da Capadócia. *The Extant Works of Aretaeus: De curatione diuturnorum morborum*, edited by Francis Adams (1972). Milford House Inc.

¹³ Tradução livre a partir da versão inglesa consultada: Pausanias. *Hellados Periegesis*, translated by W.H.S. Jones et all (1918). Harvard University Press.

aponta a nascente do rio Danúbio no território dos celtas, bem como a sua afirmação de que seriam estes os habitantes mais ocidentais da Europa. Ao mesmo tempo, encontramos também uma relação histórica com o que já mencionámos dos relatos de Políbio acerca dos celtas na planície do rio Pó, no norte de Itália.

Em apenas um parágrafo de Pausânias, mesmo depois de passados quase sete séculos desde Heródoto, os celtas continuam com a reputação de ocupantes dos territórios nos limites ocidentais da Europa e às margens do Oceano Atlântico, o que para o que pretendemos discutir adiante, tem uma pertinência profunda, dado esta recorrente associação entre celtas, o oeste, e o Atlântico. Todavia, parece notável também que a divisão da Gália proposta por Júlio César, se não foi completamente esquecida, parece ter sido pelo menos diluída, ou até mesmo criticada por Pausânias, quando refere que o nome “gauleses” foi uma moda, quando estes na verdade eram desde tempos antigos chamados “celtas” por eles próprios, bem como por outros.

Um terceiro argumento no sentido de corroborar uma visão e dimensão diferentes dos territórios atribuídos aos celtas pode, de novo no século II d.C., ser retirado de um trecho das *Guerras Estrangeiras* de Apiano:

“[...]o país dos celtas (a quem os romanos chamam de gauleses), alguns dos quais fazem fronteira com o Mediterrâneo, outros com o oceano do norte e outros ainda vivem ao longo do rio Reno; também toda a Espanha e Celtibéria nos oceanos do norte e oeste até os Pilares de Hércules” (Apiano, *As Guerras Estrangeiras*, 1.1.3)¹⁴.

Neste trecho, Apiano é mais um a ignorar a diferenciação entre os grupos étnicos das três Gálias ao atribuir todo o território aos celtas. Já na segunda parte do trecho, quando dá conta do território ocupado pelos celtiberos, atribui aos mesmos toda a faixa que atualmente corresponde aos territórios da Galiza e de Portugal, chegando mesmo ao Estreito de Gibraltar, mais um eco do que Heródoto relatou no século V a.C. Finalmente, o relato mais tardio – naquilo que consideramos ser o *corpus* documental greco-latino a

¹⁴ Tradução livre a partir da versão inglesa consultada: Apiano. *The Foreign Wars*, edited by Horace White (1899). The MacMillan Company.

referir os celtas no mundo antigo –, chegou até nós do que sobreviveu da obra de Amiano Marcelino (330-400 d.C.), intitulada *História*.

Trata-se, pois, de um relato que segue o tradicional estilo laudatório, já que a sua *História* do Império Romano tinha como foco principal o período compreendido entre a ascensão de Nerva como imperador, em 96 d.C., até o ano de 378 d.C., marcado pela vitória dos godos sobre os exércitos do Império Romano do Oriente. Três trechos são de importância para o que aqui pretendemos analisar sobre a visão dos celtas antigos pelos autores clássicos. Nestes trechos, o autor alega claramente que os escritores anteriores deixaram testemunhos incompletos acerca dos gauleses, que Marcelino tenta completar ao utilizar o grego Timagenes (século I a.C.) e sua desaparecida obra *História dos Gauleses* como fonte inequívoca da acurácia.

De acordo com Marcelino, existia entre os gauleses a crença defendida pelos druidas de que estes tiveram originalmente uma componente autóctone em suas origens, seguida por uma segunda componente (Amiano Marcelino, *Os Feitos*, 15.9.2-4). Esta componente não autóctone tem, segundo o último trecho (15.9.4), uma natureza dupla se considerarmos os termos utilizados por Marcelino em latim, a saber: “*insulis extimis confluisse*” que podemos traduzir como “migraram das ilhas (mais) extremas”; e “[*confluisse*] et *tractibus transrhenanis*” que propomos traduzir como “e [migraram] dos trechos transrenanos”¹⁵. Para o primeiro termo, podemos propor duas interpretações para as “ilhas (mais) extremas”, sendo a primeira delas de que essas ilhas possam ser as do litoral noroeste dos Países Baixos, ou ainda as próprias terras alagadas deste mesmo país, sendo o território da Gália Bélgica muito maior do que aquele proposto por Júlio César.

Entretanto, para a segunda interpretação, devemos ter em conta que, como a foz do rio Reno fica localizada ao sul da atual cidade de Roterdão, poderia, portanto, muito bem indicar que estas “ilhas (mais) extremas” seriam para Marcelino nada mais, nada menos do que as Ilhas Britânicas. Já o segundo termo utilizado por Marcelino “trechos

¹⁵ Tradução livre a partir da versão latina consultada: Amiano Marcelino. *Rerum Gestarum*, translated by John C. Rolfe (1940). Harvard University Press.

transrenanos” contradiz uma ideia defendida por Júlia César, ou seja, de que o rio Reno configurava a fronteira natural que separava a Gália da Germânia.

Por fim, aquela que poderá ser a mais tardia referência aos celtas foi produzida no contexto da desintegração do mundo clássico romano. Referimo-nos à monumental obra enciclopédica, a primeira do género no mundo ocidental, escrita por Isidoro de Sevilha, e concluída já no fim de sua vida, na primeira metade do século VII d.C., em plena Ibéria Visigótica. No Livro IX das *Origines* ou *Etymologiae*, Isidoro de Sevilha produziu uma lista de línguas, povos, reinos, cidades e títulos. Neste livro faz mais uma vez referência às origens dos celtiberos, que atribui à junção de dois povos distintos, nomeadamente os iberos e dos gauleses, chamados celtas (Isidoro de Sevilha, *Etymology*, 9.2.113-14).

Do panorama da documentação textual greco-latina que procuramos apresentar até aqui, podemos concluir tratar-se de um *corpus* documental amplo e diversificado, não só pela sua evidente abrangência temporal, mas, sobretudo, no que se refere os contextos, estilos e públicos para os quais os textos foram produzidos. Começando numa dimensão mítica mesmo antes do século VI a.C., podemos afirmar sem reservas que os relatos produzidos acerca dos celtas tiveram sempre uma natureza muito lacunar e mesmo generalista, até que, no período de maior expansão dos Império Romano, tais relatos passam a ser mais abundantes e pormenorizados, tendo as suas agendas políticas muito definidas, como no caso da Guerra das Gálias de Júlio César, que parece ter preenchido as lacunas de informação sobre a Gália com uma visão de mundo grega através daquilo que sobreviveu por citações da obra de Posidónio de Apameia. Tratava-se, portanto, de uma visão de mundo cuja centralidade residia no desígnio civilizador das sociedades mediterrânicas, e que via os seus vizinhos como inferiores, justificando assim o seu estudo, observação e domínio.

Se desde Heródoto, e com Platão e Aristóteles, vimos pouca ou nenhuma distinção, do ponto de vista geográfico, entre os diversos povos a que chamavam celtas, pelo contrário, identificamos aqueles estereótipos que iriam perdurar em muitos dos relatos posteriores. Afinal, todos os autores que foram além da mera descrição e localização genérica dos celtas na Europa perpetuaram características que até hoje fazem parte do imaginário popular relativamente aos celtas. Referimo-nos às quase sempre

desdenhosas observações sobre a bravura dos celtas que beirava a loucura, aos excessos nos comportamentos, à religião que muitos autores clássicos classificam como supersticiosa e sangrenta, entre tantas outras características que no fim serviam como modelo didático para enaltecer e, ao mesmo tempo, incutir aqueles que consideravam serem os verdadeiros valores de mundo civilizado. Simultaneamente, estas mesmas operações didáticas tinham uma função retórica, na medida em que pavimentavam o caminho no sentido de justificar uma “pacificação” destes territórios através da conquista militar.

Não seria de estranhar, portanto, que tais relatos produzidos num intervalo de mais de mil anos – se considerarmos o mito dos hiperbóreos desde, pelo menos, o século VIII a.C., até a derradeira menção feita por Isidoro de Sevilha no século VII a.C. –, serviram intencionalmente, ou não, para apresentar uma falta de unidade entre os diversos povos observados. Falta de unidade esta que era a antítese do mundo politicamente centralizado e organizado greco-romano.

2.1.3. Arqueologia e as “materialidades” dos celtas

Se no ponto anterior nos dedicamos às origens da arqueologia enquanto disciplina, e em que medida essas origens e conseqüente desenvolvimentos do campo de estudo tiveram (e têm) relação com os seus usos políticos no que se refere às narrativas de identidade, o caso específico dos povos aos quais hoje chamamos celtas oferece ainda mais elementos que nos podem auxiliar a perceber melhor como tais narrativas são construídas a partir da correspondente cultura material.

Desde, pelo menos, o século XVI, muito por influência do que havia sido proposto por George Buchanan, houve um esforço por parte dos antiquários para atribuir ‘rótulos étnicos’ aos artefactos de evidente antiguidade e, portanto, vários deles foram classificados com descrições como “britânico”, “gaulês” ou “céltico” (Cunliffe, 2018, p. 39). Foi somente no século XIX que uma sistematização de caráter científico passou a ser utilizada para a classificação de objetos em coleções privadas e em museus públicos. Referimo-nos ao arranjo proposto por C. J. Thomsen, que dividia os artefactos da pré-história em três fases distintas: pedra, bronze e ferro. Posteriormente, J. J. A. Worsae

(1821-1885), assistente de Thomsen, foi responsável por adaptar o sistema das três idades à estratigrafia arqueológica (*Ibid.*, 2018, p. 40).

É neste modelo de classificação e datação por tipologia dos objetos que conseguimos localizar o surgimento da tradicional triangulação entre História, Linguística e Arqueologia, que deu origem ao que passaremos a designar “visão tradicional da origem dos celtas”. Se esta visão teve o seu culminar no século XIX, as suas verdadeiras origens estão no século XVI graças ao advento de imprensa, o que possibilitou a Buchanan trazer e disseminar a ideia dos celtas como ancestrais de escoceses, irlandeses e galeses dos relatos greco-latino para a modernidade. Com o passar dos séculos, algumas das ideias de Buchanan iriam permanecer em essência nas teorias sobre as origens dos diversos povos e línguas da Europa Ocidental. Dizemos em essência, pois muito daquilo que Buchanan propôs foi preservado na forma, mas não no conteúdo, já que trazia ainda muitas influências religiosas na sua visão das origens dos povos. As mesmas matrizes religiosas seriam depois também utilizadas por Paul-Yves Pezron na sua obra de 1703. Foi somente com a publicação da incontornável obra de Edward Lhuyd em 1707, que os estudos modernos sobre os celtas se afastam da gênese de matriz cristã e assumiram contornos científicos e baseados na observação, registo e comparação das línguas.

Se, entre os séculos XVI e XVIII, os relatos greco-latinos serviram para corresponder os nomes dos povos antigos aos seus territórios, o século XIX viria então a fornecer aquilo que muitos investigadores até hoje consideram as evidências materiais mais confiáveis para definir as origens e migrações dos povos celtas durante a Proto-história e a Antiguidade europeias.

De acordo com o modelo linguístico estabelecido inicialmente por Lhuyd, a hipótese tradicional sustenta então que os celtas se disseminaram pela Europa a partir do leste em direção a oeste, chegando eventualmente a colonizar os territórios hoje pertencentes à Irlanda e Grã-Bretanha, bem como na direção sudoeste até alcançarem a Península Ibérica. Tal modelo assume então que a terra natal dos celtas corresponderia ao território que se estende desde o leste de França, passando pelo sudoeste da Alemanha e chegando à actual República Checa. Entre a publicação da obra de Lhuyd e a primeira metade do século XIX havia pouca evidência material que suportasse este modelo (Cunliffe, 2021, p. 4). Somente com o advento da Arqueologia

enquanto ciência nascente e subordinada aos Estudos Clássicos e à Linguística, no início do século XIX, é que os cada vez mais abundantes artefactos recolhidos em escavações por toda a Europa e pelo Oriente Médio começaram a ser tratados e classificados dentro das grandes narrativas.

Destas escavações, duas são de importância basilar para o estabelecimento da hipótese tradicional, e ambas são até hoje consideradas incontornáveis no que diz respeito aos métodos de escavação e registo dos achados em campo. A primeira foi realizada entre os anos de 1846 e 1863 no grande cemitério proto-histórico de Hallstatt, na Áustria, que compreendia cerca de 1000 sepulturas. Tratava-se de uma oportunidade sem igual para os arqueólogos envolvidos dado o grande espólio recolhido no sítio, o que possibilitou um registo contextualizado de artefactos em comparação com outros de natureza mais esparsa. Já a segunda escavação teve lugar na pequena vila suíça de La Tène, às margens do Lago Neuchâtel. O sítio, descoberto em 1857, foi inicialmente interpretado como um campo de batalha, mas, entretanto, dada a natureza dos achados, seja pela posição ou pelas características dos objetos, é já assumido como o local de um depósito votivo (Chadwick, 1997, p. 44; Collis, 2003, p.150-151; Cunliffe, 2021, p. 4-5; Cunliffe, 2018, p.42-43; Green, 1995b, p.6; Poppi, 1997, p.47).

Cerca de uma década depois das descobertas em Hallstatt e La Tène, a cidade de Bologna recebeu, em 1871, a Conferência Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Histórica. Por ocasião da conferência, alguns dos mais notáveis participantes do evento científico realizaram uma visita às escavações arqueológicas da cidade etrusca de Marzabotto (ver Anexo 12 – Mapa 1), onde lhes foram apresentados um conjunto de artefactos recém-escavados no cemitério adjacente à localidade. Acontece que entre os participantes estavam arqueólogos familiarizados com os achados feitos em La Tène e que identificaram entre os espólios do cemitério etrusco objetos que consideraram como pertencentes aos de La Tène por sua tipologia, bem como pelos motivos decorativos. Aqui, a precedência dos Estudos Clássicos iria finalmente sobrepor-se, já que os relatos greco-latinos forneciam suporte para a presença de povos transalpinos tanto no vale do Pó como nos arredores da cidade de Bologna em tempos anteriores à conquista destes territórios pelos romanos. Era a materialização das migrações gaulesas

descritas pelos observadores clássicos desde o século IV a.C., dando origem ao que Barry Cunliffe chama de “identidade arqueológica dos celtas” (Cunliffe, 2021, p.5).

Ocorre que desta materialização das migrações gaulesas surgiu um modelo que viria a ser aplicado não apenas para explicar este fenômeno histórico associado aos celtas, mas, acima de tudo, para classificar e interpretar tudo o que com eles estivesse relacionado, começando por estabelecer um horizonte temporal e geográfico para as suas origens. Afinal, no seguimento da conferência de Bologna, em 1872, o arqueólogo suíço Hans Hildebrandt propôs que a Idade do Ferro europeia deveria então ser dividida em duas partes, a primeira, caracterizada pelos artefactos descobertos em Hallstatt e tendo como limite temporal o ano de 450 a.C., que daria então início à segunda, relativa aos achados de La Tène.

Desde então, este tem sido o modelo utilizado para interpretar os achados relacionados com os celtas no contexto europeu centro-ocidental, sem prejuízo das subsequentes divisões em fases menores dentro destes dois grandes períodos, bem como daquelas nomenclaturas e cronologias propostas em determinados países ou regiões europeias. O facto é que todas elas foram beber à mesma fonte, ou seja, a um modelo que privilegia a dispersão de determinados tipos de objetos e motivos de decoração dos mesmos, tendo em comum um ponto de origem determinado. São, pois, fenômenos que só podem ser interpretados dentro do quadro geral dos modelos invasionistas a que fizemos referência no capítulo anterior.

Embora este tenha sido o modelo mais amplamente utilizado desde que foi proposto, não podemos deixar de observar que já no início século XX eram visíveis alguns sinais de rutura. O primeiro sinal que identificamos, uma vez que nos interessa objetivamente uma visão museológica do tema, veio da revisão da nomenclatura utilizada para classificar os objetos de metal decorados nas coleções do Museu Britânico. Na sua primeira versão incluía o termo “*Late Keltic*” para classificar os objetos da Idade do Ferro, e que permaneceu na primeira edição (1905) do *British Museum Guide to the Antiquities of the Early Iron Age* tendo, entretanto, desaparecido já na segunda edição (1925), em cujo prefácio o curador faz questão de notar que “there is some uncertainty as to the existence or date of na earlier Keltic civilization in these islands” (*apud* Cunliffe, 2003, p.6).

Outros sinais de rutura podem ser identificados no âmbito da própria Arqueologia, sinais estes que estiveram presentes desde o início do século XX, na medida em que este domínio do conhecimento fez o seu caminho na direção de um estatuto de ciência independente, ou seja, não mais subordinada à História e aos Estudos Clássicos. Este caminho resulta no desenvolvimento de modelos interpretativos que têm muito a ver com a própria natureza e contexto de cada país ou região. Assim, teremos como resultado as inúmeras propostas diferentes de nomenclaturas e modelos de interpretação para ocupação pré e proto-histórica de cada um destes países e regiões, o que, no caso dos celtas, irá produzir uma diversidade de interpretações que, necessariamente, nem sempre chegam às mesmas conclusões. Contudo, como pretendemos demonstrar a seguir, estas interpretações são quase sempre marcadas por uma forte componente ideológica, independentemente dos atores que se assumem como porta-vozes em cada lado do debate, e que teve como culminar, em termos de produção científica, a última década do século XX.

2.2. Entre o “Celtoceticismo” e a “Celtomania”: novos paradigmas e hipóteses (da segunda metade do séc. XX aos nossos dias):

2.2.1. O debate sobre a validade dos termos celta, céltico e celticidade no pós-exposição de Veneza (1990)

Ao partir de uma afirmação como a que foi feita no subtítulo da exposição “Os Celtas: A Primeira Europa” realizada em 1991 em Veneza (Itália) pelos seus comissários científicos, podemos assumir que os seus argumentos não partiram de nenhum problema ou paradigma que se impunha até então aos arqueólogos, mas sim de uma intencional, mas frágil certeza. Iremos refletir sobre esta exposição e seus aspetos museológico no próximo capítulo. Entretanto, para seguir com a reflexão a que nos propomos neste capítulo, o foco da nossa análise incidirá na produção científica publicada após o encerramento da exposição. Portanto, a afirmação a que nos referimos inicialmente pode, por um lado, ter refletido a convicção de que para um determinado grupo de arqueólogos, de facto, podemos falar numa Europa Celta como *La Prima Europa*. Mas não podemos deixar de considerar que este mesmo subtítulo, dado o momento de realização da exposição, foi na verdade uma afirmação de cunho político e ideológico que pretendia comunicar a ideia de uma Europa unificada. Como

pretendemos demonstrar neste e no próximo capítulo, se tal estratégia esteve mesmo subjacente enquanto agenda política e ideológica da exposição, ela falhou em apresentar uma Europa unificada na diversidade.

No ano seguinte à realização da exposição, teve início uma verdadeira batalha acadêmica que foi travada durante mais de uma década, fosse na sua principal plataforma (a revista *Antiquity*), fosse através de obras dedicadas ao tema no mercado editorial especializado em arqueologia e história antiga. No ano de 1992, ou seja, logo após o encerramento da exposição, entre os meses de março e julho, surgiram duas publicações que dariam início a este debate contundente, cheio de pormenores muito valiosos tanto para os Estudos Celtas, quanto para uma apreciação do poder que os museus têm em suscitar questões através das suas exposições. A primeira publicação (Megaw e Megaw, 1992) foi uma recensão crítica ao catálogo da exposição, publicada em março de 1992, pelo casal de arqueólogos australianos Ruth e Vincent Megaw, ambos professores no Departamento de Artes Visuais e Arqueologia da Flinders University of South Australia. Nesta recensão, os Megaw fazem uma análise retrospectiva das exposições sobre os celtas, realizadas na Europa entre as décadas de 1960 e 1980, ao mesmo tempo que ressaltam os avanços da arqueologia refletidos por essas exposições no que se refere ao estado das pesquisas sobre o tema, e posicionam a exposição de Veneza como a maior e mais bem-sucedida de todas elas.

Nesta publicação, os autores identificam desde o início a existência de dois grupos com posicionamentos distintos sobre os celtas. De um lado, colocam o que chamam de “a small group of Cambridge-trained (...) scholars” (*ibid.*, 1992, p.254) que, segundo eles, “are concerned to promulgate a new orthodoxy that there is no such thing as a Celt” (*ibid.*, 1992, p.254) enquanto que os pesquisadores da Europa continental “does not appear to suffer from this misconception” (*ibid.*, 1992, p.254). O tom do texto deixa claro que os Megaw se incluem no segundo grupo, ou seja, dos que não negam a existência dos celtas, mas que procuram entender o que eles foram. Neste caso, quando dizem “Europa” evocam claramente o sentimento partilhado por alguns britânicos de distanciamento em relação ao Continente e à União Europeia.

Percebemos que o que os Megaw queriam evidenciar era um já conhecido distanciamento sentido nos meios acadêmicos entre alguns arqueólogos ingleses em

relação aos demais arqueólogos – sejam eles europeus continentais ou insulares, americanos, australianos, etc. –, nomeadamente naquilo que tocava aos modelos de interpretação de contextos arqueológicos que colocam as Ilhas Britânicas numa esfera de influência e dependência direta do que veio do Continente nos tempos mais longínquos. Essa polarização veio então a ficar completa quando o antropólogo inglês Malcolm Chapman, da Manchester University, lança em julho de 1992 o seu controverso livro intitulado *The Celts: the construction of a myth* (Chapman, 1992).

Em tom provocativo, Chapman fez uma relação entre a arqueologia e as novas “tribos” urbanas que, numa velocidade nunca antes vista, teriam eclipsado, e posteriormente substituído, os demais grupos culturais da chamada *Coca Cola bottle culture* na década de 1970. É da sugestão desta fantasia que o autor parte para a sua análise dos celtas. Ele expõe de maneira contundente o mal-estar profundo que, na sua opinião, todos sentiam na Grã-Bretanha sobre o que teria sobrevivido de seus antepassados nos antigos textos greco-latinos, e as diversas maneiras como estes fragmentos literários foram articulados nos séculos XVIII e XIX, continuando a sê-lo no século XX.

Ao propor uma análise histórica das disciplinas académicas nos dois últimos séculos, Chapman acaba colocando sua própria disciplina, a antropologia social, no centro da questão. Assim, o autor traz dois pontos para o debate: de um lado, o seu próprio desconforto com o tema, e do outro o seu autoproclamado bom senso acerca do desenvolvimento da antropologia. Este desenvolvimento, no seu entender, parece ter sido construído em torno das diferentes maneiras de se compreender um sistema de classificações e de grupos culturais. Os argumentos de Chapman são fundamentalmente relacionados com a oposição núcleo-periferia; ou seja, o núcleo molda as periferias, pois fica claro a todo o instante em seu livro que a visão que temos dos celtas foi marcada pelo que gregos e romanos nos comunicaram através de uma série de oposições entre o “eu” e o “outro” que permeiam toda essa estrutura, tais como as dicotomias humano-animal, civilizado-bárbaro, religião-superstição e, por último, mas não menos importante, ordem-desordem.

Em parte, o ceticismo de Chapman é compreensível, já que é resultado do discurso intelectual nas universidades nas duas últimas décadas anteriores à publicação de seu livro. Mas não deixamos de notar um certo tom ‘imperialista’ britânico, já que ele

mesmo ao analisar as práticas de punição em escolas escocesas e bretãs acaba por ser parte da operação intelectual que denuncia, ou seja, o núcleo dessa vez estaria estigmatizando valores da periferia que não são dignos de nota ou de reprodução. Isso fica claro quando o autor dedica sua atenção à questão historiográfica que permeia o debate do celtismo desde o século XIX, quando em um dado momento, ao referir-se ao ativismo político e cultural na Irlanda, parece enaltecer e dar mérito à questão:

“There is a potential equality in perception - any group can perceive another in these ways: any inequality is a product of historiography (we know the story from only one side). The view of these matters from the "Celtic" side, with the Greeks, Romans, Anglo-Saxons or English as marginal categories, must have existed, and partial reconstruction of this might be possible; certainly, an account from the "Celtic" side would be unequivocally welcome” (*Ibid.*, 1992, p. 210).

Mas essas inequívocas boas-vindas à contribuição do lado celta são retiradas em uma outra nota posterior que explica muito sobre a visível irritação de Chapman sobre o assunto:

“I do not think however that an authentic version of this would have a great deal of appeal for those who have invested their enthusiasms in the Celt as he is known today; for an account of "Celtic centrality" would, in its own terms, be entirely unglamorous - it would be prosaic, matter of fact, dull, like an account of a day at the office: banality is the price you pay for being at the centre of the reckoning” (*Ibid.*, 1992, p. 291).

Somente em 1996, seguindo os resultados da reunião inaugural da *European Association of Archaeologists*, realizada dois anos antes na Eslovênia, é que os arqueólogos australianos Ruth e Vincent Megaw forneceram uma resposta às críticas elaboradas por Chapman acerca da identidade celta, num momento em que as questões sobre etnicidade e identidade estavam em evidência. Partindo de uma ótica contemporânea, os Megaw procuram em seu artigo conjugar história, ciência política, sociologia e antropologia em defesa de uma identidade étnica redefinida com a mudança das

circunstâncias. Tal concepção alinha claramente com o terceiro tipo de identidade – pós-moderna – proposto por Stuart Hal, conforme anteriormente referido.

Sendo assim, a proposta do casal Megaw se resume a uma visita ao debate sobre como reconstruir identidades culturais do passado. O ponto de vista de ambos reflete claramente a sua descendência mista de escoceses, galeses, irlandeses e ingleses, já que a Austrália é uma sociedade multicultural, onde a cultura dominante é muitas vezes referida como “anglo-celta”. Mais uma vez, a ideia de periferia é evocada quando se contrapõe o Reino Unido e as comunidades falantes de línguas celtas sobreviventes, mas de um ângulo radicalmente oposto ao de Chapman:

“In the United Kingdom, by contrast, 'Celtic' identity is generally seen as peripheral, not central, while in continental Europe a Celtic prehistoric past has in recent years been used as a metaphor for the move towards supra-national political and economic unity within Europe” (Megaw e Megaw, 1996, p. 1).

Nesta passagem, podemos identificar claramente o argumento que forneceu o ponto de apoio necessário para a elaboração das críticas pelos arqueólogos britânicos, pois os Megaw pretendem propor, a exemplo do que se verifica na Europa continental, uma ancestralidade celta comum às populações modernas estabelecidas na periferia do Império Britânico, tais como a Cornualha, o País de Gales, a Ilha de Man, a Escócia e a Irlanda do Norte, incluindo-se neste grupo a Austrália, por via da colonização. Neste sentido, estamos a fazer referência a uma cultura-língua cujos laços são compartilhados de forma fragmentada e isolada por estas comunidades que possuem as suas raízes na pré e proto-história do arquipélago britânico.

As indagações sobre as evidências arqueológicas para o estudo dos Celtas apresentadas por Ruth e Vincent Megaw são muito pertinentes, e de uma neutralidade que não identificámos nos outros pesquisadores que participaram do debate:

“What does the La Tène style mean in cultural terms if it is not a unity at some level? Are there widespread similarities in social structure over widespread parts of north-west Europe at the time of Roman expansion? [...] The argument against an ancient Celtic ethnicity - or rather, whatever the

various regional names which may actually have been applied amongst the various communities which made up the La Tene 'culture' - finds its prime mover in the English archaeologist, John Collis, who, invoking the way in which archaeology can be used for unacceptable political ends [...]” (*Ibid.*, 1996, p. 9).

Parece-nos claro, a partir da leitura deste excerto, a preocupação por parte dos Megaw de se pensar os problemas e limitações da arqueologia à luz dos obstáculos que se apresentam hoje sobre a existência dos celtas na Idade do Ferro. Sobre este assunto, temos uma clara referência ao próximo arqueólogo a participar do debate e a sua deliberada tentativa de invalidar os Estudos Celtas:

“Collis is also the author of an earlier article which challenges the very use of such terms as 'Hallstatt' and 'La Tene' because such cultural labels are artificial constructs which are often used to described patently different material cultural groups. Collis does not suggest any alternative terminology or periodization” (*Ibid.*, 1996, p. 10).

O trecho acima refere-se a uma resposta ao artigo escrito por John Collis em 1994, em que a sua posição no debate fica clara quando o autor afirma que “there was no cross-European Celtic people. There was no broad-based Celtic art, society, or religion. And there were never any Celts in Britain” (Collis, 1994, p. 12).

Ao analisar o conjunto de artigos publicados no catálogo da exposição de 1991 em Veneza e o conjunto de publicações até 1996, como fizemos até aqui, podemos constatar que o que parecia ser um título que atenderia à coerência do propósito da exposição, passou a ser mesmo entendido como uma nova estratégia ideológica. Em 1997, John Collis publica uma crítica feroz ao trabalho de Ruth e Vincent Megaw. Em seu artigo, Collis endureceu o tom da crítica, até então ameno, ao direcionar graves acusações ao casal logo no resumo do artigo:

“In ANTIQUITY a year ago, Vincent & Ruth Megaw found a useful parallel between the multiple definitions of the ancient Celts, as it can be seen from varied sources, and the several ways an individual's ethnic identity is seen and defined in the contemporary world. Here the other view is stated: that

the methodology and interpretations advocated by the Megaws are both false and dangerous” (Collis, 1997, p. 1).

Lançando mão, mais uma vez, como fez Chapman em 1992, de uma estratégia discursiva que acentuava muito mais o enfoque ideológico, Collis declaradamente estabelece uma relação entre as ideias dos Megaws e a propaganda nazi, acusando-os de falsidade metodológica e perigosa articulação ideológica:

“A methodology of unqualified equation is dangerous - the same as that which underlay the Nazi propaganda claims for territorial expansion. False then, it is false now, laying archaeology open to misuse in land claims or rights over territory - as it has recently shown itself in the Balkans, Australia, North America, the Caucasus, the Near East or Norway” (*Ibid.*, 1997, p. 6).

Collis é o primeiro a apresentar o contra-argumento linguístico, associando-o posteriormente ao arqueológico, ao destacar que a ideia que temos hoje de línguas celtas foi mais uma das operações científicas errôneas e generalistas do século XVIII (*Ibid.*, 1997, p. 3) feitas por antiquários, num momento anterior à formação da arqueologia e da linguística enquanto disciplinas como as conhecemos hoje. Estes antiquários viram uma coincidência entre a dispersão dos objetos arqueológicos do estilo de La Tène com as línguas faladas por comunidades à margem, ou isoladas em território britânico e francês – gaélico escocês, galês, cornoico e gaélico irlandês (no caso britânico), e o bretão da Armórica (no caso francês) (Chadwick, 1997; Cunliffe, 2001, 2018; Le Roux, e Guyonvarc’h, 1993; Powell, 1974).

Somente no ano de 1998, nas páginas da mesma revista onde foi travada até então a maior parte do debate, é que viria a surgir aquele que identificamos como o primeiro mediador efetivo de toda a controvérsia. Foi Simon James, arqueólogo e conservador do Museu Britânico, que, mesmo considerando as questões políticas e ideológicas subjacentes ao tema, o faz de maneira mais comedida. Na sua contribuição para o debate, no artigo “Celts, politics and motivations in archaeology”, se por um lado discorda da postura dos Megaws no que se refere a uma corrente teórica emergente que teria por intuito a invalidação dos celtas como uma cultura amplamente estabelecida na Europa da Idade do Ferro, por outro lado parece concordar sobre a

existência latente, particularmente na Inglaterra, de uma ideologia antieuropeia relacionada com o projeto da União Europeia. Esta corrente estaria fortemente ligada ao medo da perda da soberania britânica, em que “the Celts, ancient or modern, are seen as a possible symbol of internal disintegration and external control” (James, 1998, p. 200).

Num determinado ponto de seu artigo, James parece amenizar a questão afirmando não ter conhecimento de quem realmente estaria argumentando que na Antiguidade não existiriam pessoas referidas como celtas, ou até mesmo na Idade do Ferro. Mas o autor vai mais além, ao dizer que na verdade os Megaws estariam deturpando os resultados das pesquisas dos ingleses, por serem “perplexos *outsiders*” (*Ibid.*, p. 202), numa clara provocação ao casal por serem australianos e, portanto, distantes do cotidiano arqueológico europeu. Por fim, entra na questão das evidências arqueológicas quando afirma que:

“I am certainly puzzled by the diagram in which some English archaeologists are apparently denying both Celtic and even Gaulish identity to Vercingetorix. The challenge is to the concept of a blanket, essentially uniform 'Celtic' identity across much of Europe - and in particular its applicability to Britain, where most Iron Age research by British archaeologists is concentrated” (*Ibid.*, 1998, p. 204).

Outro trecho a seguir, nos parece bastante ilustrativo nesse sentido:

“What links much, probably now most, of the Iron Age archaeological community in Britain is that they no longer see the Celtic paradigm as very useful - while some see it as actively pernicious, for reasons which are explored below. There is no consensus yet on what may replace it. Indeed, it seems that no other single approach is likely to prevail in the foreseeable future, a fragmentation familiar in many areas of contemporary archaeology. Since they truly share only varying degrees of conviction that the traditional pan-Celtic paradigm needs to be consigned to history, it seems to me that the least unsatisfactory shorthand label for this trend is the unlovely term 'post-Celticism’” (*Ibid.*, 1998, p. 206).

Ainda em 1998, seguindo a publicação do artigo de Simon James, o casal de arqueólogos australiano, Ruth e Vincent Megaw, mais uma vez veio a público para uma rápida e contundente resposta quanto às alegações de John Collis, mas principalmente às críticas feitas por James aos resultados de suas pesquisas. No artigo intitulado “The mechanism of (Celtic) dream – a partial response to our critics”, os Megaws fazem uma alusão à classificação arqueológica elaborada por Paul Jacobsthal, que via na arte do período de La Tène uma referência ao “[...] mechanism of dreams where things have floating contours and pass into other things” (*apud* Megaw e Megaw, 1998, p. 432), insinuando, assim, que Collis e James consideram ilusório um debate sobre etnicidade. Em sua defesa, os Megaws têm a dizer que seu trabalho inicial sobre a celticidade aplicada nos dias de hoje foi divulgado antes das iniciativas para a criação de um governo regional independente do governo britânico, e que sendo assim estariam isentos da acusação sobre os aspetos políticos por trás do seu artigo de 1996. Ainda sobre esta questão, os Megaws afirmam que a preocupação com a identidade como construção ou invenção é tão viva no Reino Unido como em qualquer outro lugar. Segundo eles, este novo artigo configura-se como uma resposta ao que lhes teria parecido ter sido:

“[...]a wide-spread ignorance on the part of many archaeologists of the extensive literature examining the nature of past as well as present ethnicities and the need to recognize the multiplicity of identities which may be claimed for any single individual at any one time” (*Ibid.*, 1998, p. 433).

O segundo ponto de sua resposta baseia-se na ideia proposta por Christopher Hawkes acerca de uma “celticidade cumulativa”, ou seja, não estariam defendendo um rótulo único e sólido para as populações da Idade do Ferro, mas sim um conjunto de elementos sociais, linguísticos e culturais que teriam sido compartilhados em maior ou menos escala tendo em vista sua ampla continuidade temporal e distribuição espacial (Hawkes, 1974).

Parece-me que a sua defesa parte, com mérito, do argumento de que todas as sociedades estabelecem, irremediavelmente, os seus rótulos a grupos do presente ou do passado, e que hoje estaríamos fazendo o mesmo com as comunidades da pré e proto-história europeia já que, até agora, ninguém teria sugerido uma classificação melhor que “celtas antigos” para as populações em questão. Os Megaws chamam a

atenção para o equívoco popular de que língua e cultura seriam os meios mais corretos para se igualar as pessoas em termos étnicos, ou o perigo de se fazer tal classificação somente pela determinante genética. Neste sentido, defendem a ideia de que identidade étnica ou nacional hoje em dia pode ser muito mais um estado de espírito que qualquer outra coisa (Megaw e Megaw, 1998, p. 433).

Conforme procuramos evidenciar, o nosso entendimento sobre o passado é constantemente alterado à luz de novas evidências e, sobretudo, se visto pela ótica dos modos como estas são interpretadas pelos modelos teóricos e metodológicos de cada época, bem como por *nuances* políticas identificadas em determinados contextos históricos. Se, na Antiguidade Clássica, o termo “celta” foi utilizado por gregos e romanos para identificar os seus vizinhos bárbaros da maior parte da Europa Central e Ocidental, uma mudança – de cunho político e bélico – foi inaugurada por Júlio César ao identificar os celtas como um dos três povos que compunham a Gália de seu tempo. Esta estratégia discursiva de César parece ter ficado circunscrita apenas ao seu tempo, visto que no máximo teria popularizado, entre observadores clássicos posteriores, a utilização do termo “gaulês”, enquanto ao mesmo tempo o termo “celta” continuaria a ser utilizado como sinônimo para os habitantes das mesmas partes da Europa a que se referiram seus primeiros comentadores no século VI a.C.

No que se refere aos celtas da Antiguidade Clássica, estes não parecem ter desenvolvido de facto uma identidade comum e relacionada com um único etnónimo, reconhecível entre os habitantes da atual República da Irlanda e os da Anatólia ou entre aqueles da Península Ibérica e os da Alemanha e República Checa. O que nos parece evidente, é que a ideia que hoje temos sobre os celtas é uma construção da Idade Moderna – na medida em que foi proposta pela primeira vez relativamente às línguas celtas no século XVI – e que está profundamente ligada ao surgimento das identidades nacionais, bem como de uma espécie de identidade pan-europeia proposta pela União Europeia, que até aqui demonstramos através do debate da década de 1990 e que pretendemos desenvolver em pormenor no que se refere aos reflexos museológicos no próximo capítulo.

O que o debate da década de 1990 parece ter deixado claro, é que o modelo interpretativo tradicional para os celtas, ou seja, o das culturas de Hallstatt e La Tène,

deixou de ser agregador de consensos entre a comunidade científica que se dedica aos Estudos Celtas. Na ausência deste modelo interpretativa consensual, e diante de um ambiente muito polarizado entre os especialistas, uma nova hipótese teria então que ser formulada.

2.2.2. O Paradigma Atlântico e os Celtas do Oeste: novos rumos, novas possibilidades

Uma nova hipótese de trabalho viria então a surgir na primeira década dos anos 2000 com a publicação da obra *Facing the Ocean: the Atlantic and its People 8000 BC-AD 1500*, da autoria do arqueólogo e professor emérito de Arqueologia Europeia da Universidade de Oxford, Barry Cunliffe. Com uma carreira principalmente dedicada à Idade do Ferro europeia, Cunliffe é autor de uma vasta bibliografia dedicada aos celtas, à presença destes nas Ilhas Britânicas e à conexão das Ilhas com o continente europeu. Embora não tenha sido o primeiro a identificar tais conexões, foi, contudo, o primeiro a realizar o grande esforço de consolidar e de explorar as lacunas da evidência arqueológica e da documentação textual greco-latina em associação com novas evidências linguísticas oriundas da Península Ibérica, até então desconhecidas ou pouco exploradas pelos investigadores anglófonos.

Em retrospectiva, a questão atlântica já havia sido proposta pelo geógrafo O.G.S Crawford em 1912, quando identificou num artigo a dispersão de objetos entre as Ilhas Britânicas e o continente europeu desde, pelo menos, a Idade do Bronze, onde destacava a relação entre o vaso campaniforme e objetos de metal, ao sugerir que a importação de estanho para as Ilhas poderia ter origem na Península Ibérica (Crawford, 1912, p. 188). Posteriormente, entre as décadas de 1940 e 1950, o arqueólogo Vere Gordon Childe acabaria por propor, depois de uma série de revisões das suas próprias hipóteses, o seu modelo interpretativo para o megalitismo europeu. Ao sugerir que tais monumentos funerários seriam fruto de um culto cuja dispersão atribuiu aos “missionários” construtores dos megalíticos, tendo o mar ou Oceano Atlântico como vetor para a circulação destas ideias, cosmologias e visões de mundo (Childe, 1950, p. 88-90). Entretanto, os celtas só viriam a ser adicionados à questão atlântica pela

primeira vez em 1969 pelo geógrafo galês Emrys George Bowen (*apud* Cunliffe, 2001, p. 17).

Cunliffe fundamenta a sua hipótese para o que chama “sistema atlântico” invocando os pressupostos da geografia cognitiva, ou seja, a necessidade de que os povos inseridos nas longas cronologias atribuídas à pré e proto-história europeias sejam interpretados através da identificação/formalização de fatores que influenciaram sua cognição espacial e que moldou as duas representações e relações com o espaço. Neste sentido, ao falar dos “muitos mares dentro do Atlântico” propõe, através de uma interpretação da evidência arqueológica no quadro da *longue durée*, a existência de duas zonas ou dois núcleos de importância dentro do sistema atlântico europeu, bem como a de uma zona intermediária (Cunliffe, 2001, p. 19).

O primeiro núcleo ou zona corresponde ao espaço entre a foz do rio Tejo (Portugal) e a foz do rio Souss (Marrocos), enquanto o segundo núcleo ou zona corresponde ao espaço entre as fozes dos rios Loire e Garona (França) e a foz do rio Shannon (Irlanda) – incluindo o Canal da Mancha e o Golgo de Biscaia –, já a zona intermediária corresponde ao território do noroeste da Península Ibérica (*Ibid.*, 2001, p. 34). Os dois núcleos apresentam fatores em comum relativamente à interligação com outros territórios ou mares próximos. Assim, o núcleo ibérico-marroquino fornece uma ligação marítima com o Mediterrâneo através do Estreito de Gibraltar, enquanto por terra tem ligações com o interior do continente pela vertente fluvial, já que muitos dos seus principais rios (Guadiana, Sado e Tejo) garantem uma conexão com o interior da Península Ibérica. O núcleo britânico-francês proporciona um sistema de ligações entre os mares do Norte e Báltico, bem como do Canal da Mancha e do Golfo de Biscaia, com o interior do continente através de alguns dos grandes rios franceses (Garonne, Loire e Sena). Estes dois núcleos estariam, por sua vez, conectados pela zona intermediária do noroeste peninsular graças ao abundante sistema de rias entre o norte de Portugal e a Galiza, garantindo pontos seguros de ancoragem na travessia entre os dois núcleos principais (*Ibid.*, 2001, p. 34).

O sistema atlântico de Cunliffe seria, portanto, o vetor através do qual as populações da fachada atlântica europeia teriam mantido um alto nível de contactos pela via dos caminhos marítimos desde, no mínimo, finais da Idade do Bronze. Segundo Cunliffe, a

evidência arqueológica demonstra que durante pelo menos quatro séculos estes contactos foram intensos em todas as direções dentro do sistema, particularmente no que se refere ao transporte de metais, que teria colocado os grupos de diferentes origens étnicas em contacto. É destes contactos que surge o principal argumento de Cunliffe ao afirmar que a necessidade de comunicação impeliu estes grupos populacionais no sentido de adotarem – ou desenvolverem – uma língua franca que permitiria um “(...) technological knowledge and belief systems to be communicated” (*Ibid.*, 2001, p. 293).

Esta ideia foi retomada por Cunliffe em publicação posterior, ao apontar as contradições linguísticas dentro do modelo centro-ocidental, já que as regiões associadas com as culturas de Hallstatt e La Tène apresentam testemunhos das línguas celtas com formas e estruturas mais desenvolvidas – línguas gaulesa e britânica, por exemplo – enquanto o grupo de línguas mais ocidentais apresentam elementos mais arcaicos – neste caso, as línguas da Península Ibérica (Cunliffe, 2003, p. 54-5). Portanto, Cunliffe defende que o modelo tradicional é contraditório ao apresentar as origens e dispersão dos povos e línguas celtas dentro de um arco temporal de apenas três ou quatro séculos – se considerarmos o século VI a.C. como referência para o início da cultura de La Tène –, arco temporal que seria então insuficiente em termos linguísticas para o surgimento e maturação das diversas línguas celtas identificadas.

A premissa do modelo tradicional não é compatível com os elementos mais arcaicos identificados nas línguas celtas da Península Ibérica, sendo o lusitano ainda um exemplo controverso, se aceitarmos a possibilidade de que seja uma língua proto-celta, ou seja, recém-diferenciada da matriz indo-europeia (Cunliffe e Koch, 2010, p. 3) ou ainda as estelas epigrafadas do sudoeste peninsular – que continuam por decifrar, cujas inscrições são conhecidas como escrita do sudoeste ou tartésica – que, datadas dos séculos VI e V a.C. (Guerra, 2010, p. 66), têm sido objeto de interesse de linguistas, sobretudo pela possibilidade de serem o exemplo mais antigo de uma língua celta abaixo dos Pirinéus. Tal proposta está longe de reunir um consenso definitivo entre os especialistas, mas as interpretações propostas por Koch têm sido cada vez mais aceites no que se refere aos elementos celtas dos Tartesos (Koch, 2009; Koch, 2010, p. 292-295; Koch, 2013; Koch, 2016, p. 468-469).

Tal hipótese de trabalho originou, anos mais tarde, em 2008, uma conferência e subsequente série de publicações que reuniu investigadores de quatro grandes áreas do conhecimento relacionados com os Estudos Celtas, tradicionalmente a arqueologia, línguas e literatura, mas contando finalmente com os contributos da genética, que acabam por ser vistos como o grande divisor de águas das arqueociências dos nossos tempos. Relativamente aos contributos oriundos da genética, vale a pena ressaltar que as análises moleculares e cromossómicas podem apenas apontar a região de origem das suas amostras, não podendo nunca fornecer uma datação definitiva. Contudo, se combinadas com os dados produzidos pelas demais áreas de conhecimento científico, podem servir para reinterpretar ou refinar o conhecimento acerca do que já conhecemos, como, por exemplo, as conclusões de uma abrangente e prematura – se comparada com o modelo das migrações Hallstatt/La Tène – conexão genética entre as Ilhas Britânicas e a Península Ibérica, que favorecem o modelo atlântico (McEvoy e Bradley, 2010, p. 118; Oppenheimer, 2010, p. 146-147; Rørvik, 2010, p. 102; Silva et al., 2021, p. 49-50).

Tudo isto, dados linguísticos e genéticos, se comparados com as mais recentes investigações arqueológicas, demonstram uma coesão no sentido de apontar para uma ampla rede de contactos desde, pelo menos, a primeira metade do terceiro milénio a.C. com a chamada cultura do vaso campaniforme, em especial na sua primeira vertente, a atlântica, cujas origens são atribuídas ao território que hoje conhecemos como Estremadura (portuguesa e espanhola), bem como ao Alentejo, e que coincide com as mais antigas atividades metalúrgicas na Península Ibérica, precedendo em alguns séculos a chegada destas técnicas às Ilhas Britânicas, cujas datações mais antigas apontam para 2400 a.C. na Irlanda. A transmissão de tais técnicas de metalurgia, bem como das ideias e crenças que caracterizam as diferentes tradições funerárias e depósitos votivos, podem ter beneficiado, ou sido asseguradas, por algum tipo de entendimento linguístico, dadas as similaridades e recorrência das tipologias dos objetos metálicos e práticas religiosas em circulação até a Idade do Bronze Final (Fitzpatrick, 2013, p. 62-64; Gibson, 2013, p. 74-76; Gibson, 2016, p. 98-100; Cleary e Gibson, 2021, p. 110-112).

Passada mais de uma década desde o início do projeto internacional de investigação iniciado em 2008 pelos professores Barry Cunliffe e John T. Koch, ambos caracterizaram o estado atual da origem dos celtas como “a dialogue at the crossroads” (Cunliffe e Koch, 2021, p. 192-193), cuja continuidade depende em partes iguais daquilo que consideramos ser um desafio triplo: a) conciliar a natureza e crescente volume dos dados coletados – cultural material de antigas e novas escavações arqueológicas, base de dados linguísticas e os obstáculos impostos pelas limitações e altos custos da análise do genoma antigo; b) do consenso sobre o caminho de dispersão do Indo-europeu; c) a adoção do paradigma atlântico como hipótese de trabalho para o entendimento da pré e proto-história europeias por parte de todos aqueles que dedicam suas investigações a estes temas.

3. Três décadas de exposições dedicadas aos Celtas na Europa (1991 – 2018)

3.1. Aspectos relativos ao corpus documental, metodologia e conceitos

Podemos assumir que, no sentido museológico, uma exposição é acima de tudo a representação de uma realidade, de um fenómeno, ou de um facto. Uma exposição é talvez a mais poderosa ferramenta de comunicação dos museus, e assenta geralmente em objetos que servem de âncoras, e que são organizados em espaços, para a interpretação de contextos que seus curadores (ou comissários científicos) têm a intenção de transmitir aos visitantes. Diferentes leituras podem ser feitas através de um mesmo objeto – ou de um conjunto de objetos –, contudo, o sentido destas leituras é fortemente influenciado pelas alegações do discurso expositivo.

Retomamos assim a premissa que abriu o primeiro capítulo deste trabalho com a afirmação de Benedetto Croce de que “toda história é história contemporânea”, e a esta ideia acrescentamos uma ideia central para os Estudos de Cultura que vem das reflexões de Theodor Adorno, no sentido de que “forma é conteúdo sócio histórico decantado” (Adorno, 2003). Se, com esta afirmação, Adorno se referia à produção literária, aqui transpomos suas ideias para as exposições museais, na medida em que estas se configuram como produções de cultura, encerrando, portanto, narrativas e leituras que refletem o momento histórico da sua produção.

Deste modo, e tendo em linha de conta o que consideramos serem os nossos principais balizadores conceptuais, cabe então definir quais as premissas metodológicas que aqui pretendemos aplicar para a análise do *corpus* documental. O presente capítulo pretende realizar uma análise do conjunto de exposições temporárias dedicadas aos celtas ao longo das três últimas décadas – entre 1991 e 2018 – listadas abaixo:

- a) “Os Celtas: A Primeira Europa”, realizada no Palazzo Grassi (Veneza, Itália) no ano de 1991;
- b) “Celtas e Vetões”, realizada no Palácio dos Guzmanes (Ávila, Espanha) no ano de 2001;
- c) “O Enigma dos Celtas de Glauberg”, realizada na Galeria de Arte de Frankfurt (Frankfurt, Alemanha) no ano de 2002;

- d) “Arte dos Celtas: 700 a. C. - 700 d. C.”, realização conjunta entre o Museu Histórico (Berna, Suíça) e o Museu Estadual de Württemberg (Estugarda, Alemanha) no ano de 2009;
- e) “Celtas: Arte e Identidade”, realização conjunta entre o Museu Britânico (Londres, Inglaterra) em 2015 e os Museus Nacionais da Escócia (Edimburgo, Escócia) em 2016;
- f) “Os Celtas: Boêmia do século VIII ao século I a. C.”, realizada no Museu Nacional (Praga, República Checa) no ano de 2018.

O *corpus* documental que serve de base para a análise destas exposições é composto predominantemente pelos catálogos organizados para as mesmas por considerarmos que, pela natureza efêmera das exposições temporárias, estes seriam os testemunhos mais permanentes tanto das suas formas (organização temática-espacial dos objetos expostos), quanto dos seus conteúdos (premissas estabelecidas pelas instituições e seus comissários científicos). Esta escolha acaba então por justificar a exclusão da exposição “Gaulses, uma exposição impressionante!” realizada em Paris (França) no ano de 2011, já que o catálogo publicado não segue o formato comumente adotado pelos museus ao não procurar refletir o espaço expositivo na organização dos capítulos da publicação e, sobretudo, pela ausência da lista dos objetos expostos.

Relativamente ao *corpus* documental, diferenciamos quatro esferas distintas de conteúdos para esta análise, a saber:

- i. Os textos de introdução, prefácio e/ou apresentação dos catálogos, de caráter institucional e/ou científico que podem ser lidos como verdadeiros manifestos de intenção por parte de seus comissários executivos e/ou científicos;
- ii. A organização temática-espacial das exposições, tendo como base a própria estrutura dos catálogos e/ou a estrutura das listas de objetos expostos agrupados em eixos de leitura:
 - a. Eixo introdutório: em que podemos agrupar as secções expositivas de acordo com aquilo que entendemos serem os elementos que introduzem os públicos às principais linhas da narrativas expositiva;

- b. Eixo transversal-temático: em que nos foi possível identificar as secções expositivas no que se refere aos elementos culturais da civilização celta, designadamente a arte, as práticas funerárias, o comércio, entre outros;
 - c. Eixo transversal-historiográfico ou etno-historiográfico: eixo identificado tendo como base os balizadores cronológicos da cultura celta e, em uma das exposições, com associação etnográfica;
 - d. Eixo geográfico-espacial: eixo de leitura que agrupa as secções expositivas organizadas em recortes espaciais.
- iii. As listas de objetos expostos, obtendo delas informações relativamente às proveniências, cronologias e recorrências dos objetos entre as exposições analisadas;
 - iv. Os textos produzidos pelos comissários científicos das exposições, na medida em que enquadram, contextualizam, interrelacionam e interpretam os objetos dentro das premissas expositivas.

A abordagem metodológica que aqui adotamos é a da Análise de Conteúdo conforme proposta por Laurence Bardin em 1977, bem como por uma releitura e adaptação deste método retiradas das aulas de Ciro Flamarion Cardoso, antigo professor da Universidade Federal Fluminense no Rio de Janeiro, que foram compartilhadas com o autor deste trabalho (Bardin, 1995; *apud* Ribeiro, 2018, p. 103-104). Neste sentido, para leitura e análise da esfera de conteúdo (item “i” da lista acima) adotamos como procedimento a elaboração de uma grade de leitura dividida em três níveis de conteúdo (Bardin, 1995, p. 104-108):

- Categorias e subcategorias temáticas: pautadas nas premissas de pertinência, homogeneidade e objetividade;
- Unidades de contexto: agrupamentos temáticos para compreensão e codificação do bloco de conteúdo seguinte;
- Unidades de registo: unidades de significação identificadas em palavras, trechos e/ou frases do conteúdo analisado.

Para a análise da organização temática-espacial das exposições (item “ii” da lista de esferas de conteúdo), e dada a escassez de exemplos práticos, tivemos que formular uma metodologia própria para este efeito. Assim, esta formulação consistiu na criação

de fluxogramas que refletem as estruturas dos catálogos e/ou das listas de objetos, no sentido de identificar e ordenar as secções ou percurso expositivo. Os itens apresentados nos fluxogramas respeitam aquilo que identificamos com blocos narrativos – representados verticalmente –, e que orientam a disposição das secções, podendo em alguns casos terem registos nulos ou combinados de secções entre os respetivos blocos narrativos. Além disso, identificamos chaves de leitura que descodificam e facilitam a compreensão das principais linhas narrativas, claro que identificadas consoante aquilo que neste trabalho propomos analisar.

Já no que se refere às listas de objetos expostos (item “iii” da lista de esferas de conteúdo), adotamos uma análise quantitativa que resultou na geração de gráficos – por proveniência e, em alguns casos, combinada com a datação dos objetos –, além da análise das redundâncias de objetos entre as seis exposições. Por fim, os dados obtidos através da análise quantitativa serão combinados com os conteúdos dos artigos produzidos pelos comissários científicos das exposições (item “iv” da lista de esferas de conteúdo) com o objetivo de fornecer pistas para a compreensão das convergências e contradições das narrativas expositivas.

3.2. Análise de conteúdo do *corpus* documental das exposições

3.2.1. 1991 – Veneza (Itália) “Os Celtas: A Primeira Europa”

3.2.1.1. Análise de conteúdo dos elementos discursivos conforme Apêndice 1 – Grade de leitura A

Na análise¹⁶ do nome da exposição (categoria temática) e sua justificativa (unidade de contexto) verificamos, em primeiro lugar, a associação feita por Feliciano Benvenuti de três termos (“celta” + “origens” + “Europa”), fundamentais para esta análise, que o então presidente do Palazzo Grassi justifica como uma “escolha” para “prestar uma homenagem” a uma Europa que chama “nova” (Benvenuti, 1991, p. 11). Se considerarmos o contexto histórico daquele momento específico em que a exposição foi realizada (1991), logo podemos assumir que Benvenuti refere-se à Europa após a queda do bloco soviético, bem como à reunificação da Alemanha e, portanto, a um momento de abertura da Europa Ocidental aos países do Leste. Neste sentido, quando

¹⁶ Consultar Anexo 1 para o texto completo em idioma original.

diz que “a Europa de hoje traça suas raízes da herança céltica, que está lá para todos verem” (*Ibid.*, 1991, p. 11), acaba por estabelecer a premissa de que estas supostas origens comuns dos povos europeus sempre foram um dado assumido e conhecido de todos.

Como já discutimos no capítulo anterior deste trabalho, tal premissa não é de todo consensual, especialmente entre um grupo de arqueólogos que questiona, ou até mesmo invalida, a utilização do termo “celta” aplicado às populações da proto-história europeia, tendo sido, inclusive, esta exposição realizada em Veneza o evento que acabou por espoletar o contundente debate acadêmico que analisámos no capítulo anterior. Ao definir os objetivos da exposição (categoria temática), Benvenuti estabelece que a exposição quer comunicar (unidade de contexto) aquilo que considera serem os celtas “e sua presença contínua e quase imutável” (*Ibid.*, 1991, p. 11). Mais uma vez verificamos que, do ponto vista discursivo, há uma intenção de comunicar uma narrativa de continuidade dos elementos associados aos celtas nas sociedades europeias numa linha temporal direta que remonta à Antiguidade.

Ainda sobre os objetivos da exposição, identificamos que esta quer provocar (unidade de contexto) “um momento de reflexão”, mas um momento de reflexão que o texto deixa muito claro e circunscrito, e se ao afirmar que a mensagem que a exposição oferece “é a mesma [que foi] oferecida pelos celtas” (*Ibid.*, 1991, p. 11) pode parecer um tanto ingênua, na realidade esconde um flagrante anacronismo da parte daquele que apresenta a exposição do ponto de vista institucional.

Já na esfera dos argumentos (categoria temática) científicos e museológicos (unidades de contexto), verificamos que Benvenuti intencionalmente faz uso do termo “científico” associado com os conceitos de “método histórico” e “civilização” para reforçar o discurso das “origens comuns” da Europa atribuídas aos celtas (*Ibid.*, 1991, p. 11). Neste caso, são evocados os dados pressupostos teóricos e metodológicos da arqueologia – de que tratámos no Capítulo 1 –, no sentido de identificar povos ou grupos étnicos antigos tendo como base a classificação e categorização de sua cultura material. A mesma relação entre os objetos arqueológicos, o método arqueológico e os povos do presente foi identificada em relação às categorias de análise “identidade/passado” e “identidade/presente” no âmbito das suas respectivas unidades de contexto “origens

comuns” e “património compartilhado”. Sobre o passado, Benvenuti reafirma sua ideia inicial “de que todas as culturas europeias podem traçar suas raízes até a origem dos celtas” ao definir que através da investigação arqueológica os objetos servem para investigar “as raízes dos vivos” (*Ibid.*, 1991, p. 11).

3.2.1.2. Análise de conteúdo dos elementos discursivos conforme Apêndice 2 – Grade de leitura B

Desta vez, pelas palavras dos coordenadores do comissariado científico no prefácio ao catálogo da exposição¹⁷, Jean Leclant e Sabatino Moscati, definem uma segunda defesa do nome da exposição (categoria temática) e sua justificativa (unidade de contexto). Novamente, é possível identificar uma componente declaradamente política para justificar o subtítulo da exposição “A primeira Europa”. Para este efeito, Leclant e Moscati referem que a exposição foi concebida essencialmente com o objetivo de apontar o caráter “verdadeiramente único” da civilização celta na medida em que esta seria, de acordo com seus pontos de vista, a primeira civilização documentada em âmbito europeu e, que por isso, se justifica de forma análoga “para o grande processo iminente da unificação da Europa Ocidental” (Leclant e Moscati, 1991, p. 12-13).

Se observarmos, entretanto, os argumentos relativamente aos objetivos da exposição (quer comunicar, enquanto unidade de contexto) é manifesto o caráter monumental espectável para esta exposição que, nas palavras de seus comissários, dever ser não “uma” exposição mas sim “a” exposição sobre os celtas (*Ibid.*, 1991, p. 12-13). Para este efeito, o desdobramento planejado nos públicos também fica claro quando estabelecem como objetivo (quer provocar, unidade de contexto) a intenção de “trazer um mundo desaparecido de volta à vida” (*Ibid.*, 1991, p. 12-13) utilizando de recursos comparativos entre o que foi dito sobre os celtas no passado e o que deles sabemos hoje, sendo este último ponto uma clara relação entre a documentação textual greco-latina e os resultados da mais recente investigação arqueológica. Neste aspeto, inclusive, declaram sua divergência no que diz respeito às práticas museológicas relativamente aos modos de apresentação das narrativas expositivas aos públicos que, na experiência destes

¹⁷ Consultar Anexo 2 para o texto completo em idioma original.

comissários, não deve se restringir à mera sugestão em suas narrativas, mas sim explicá-las.

Existem dois pormenores interessantes de notar no que se refere ao recorte (categoria temática) da exposição. O primeiro deles tem a ver com aquilo que estabelecem como recorte temporal da exposição, uma vez que alegam cobrir um vasto arco temporal desde “as mais remotas evidências pré-históricas”, não especificando claramente quais, até ao “limiar dos tempos modernos” (*Ibid.*, 1991, p. 12-13). Contudo, se considerarmos a lista de objetos expostos, o que apresenta uma datação mais recente remete para o século XII d.C. (ver Apêndice 12, linha 1522, n.º de catálogo IT.720). Sobre os “celtas modernos” sobre quem escrevem Leclant e Moscati, só identificamos um pequeno capítulo, incluído no final do catálogo, intitulado “*The Modern Celts*” que, em verdade, trata em apenas quatro páginas a questão das línguas célticas faladas ainda em nossos tempos pelas populações de territórios marginais de França, Reino Unido e interior da República da Irlanda (Mac Eoin, 1999).

O segundo pormenor de interesse está relacionado com o que identificamos como uma sutil, mas reveladora, diferença na utilização do termo “centro-oriental” como um dos balizadores geográficos para definição do recorte espacial da exposição (*Ibid.*, 1991, p. 12-13). Ora, no capítulo anterior tivemos como referência uma série de investigadores que de forma unânime preferem utilizar o termo “centro-ocidental” ao circunscreverem os territórios apontados como os de origem dos celtas, se aceitarmos o tradicional modelo Hallstatt-La Tène. Este pormenor poderia ser ignorado ou apontado como irrelevante, se não fosse por aquilo que afirmam os comissários da exposição acerca da motivação (categoria temática) e o contexto em relação ao momento da exposição (unidades de contexto). Para além de justificarem que “uma exposição geral” sobre o tema ainda não havia sido tentada, mais uma vez somos confrontados com o argumento político e as circunstâncias sócio-históricas como fator de motivação para a exposição, ao explicitamente saudarem entusiasticamente o facto de que “a Europa Oriental jogaria abaixo suas barreiras e rapidamente, quase dramaticamente adotaria o sistema político e económico ocidental” (*Ibid.*, 1991, p. 12-13).

No âmbito dos argumentos científicos e museológicos (unidades de contexto) com que caracterizam a exposição, encontramos uma recorrente associação do senso comum de

que os celtas seriam “os menos conhecidos das civilizações antigas” e, portanto, sempre permeados de “elementos de mistério” (*Ibid.*, 1991, p. 12-13). Estas afirmações parecem, no nosso entender, ecoar os estereótipos sobre os celtas oriundos daquilo que os observadores greco-latinos transmitiram em seus tempos, e que refletem as suas próprias visões de mundo. Finalmente, é deste cenário de espanto e entusiasmo com os acontecimentos de finais da década de 1980 e, ao mesmo tempo, de um sentido de oportunidade na criação de uma narrativa de identidade, que estes dois comissários da exposição concluem ter sido aquele o momento ideal para propor os celtas como um “denominador europeu comum” (*Ibid.*, 1991, p. 12-13). A exposição em questão, por isso, se justificava por configurar e dar forma a uma espécie de ponte reconciliadora entre passado e presente já que os celtas teriam para oferecer aos europeus, naquele contexto, uma espécie de chamamento “às nossas raízes comuns” (*Ibid.*, 1991, p. 12-13).

3.2.1.3. Análise da organização temática-espacial da exposição “Os Celtas: a Primeira Europa”

Em nossa análise da organização temática-espacial (ver Apêndice 13) das seções expositivas pertencentes ao eixo introdutório, e tendo como base as chaves de leitura propostas para este eixo, conseguimos identificar que a exposição parte de uma narrativa baseada na historicidade dos celtas por meio dos relatos presentes na documentação textual greco-latina, bem como daquilo que aqui já referimos anteriormente como uma visão do “outro”. Os objetos expostos nas seções “A Grande Oferenda Votiva” e “A Pequena Oferenda Votiva de Attalus” são todos originais de esculturas gregas ou cópias romanas, provenientes de Itália, que representam as visões idealizadas dos celtas enquanto vizinhos bárbaros das civilizações mediterrânicas, bem como dos encontros entre estas civilizações (Andreae, 1991; Mattei, 1991).

Já a seção “Os Celtas: As Origens da Europa” conta apenas com três objetos que podem ser vistos como muito reveladores da narrativa das origens que os comissários tinham em mente (ver Anexo 13 – Gráfico 1); afinal estes três objetos são provenientes de três países distintos (República Checa, França e Suíça), todos enquadrados num arco cronológico entre os séculos III e I a.C., quando em outros momentos da exposição

utilizam objetos de cronologias mais antigas e provenientes da zona centro-ocidental que, para alguns, não incluiria a República Checa. Entretanto, ao analisar as proveniências dos inúmeros objetos expostos na secção “Um Continente para um Povo: Os Celtas no Leste - Os Celtas no Oeste”, nos parece ser possível apontar uma contradição relativamente à secção anterior. É notório, que existem cronologias mais antigas (séc. V a.C.) atribuídas aos objetos de proveniência muito mais ao ocidente da área central da Europa.

Se seguirmos para o segundo eixo de leitura proposto, o de natureza transversal-temática, verificamos que a exposição tem refletidas em seis secções (ver Apêndice 2, secções 13, 14, 16, 17, 18 e 19) narrativas que nos falam de uma proto-urbanização da Europa empreendida pelos celtas, muito dependente de um sistema de trocas de ideias neste vasto território que lhes é atribuído graças a uma cosmovisão compartilhada, bem como por meio das trocas comerciais com seus vizinhos do Mediterrâneo (Maier, 1991; Kellner, 1991; Duval, 1991; Kruta, 1991a; Kruta, 1991b; Kaul, 1991a; Kaul, 1991b).

No quarto eixo de leitura, transversal-historiográfico, fica notória a narrativa expositiva que privilegia o modelo interpretativo arqueológico vigente de então, baseado nas culturas arqueológicas de Hallstatt e La Tène, bem como na historicidade dos celtas tendo como base os relatos greco-latinos acerca dos movimentos populacionais para conquistas de territórios fora de zona de origem transalpina que lhes tem sido atribuída por toda a narrativa expositiva. Esta historicidade dos celtas começa por ser abordada na primeira secção agrupado neste eixo de leitura, intitulada “A entrada dos Celtas na História: As Primeiras Mensagens Escritas da Itália”, e trouxe ao público um conjunto de objetos de contexto funerário – alguns com inscrições – provenientes principalmente da região do Piemonte (Itália).

Na segunda secção deste eixo historiográfico – “Os Príncipes Celtas: O Alvorecer de uma Nova Cultura Europeia” – verificamos mais uma vez pela análise dos objetos expostos de cronologias mais antigas a intenção de atribuir esta suposta nova cultura europeia a uma zona mais alargada, que incluiria já parte do leste europeu (ver Anexo 14 – Gráfico 3). Aqui nos referimos ao que em Estudos Celtas é conhecido como “túmulos principescos” das áreas sob influência das culturas de Hallstatt e La Tène. Trata-se de uma tipologia de sepulturas das elites locais da Idade do Ferro – em alguns casos com

proporções monumentais – onde foram escavados objetos de grande valor simbólico por suas conexões com as civilizações do Mediterrâneo, bem como pela identificação de elementos decorativos que definem o que se convencionou chamar por arte celta, sobretudo em sua vertente lateniana mais tardia, e disseminada na quase totalidade do território identificado com os celtas (Barth, 1991; Bertheliet-Ajot, 1991; Biel, 1991; Frey, 1991a; Frey, 1991b; Bertheliet-Ajot, 1991).

Por fim, a análise do agrupamento de secções sob o eixo geográfico – espacial revelou mais uma vez uma coerência no quadro do modelo Hallstatt-La Tène. As secções foram divididas e identificadas seguindo mais uma vez a narrativa que privilegia os relatos greco-latinos acerca da presença dos celtas, bem como de suas migrações para território fora da sua suposta zona de origem, e até os seus pontos máximos de expansão na Anatólia e nas Ilhas Britânicas. Contudo, nesta exposição já era possível identificar o que mencionámos no capítulo anterior relativamente aos problemas apresentados pelos testemunhos arqueológicos atribuídos aos celtas na Península Ibérica. A problemática a que nos referimos é aquela gerada pela utilização das tipologias de objetos, sobretudo da cultura de La Tène, como principal marcador para identificar a presença dos celtas fora do seu berço centro-ocidental.

Neste caso, o argumento é dado por Martín Almagro-Gorbea quando, ao apontar que os termos “Hallstatt, post-Hallstatt or La Tène” não têm nenhuma aplicação para os componentes da cultura material pré e proto-históricos da Península Ibérica. Este comissário vai além em seu argumento ao apontar as divergentes posturas dos linguistas no que se refere ao momento em que as línguas célticas teriam chegado ao território ibérico, apontando para a possibilidade de estes elementos terem origens entre as populações pré-romanas desde, pelo menos, o final da Idade do Bronze (Almagro-Gorbea, 1991, p. 389-390). Ainda que estes argumentos sejam pouco desenvolvidos por Almagro-Gorbea no único capítulo dedicado aos celtas na Península Ibérica em todo o catálogo, não podemos deixar de notar que uma hipótese atlântica já era considerada e que, mais tarde, viria a se opor frontalmente ao modelo tradicional para as origens dos celtas.

3.2.2. 2001 – Ávila (Espanha) “Celtas e Vetões”

3.2.2.1. Análise de conteúdo dos elementos discursivos conforme Apêndice 3 – Grade de leitura C

Diferentemente da exposição anterior, a exposição realizada no ano de 2001 na cidade espanhola de Ávila pode ser enquadrada enquanto uma exposição de caráter regional com pretensões europeias mais alargadas, se nos detivermos em alguns trechos selecionados da apresentação ao catálogo da exposição¹⁸ feita pelo então presidente do Conselho Provincial de Ávila, Sebastián González Vázquez. Provavelmente por ser um representante de governo, Vázquez começa por oferecer apenas aqueles que considera serem os objetivos da exposição (categoria temática) no sentido de comunicar (unidade de contexto) o que adjetiva como a “extraordinária riqueza patrimonial” (Vázquez, 2001, p. 15) dos sítios datados da Idade do Ferro da província de Ávila, afirmando ao mesmo tempo querer promover (unidade de contexto) com a exposição os potenciais desenvolvimentos económicos através do turismo. Entretanto, não deixa de registar um argumento científico (unidade de contexto) na forma de crítica ao afirmar que “algumas áreas do continente, como a Península Ibérica, serem deixadas de fora da análise” (*Ibid.*, 2001, p. 15).

Cabe-nos ainda ressaltar, da apresentação de Vázques, no âmbito da identidade (categoria temática) e das suas relações com passado e presente (unidades de contexto), a referência ao território ibérico como o de origem dos “testemunhos mais antigos conhecidos na Europa sobre a *Keltiké*” e, por sua vez, de um recurso discursivo que associa esta antiguidade dos testemunhos arqueológicos de Ávila com a ideia de património compartilhado que, para ele, representam as “origens essenciais da Espanha e Europa” (*Ibid.*, 2001, p. 15).

3.2.2.2. Análise de conteúdo dos elementos discursivos conforme Apêndice 4 – Grade de leitura D

Já no prólogo ao catálogo¹⁹, escrito por Carmelo Luis López (diretor do Instituto Grão-Duque de Alba), verificamos que a crítica do texto anterior, feita sob a forma de

¹⁸ Consultar Anexo 3 para o texto completo em idioma original.

¹⁹ Consultar Anexo 4 para o texto completo em idioma original.

argumento científico, desta vez assume seu lugar enquanto elemento discursivo para definir os objetivos da exposição (categoria temática), que quer comunicar (unidade de contexto) ou “difundir o patrimônio cultural da Espanha e Europa, tão rico e variado” ao mesmo tempo que pretende provocar (unidade de contexto) uma mudança de postura entre a comunidade de investigadores “sobre os Celtas na Península Ibérica” (López, 2001, p. 17). López vai mais além ao sugerir, de forma certamente anacrônica e com algum pendor nacionalista, que do ponto de vista científico (unidade de contexto) este interesse por parte dos investigadores deveria ser maior, já que o território ibérico, “se não tivesse sido alterado pela dominação romana, estava prestes a desenvolver uma cultura de enorme complexidade e importância” (*Ibid.*, 2001, p. 17). A componente de orgulho nacional fica ainda mais evidente se consideramos os trechos destacados para a análise das identidades (categoria temática), desde logo na sua relação com as origens (unidade de contexto), já que López assume como importante dar a conhecer uma maior antiguidade do “patrimônio abulense [que] foi se formando a partir de um tempo bem anterior ao do florescimento e esplendor de nossos grandes místicos (Santa Tereza e São João da Cruz)” o que, portanto, reforçaria um sentido de património compartilhado (unidade de contexto) que extravasa o período medieval, apontando raízes mais antigas (*Ibid.*, 2001, p. 17).

3.2.2.3. Análise de conteúdo dos elementos discursivos conforme Apêndice 5 – Grade de leitura E

Já a introdução ao catálogo²⁰ ficou a cargo de dois representantes dos comissariados científicos reunidos para a exposição, Martín Almagro-Gorbea (comissariado internacional) e María Mariné (comissariado espanhol). Destacamos que Almagro-Gorbea contribuiu com um dos capítulos do catálogo da exposição de 1991 em Veneza, o único dedicado aos celtas da Península Ibérica. Do ponto de vista dos objetivos da exposição (categoria temática), identificamos uma componente didática na pretendida forma de comunicação (unidade de contexto), já que seus comissários declaram de forma expressa quererem “mostrar, de forma clara e agradável, as perguntas mais frequentes” relativamente aos celtas no que se refere às suas formas de viver e fazer,

²⁰ Consultar Anexo 5 para o texto completo em idioma original.

bem como do legado deixado para o presente (Almagro-Gorbea e Mariné, 2001, p. 21-23). A provocação esperada com a exposição (unidade de contexto) fica evidente na afirmação de que esta não deve “acabar nas restritas salas” dos museus, o que reforça seu caráter regional e de impulsionador de desenvolvimento económico (*Ibid.*, 2001, p. 21-23).

Assim, com um recorte espacial e temporal muito bem definido, os comissários retomam – desta vez de forma mais diplomática –, as críticas feitas nos textos analisados anteriormente sobre um aparente esquecimento da comunidade académica no que se refere aos testemunhos dos celtas na Península Ibérica. Estes argumentos são apresentados no que identificamos como motivação ou oportunidade (categoria temática), e que caracterizam o momento de organização da exposição (unidade de contexto). Sobre isto, os comissários destacam que os povos celtas da antiga Hispânia ainda não tinham sido “objeto de uma recapitulação própria”, mas referem uma espécie de interesse despertado, mas reprimido no passado recente, especialmente depois de alguns objetos ibéricos terem sido apresentados em exposições internacionais, de entre as quais destacam “a já paradigmática ‘I Celti de Venezia’ em 1991” (*Ibid.*, 2001, p. 21-23). Esta posição dos comissários acaba por reforçar os argumentos científicos e museológicos da exposição (unidades de contexto), já que pretendem “reparar esse aparente esquecimento” por parte dos investigadores de outras nacionalidades, bem como de fornecer para este efeito uma exposição retrospectiva sobre os celtas que cubra as “suas origens e extensão” no território europeu (*Ibid.*, 2001, p. 21-23).

Contudo, a análise dos elementos discursivos dos trechos identificados com as identidades (categoria temáticas) traz mais uma vez os mesmos argumentos, que aqui já podemos propor como meta-narrativa, presentes não só nos textos anteriormente analisados desta exposição, mas, sobretudo, também nos argumentos identificados nos textos da exposição de Veneza (1991). Aqui referimo-nos ao que nos parece ser o uso de um recurso discursivo que carrega a meta-narrativa da utilização dos celtas como elo comum e mais antigo elemento identitário dos povos europeus.

Sobre esta questão, os comissários da exposição de Ávila reforçam a ideia das origens comuns (unidade de contexto) numa escala europeia ao afirmarem que os celtas oferecem a componente “fundamental para compreender nossos profundos vínculos

com a formação da antiga Europa” ao mesmo tempo que refletem e reforçam um sentimento de património compartilhado (unidade de contexto) representadas por “nossas raízes distantes, que compartilhamos com grande parte da Europa atual” (*Ibid.*, 2001, p. 21-23). É de notar que esta Europa atual – a de 2001 – pode ser na verdade identificada com a União Europeia, que com o seu duradouro lema “*in varietate concordia*” (‘unidade na diversidade’) esteve envolvida com a realização da exposição de Veneza em 1991 através do Comissariado Europeu para a Cultura, Informação e Comunicação. Se recuamos dez anos, é para identificar um provável ponto de contacto com o contexto político de Espanha em 2001 que, embora já fosse estado membro da União Europeia desde 1986, daria no ano seguinte um dos mais decisivos passos no caminho da integração europeia: a adesão ao euro em janeiro de 2002.

3.2.2.4. Análise da organização temática-espacial da exposição “Celtas e Vetões”

Na nossa análise da organização temática-espacial (ver Apêndice 14) proposta para a exposição, identificamos secções expositivas que se enquadram no eixo de leitura introdutório – a semelhança da exposição de 1991 em Veneza. Na primeira secção expositiva “Os Celtas na Europa - Sala 1. A Origem” encontramos inclusive um dos primeiros objetos recorrentes entre três das seis exposições analisadas neste trabalho (ver Apêndice 12, n.ºs de catálogo IT.418^a, ES.1, AL.6). Trata-se do primeiro objeto da exposição, uma representação escultórica de guerreiros gauleses que pertenceria ao friso de um templo localizado na cidade de Civitalba (Ancona, Itália). Aqui, verificamos a adoção, se bem que em menor escala, da mesma estratégica introdutória identificada na exposição de Veneza em 1991, ou seja, a de apresentar os celtas tendo como ponto de partida a sua representação de acordo com a visão de mundo greco-latina e, por sua vez, estabelecendo para eles um parâmetro específico da sua historicidade. O segundo elemento a destacar nesta secção dedicada às origens dos celtas, é o recurso a objetos cujas cronologias mais antigas superam em muitos séculos as cronologias dos objetos da exposição de Veneza (ver Anexo 15 – Gráfico – 3).

Se na exposição de Veneza os objetos expostos na secção dedicada às origens dos celtas tinham como cronologia mais antiga o século V a.C., na exposição de Ávila esta

cronologia é aumentada em pelo menos cinco séculos de antiguidade e, não menos importante, e diferentemente da narrativa de Veneza, a de Ávila selecionou exclusivamente objetos da zona centro-ocidental em detrimento daqueles expostos em Veneza, que ofereciam uma narrativa mais ao leste do continente europeu. Esta disparidade ou incoerência entre as duas exposições pode refletir e reforçar a problemática em torno da exposição de Veneza com a sua narrativa que consideramos pouco heterodoxa – cujo debate apresentamos no capítulo anterior –, já que o próprio Martín Almagro-Gorbea havia indicado estes problemas de fundo da arqueologia pré e proto-histórica ibéricas em seu capítulo para exposição de 1991 (Almagro-Gorbea, 1991). Contudo, o comissário científico explora com muitos mais detalhes estas questões em seu capítulo para a exposição de Ávila, propondo mais uma vez as suas relações com a cultura do Vaso Campaniforme em sua vertente atlântica (Almagro-Gorbea, 2001a, p. 95-98).

Somente nas secções seguintes (Os Celtas na Europa - Sala 2. Reis e Os Celtas na Europa - Sala 3. ... E Príncipes) verificamos um pequeno aumento na diversidade dos objetos no que se refere aos países de proveniência, que passam a incluir objetos mais ao leste da zona centro-ocidental. Tratam-se de duas secções dedicadas aos túmulos principescos, também identificados na exposição de Veneza. Contudo, mais uma vez verificamos a seleção de objetos de cronologias mais antigas se comparados com a exposição anterior (ver Anexo 16 – Gráfico 4).

Relativamente ao eixo de leitura transversal – temático, foi possível identificar que cinco secções estabelecem uma narrativa de âmbito europeu, enquanto que outras três secções tratam das temáticas em âmbito ibérico. Todas elas, seja do ponto de vista continental ou peninsular, podem ser lidas com as mesmas chaves deste eixo atribuídas à exposição de Veneza. Verificamos que as secções reforçam os conceitos de proto-urbanização da Europa através de trocas comerciais, e de uma cosmovisão compartilhada nestes territórios visíveis na cultura material da sua arte, práticas funerárias, escrita e religiosidade (Almagro-Gorbea, 2001b; Blázquez, 2001; Bravo, 2001; Villar, 2001).

Novamente, como no eixo anterior, o terceiro eixo desta exposição também apresenta uma narrativa que contextualiza num momento os celtas no continente europeu para,

posteriormente, contextualizá-los na Península Ibérica. Neste aspeto, sua análise acabou por fornecer chaves de leitura que não são de todo compatíveis com as chaves de leitura para o mesmo eixo da exposição de Veneza. Esta exposição, no que toca aos territórios ao norte dos Pireneus, apresenta a componente invasionista das populações celtas relacionando a sua expansão territorial com a cultura de La Tène como marcador temporal (em cerca de 400 a.C.).

Pelo contrário, a secção expositiva dedicada aos celtas ibéricos (Os Celtas na Hispânia: As Raízes) contou com a seleção de objetos (ver Anexo 17 – Tabela 1) que oferecem uma clara contradição ao modelo de La Tène, dadas as suas cronologias serem anteriores ao século IV a.C., período comumente aceite para a introdução da cultura material lateniana em território ibérico. Esta escolha por parte dos comissários da exposição vai ao encontro daquilo que começaria a ser proposto enquanto nova hipótese de investigação relativamente às possíveis origens dos celtas na fachada atlântica europeia, e tendo a Península Ibérica como ponto focal de que abordámos no final do capítulo anterior.

Na análise da organização espacial e temática desta exposição identificamos ainda um fator inédito nas demais cinco exposições analisadas no que se refere às secções que enquadrámos no eixo de leitura transversal – historiográfico por terem incluído uma secção que finaliza a exposição com carácter evidentemente etnográfico. Neste caso, a secção contou com a instalação de painéis exibindo fotografias das manifestações culturais de cariz popular do interior de Espanha, cujas origens estariam associadas com sobrevivências culturais celtas.

No quarto e último eixo de leitura proposta, agrupámos as secções que, através de recortes geográficos, seleccionaram objetos representativos dos diversos grupos étnicos pré-romanos da Península Ibérica. Se tomarmos como base apenas a quantidade de objetos seleccionados para cada uma das secções dedicadas aos grupos pré-romanos, conseguimos identificar uma maior representatividade dos grupos do noroeste peninsular – vetões, lusitano-galaicos, ástures, cântabros e turmogos –, seguidos do grande grupo étnico do centro da peninsular – celtiberos (ver Anexo 18 – Gráfico 5).

Esta relativa disparidade entre a representatividade dos grupos étnicos parece ser muito mais um reflexo do maior ou menor grau de conhecimento científico acerca destes grupos, do que uma mera escolha dos seus comissários no sentido de privilegiarem um determinado recorte em detrimento de outros (Álvarez-Sanchís, 2001; Arroyo, 2001; Berrocal-Rangel, 2001; Lorrio, 2001; Mínguez e Valls, 2001; Silva, 2001).

3.2.3. 2002 – Frankfurt (Alemanha) “O Enigma dos Celtas de Glauberg”

3.2.3.1. Análise de conteúdo dos elementos discursivos conforme Apêndice 6 – Grade de leitura F

Das palavras de saudação que abrem o catálogo da exposição²¹ escritas por Roland Koch, o então Ministro-Presidente do Estado de Hesse (Alemanha), foi-nos possível identificar mais uma vez um conjunto de elementos discursivos que, como nas exposições anteriormente analisadas, refletem mais um episódio de uma meta-narrativa de identidade europeia relacionado com os celtas subjacente ao discurso expositivo. Koch começa por justificar a exposição e o seu nome com o que considera ser o seu argumento principal: “novos achados reconhecemos com grande respeito a elevada realização cultural desta ainda enigmática e pouco investigada cultura” (Koch, 2002, p. 4). No que diz respeito aos novos achados, Koch refere-se ao longo projeto de investigação levado a cabo no sítio arqueológico de Glauberg (município de Glauburg, distrito de Wetterau) entre os anos de 1985 e 1998.

A descoberta da célebre escultura do chamado Guerreiro de Glauberg data, inclusive, de 1985, sendo ele o mesmo objeto escultório que serve de mote e objeto âncora para a construção de toda a narrativa da exposição, como veremos. Se retornarmos à questão da meta-narrativa europeia, é na definição dos objetivos da exposição (categoria temática) que identificamos mais uma vez este recurso discursivo de utilizar uma exposição como símbolo de integração entre Estados membros da União Europeia. Afinal, o próprio Koch refere, no âmbito do que querem comunicar (unidade de contexto), que “a exposição simboliza a parceria da Europa moderna das diferentes regiões” (*Ibid.*, 2002, p. 4). Por isso, na visão do governante, a exposição deve provocar

²¹ Consultar Anexo 6 para o texto completo em idioma original.

(unidade de contexto) nos seus públicos esta ligação já que “a cultura celta no seu apogeu influenciou quase todo o continente” (*Ibid.*, 2002, p. 4).

No âmbito das motivações (categoria temática) e do contexto em relação ao momento (unidade de contexto), Koch torna a exaltar as descobertas arqueológicas realizadas no Estado de Hesse e refere o grande interesse que estas descobertas despertaram no público. Entretanto, consideramos altamente relevante os elementos discursivos, relacionados mais uma vez com o contexto europeu, que Koch apresenta relativamente à identidade (categoria temática) e ao património compartilhada (unidade de contexto), visto afirmar ser a exposição relevante “para o nosso presente, que se caracteriza por uma integração crescente e o aumento da interdependência na Europa, são de grande atualidade os testemunhos de uma cultura que por vezes se estendia por uma grande parte de Europa” (*Ibid.*, 2002, p. 4).

Ora, não podemos deixar de referir aqui um exemplo que parece corroborar preliminarmente a nossa análise acerca de uma meta-narrativa europeia já que, afinal, no mesmo ano de realização da exposição (2002), o euro passou a ser a única moeda legal dentro dos então treze Estados Membros. Esta ideia de integração e interdependência na União Europeia apresentada por Koch parece ter ainda mais respaldo no sentido de um recurso discursivo intencional se considerarmos o que o governante diz acerca das origens comuns (unidade de contexto) com os celtas, pois “tinha relações comerciais muito abrangentes e estavam em contacto com outros povos através de movimentos migratórios de longo alcance” (*Ibid.*, 2002, p. 4).

3.2.3.2. Análise de conteúdo dos elementos discursivos conforme Apêndice 7 – Grade de leitura G

Já nas palavras de saudação do catálogo²² por Ruth Wagner, então Ministra da Ciência e Arte de Hesse, são repetidos os mesmos argumentos do texto anterior relativamente à motivação (categoria temática), no sentido de que as descobertas arqueológicas de Glauberg definiram o contexto do momento da exposição (unidade contexto). A governante oferece os elementos discursivos que nos permitem identificar o argumento (categoria temática) da narrativa museológica (unidade de contexto) ao salientar, como

²² Consultar Anexo 7 para o texto completo em idioma original.

o seu antecessor no catálogo, a necessidade de apresentar estas descobertas “num contexto europeu” através do recurso a “objetos comparativos de topo de museus em quase metade da Europa” (Wagner, 2002, p. 5).

Acreditamos ser pertinente propor que esta retórica dos objetos “de topo”, oriundos de outros museus europeus, revela um elemento discursivo que busca enaltecer os próprios objetos descobertos em Hesse, na medida em que estes seriam nivelados pelo método expositivo-comparativo. Acreditamos que outros elementos discursivos servem para corroborar esta análise e, que, ao mesmo tempo, evidenciam mais uma vez a noção da cultura celta enquanto representante de uma identidade (categoria temática) pan-europeia. Sobre isto, encontramos no texto de Wagner elementos relativos às origens comuns (unidade de contexto) ao afirmar que os celtas criaram “uma civilização que se espalhou por grandes partes da Europa do Sul e Ocidental” e que, na perspetiva do património compartilhado (unidade de contexto), a grandiosidade de Glauberg se justifica por ter sido “um posto avançado da cultura celta no Norte” (*Ibid.*, 2002, p. 5).

3.2.3.3. Análise da organização temática-espacial da exposição “O Enigma dos Celtas de Glauberg”

Na nossa análise da organização temática-espacial da exposição (conforme Apêndice 15) identificamos no eixo de leitura introdutório duas secções. A primeira delas tem relação com a monumentalidade do sítio arqueológico de Glauberg e justifica a narrativa expositiva contruída no sentido de propor um panorama europeu através de um método comparativo-expositivo, como pretendemos demonstrar. Para esta secção foram seleccionados objetos provenientes das chamadas tumbas principescas – enterramentos de indivíduos da elite local – escavadas no sítio, e que apresentaram uma grande quantidade de objetos de alto valor simbólico em função não só dos tipos de materiais, mas, sobretudo, pelas tipologias e elementos decorativos que caracterizam as relações destas populações da Hesse proto-histórica com as civilizações do Mediterrâneo Antigo. Estes enterramentos (datados dos séculos V e IV a.C., conforme Apêndice 12, n.ºs de catálogo: de AL.1.1 ao AL.1.5.6) estão associadas com o momento de transição do fim da cultura de Hallstatt e início da cultura de La Tène. Portanto, ao introduzir na exposição estes objetos numa secção intitulada “Os achados de Glauberg”,

fica estabelecida a relação com o modelo tradicional de interpretação dos celtas (Baitinger, 2002; Nortmann, 2002).

Contudo, na identificação de objetos da segunda secção deste eixo, chamou a nossa atenção o facto de esta exposição ter invertido o recurso da narrativa identificado nas exposições anteriormente analisadas. Se em Veneza em 1991, e em Ávila em 2001, os celtas começam a ser introduzidos aos públicos com recurso a objetos e a uma narrativa que privilegiavam as suas representações na perspetiva greco-latina – a visão do celta como o “outro” –, a exposição de Frankfurt em 2002 reserva este recurso narrativo para um segundo momento com a secção intitulada “Os Celtas e o seu tempo”.

Neste ponto identificamos mais um dos objetos recorrentes entre exposições que consideramos digno de nota. Referimo-nos ao elemento escultórico pertencente ao friso de um templo da cidade de Civitalba (Itália), ou seja, o mesmo objeto utilizado para o mesmo propósito narrativo nas exposições de Veneza (1991) e Ávila (2001). Adicionalmente, consideramos importante referir que a seleção deste elemento se adequa com a narrativa iniciada na secção anterior, já que o século IV a.C é reconhecidamente o momento em que têm início os movimentos de migração das populações celtas, que irão confrontar-se com etruscos, gregos e romanos, facto representado pelo fragmento do friso exposto (Frey, 2002a).

No segundo eixo de leitura da exposição, transversal – temático, pudemos agrupar as seis secções expositivas que tiveram como foco exclusivo as tumbas principescas e seus achados arqueológicos. Organizados por tipologias e, dada a disparidade entre a quantidade de objetos por proveniência (ver Anexo 19 – Gráfico 6), forneceram uma narrativa comparativa-expositiva da região de Hesse como centro de inovação, bem como de uma cosmovisão compartilhada na zona centro-ocidental, mas, também, do leste da Europa através dos elementos e práticas culturais mais ou menos coerentes no território e num longo recorte temporal entre os séculos VI e I a.C. (Bergmann, 2002; Pinsker, 2002).

A análise das secções expositivas seguintes apresentou um enquadramento relativo ao terceiro eixo de leitura por via da sua narrativa, que privilegia a organização dos objetos em contexto historiográfico. Deste contexto, identificamos os argumentos expositivos

da proto-urbanização da Europa – já identificados nas exposições anteriores –, bem como do reforço da historicidade dos celtas de Hesse. Entretanto, pela tipologia e cronologias dos objetos, foi possível também identificar uma narrativa que associa os achados arqueológicos de Glauberg com as próprias origens dos celtas, em conformidade com o modelo interpretativo tradicional Hallstatt-La Tène (Herrmann, 2002).

Isto deve-se desde logo ao facto identificado nos nomes das quatro secções que enquadrámos neste eixo, todas intituladas “Os primeiros celtas em Hesse”, que sob este título dividem-se em temas distintos (assentamentos humanos, tumbas simples, tumbas principescas e depósitos votivos). Esta associação direta entre o território de Hesse e a origem dos celtas torna-se evidenciada se tivermos em conta o volume dos objetos datados de entre os séculos V e IV a.C. que, como já referimos, são caracterizados pelo surgimento da cultura da La Tène, e que passaram a servir de padrão para a identificação dos celtas na Europa através da arte produzida por estes (Chaume e Reinhard, 2002; Frey, 2002b).

Finalmente, a nossa análise concluiu que as demais secções expositivas (numeradas entre 13 e 20 no Apêndice 15) estão todas organizadas temática e espacialmente de modo a servir o propósito comparativo-expositivo anunciado nos textos que analisámos do catálogo. Tais secções expositivas estão organizadas em conformidade com o quarto eixo de leitura por sua narrativa geográfica – espacial e trouxeram ao público uma interpretação dos achados de Glauberg em contexto europeu através da comparação de estatuária e de outros objetos escultóricos de todas as regiões tradicionalmente associadas com os celtas, exceto das Ilhas Britânicas.

A escolha destes objetos, enquadrados numa narrativa de monumentalidade, quis também demonstrar que a região de Hesse possuía amplas redes de trocas de ideias com outras regiões da Europa cuja presença pode ser identificada. Afinal, estas oito secções finais da exposição, se analisadas em conjunto, apresentaram uma das mais altas taxas de seleção de objetos recorrentes com as demais exposições analisadas neste trabalho (ver Anexo 20 – Tabela 2).

3.2.4. 2009 – Berna (Suíça) e Estugarda (Alemanha) “Arte dos Celtas: 700 a. C. - 700 d. C.”

3.2.4.1. Análise de conteúdo dos elementos discursivos conforme Apêndice 8 – Grade de leitura H

Do catálogo da exposição realizada conjuntamente em Berna e Estugarda no ano de 2009, selecionamos para análise de conteúdo o seu prefácio²³ escrito por Felix Müller, coordenador do comissariado científico e editor da publicação. Aquilo que podemos perceber logo na justificativa da exposição (categoria temática) e da escolha do seu nome (unidade de contexto), é que esta foi uma exposição com o propósito muito bem definido de apresentar apenas a arte produzida pelos celtas, e não, como as anteriores exposições, todas as outras demais esferas culturais associadas a eles no passado ou no presente. Para este efeito, Müller afirma que a arte celta é “reconhecida por sua criatividade independente e os seus próprios valores” (Müller, 2009, p. 15). Entretanto, se associarmos esta afirmação de Müller com o que afirma no seu prefácio sobre o que a exposição quer comunicar e suscitar (unidade de contexto), verificamos que o objetivo real da exposição é apresentar “uma ampla rede na pesquisa da” arte celta que segundo este comissário “não era um fenômeno isolado, mas uma componente permanente do mundo antigo” (*Ibid.*, 2009, p. 15). Estes dois elementos discursivos reforçam a ideia da primeira afirmação de Müller que analisámos, já que com isso a exposição pretende com a sua narrativa demonstrar que a arte celta não foi um produto menor ou secundário se comparada com a arte desenvolvida pelos seus vizinhos mais próximos – etruscos, romanos e gregos –, mas que era dotada de uma visão de mundo própria, elemento indissociável para a sua compreensão.

No que se refere ao recorte da exposição (categoria temática), identificamos os elementos discursivos que definem não só a perspectiva temporal (unidade de contexto) da exposição, mas que plasmam também aquilo que os seus comissários consideram como arte celta, *stricto sensu*, pois Müller aponta que a exposição tem como recorte a “pré-história anónima do sétimo século a.C. [...] e termina com as iluminuras etéreas dos livros criados em mosteiros cristãos no século VIII d.C.” (*Ibid.*, 2009, p. 15). Ao avançarmos na nossa análise, conseguimos identificar mais elementos da narrativa

²³ Consultar Anexo 8 para o texto completo em idioma original.

expositiva tendo como base os seus argumentos (categoria temática) ao invocar como argumento científico (unidade de contexto) o célebre trabalho de Paul Jacobsthal²⁴, referência para o estudo da arte celta desde a década de 1940. Müller, portanto, declara que os contributos de Jacobsthal revelam muito sobre os celtas através da sua arte, mas que explicam “pouco sobre a sua génese e desenvolvimento” (*Ibid.*, 2009, p. 15), e assim define indiretamente que a exposição deverá contribuir para colmatar esta lacuna do conhecimento científico. Pretendemos retornar ao tema da narrativa de génese da arte celta quando tratarmos da análise temática-espacial da exposição.

Finalmente, como parece ter ficado evidente até aqui, esta exposição não comporta de forma declarada na sua narrativa nenhum elemento relacionado entre as associações dos celtas com identidades do passado ou do presente, como identificamos nas exposições analisadas até aqui. Quando no texto do prefácio ao catálogo o seu comissário se refere em identidade no passado (categoria temática) e das suas origens comuns (unidade de contexto), acaba por se restringir aos elementos visuais e materiais que a constituíram através “das variadas ligações dentro da ornamentação céltica ao longo do tempo e em toda a Europa” (*Ibid.*, 2009, p. 15). Curiosamente, esta neutralidade baseada no distanciamento temporal perde um pouco o seu efeito quando analisamos os elementos discursivos ligados ao património compartilhado (unidade de contexto). Se aceitarmos que toda afirmação ou manifestação discursiva supostamente apolítica é uma forma de posicionamento político, isto fica evidente com o claro distanciamento que Müller quis demarcar ao lembrar a exposição de Veneza em 1991 que “celebrou os celtas como os primeiros europeus” no seu prefácio quando afirma que se tal abordagem possa não ser “muito convincente do ponto de vista político, é válido considerá-la no que diz respeito à arte celta” (*Ibid.*, 2009, p. 15).

3.2.4.2. Análise da organização temática-espacial da exposição “Arte dos Celtas: 700 a. C. - 700 d. C.”

Quando comparada com as exposições até aqui analisadas, ou mesmo com aquelas que ainda iremos analisar, a “Arte dos Celtas: 700 a. C. - 700 d. C.” difere das demais sob

²⁴ Para uma breve biografia e produção científica de Paul Jacobsthal consultar: <https://arthistorians.info/jacobsthalp> .

vários aspetos. Em primeiro lugar, destacamos que enquanto as outras cinco exposições analisadas são dedicadas à civilização celta – ou a ideia que temos dela –, esta é apenas dedicada ao que os seus comissários consideram como a arte produzida por esta civilização num quadro cronológico que o nome da exposição delimita muito bem, e num recorte geográfico definido pela organização temática-espacial das secções e dos objetos selecionados para nelas serem expostos.

O segundo aspeto relaciona-se com o facto de a análise desta exposição ter identificado a disposição das suas secções num enquadramento de eixos de leitura (conforme Apêndice 16) muito diferente das outras cinco exposições. O único eixo de leitura compatível com as demais exposições foi o eixo introdutório com a ocorrência de uma secção expositiva dedicada a realizar uma apresentação sobre quem teriam sido os celtas do passado, bem como ao introduzir aos públicos questões relacionadas com o que poderia ser considerado arte no mundo antigo. As seguintes cinco secções expositivas, pela forma como estão nomeadas e pela sua disposição sequencial, acabaram por serem enquadradas entre o eixo temático-historiográfico e o eixo geográfico-espacial.

Estas secções apresentam, portanto, os objetos numa íntima relação tempo-espço definindo a narrativa com as “obras-primas” desde um ponto de origem nas nascentes do rio Danúbio entre os séculos VII e V a.C., a península itálica, os Balcãs e a Ásia Menor entre os séculos V e III a.C., França e já com os primeiros conflitos com Roma entre o século II a.C. e o início da nossa era, seguindo para Gália e Germânia sob domínio efetivo de Roma entre o início da nossa era e o século IV e, finalmente, a concluir as secções deste eixo híbrido, a secção dedicada às Ilhas Britânicas e Irlanda do início da nossa era ao século VIII. A disposição sequencial das secções dá coerência às chaves de leitura propostas, uma vez que das narrativas de exposição conseguimos identificar a forte componente do modelo Hallstatt-La Tène tanto como hipótese para as suas origens, quanto como modelo explicativo para a expansão da sua cultura material no território europeu antigo e medieval.

Finalmente, o terceiro aspeto que a diferencia das demais exposições, de natureza quantitativa, tem a ver com a disparidade entre a quantidade total de objetos expostos nas outras cinco exposições (ver Anexo 21 – Gráfico 7).

Já o aspeto final de natureza quantitativa tem a ver com o facto de ter sido esta exposição a que contou com o número mais reduzido de objetos (142 objetos expostos num total de 71 conjuntos/vitrines). Mas o número reduzido de objetos expostos parece-nos intencional, como bem demonstra o catálogo da exposição em que a lista de objetos é apresentada sob o título “Obras-primas da arte celta”. A questão que colocamos aqui é relativamente não ao que a exposição selecionou, mas, sobretudo, sobre aquilo que deixou de selecionar.

Se considerarmos os dados (ver Anexo 22 – Gráfico 8), verificamos a flagrante ausência de objetos que representem os celtas da Península Ibérica. Já no que se refere aos objetos do Reino Unido e Irlanda, fica também evidente na narrativa expositiva a ideia de que a presença dos celtas – através da sua arte – só pode ser identificada naqueles territórios em momento muito tardio, medieval no caso da Irlanda, já que os dois objetos selecionados provenientes daquele país são ambos datados do século VIII d.C.. Tendo como base estes dados, deparamo-nos mais uma vez com uma exposição que se utiliza do modelo tradicional Hallstatt-La Tène para interpretação dos objetos e condução da sua narrativa.

Em contrassentido, esta exposição foi aquela em que identificamos o maior número de objetos recorrentes em termos proporcionais com as outras cinco exposições analisadas (conforme Apêndice 12, consultar registo dos anos de realização das exposições na coluna “P” – “Exibido também em...”). Esta diversidade de objetos, se é que assim podemos chamar, caracteriza uma parcialidade que ao mesmo tempo reflete uma escolha por objetos emblemáticos do ponto de vista do seu apelo visual. Mas, esta parcialidade na escolha dos objetos pode também ser vista pela via dos argumentos apresentados no prefácio do catálogo, já que esta foi uma exposição que procurou evitar os aspetos mais controversos do ponto de vista político, bem como aqueles debates de natureza científica que discutimos no capítulo anterior (Müller, *et al*, 2009).

3.2.5. 2015/2016 – Londres (Inglaterra) e Edimburgo (Escócia) “Celtas: Arte e Identidade”

3.2.5.1. Análise de conteúdo dos elementos discursivos conforme Apêndice 9 – Grade de leitura I

A nossa análise ao prefácio do catálogo da exposição²⁵ escrito por Neil MacGregor, então Diretor do Museu Britânico, pôde identificar que relativamente ao nome da exposição (categoria temática) e sua justificativa (unidade de contexto), há elementos discursivos suficientes que apontam no sentido de ser esta uma exposição que parte de um viés ideológico, na medida em que MacGregor afirma que “não é tanto uma exposição sobre um povo, mas uma exposição sobre um rótulo” (MacGregor, 2015, p. 9). Esta afirmação faz-nos então entender que se tratou de uma exposição dedicada a apresentar os celtas como um rótulo étnico e identitário, num recorte temporal (unidade de contexto) que “cobre um período de dois mil e quinhentos anos” e num espaço geográfico (unidade de contexto) alargado pois, que, “o escopo da exposição atinge grande parte da Europa” (*Ibid.*, 2015, p. 9).

Já no âmbito da motivação para a exposição (categoria temática) e do contexto para a sua realização (unidade de contexto), a afirmação de MacGregor parece de que aquela foi “a primeira vez que qualquer exposição tenha tentado contar a história dos celtas desde 500 a.C. aos dias atuais”, o que, a meu ver, denuncia uma possível inverdade e esconde uma verdade (*Ibid.*, 2015, p. 9). Sobre a possível inverdade basta lembrar o que aqui referimos sobre as narrativas identificadas na exposição de Veneza em 1991 que, concordamos, teve mais conexão com o presente do ponto de vista subjetivo, mas, também, a exposição de Ávila em 2001, onde pela primeira vez houve uma reflexão acerca das sobrevivências culturais celtas do ponto de vista etnográfico nos tempos mais recentes.

Já a verdade que este texto esconde tem relação com os acontecimentos políticos da passada década de 2010. Afinal, se retornarmos à ideia de Adorno de que “forma é conteúdo sócio histórico decantado”, conseguimos então identificar uma possível verdade oculta – ainda que não tenha sido intencional –, já que a exposição foi realizada

²⁵ Consultar Anexo 10 para o texto completo em idioma original.

no ano de 2015 na Inglaterra e em 2016 na Escócia, dois anos críticos por ter sido o primeiro em que foi aprovado e agendado pelo Parlamento Britânico o referendo de saída do Reino Unido da União Europeia, e o segundo o ano da sua execução cujos resultados são conhecidos de todos. Sobre este aspeto não podemos esquecer que os países e regiões que compõem o Reino Unido – exceto Inglaterra, mas incluindo a região da Cornualha que lhe pertence – são os mesmos países que contam ainda nos nossos dias com falantes das línguas celtas. Para efeitos de contexto do quão contemporâneas são essas questões no Reino Unido, basta referir que foi necessário um conjunto de medidas para o reconhecimento do galês enquanto língua oficial do País de Gales, assim como a sua equidade em relação ao inglês, começando apenas em 1993 com o *Welsh Language Act*, seguido do *Government of Wales Act* de 1998 e, finalmente, em 2000, quando o galês passou a ser ensinado em caráter compulsório nas escolas para estudantes até aos 16 anos.

Vale ainda a pena lembrar a discussão que procuramos fazer no primeiro capítulo deste trabalho relativamente à ideia das línguas como um dos elementos centrais na construção das identidades nacionais dos Estados modernos. Se nas exposições até aqui analisadas a civilização celta foi usada em maior ou menor escala para refletir ou propor uma real, ou imaginária, integração europeia com base num património comum, o caso não parece ser o mesmo nesta exposição ou, pelo menos, não nas palavras de MacGregor. Chegamos a essa conclusão através dos recursos discursivos identificados no âmbito dos argumentos (categoria temática) de natureza científica (unidade de contexto) invocados por MacGregor quando afirma que a exposição pretende demonstrar “como o nome ‘celtas’ tem sido usado e apropriado nos últimos 2000 anos”. Na mesma passagem do seu prefácio há mais um trecho revelador ao afirmar que os celtas são “uma construção cultural que tem mudado seu significado muitas vezes” (*Ibid.*, 2015, p. 9).

Estas afirmações fazem eco dos argumentos apresentados no debate académico que analisámos no capítulo anterior, o mesmo que teve a sua origem nos pressupostos da exposição de Veneza em 1991 que colocaram a civilização celta como a “primeira Europa”. Entretanto, no que diz respeito ao tema da identidade/passado (categoria temática) em sua relação com as origens comuns (unidade de contexto), MacGregor

continua a defender que a realidade dos celtas enquanto grupo étnico ou multiétnico do passado deve ser uma questão a ser relativizada por ter “sido usada em diferentes pontos desde a história da Europa Ocidental” (*Ibid.*, 2015, p. 9). Mais ainda, acerca do património compartilhado (unidade de contexto) justifica a pertinência de tal relativização ao estabelecer uma conexão com a relação identitária direta entre as “populações da Irlanda, Escócia e Gales” e seus descendentes da diáspora já que a palavra celta carrega uma ressonância “tanto nacional como globalmente” (*Ibid.*, 2015, p. 9).

É interessante notar neste ponto MacGregor utiliza um recurso discursivo que retoma uma das suas ideias presentes nos elementos identificados na unidade de contexto anterior (origens comuns) quando admitiu que o termo celta “tem sido sempre uma palavra com propósito: rotular a si mesmo ou a outro como diferente” (*Ibid.*, 2015, p. 9). Embora MacGregor seja natural da Escócia, não nos podemos esquecer que neste prefácio ele se apresentava na sua posição institucional enquanto diretor do Museu Britânico. Assim, deparamo-nos com uma das questões centrais deste trabalho, isto é, uma questão que tem a ver com os desafios existentes nas tentativas de que sejam definidas as identidades, sejam individuais ou coletivas, dos nossos tempos porque são muitos os locais de fala que ocupamos.

3.2.5.2. Análise de conteúdo dos elementos discursivos conforme Apêndice 10 – Grade de leitura J

Dos resultados da análise referente ao prefácio do catálogo²⁶ escrito por Gordon Rintoul, diretor do *National Museums Scotland* até 2018, o primeiro dado que consideramos importante destacar tem a ver com a diferença com que este diretor nomeia a exposição em relação ao diretor do *British Museum*. Se no segundo caso a exposição é sempre referida com o título “*Celts: art and identity*”, o mesmo não ocorre tanto no prefácio de Rintoul, quanto na própria página de internet da instituição²⁷ sempre que refere a exposição utiliza unicamente com o título “*Celts*”. Para percebermos melhor estas diferenças, basta que recuemos à conclusão da anterior análise ao prefácio de MacGregor, quando este afirma que o termo celta sempre foi um

²⁶ Consultar Anexo 9 para o texto completo em idioma original.

²⁷ <https://www.nms.ac.uk/exhibitions-events/past-exhibitions/celts/>

modo de “rotular a si mesmo ou a outro como diferente” (Rintoul, 2015, p. 8). Esta afirmação pode ser um indicativo de que para o público escocês, bem como para o museu que lhes representa, o termo celta, de forma isolada, possa ser já suficientemente familiar e carregado de significados ao ponto de ser desnecessária a utilização de um subtítulo para a exposição.

Embora não tenhamos identificados elementos narrativos diretos sobre a justificativa do nome da exposição por parte de Rintoul, podemos com alguma segurança afirmar que este assumiu uma postura muito mais heterodoxa – ou mesmo de alguma cautela – sobre o tema da exposição, já que, se consideramos os elementos discursivos daquilo que define como objetivos da exposição (categoria temática) e da sua proposta de comunicação (unidade de contexto), a única afirmação é de que os celtas representam uma “questão complexa”, e que a exposição deve perguntar “quem eram” os celtas e, sobretudo, indagar sobre os motivos pelos quais esta identidade tem sido um elemento “tão persistente da história da Europa por mais de dois milénios” (*Ibid.*, 2015, p. 8). Assim, ainda nos objetivos, mas desta vez sobre o que deve originar (unidade de contexto) Rintoul não distingue os países que mais se relacionam com uma identidade celta, como fez o seu homólogo do Museu Britânico. Pelo contrário, acaba por adotar um discurso mais unificador, ao propor que existiria ali uma espécie de oportunidade nos “paralelos para o público britânico explorar em profundidade os celtas e suas influências” (*Ibid.*, 2015, p. 8).

Mais reveladora é a comparação entre aquilo que MacGregor caracterizou como “uso” e “apropriação” dos celtas, que é bem diferente do que identificamos no texto de Rintoul relativamente aos recortes (categoria temática), já que este fala na “redescoberta e reinvenção dos celtas e suas influências desde o século XVI aos dias atuais” (*Ibid.*, 2015, p. 8) que também pode ser lida como elemento discursivo para o argumento científico da exposição (unidade de contexto). Haverá certamente quem discorde com a nossa leitura de que os dois diretores queriam dizer coisas diferentes sobre a complexidade da questão que envolve os celtas, mas creio que podemos concordar que tratando-se de discursos institucionais sobre temas sensíveis e em períodos politicamente complexos e de mudança, a forma sempre prevalecerá sobre o conteúdo. Afinal, “uso” e “apropriação” são termos muito mais definitivos que

“redescoberta” e “reinvenção”, já que os primeiros – quando aplicados a um grupo identitário – parecem ser sempre mais utilizados em estruturas discursivas que buscam negar, relativizar, ou desestruturar uma determinada construção cultural.

O discurso unificador de Rintoul fica mais uma vez evidente ao definir o recorte espacial (unidade de contexto) da exposição, já que acredita que com ela seria possível estabelecer “conexões da Grã-Bretanha com a Europa continental” mas, que, também parece definir aquilo que considerada estar relacionado com o património compartilhado (unidade de contexto), e assim retornamos à identificação de uma meta-narrativa europeia aplicada aos celtas para as origens comuns (unidade de contexto), quando Rintoul, ao mencionar os objetos selecionados para a exposição, diz que estes refletem “vislumbres de um mundo antigo em um momento chave no início da história da Europa” (*Ibid.*, 2015, p. 8).

Outro momento chave foi o da realização da exposição em Edimburgo no mesmo ano, como referimos, do referendo sobre a saída do Reino Unido da União Europeia. No momento de realização da exposição (unidade contexto), Rintoul limita-se a apontar ser aquela a oportunidade para “mais de quarenta anos desde que a última exposição britânica foi montada para refletir os celtas numa escala europeia” (*Ibid.*, 2015, p. 8). Entretanto, tendo por base tudo o que refletimos até aqui, não podemos deixar de referir que o desfecho do *Brexit* apresentou resultados interessantes e que parecem carregar – ainda que de forma subjetiva – alguns reflexos deste posicionamento distinto entre Londres e Edimburgo acerca das identidades regionais.

Se considerarmos o resultado do referendo para saída do Reino Unido da União Europeia (ver Anexo 23 – Mapa 2), podemos extrair algumas ilações sobre o que temos refletido sobre os celtas, das narrativas ou meta-narrativa de identidade presentes ou ausentes de alguns discursos institucionais no âmbito dos museus. O que queremos dizer, é que a consumação do *Brexit*, através do seu referendo, expôs a faceta política da questão dos celtas em território britânico já que, através dos resultados, verificamos que na Escócia e na Irlanda do Norte a maioria dos cidadãos votantes escolheu permanecer na União Europeia, enquanto no País de Gales, mesmo que a maioria tenha votado pela saída, a parcela da população que votou pela permanência corresponde à que habita na parte mais ocidental do território daquela região, correspondente à

maioria dos falantes do galês. Finalmente, parece-nos pertinente convocar uma recensão publicada no jornal inglês *The Guardian* sobre a edição londrina da exposição, quando o jornalista escreve que o Museu Britânico “seems intended to bury the Celts but ends up reviving them in all their misty splendour” (Jones, 2015)²⁸.

3.2.5.3. Análise da organização temática-espacial da exposição “Celtas: Arte e Identidade”

Da nossa análise da organização temática-espacial (conforme Apêndice 17) identificamos as secções expositivas em conformidade com os quatro eixos de leitura previamente estabelecidos. Na primeira delas, de carácter introdutório ao tema da exposição, consideramos enquadradas as duas primeiras secções, sendo a primeira delas marcada por uma narrativa que buscou apresentar as múltiplas representações dos celtas ao longo do tempo (Hunter, *et al*, 2015). Da primeira secção destacamos o facto de ter sido esta a primeira exposição – ainda que de modo nada aprofundado – a considerar a hipótese de investigação elaborada e desenvolvida por Barry Cunliffe, analisada em pormenor no capítulo anterior (Cunliffe, 2001, 2003, 2018; Cunliffe e Koch, 2010, 2013, 2016, 2021). Já a segunda secção enquadrada neste mesmo eixo de leitura dedicou-se a desenvolver os conceitos relativos ao que se considera como arte celta, estabelecendo com esta arte uma ligação direta com a cultura de La Tène mas também destacando componentes que consideram ter origens localizadas fora da Europa Centro-Occidental (Joy, 2015). É de notar que, talvez pela utilização da arte como uma das componentes narrativas, estas duas secções assemelham-se muito às duas secções introdutórias da exposição de 2009 (Berna e Estugarda).

Entretanto, no que se refere ao eixo de leitura transversal – temático, esta exposição refletiu sua narrativa na representação de secções expositivas interessantes. Dizemos interessantes, já que o vetor principal da narrativa parece estar relacionado com as continuidades e/ou resinificação de elementos do passado que marcam as diversas fases de desenvolvimento seja da arte ou da identidade atribuída aos celtas. Inicialmente, o tema é apresentado sob uma ótica de conectividade e partilha de ideias

²⁸ O texto integral da recensão publicada no jornal inglês *The Guardian* pode ser acedido em: <https://www.theguardian.com/artanddesign/2015/sep/22/celts-art-identity-review-unintentional-resurrection-jonathan-jones>

entre as Ilhas Britânicas e o Continente (Hunter e Joy, 2015). Esta conectividade parece ser atestada, na secção seguinte, pela seleção dos objetos que, se vistos em conjunto (ver Apêndice 12 – Inventário dos objetos das exposições analisadas), apontam também para alguma continuidade desde, pelo menos, finais da Idade do Bronze através da tipologia e interpretação dos usos dados a estes objetos por seu alto valor simbólico (Hunter, 2015a).

Já as outras duas secções identificadas neste segundo eixo apresentam ambas uma narrativa de certo modo compartilhada, sobretudo pela forma com que é dado destaque aos objetos e elementos provenientes das zonas mais ocidentais daquele recorte geográfico preferencial da exposição: Ilhas Britânicas e Irlanda. Destas secções, a que é intitulada “*Out of a Roman World, c. AD 250-650*” trata do caso paradigmático das zonas no extremo norte da Escócia, porção mais ocidental de Gales, e toda a Irlanda, que foram pouco ou nada impactadas pela ruturas causadas pelos avanços e conquistas dos romanos (Goldberg, 2015a). Já a próxima secção no segmento da nossa análise do eixo transversal – temático é na realidade a secção que encarou a exposição e trata de todos os elementos apresentados nas secções anteriores numa retrospectiva da longa duração com o propósito de identificar o “espírito celta” hoje (Hunter, et al, 2015b).

Do seguinte eixo de leitura, aquele que chamamos transversal – historiográfico, identificamos que mesmo ancoradas nas cronologias – por já tratarem do período histórico –, as secções apresentam uma narrativa oposta à das anteriores por ter como foco as ruturas. Ambas estão intimamente ligadas aos processos desencadeados pela conquista romana que, no caso das Ilhas Britânicas, não aconteceu antes do ano 43 da nossa era, e que nunca chegou a acontecer na Irlanda (Leins e Joy, 2015; Hunter, 2015b). Finalmente, no quarto eixo de leitura, consideramos pertinente enquadrar aquelas secções que, por sua narrativa exclusivamente dedicada às Ilhas Britânicas e Irlanda, apresenta narrativas que não podem ser lidas com as chaves da continuidade e nem da rutura, mas antes disso do resgate e reiniciar de novos processos sociais e culturais, processos estes que primeiro foram impulsionados pelo cristianismo e continuados pelas constantes alterações no mapa dos reinos insulares ao longo de toda a Idade Média e que, por fim, acabariam por ser reinventados ou resinificados a partir do 1600 (Goldberg, 2015b; Pulliam, 2015; Fowle, 2015).

3.2.6. 2018 – Praga (República Checa) “Os Celtas: Boêmia do século VIII ao século I a. C.”

3.2.6.1. Análise de conteúdo dos elementos discursivos conforme Apêndice 11 – Grade de leitura K

Na análise da introdução ao catálogo de exposição²⁹ escrita por Pavel Sankot, membro do comissariado científico, não encontramos elementos discursivos possíveis de análise no sentido de identificar a justificativa (categoria temática) para o nome da exposição. Contudo, como aqui pretendemos demonstrar, esta exposição foi a única entre as seis analisadas que apresenta uma narrativa integralmente científica e onde não encontramos conteúdos que denunciassessem um viés político subjacente ao tema. Este propósito marcado por uma postura de recorte unicamente científico fica evidenciado no que identificamos enquanto elemento discursivo relativo aos objetivos (categoria temática) de uma exposição que quis “oferecer ao público uma forma expandida do conhecimento existente da colonização celta na Boêmia” (Sankot, 2019, p. 9). O argumento ganha ainda mais força na forma como Sankot declara de forma direta os recortes espaciais e temporais (unidade de contexto) que define como sendo a “ocupação da Boêmia” no “período entre o século VIII a.C. até o início do primeiro milênio” (*Ibid.*, 2019, p. 9).

Portanto, estamos diante de uma exposição não só de caráter científico, mas também com um foco regional muito concreto. O que realmente chamou a nossa atenção na análise do conteúdo do texto foi esta insistente intenção de demarcar e caracterizar a exposição enquanto uma exposição de arqueologia. Isto pode ser mais uma vez identificado através dos argumentos (categoria científica) quando Sankot enfatiza a importância dos “métodos modernos de escavação arqueológica, antropologia, numismática” que servem não só para o trabalho de campo, mas também para auxiliar o aspeto interpretativo e museológico (unidade de contexto) da exposição no sentido de fornecerem as ferramentas para “uma compreensão mais detalhada das sociedades pré-históricas” (*Ibid.*, 2019, p. 9). Mesmo quando este comissário se refere a origens (unidade de contexto), não chega a fazê-lo no sentido de propor uma identidade, referindo estas origens apenas do ponto de vista da documentação textual greco-latina

²⁹ Consultar Anexo 11 para o texto completo em idioma original.

ao mencionar que os “historiadores dos territórios de antiga civilização escreveram seus relatos sobre os primeiros encontros entre o seu mundo e os residentes do interior da Europa” (*Ibid.*, 2019, p. 9).

3.2.6.2. Análise da organização temática-espacial da exposição “Os Celtas: Boêmia do século VIII ao século I a. C.”

Das conclusões iniciais que retiramos da análise da organização temática-espacial (conforme Apêndice 17) desta exposição, apontamos que não foram identificadas secções expositivas que pudessem ser enquadradas no eixo de leitura que chamamos introdutório. Como demonstrado pela análise da apresentação ao catálogo, toda a narrativa expositiva é contruída através de um argumento científico que quis estabelecer a arqueologia como condutora desta mesma narrativa. Neste sentido, as primeiras secções da exposição apresentaram um discurso e conjuntos de objetos mais coerentes com eixo de leitura transversal – temático que, pela escolha dos temas da “arte” e do “funeral”, parecem ter sido refletidas nas outras oito secções enquadradas neste eixo de leitura. Estas oito secções desdobram os temas da arte e do funeral por serem estes os contextos de origens dos objetos selecionados (Kysela, Militký e Venclová, 2019).

No terceiro eixo de leitura relativo à temática transversal – historiográfica identificamos três secções expositivas dedicadas a interpretar e apresentar as mudanças do ponto de vista estrutural em testemunhos arqueológicos de natureza funeral e habitacional na passagem da cultura de Halltatt para a cultura de La Tène (Čiřtáková e Chytráček, 2019). Já o quarto e último eixo de leitura, geográfico – espacial, apresentou secções manifestamente pertencentes a este eixo, mas também algumas que podem ser lidas como híbridas em relação ao eixo anterior. O que estas nove secções têm em comum é a sua componente claramente identificada nos títulos das secções por fazerem referência aos sítios específicos de onde foram escavados os objetos arqueológicos selecionados. Essencialmente, estas secções procuraram apresentar a cultura material do território da Boêmia de acordo com suas funções e em relação à natureza de cada tipologia de sítio arqueológico: habitações, necrópoles e santuários (Čiřtáková, *et all* 2019).

4. Uma proposta alternativa de abordagem museológica

4.1. Preâmbulo: os celtas entre exposições passadas e futuras

A proposta conceptual e teórica para uma abordagem museológica alternativa da questão relativa aos celtas que aqui pretendemos apresentar e discutir, parte de uma reflexão académica ancorada em duas leituras fundamentais, ambas feitas no âmbito do mestrado em Museologia, um delas durante o seminário 'História dos Museus e da Museologia'. Estas leituras tiveram um efeito profundamente revelador em nosso percurso já que permitiram caracterizar e enquadrar cientificamente questões relativamente aos modos como os museus, através das suas exposições, apresentam e representam suas narrativas sobre identidades. A primeira delas relaciona-se com a leitura do artigo de Dominique Poulot intitulado "Another history of museums: from the discourse to the museum-piece". Já a segunda leitura veio através da feliz descoberta do livro *Memorylands: Heritage and identity in Europe today*, de Sharon Macdonald.

Estas duas referências servem, portanto, como base para a premissa que pretendemos aplicar em nossa proposta de abordagem museológica aos celtas. Seguindo Poulot, consideramos como premissa a perspectiva antropológica de que os objetos devem ser encarados como mediadores das relações sociais, bem como pelo seu potencial no sentido de criarem "cognitive and emotional attachments" (Poulot, 2013, p. 28-29). Ainda nesta perspectiva, este potencial agenciador de significados dos objetos só pode ser alcançado na medida em que nos distanciamos da abordagem que toma os objetos como definitivos ou, ainda, conforme o proposto por Bill Brown na sua formulação da ideia de "coisificação dos objetos" (Brown, 2001, p. 5).

Os apontamentos de Poulot, no sentido dos potenciais museológicos a partir de uma visão descentralizada em relação ao objetos, encontram ecos no que é proposto por Sharon Macdonald em sua obra dedicada à natureza do património, das memórias e dos entendimentos que temos do passado na Europa hoje. Nas palavras de Macdonald, identificamos aquele que consideramos ser o argumento axial de nossa proposta alternativa de exposição, quando a autora diz que demos ter:

"[...] awareness of 'cultural alternatives' can not only unsettle assumptions but can also open up new possibilities by highlighting other

routes – other ways of doing memory, heritage and identity – that we might choose to take” (Macdonald, 2013, p. 3).

Se aceitarmos que o processo relativo ao património é, em certa medida, um processo simultâneo de seleção daquilo que esquecemos e do que lembramos, não podemos esquecer ou ignorar que todo o trabalho de produção cultural – como são as exposições – deve ter sempre no horizonte mais próximo possível as questões éticas inerentes a um trabalho que está ao serviço dos públicos. A ideia de *memoryland* europeia elaborada por Macdonald pode muito bem ser aplicada a qualquer outro continente, país ou região, na medida em que, numa perspetiva social e cultural, as memórias associadas a um determinado território têm muito mais a ver com as suas mudanças, tensões e ambiguidades específicas (*Ibid.*, 2013, p. 2). É desta perspetiva que consideramos ser possível e crucial realizar uma abordagem alternativa aos celtas em âmbito museológico.

No capítulo anterior, analisámos seis exposições dedicadas aos celtas, realizadas nas últimas três décadas. Desta análise acreditamos ser possível classificar as exposições em quatro grupos distintos:

1. Veneza (1991), Ávila (2001) e Frankfurt (2002): exposições que apresentaram elementos discursivos indicadores de uma meta-narrativa europeia onde os celtas assumem o papel de ancestrais comuns dos povos da Europa Ocidental;
2. Berna e Estugarda (2009): exposição que apresentou elementos discursivos no sentido de declarar um distanciamento dos elementos políticos encontrados nas narrativas das exposições do grupo anterior, mas que, ao mesmo tempo, apresentou a arte celta como um fenómeno dos países situados ao norte dos Pireneus;
3. Londres (2015) e Edimburgo (2016): exposições que, embora sejam consideradas uma mesma no *corpus* documental analisado, apresentaram elementos discursivos ambíguos no que se refere às suas narrativas de identidade relacionadas com os celtas;
4. Praga (2018): exposição que apresentou elementos discursivos que indicaram apenas uma narrativa de cunho marcadamente científico ao apresentar os celtas do ponto de vista arqueológico.

Assim, entendemos e procuramos demonstrar que todas as exposições estão, e sempre estarão, condicionadas pelos contextos e circunstâncias culturais e políticas dos momentos em que foram pensadas, montadas e apresentadas aos públicos. Contudo, se considerarmos o cenário do século XXI com que os museus são confrontados, estas exposições parecem não ter atingido todo o potencial esperado no que se refere ao seu papel social. Afinal, se concordarmos com Barry Lord, os questionamentos cada vez mais expressivos da sociedade devem servir para que os museus passem a fornecer, apresentar e interpretar cada vez mais o mundo de forma mais vívida (Lord, 2014, p. 5-6). Entendemos aqui que esta forma mais vívida ansiada pelos públicos deve ter uma profunda relação com o tempo presente sempre que as exposições tratem de temas – ou povos, no caso da arqueologia – com profundas relações com populações ou grupos sociais que estabelecem suas identidades com o passado mais remoto.

As exposições do primeiro grupo parecem ter falhado no sentido da não opção por uma visão mais diversificada, ao apresentarem meta-narrativas de identidade unilaterais – do ponto de vista científico – e por estarem permeadas por agendas políticas. Já a exposição identificada no segundo grupo, ao procurar distanciar-se dos aspetos políticos, ofereceu mais uma vez uma narrativa unilateral mas, também, extremamente limitada. A exposição, ou as exposições, do terceiro grupo, embora possam ser lidas sob a ótica da diversidade de pontos de vistas pelas claras diferenças dos discursos institucionais sobre ambas, parecem ter perdido uma potencial oportunidade de realizar uma leitura crítica sobre o momento particular que se vivia no Reino Unido.

O único problema identificado na exposição mais recente (Praga, 2018), enquadrada no quarto grupo, é um problema de fundo partilhado com todas as exposições anteriores: ambas apresentam narrativas unilaterais do ponto de vista científico. Com isto referimo-nos às questões de natureza arqueológica e historiográfica – discutidas nos capítulos anteriores – que, se na altura da exposição de Veneza, em 1991, eram ainda restritas muito mais ao círculo anglófono, depois de 2001 passaram a ser partilhadas numa perspetiva académica mais ampla com a publicação da obra *Facing the Ocean: The Atlantic and its People 8000 BC-AD 1500* de Barry Cunliffe.

Nesta obra, Cunliffe não só apresentou os argumentos que precederam os seus, como consolidou-os com os dados oriundos de diversas disciplinas e que culminaram com a

organização de um grande projeto de investigação internacional que tem publicado seus resultados ao longo das últimas duas décadas. Portanto, fica aberta a questão das razões por que as cinco exposições realizadas nas duas últimas décadas insistiram em apresentar os celtas apenas – ou predominantemente, no caso britânico – sob a ótica interpretativa do modelo Hallstatt-La Tène que, como acreditamos ter demonstrado, explica apenas dois grupos culturais muito bem definidos no tempo e espaço, e tendo unicamente como base os estilos decorativos tipificados pela sua cultura material.

Finalmente, pelo facto de os celtas servirem de rótulo – como preferem alguns mais célticos –, ou de elemento identitário aplicado às populações nos tempos que decorrem, estas exposições parecem ter desperdiçado potenciais oportunidades na criação de significados. Os significados a que nos referimos prendem-se com a necessidade urgente dos museus abandonarem a persistente crença na objetividade, tão cara às ciências históricas, e optarem pela via das histórias, no sentido de representações e múltiplas visões do passado. O caminho que a sociedade global parece apontar é no sentido de uma descentralização da história, do abandono da narrativa hegemónica. Esta narrativa hegemónica, nas palavras de David Armitage, tem a ver com a duradoura tradição de uma “metodologia nacionalista” presente na produção de maioria dos historiadores que acabaram por dedicar-se ao surgimento dos estados nacionais sempre numa perspetiva que privilegiou “the matter of history concerned stability not mobility, what was fixed but not what was mixed” (Armitage, 2014, p. 232).

Afinal, não nos esqueçamos que entre todas as chamadas ‘Nações Celtas’ de hoje, apenas uma delas, a República da Irlanda, é uma nação independente, sendo todos os demais territórios ou regiões periféricas, não só em relação às nações de que fazem parte, mas, também, em termos geográficos, por suas posições geográficas muito distantes do eixo franco-germânico que domina a União Europeia. Nesta perspetiva, propomos então que exposições desta natureza estejam comprometidas em reconhecer a “importance of local and cultural histories and includes the voices of those long silenced and oppressed” (Apsel e Sodaro, 2020, p. 4).

4.2. Guião conceptual e argumentos para a exposição “Os Celtas do Oeste: Imaginário, Identidades e Culturas”

Este segmento da dissertação está organizado de modo a apresentar os textos criados numa linguagem semelhante ao dos guiões preparados para exposições, que serão sempre seguidos dos argumentos científicos que justificam as nossas escolhas. Nos textos produzidos para o guião – sempre destacados numa moldura – utilizamos aquele estilo que é, em regra, adotado pelos comissários científicos para construir suas propostas de narrativas expositivas: o ensaio. Por trata-se de uma proposta conceptual de exposição, inserida numa dissertação e não num trabalho de projeto, optamos por contemplar apenas uma indicação dos tipos de objetos em substituição às listas extensivas de objetos (ver Apêndice 19 – Lista de indicativa de objetos para o guião conceptual de exposição). Esta opção vai ao encontro da nossa perspectiva teórica em relação aos objetos, no sentido de que estes, embora sejam partes integrantes dos museus, configuram-se apenas como uma parte – nem sempre essencial – das experiências e mensagens que queremos proporcionar com as exposições (Dudley, 2010, p. 3).

O oeste europeu, em sua fachada atlântica, é a finisterra que desde tempos imemoriais povoou o imaginário ocidental com lendas, mitos e fantasias sobre criaturas e lugares mágicos e estranhos a tudo aquilo em que baseamos a nossa mundivisão greco-latina racional, pragmática e ordenada. Nestas terras limiares de brumas, entre o oceano e o continente, vivem hoje populações cuja identidade cultural defendem remontar a um período anterior ao alvorecer da História, e que, pelos relatos de observadores externos, fez surgir aquele povo antigo que hoje chamamos celta.

Mas quem são os celtas hoje? E quem foram os celtas do passado? Este é certamente um dos maiores enigmas para as ciências sociais e humanas, como a exposição pretende demonstrar, mas não só. Enquanto área de estudo científico, os Estudos Célticos conjugam múltiplas áreas do conhecimento, que vão desde a Linguística até aos Media, da Antropologia à Sociologia e Ciência Política, bem como da Arqueologia e História, à Genética. Contudo, embora um consenso nunca seja possível entre investigadores sobre uma mesma matéria, o caso dos celtas é paradigmático no que se refere aos desdobramentos ideológicos e teóricos que tem suscitado, sobretudo nos últimos

30 anos. Esta exposição pretende, pois, apresentar uma narrativa que suscite uma reflexão visual, pessoal e holística sobre a construção cultural daquilo que hoje consideramos celta.

“Os Celtas do Oeste” tem como argumento axial a diversidade das alternativas culturais, que será cruzado por outros três conceitos transversais: os de Imaginário, Identidades e Culturas (este último não só nos sentidos sociológico e antropológico que reflete, mas também arqueológico). O espaço expositivo será formado por quatro núcleos que refletem largos recortes temporais, mas que invertem o sentido usual do percurso expositivo em museus, ou seja, parte do tempo presente em direção ao passado mais remoto que o tema permite alcançar. Por esta via pretendemos proporcionar aos públicos a oportunidade de construir as suas próprias respostas às questões sugeridas em cada um dos núcleos. Neste sentido, optamos por um discurso expositivo que privilegie sempre que possível as experiências e referências sobre o tema trazidas pelo público.

Abrimos o nosso guião para exposição com um parágrafo que procura definir duas premissas que consideramos indissociáveis em nosso argumento: o lugar e as pessoas. Antes de mais, quando nos referimos ao lugar – neste caso a fachada atlântica europeia –, fazemo-lo no sentido de inverter o olhar dos públicos, que normalmente são condicionado por discursos museológicos e recursos museográficos que privilegiam uma interpretação das civilizações europeias na perspetiva do Mediterrâneo. Segundo, porque a ideia de lugar é uma “força organizadora dos museus” e está intrinsecamente associada às suas coleções ou ao conjunto de objetos selecionados para uma exposição, bem como na medida em que estabelecem características aos habitantes de um lugar no plano das identidades (Whitehead, Mason, Eckersley e Lloyd, 2015, p. 8-9). Portanto, oferecer este ângulo alternativo ao tema dos celtas, é não só quebrar o paradigma mediterrânico das civilizações clássicas mas, ao mesmo tempo, uma oportunidade para:

“[...] visitors to museums may encounter representations and reminders of places that have been or are part of their own personal histories, bringing into play affective responses, such as feelings of belonging or non-belonging, interrelated with memory work such as remembering, reminiscing or indeed seeking to forget (*Ibid.*, 2015, p. 14).

Se aceitarmos, numa perspetiva museológica, que um tema como o dos celtas deve englobar o tempo presente passamos então da premissa do lugar que justifica a

premissas das pessoas. As pessoas de quem aqui falamos são os indivíduos que hoje – coletiva ou individualmente –, em vários níveis identitários, identificam os celtas como parte do seu património, das suas memórias e, portanto, das suas representações (Zerubavel, 2003).

Contudo, a partir dos pressupostos da Nova Museologia acerca das representações (Desvallées e Mairesse, 2013, p. 62-63; Smith, 1989, p. 20), temos de estar sempre conscientes sobre a sua natureza enganosa nas descrições feitas pelos museus relativamente aos modos como nos representamos e representamos os outros, e dos contornos persuasivos que estas descrições podem assumir (Stanley, 1993, p. 319). Ao propor em nosso guião fazer das pessoas uma das premissas principais da narrativa expositiva, fazemo-lo conscientes dos potenciais perigos de um discurso etnográfico que por vezes acaba por objetificar ou coisificar as pessoas no sentido de perpetuar certos estereótipos (Barker, 2010, p. 297).

Núcleo 1 – “Quem são os Celtas?”

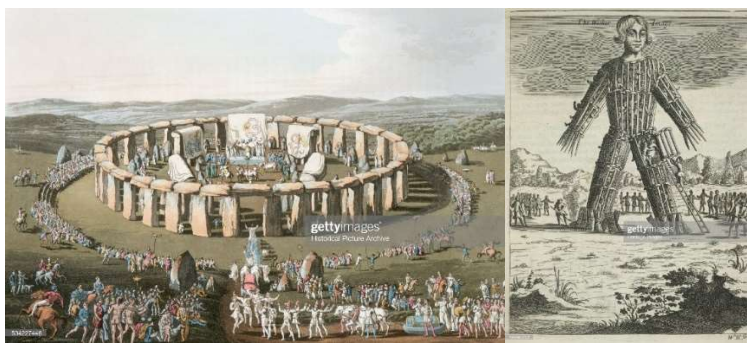
Secção 1.1 – Os Celtas na Cultura Popular

O percurso inicia-se com as representações dos celtas no imaginário e cultura popular contemporâneas, nomeadamente com os festivais intercélticos onde se “materializam” os principais elementos culturais que associamos os Celtas do presente com os do passado. Destes elementos culturais, destacamos a música que tem na harpa celta e nas gaitas de foles – consoante as regiões – símbolos incontornáveis de identidade, bem como a dança, os modos de vestir e as artes manuais. Se a música pode definir o chamado “espírito celta” contemporâneo, é nas artes manuais e seus elementos decorativos que podemos encontrar a materialidade comumente definidora da identidade céltica contemporânea. Contudo, este subnúcleo não pode prescindir de um segundo elemento, fortemente ligado ao imaginário, o neopaganismo, sobretudo em sua vertente neodruídica. Enquanto movimento espiritual de cariz reconstrucionista, fornece as bases das quais emanam grande parte das expressões culturais populares através do cinema, da literatura fantástica e das séries de TV.

A cenografia e museografia deste subnúcleo deverá refletir os espaços comumente associados com os Festivais Intercélticos, bem como as cerimônias neopagãs realizadas em sítios megalíticos que, o senso comum, relaciona com os celtas do passado. Podemos

descrever este subnúcleo como um espaço imersivo caracterizado pela expressiva miscelânea de elementos que definem o imaginário contemporâneo associado aos celtas. Um efeito de iluminação baixa ou “quase penumbra” pode ser vantajoso para estabelecer o tom de intimidade e ao mesmo tempo inserir o público no clima de mistério que normalmente associado aos celtas.

Nota cenográfica: Uma grande figura do Wicker Man, feito de ecrãs (que reproduzam imagens aleatórias) deve servir de metáfora e síntese no que se refere ao imaginário associado aos Celtas na contemporaneidade.



Imagens de referência para museografia/cenografia do subnúcleo 1.1. Esquerda: “Ilustração de uma cerimônia druídica em Stonehenge”, publicado no início do séc. XIX no livro de Giulio Ferrario. Direita: ilustração do “Wicker Man” no livro Britannia Antiqua Illustrata de Aylett Sammes, publicado em 1676.

Painéis/ecrãs e vitrinas com conteúdos (vídeos, fotografia, áudios e infográficos) e objetos para os seguintes temas:

- Festivais Intercélticos: suas origens, e em quais locais são celebrados; mostrar cronologia dos mais emblemáticos com fotografias e alguns cartazes.
- Cinema e TV: os principais elementos/estereótipos associados aos celtas em filmes de grande audiência e séries; seleção de cartazes dos filmes (The Wicker Man, The Hallow, The Mists of Avalon, The Labyrinth, Britannia, etc.).
- Literatura e HQs: os principais elementos/estereótipos associados aos celtas em obras literárias e HQs populares; seleção de edições destas obras (O Senhor dos Anéis, As Brumas de Avalon, Asterix e Obelix, etc.). Música e Dança: os elementos mais característicos da música e danças célticas; seleção de álbuns dos principais artistas e grupos/estilos de dança (Alan Stivell, The Chieftains, River Dance, etc.).

- Neopaganismo: os elementos característicos do neodruidismo e neopaganismo de inspiração céltica. No último caso com especial destaque para as tradições populares associadas à bruxaria na Cornualha, Irlanda e outras partes do Reino Unido. Inserir elementos objetos de espaços comerciais esotéricos, tais como: Tarot Celta, Oráculo Druídico dos Animais, etc.
- Arte Celta: destacar os principais motivos decorativos (*knotwork*). Incluir objetos comercializados em lojas de *souvenir* (joias e objetos de decoração), modelos de tatuagens e kits de decoração corporal.

Secção 1.2 – A música celta como manifestação de identidade

Este subnúcleo deverá ser composto por um conjunto de instrumentos musicais dos tipos harpas e gaitas de foles, de variadas cronologias e procedências. Este ambiente pode ser descrito como um “corredor” onde será possível ouvir ao fundo uma composição musical que deve parecer uma espécie de “fanfarra” destes instrumentos tocados ao mesmo tempo.

No que se refere à cultura popular, concordamos com John Fiske, no sentido de que a sua produção vem de dentro das sociedades e nunca é imposta pelas ideologias hegemónicas, tendo sempre um elemento que foge ao controlo social (Fiske, 1989, p. 2). É com base nesta abordagem da cultura popular que iniciamos a nossa proposta de guião para uma exposição dedicada aos celtas. Uma exposição que remeta em primeiro lugar para os repertórios pessoais, interesses e necessidades sobre o tema trazidos pelo próprio visitante, tem sempre encontrado vozes contrárias que consideram ser esta uma prática que privilegia o entretenimento em detrimento das funções de aprendizagem atribuídas aos museus (McLean, 1991, p. 85). Curiosamente, a nova definição de museu aprovada pelo ICOM em 2022, passou a incluir a palavra inglesa *enjoyment* (prazer, gozo ou divertimento, em tradução livre) ou *fruição* na versão em língua portuguesa³⁰.

Uma vez que a dimensão pessoal do visitante e das suas relações prévias com o tema da exposição não são tidos em consideração ou dificilmente poderão ser conhecidos, deparamo-nos, por exemplo, com os desafios impostos aos museus pela internet. A existência da internet e a facilidade com que cada um de nós tem ao seu dispor e em

³⁰ As versões podem ser acedidas em <https://icom.museum/en/resources/standards-guidelines/museum-definition/> (versão em língua inglesa) e <https://icom-portugal.org/recursos/definicoes/> (versão em língua portuguesa).

segundos todo o tipo de conteúdo e informação, coloca em cheque a posição dos museus como “gatekeepers to and interpreters of the cultural memory of humankind” (Black, 2012, p. 6). Neste aspeto, todo o visitante pode ser encarado como potencial detentor de uma *expertise* sobre uma determinada temática o que, em certa medida, deveria provocar uma mudança de postura por parte daqueles que concebem as exposições. A mudança de postura que propomos com esta secção vai no mesmo sentido daquela proposta por Lavanga acerca do lugar dos museus no século XXI enquanto espaços que devem proporcionar uma colisão positiva de novas ideias e culturas diversificadas para a geração de novos diálogos (*apud* Black, 2012, p. 9; Cameron, 2005, p. 229; Dean, 1994, p. 2).

Se considerarmos o carácter distintamente místico normalmente associado aos celtas, e tendo em conta as visões sobre eles que emanam da cultura popular, é possível apontar para a segunda metade do século XX como o período de maior intensificação deste imaginário. Este fenómeno foi impulsionado principalmente pelo aumento do nacionalismo na Escócia, País de Gales e Cornualha, mas, sobretudo, pelo aparecimento do movimento da Nova Era na década de 1960 (Gibson, Trower e Tregidga, 2013, p. 4). Longe das ficções vitorianas que utilizaram da figura dos druidas para propor uma defesa do cristianismo em oposição ao mundo sangrento dos sacrifícios pagãos, os celtas de hoje gozam de uma ressonância positiva, que os associa com o discurso ecologista de conexão com a natureza, romances épicos, aventuras heroicas, e encontros espirituais com criaturas do Outro Mundo (Hutton, 2013, p. 23).

Tomemos como exemplo o documentário, gênero audiovisual mais consumido pelos públicos interessados em história e civilizações antigas, que, quando dedicados aos celtas, privilegiam uma categoria de representação e argumento que podemos classificar como romântico, pelo seu sempre presente apelo emocional e referências vibrantes ao espírito e magia da cultura celta (Piccini, 1996, p. 91). É nesta perspetiva das experiências prévias dos públicos e dos contextos socioculturais diversos que baseamos também o argumento desta nossa proposta de exposição, que não é só uma exposição de arqueologia, mas uma exposição sobre as construções socioculturais sobre os celtas. O mundo que habitamos assume sempre significado através daquilo que compartilhamos com outros grupos sociais, seja na forma de costumes, valores ou

experiências. Este coletivo de memória pode muito bem ser uma das formas de explicar aquilo a que chamamos cultura (Falk e Dierking, 2000, p. 39).

Secção 1.3 – Os Celtas Contemporâneos

A narrativa central deste subnúcleo deve partir de uma perspetiva essencialmente identitária e ancorada na sobrevivência das línguas célticas faladas nas Regiões e Nações Célticas (doravante RNC) da fachada atlântica europeia, bem como dos elementos culturais similares e comuns às RNC. Este conjunto de elementos culturais comuns formam desde, pelo menos, os séculos XVIII e XIX, a base do fortalecimento de identidades distintas e, podemos também afirmar, de resistência face à imposição de outros elementos culturais por parte dos governos centrais das RNC.

Este subnúcleo assenta num grande mapa da Europa visto da perspetiva do oeste atlântico (instalado como piso, com ligeira elevação ascendente em relação ao subnúcleo anterior). As bandeiras das RNC devem ser instaladas no teto (na posição vertical) imediatamente acima da sua respetiva RNC no mapa instalado no piso. Estarão destacadas e identificadas as RNC com um QR Code, que servirão de entrada para os conteúdos listados abaixo e acessíveis através de tabletes (ou telemóveis dos próprios visitantes).



Imagens de referência para cenografia do piso e teto da secção 1.3: as RNC.

Sobre os conteúdos via QR Code: número de habitantes x número de falantes daquela língua céltica; áudios com frases curtas faladas naquela língua céltica; linha do tempo interativa com os principais eventos relacionados aos movimentos de fortalecimento de suas respectivas identidades culturais (ex.: autonomia administrativa, ensino das línguas célticas nas escolas, etc.); seleção de elementos artísticos (música, dança e literatura); vestuário típico; etc. As RNC:

- 1.2.2 Escócia (+ Cúmbria)
- 1.2.3 Irlanda;
- 1.2.4 Ilha de Man;
- 1.2.5 País de Gales;
- 1.2.6 Cornualha (+ Devon);
- 1.2.7 Bretanha Armoricana;
- 1.2.8 Galiza (+ Astúrias);
- 1.2.9 Norte de Portugal.

Espaço finalizado por uma exposição fotográfica que retrate alguns indivíduos que de alguma forma estabeleçam a sua identidade cultural com os celtas. As fotografias devem ser acompanhadas de uma breve biografia e/ou depoimento em vídeo.

Um ponto que conecta as secções anteriores, mas, que, assume ainda mais relevância do ponto de vista da museologia, é a ideia de que o património é algo altamente performativo, na medida em as exposições têm sempre uma componente teatral na forma como os museus utilizamos recursos museográficos para produzir conhecimento e, ao mesmo, tempo no sentido de que estamos todos – comissários e visitantes – sempre a desempenhar papéis (Kidd, 2016, p. 4). Na nossa conceção museológica, o papel performativo nas exposições deve ser compartilhado entre objetos e pessoas reais – ou grupos sociais reais –, preferencialmente com maior ênfase nas pessoas sempre que a temática o permitir, como acreditamos ser este o caso.

A componente linguística assume aqui uma dimensão de grande relevo por ser considerada hoje o principal atributo de identidade das populações residentes ou descendentes das RNC. Sobre isto, devemos também considerar o fenómeno das diásporas que no século XIX e primeira do século XX espalharam estas relações de identidade e

descendência dos migrantes nas Américas e Austrália e, em tempos mais recentes, com a mobilidade interna de cidadãos dos estados membros da União Europeia. Esta componente linguística justifica, portanto, o modo como propomos representar esta geografia dos espaços linguísticos e de identidade.

Ao mesmo tempo, há uma segunda componente que está relacionada com as formas de consumo desta cultura, bem como com as relações estabelecidas entre ela através de vínculos que incluem não só os significados mais pessoais de ancestralidade, mas também de um público mais alargado. Sobre o consumo de cultura e estes públicos alargados, basta referir, por exemplo, o mito arturiano cujos romances publicados desde pelo menos a década de 1960 têm provocado um interesse duradouro em viagens para locais como Tintagel e Glastonbury.

Paralelamente, há que considerar uma crítica interna à ideia de que uma celticidade moderna e genuína só pode ser reconhecida através da existência de falantes de uma língua celta nas RNC. Esta noção, cujas origens remontam aos movimentos nacionalistas celtas do início do século XIX, procurou transmitir a máxima de que “sem língua – sem nação”, e teve ainda muitos reflexos também ao longo da primeira metade do século XX (Robb, 2002, p. 234-235). Um argumento desta natureza não se sustenta, por exemplo, diante da forte componente identitária relacionada com os celtas que encontramos na Galiza e, em menor escala, também presente no norte de Portugal. O caso galego é o mais bem estudado dos dois, mas, no nosso entender, aponta os caminhos para entendermos o fenómeno também em Portugal.

As associações dos celtas com o território do noroeste peninsular contam com os mesmos argumentos baseados na historiografia, arqueologia e linguística que são reivindicados pelas populações das demais RNC. O que difere estas regiões das demais é o facto de as suas línguas celtas não terem chegado aos nossos tempos senão por vestígios epigráficos, toponímicos e dos etnónimos (Alonso, 2007; García e Parceró, 2007). Contudo, são reconhecidos os aspetos que conectam este passado proto-histórico e histórico da Península Ibérica com elementos ainda presentes na cultura desta região celto-ibérica.

Tais elementos culturais podem ser identificados na literatura medieval irlandesa que, nomeadamente, por meio do *Lebor Gabhála Erenn* (“Livro das Invasões da Irlanda”, em tradução livre) conecta a fundação mítica da Irlanda à Galiza através dos descendentes da figura heróica de Míle Espáine (“o soldado da Hispânia”, em tradução livre) que, ao partirem da Corunha, chegaram à costa da Irlanda e estabeleceram ali os primeiros reinos gaélicos (Álvarez, 2007; Velasco, 2007). Também é possível identificar sobrevivências celtas, por exemplo, no folclore, na tradição oral e nas manifestações locais de cariz popular desta região – com especial relevo para a Costa da Morte na Galiza – que fazem eco de narrativas das *immram* (“viagens”, em tradução livre) irlandesas (Rodríguez, 2007).

Núcleo 2 – O Celtismo nas Artes

Secção 2.1 – Revivalismo Celta e os Movimentos Romântico e Neoclássico (sécs. XX – XVIII)

É ponto assente para muito habitantes da Europa Ocidental uma ancestralidade com povos do passado que aqui estiveram instalados antes de nós. Esta ancestralidade é fortemente ancorada em elementos culturais que, para além das filiações linguísticas e religiosas, passam também pela invocação de grandes nomes ou personagens do passado, sejam eles figuras reais e historicamente atestadas, bem como outras tantas personagens cuja realidade histórica controversa não parece ser equacionada, já que a carga afetiva e mítica os coloca como verdadeiros guardiões que corporificam umas e outras características físicas, ou de índole de determinados povos europeus (Zerubavel, 2003). Aqui adentramos no sagrado Panteão dos heróis nacionais, homens – na sua grande maioria –, mas também mulheres, que em algum momento remoto do passado defenderam tudo aquilo que era autóctone, considerado puro e original, normalmente numa situação de confronto com alguma “entidade” estrangeira e invasora. Para estes homens e mulheres, conhecidos ou anónimos, os bardos e menestréis de ontem e de hoje ainda declamam seus poemas, dedilham suas harpas, sopram com vigor suas gaitas, ao mesmo tempo em que ao seu redor comunidades (locais ou distantes) se reúnem para ouvir, cantar ou dançar os feitos heroicos do passado, os amores trágicos, a nostalgia daqueles que partiram (para cantões deste mundo ou do Outro).

Portugueses e espanhóis lamentam a morte de Viriato, derrotado não pelos romanos, mas pela traição de seus companheiros que o assassinaram no seu sono. Os britânicos colocaram em frente ao seu Parlamento uma magnífica estátua em bronze de Boudicca e suas filhas num carro de guerra, uma lembrança imponente daquela rainha que levantou as tribos da Britânia numa revolta que infligiu inúmeras derrotas aos romanos, mas que teve como fim o fracasso das tribos e subsequente suicídio de sua líder. Os franceses têm Vercingetórix, o líder guerreiro gaulês que desafiou Júlio César, que faz da sua derrota e rendição um ato de sacrifício em benefício de seu povo. Para os irlandeses, a figura de Fionn MacCumhaill inspira seu exército nacional, mas o exército revolucionário da Irlanda do Norte. Já os escoceses, veem em William Wallace a personificação da sua independência contra a colonização inglesa. Confrontados com as memórias destes heróis míticos, todos parecem ter o mesmo sentimento em comum, a nostalgia, a saudade de um tempo que não viveram, mas cuja memória deve manter viva e celebrar.

A galeria de quadros e gravuras (exemplos abaixo) deve obedecer uma lógica de comparação entre a produção dos artistas neoclássicos – fortemente influenciados pelas agendas políticas da época, e daí os heróis nacionais, – e os românticos e realistas com sua inspiração nas cenas rurais, personagens anónimos, visões nostálgicas do passado, reinterpretação dos folclores e mitologias locais, etc.

Longe de querer propor uma objetividade, que aqui já anunciámos entender como ilusória, no que se refere aos objetos e narrativas sobre o passado, parece-nos importante, contudo, apontar que este pode ser um exercício científico mais facilitado à medida que nos colocamos numa posição temporal mais distante. A proposta estabelecida na secção descrita não tem, como outras exposições tiveram no passado, a intenção de desconstruir a identidade celta através de uma leitura crítica da arte. Pelo contrário, a nossa intenção é de apontar quais eram os referenciais de identidade celta em cada período.

Aqui, como fizemos com as exposições no capítulo anterior, parece-nos ainda mais pertinente o pensamento de Theodore Adorno no sentido de que a arte reflete, através do artista, os conteúdos socio-históricos de seu tempo e meio social. Isto traz-nos mais

uma vez às questões das representações, uma vez que, do ponto de vista dos museus e principalmente da arte, os objetos podem ser entendidos como possuidores de um propósito, o das representações. Estas representações podem ser enquadradas em sistemas muito diversos, que prescrevem o que é representativo de acordo com um conjunto de normas e convenções (Hein, 2011, p. 117).

Dito isto, o conjunto sugerido para esta secção de obras de arte dos períodos romântico, realista e neoclássico deve ser visto dentro de uma lógica dupla: primeiro, que leve em conta a representação do artista através dos seus repertórios que têm tanto relação com as suas próprias origens, como com os gostos de uma determinada época e, segundo, com os elementos daquilo, ou daquele, que é representado como celta na obra de arte. Pretendemos assinalar através desta secção quem eram os celtas, e para quem o eram, pois, ainda de acordo com Hein, as representações moldam e acomodam a realidade na medida em que partilham poderes e definem aberturas ou encerramentos de opções (*Ibid.*, 2011, p. 118).

Se seguirmos, por exemplo, o modernismo na literatura irlandesa, encontramos respostas para alguns aspetos do que referimos, bem como para a abordagem que queremos propor para esta secção expositiva. Gegrory Castle, na sua análise sobre as *Mitologies* de W. B. Yeats (publicado pela primeira vez em 1896), aponta para o carácter folclorista do poeta irlandês, bem como para o papel influente que a antropologia teve no Revivalismo Celta de finais do século XIX e, sobretudo, do início do século XX. Castle propõe que o modernismo irlandês muito embora procure acolher as questões tecnológicas de sua época, acaba por ser ao mesmo tempo muito conservador, na medida em que o movimento tem no seu âmago a controversa relação entre o arcaico e moderno que, ao mesmo tempo, pode ser lido como o arcaico no sentido de nostalgia de um passado original e pré-colonial (Castle, 2001, p. 36).

Enquanto o modernismo, pelo exemplo irlandês, pode ser visto numa perspetiva interna, na medida que é mais representativo do ponto de vista dos artistas irlandeses e suas produções, o caso do romantismo pode ser encarado por uma ótica externa. Esta afirmação é importante na medida em que uma parcela considerável da produção artística associada ao movimento romântico nas Ilhas Britânicas foi caracterizada por uma apropriação de elementos celtas de origem galesa – uma reinterpretação da noção

de soberania inglesa atrelada àquele território –, que simultaneamente reinventava o contexto político e histórico do império britânico daquela época (Carruthers e Rawes, 2003, p. 10).

Secção 2.2 – O reencontro com os celtas nas identidades nacionais modernas

Esta secção deverá refletir as múltiplas visões sobre os celtas, desde o reencontro – como aqui preferimos chamar – com esta identidade através das primeiras obras impressas da autoria de antiquários dos séculos XVII e XVIII sobre o tema, passando pelos reflexos de suas ideias no século XIX com a formação das identidades nacionais, e culminando com os desenvolvimentos científicos dos séculos XX e XXI. Tratar-se-á, portanto, de uma secção de natureza retrospectiva, que encerrará a primeira metade da exposição.

Com esta secção pretendemos ainda alertar os públicos para o perigo duplo que coloca de um lado a fragilidade de grupos culturais minoritários frente às agendas políticas de seus governos centrais e, do outro lado, despertar uma postura crítica frente aos modelos de defesa de valores culturais ditos ‘puros’ e ‘originais’, que estão na base dos discursos separatistas e xenófobos ainda tão presentes nos nossos dias.

Ao contrário do que a exposição “Celtas: Arte e Identidade” procurou apresentar, especialmente na sua edição londrina de 2015, a nossa proposta de exposição não pretende por em causa a validade de uma identidade celta atribuídas aos períodos históricos analisados. Antes, e sobretudo, é nossa convicção que uma exposição sobre temas desta natureza deve ter sempre o cuidado de tratá-los num sentido mais ético ou, se preferirem, com o respeito devido aos modos individuais ou coletivos de estar no mundo, já que estamos a falar de realidades profundamente enraizadas no tempo presente.

O que procuramos propor com esta secção é a oportunidade de apresentar um debate cujo fôlego foi revigorado desde a década de 1990 e que, desde o princípio, tem três grandes momentos em contexto museológico. O primeiro momento, que procurámos caracterizar no segundo capítulo deste trabalho, situa-se no início do século XVIII, quando o então curador do Ashmolean Museum, Edward Lhuyd (1660 – 1709), publicou sua obra *Archaeologia Britannica* (1707). Esta obra foi o resultado de um conjunto de

viagens realizadas pelo interior do Reino Unido (especialmente entre o País de Gales e a Cornualha), onde Lhuyd acabou por finalmente sugerir uma interpretação no âmbito da linguística histórica que resultou das suas observações acerca das relações existentes entre o gaulês (língua extinta), o irlandês e o britónico, bem como entre o galês, o cónico e o bretão. Desta interpretação surgiu o termo atribuído ao grupo linguístico que hoje conhecemos como “celta” (Chadwick, 1971, p. 20; Champion, 1996, p. 66; Chapman, 1992, p. 207; Cunliffe, 2001, p. 294; Cunliffe, 2003, p. 5; Wiley, 2006, p. 387).

O segundo episódio relevante para a realidade dos celtas foi apresentado ao público em 1863, quando, mais uma vez em contexto museológico, o curador do British Museum, Sir Augustus Wollaston Franks (1826 – 1897), produziu um catálogo de objetos de metal decorados e escolheu o termo ‘Late Keltic’ (ou céltico tardio) para classificar os achados datados da Idade do Ferro em contexto britânico. A sua classificação foi utilizada na primeira edição do catálogo (*British Museum Guide to the Antiquities of the Early Iron Age*) até 1905, mas foi retirada da segunda edição em 1925 sob a alegação de existirem incertezas sobre a “existência ou datas de uma civilização céltica nestas ilhas” (Cunliffe, 2003, p. 6).

Por fim, em 1991, no Palazzo Grassi (Veneza, Itália) com o patrocínio da Fiat e o suporte de uma União Europeia entusiasmada com os acontecimentos de 1989, foi inaugurada a exposição intitulada “Os Celtas: A Primeira Europa”. Num luxuoso catálogo, os seus comissários apresentam a exposição como um tributo para uma nova Europa e defendem que sua unidade depende da compreensão de três fontes (ou raízes), uma romana, uma cristã e uma celta. Este argumento de uma suposta herança céltica compartilhada por todos os povos europeus da contemporaneidade, objeto da nossa análise no capítulo anterior, acabou por gerar um grande debate ao longo de toda a década de 1990. O mesmo debate pode ser entendido como o eco mais tardio das alegadas incertezas do termo ‘Late Keltic’ retirado de um dos catálogos do Museu Britânico.

Núcleo 3 – As (in)visibilidades dos celtas no imaginário medieval

Depois do domínio romano e da subsequente desagregação do seu Império, nenhum outro modelo civilizador influenciou tão fortemente os celtas quanto o cristianismo. Do

ponto de vista da ocupação do território, os celtas só tiveram um efetivo contato com o urbanismo aquando da chegada dos romanos e mesmo assim ainda mantendo muito da sua organização social através de pequenos povoados normalmente organizados por núcleos familiares. Ao longo da primeira metade da Idade Média, com a chegada de povos de origem germânica, esta realidade territorial, rural e de certo isolamento, acaba por ser acentuada, uma vez que os falantes das línguas célticas acabam por ser empurrados para as periferias destes territórios.

É deste cenário de isolamento e algumas vezes de resistência que emerge um pouco por toda a fachada atlântica um conjunto de realidades e manifestações culturais que acabam por caracterizar aquilo que chamamos de cristãos celtas. Entramos então naqueles tempos cuja dinâmica era, sobretudo, pautada pelo fenómeno da conversão e evangelização destes povos pré-cristãos. São tempos marcados por missionários, homens e mulheres, santos e eremitas. Tempos em que são tecidos os fios que compõem a grande tapeçaria que é parte da atual cultura ocidental moderna. Pela predisposição céltica ao sobrenatural e inclinação ao mundo religioso, bem como por um senso de identidade profundamente ligado ao território e aos seus costumes, o resultado do processo de cristianização é composto por uma série de camadas – umas cristãs e outras pagãs – que combinam o mundo sobrenatural pré-cristão com santos que por vezes se confundem com divindades pagãs, locais de cultos cristãos construídos sobre antigos centros religiosos pagãos, homens de Deus que praticam verdadeiros atos de pura magia, artes que combinam estes dois mundos. É deste contexto que nos chegou um dos maiores ciclos literários do mundo ocidental, aquele sobre um rei que descansa no Outro Mundo além das brumas, o salvador que um dia retornará, o Rei Artur.

Secção 3.1 – O Ciclo Arturiano e a Herança Céltica na Cultura Europeia

Enquanto *corpus* literário, o Ciclo Arturiano teria quase 600 páginas, escritas por cerca de 30 autores e em 11 línguas diferentes. A existência de um Artur histórico é motivo de debate no discurso académico. Se do mito pudéssemos tirar algo de realidade, o mais provável seria colocar o Artur histórico nalgum momento entre os séculos V e VI, como uma espécie de líder militar em defesa dos nativos bretões remanescentes nas Ilhas

Britânica face à invasão dos saxões. Antes do século XII, Artur só pode ser reconhecido em obscuros trechos de poemas e epopeias heróicas de origem galesa, contos folclóricos em galês e latim, e nas vidas de alguns santos.

A imagem que temos de Artur, da sua corte e dos lendários cavaleiros da Távola Redonda é produto intencional da corte normanda na Inglaterra do século XII. Contudo, os elementos presentes nas diversas versões deste ciclo heróico e lendário indicam ter como fonte o imaginário medieval de origem céltica. Se olharmos para lá das camadas cênicas do século XII, podemos encontrar personagens e seres do passado pagão, tais como o mago Merlim (um druida?), a fada Morgana, dragões que habitam cavernas, espíritos dos bosques, lagos e cursos d'água. Todos miscigenados com elementos cristãos.

Com o título principal deste núcleo expositivo pretendemos invocar, e ao mesmo tempo subverter, o argumento comumente utilizado por aqueles que questionam a validade de uma identidade celta moderna atribuída ao passado. Se é verdade que não existem provas documentais ao longo de toda a Idade Média no sentido de apontar para uma identidade comum entre os territórios habitados pelos celtas na proto-história e antiguidade, um olhar isento de ideias preconcebidas pode revelar que muitos dos elementos hoje entendidos com celtas podem ser identificados durante o período medieval.

Conforme indicamos no quadro anterior, dedicado à secção 3.1 da nossa proposta de exposição, o ciclo arturiano – conjunto mais conhecido da 'Matéria da Bretanha'³¹ – é considerado um dos três grandes ciclos literários do Ocidente. Consideramos que a sua abordagem numa perspetiva museológica associado aos celtas oferece uma oportunidade invulgar no que se refere aos potenciais significados que podem ser criados e representados por seu apelo transversal e quase universal, não só em matéria de imaginário coletivo, mas, sobretudo, tendo como base as próprias experiência e referências trazidas pelos públicos para as exposições.

³¹ Nome coletivo atribuído aos textos (lendas, poemas, hagiografias, etc) que “contam” a história da Bretanha. Foi adotado pelos estudos literários, mas utilizado pela primeira vez pelo poeta Jean Bodel no século XII.

Nesta perspetiva, consideramos o ciclo arturiano como património compartilhado, na medida em que o conceito de património pode também ser entendido como algo emocionalmente constituído (Wetherell, Smith e Campbell, 2018, p. 7). Esta sua constituição emocional abarca todo um amplo espectro de identidades, experiências e sentidos de lugar relacionados. Finalmente, o argumento que procuramos defender para sustentar esta secção expositiva vai no sentido de explorar as conexões afetivas entre a literatura medieval arturiana com a literatura fantástica contemporânea.

Nos mitos arturianos as personagens encontram-se invariavelmente em “terras do nunca”, confrontados com buscas, conflitos e seres idealizados (Sims-William, 1991, p. 61). As lendas arturianas comportam também algo de conflituoso, na medida em que representam dois mundos, refletindo visivelmente o mundo cristão, mas contendo internamente elementos imaginários e sobrenaturais da tradição celta que os constituem, ultrapassam e contradizem as suas próprias matrizes cristãs (Eliade, 1972, p. 122). Esta dupla e conflituosa constituição das lendas arturianas, enquanto património compartilhado, tem profundos reflexos no sentido de que parecem ter sido convertidos ou transportados ao longo dos tempos, já que aqueles elementos são os mesmos constituintes do repertório de imaginação literária que nos legaram obras transgeracionais como *O Senhor dos Anéis* de Tolkien (primeiro volume da trilogia publicado em 1954), *As Brumas de Avalon* de Zimmer-Bradley (primeiro de quatro volumes publicado em 1982) e *Harry Potter* de J. K. Rowling (primeiro de sete volumes publicado em 1997), entre tantos outros.

NOTA: as duas secções seguintes devem ser representadas no mesmo espaço, mas não sob a lógica da oposição, e sim no sentido de duas dimensões religiosas que compartilham os mesmos espaços.

Secção 3.2 – Santos Celtas: caminhantes entre dois mundos?

Nos primeiros séculos da Idade Média, a palavra “santo” tinha conotações diferentes das que hoje lhe atribuímos. Em sentido geral era utilizada para descrever homens e mulheres sábios, puros e devotos, ou qualquer “bom cristão” que tivesse morrido em nome de sua fé. Como o monge e teólogo Valafrido Estrabão (séc. IX) escreveu nas suas reflexões: vagar é a condição do irlandês. Esta afirmação coloca em perspetiva a

realidade não só dos irlandeses, mas um pouco sobre muitos dos homens e mulheres que, no contexto da cristianização, faziam seus lares em novos, e por vezes inóspitos territórios. Eles pareciam ter um olhar especial para a beleza natural, e escolhiam fixar-se em promontórios dramáticos, vales profundos, às margens de pacíficos lagos, ou em rochedos e ilhas isolados do mundo. Foram os responsáveis pela conversão ao cristianismo das populações remanescentes celtas pagãs. Não o fizeram sem resistência, nem sem colocar um pouco de sua própria identidade naquilo que nos legaram.

Assim, não deixam de estar eles próprios envoltos em camadas de mistério e misticismo. Se no passado pagão, druidas e bardos falavam e cantavam sobre a imortalidade da alma e do renascimento, da sacralidade da matéria e dos aspetos triplos da divindade, aos poucos começaram a aparecer missionários cristãos a contar histórias com os mesmos elementos, mas com personagens diferentes. Os chamados Santos Celtas parecem refletir através das suas paróquias e locais de culto a mesma organização social e territorial dos tempos pagãos. Muitos compartilham os mesmos nomes em locais muito distintos. Outros possuem seus locais de culto e peregrinação em antigos marcos territoriais associados aos deuses pagãos. Muitos destes novos cultos acabam por manter elementos dos antigos em sua liturgia, como a manutenção de um fogo sagrado, ou sermões dados em bosques centenários ou em recintos megalíticos.

Secção 3.3 – Os Ciclos Heroicos de Tradições Irlandesa e Galesa: uma Mitologia Pré-cristã Celta?

A figura dos heróis sempre desempenhou um papel central nas mentalidades e no imaginário Ocidental. Desde os míticos heróis fundadores das cidades e colónias gregas, passando pelos fundadores da própria cidade de Roma, até aos guerreiros e reis cujos feitos de bravura atravessaram a Idade Média e chegaram aos nossos tempos na figura dos heróis nacionais, sejam eles conhecidos e destemidos personagens do passado, ou anónimos soldados que deram suas vidas em tantas guerras.

A figura do herói guerreiro parece ter sido central na organização social, cultural e política dos Celtas, cujos relatos nos chegaram desde os tempos de Platão e Aristóteles, guerreiros que lutaram ao lado de Alexandre, o Grande, ou contra Júlio César. Para infelicidade dos historiadores, os Celtas da Antiguidade não nos legaram no formato

escrito os seus mitos e crenças, e o que sabemos vem sobretudo dos olhares de observadores externos, normalmente em contexto de conflito e dominação. Contudo, foi no período medieval que se organizou um *corpus* documental de manuscritos que lança luz sobre o passado mitológico pré-cristão dos territórios célticos.

Produzidos no contexto da Cristianização por monges copistas irlandeses e galeses, este conjunto de texto parece ser o resultado daquilo que até aos séculos IX e X estava restrito à oralidade. Destes textos muitos estudiosos têm tirado interpretações sobre o que teria sido a sociedade céltica antes da Romanização. Ler estes textos é como abrir uma janela para um mundo fantástico, povoado por destemidos heróis e heroínas, ativos reis e rainhas, temíveis divindades e seres sobrenaturais que antecederam os mortais destas terras, e que, em muitos momentos, lutaram lado a lado, ou uns contra os outros por sua sobrevivência e soberania. São relatos que ligam todas estas terras entre o Atlântico e o Continente, pois contam os feitos de deuses e mortais que por aqui circulavam antes de todos nós.

NOTA: estas secções deverão incluir objetos e recursos visuais relativos às vidas dos santos celtas, tais como: imagens de culto, relíquias, mapas dos locais de culto, etc. Relativamente ao *corpus* literário medieval irlandês e galês, deve incluir: os manuscritos originais ou cópias, bem como representações audiovisuais de trechos selecionados destes.

Retomamos aqui o argumento iniciado na secção anterior sobre as (in)visibilidades dos celtas no período medieval, para propor uma comparação entre aspetos religiosos medievais com os santos celtas e as divindades conhecidas através da literatura medieval irlandesa. Uma realidade normalmente atribuída ao culto dos santos celtas na Irlanda, Gales ou Bretanha, é a de uma evidente naturalidade com que estes santos assumem uma abundância de representações e variações de carácter local e localizado pouco usual no mundo cristão foras destas regiões (Clancy, 2010, p. 16).

Este dado característico da vertente celta do cristianismo medieval encontra paralelos com o que sabemos sobre a abundância de divindades celtas pré-cristãs de carácter localizado, ou seja, associado a um determinado topónimo ou território identificado com um determinado grupo populacional (Green, 2011, p. 34) ao mesmo tempo que sugere uma ligação com a ideia de sacralidade da terra (Webster, 1995, p. 448). Esta

realidade material dos celtas pré-cristãos aparece, portanto, refletida na forma como os primeiros cultos cristãos se estabeleceram e posteriormente se desenvolveram nos territórios celtas, na medida em que as suas práticas estão profundamente associadas à veneração de personagens santificadas, mas com forte ligação com a terra e a determinadas relíquias consideradas pagãs (Redknap, 1995, p. 740).

O caso da hagiografia dos santos irlandeses, especialmente a de São Patrício, fornece os elementos narrativos que consideramos primordiais para estabelecer esta dialética entre duas dimensões espirituais que compartilham os mesmos espaços no imaginário medieval das regiões celtas. Os santos irlandeses e as personagens pré-cristãs irlandesas ou galesas são comumente vistos como contrapartes umas das outras, especialmente na ligação dos santos com a figura dos druidas. Nos relatos das vidas de alguns santos celtas, é comum encontrar episódios em que os santos desempenham atos normalmente atribuídos aos seus homólogos pagãos, tais como maldições e atos de manipulação dos elementos naturais. Neste sentido, as hagiografias acabam por configurar-se como verdadeiros registos de costumes e conhecimentos pré-cristãos (Ritari, 2008, p. 264). Embora seja anacrónico propor uma relação direta entre as divindades celtas conhecidas da epigrafia produzida no contexto da romanização, e as figuras míticas apresentadas pelas tradições literárias e mitológicas que nos chegaram da Irlanda e do País (Green, 1995a, p. 481; Mac Cana, 1995, p. 779), o mesmo não pode ser dito sobre um possível exercício de comparação entre estes últimos com os santos celtas, na medida em que nos referimos *grosso modo* aos mesmos contextos históricos de produção.

Como referido, a literatura medieval irlandesa possui ressonância além da Irlanda, com reflexos nas narrativas identitárias da Galiza, por exemplo. Já do ponto de vista da arqueologia e da linguística, a tradição literária irlandesa apresenta nomes de divindades como Lugh e Brighid. O caso de Brighid (ou Brigid) configura ainda maior relevância por ter revelado o nome de uma divindade cuja forma mais arcaica das línguas celtas pode ser identificada em antigos topónimos por quase toda a Europa Ocidental e com alta incidência na Península Ibérica (ver Anexo 24 – Mapa 3).

Finalmente, sobre os santos e divindades celtas nas suas dimensões medievais, parece-nos importante convocar novamente para estas secções expositivas o argumento das

representações, bem como das experiências pessoais dos públicos. É possível estabelecer através de dois santos celtas, São Patrício e Santa Brígida, uma imediata identificação pessoal. O primeiro pelos motivos populares relacionados com as celebrações do dia de São Patrício um pouco por todo o mundo, e pelas suas associações com as figuras dos druidas. Entretanto, Santa Brígida fornece talvez o melhor exemplo das remanescências celtas incorporadas pelo culto cristão. Segundo a hagiografia da Brígida irlandesa, esta teria sido filha de um druida, e seu culto contou com diversos elementos característicos dos tempos pagãos, nomeadamente a manutenção de fogo perpétuo na catedral da cidade irlandesa de Kildare, seu principal local de culto nas RNC (Ross, 1995, p. 436).

Núcleo 4 – Os Celtas entre o Leste e o Oeste: materialidades e paradigmas da Arqueologia

A questão das materialidades dos celtas – na sua aceção arqueológica – deve ser abordada dentro da sua ambígua realidade científica no sentido de refletir e confrontar posições, quase sempre antagônicas, acerca das formas como são interpretados e apresentados aos públicos através da cultura material a eles associada. Neste sentido, este núcleo expositivo deverá organizar-se de modo a oferecer uma perspetiva que imponha uma “coabitação” de objetos arqueológicos selecionados de acordo com as premissas destas diferentes abordagens de interpretação da cultura material. Com isto queremos propor que num mesmo espaço, e por via de uma narrativa alternativa, sejam interpretados objetos das culturas de Hallstatt e La Tène com objetos e dados que hoje servem de base para a proposta do Paradigma Atlântico. Este núcleo deve conter:

- Testemunhos epigráficos relacionados com elementos das antigas línguas celtas.
- Estatuária monumental de diversas proveniências.
- Localização dos *oppida* (do latim) = castros (Fachada Atlântica e Europa Centro-Ocidental).
- Mapeamento dos topónimos de origem celta.
- Ourivesaria arcaica das Idades do Ferro e do Bronze e Calcolítico dos territórios associados com os celtas (Fachada Atlântica e Europa Centro-Ocidental).
- Exemplares de estelas com a chamada Escrita do Sudoeste, bem como das Estelas de Guerreiros (de Espanha e Portugal).

- Reconstruções com objetos reais ou réplicas das tipologias de enterramento “de elite” (Fachada Atlântica e Europa Centro-Occidental).
- Conjuntos por região relativos ao fenómeno do Vaso Campaniforme e sua tipologia de rito funerário (Fachada Atlântica e Europa Centro-Occidental).
- Mapeamento dos dados relativos à arqueogenética em sua relação com genoma humano moderno em escala europeia.

Temos consciência de que a proposta conceptual que apresentamos para o último núcleo expositivo é desafiadora por uma série de razões. A primeira prende-se com a proposta de narrativa que quer fazer “coabitar” no mesmo espaço posicionamentos e argumentos científicos aparentemente opostos: a) uma tradição científica e um discurso académico ainda apegados aos modelos mais associados com as práticas arqueológicas dos séculos XIX e primeira metade do século XX, que lhes atribui origens centro-europeias com base em elementos estilísticos e tipológicos de sua cultura material, b) um grupo de investigadores que ao compartilharem seus resultados colocaram um novo paradigma para as origens dos celtas, procurando preencher as lacunas deixadas pelos primeiros, bem como trazer novas possibilidades de interpretação.

A nossa opção ao afirmar que estes dois modelos são “aparentemente” opostos prende-se com o que procurámos demonstrar através das reflexões nos capítulos 2 e 3 deste trabalho. Aceitar total ou parcialmente os pressupostos do Paradigma Atlântico iniciado por Barry Cunliffe, não quer necessariamente sugerir um abandono dos modelos interpretativos baseados nas culturas de Hallstatt e La Tène. Significa, contudo, que estes modelos isolados não podem mais comportar, ou serem aplicados, às origens do conjunto de populações proto-históricas que chamamos de celta. A aplicação deste modelo deve, portanto, servir para interpretar as realidades materiais somente daquelas regiões centro-ocidentais, já que o paradigma atlântico introduz questões que o modelo tradicional não consegue comportar.

Ao contrário do que fizeram as exposições dedicadas aos celtas desde 2001, propomos um modelo de apresentação dos objetos arqueológico com o mínimo de intervenção do ponto de vista interpretativo. Trata-se, pois, de uma proposta museológica que não apresenta questões fechadas, possibilitando inverter, ou pelo menos minimizar, o que

Pierre Bourdieu classificou como o papel dos museus enquanto consagradores de objetos e perpetuadores de teorias sobre como estes devem ser entendidos e contextualizados (*apud* Barker, 2010, p. 297). Neste ponto, a nossa proposta parece concordar com o que é avançado por Barry Lord na medida em que uma das dimensões a ter em conta no momento da conceção de uma nova exposição é precisamente a realidade interna da(s) disciplina(s) com ela se relaciona, uma vez que a exposição pode ser concebida para responder a um problema (Lord, 2014, p. 23).

Finalmente, é preciso abordar a questão da genética, que sugerimos como parte dos conteúdos da nossa proposta conceptual de exposição. Os usos da genética em associação com a arqueologia há muito que tem sido uma realidade de colaboração entre as duas disciplinas. Contudo, foi nas últimas duas décadas que sua utilização e resultados têm-se popularizado, especialmente se considerarmos o fenómeno comercial das empresas especializadas em mapeamento genético que fornecem *kits* para coleta pelo correio, enviam extensos relatórios sobre as conexões ancestrais dos indivíduos e, em alguns casos, conectam estes mesmos indivíduos com parentes distantes.

Contudo, a dimensão ambígua dos impactos que a genética pode trazer para as formas como as pessoas estabelecem as suas identidades, não podem ser ignorada. Se por um lado tem proporcionado uma colaboração positiva ao auxiliar na formulação ou respostas aos problemas impostos pelas ciências históricas, não podemos ignorar as potenciais implicações e usos políticos que o estudo do genoma humano pode representar, no sentido de reforçar ou deturpar conceções de origens e pertença a um determinado grupo étnico e que normalmente estão na base dos nacionalismos (Nash, 2002, p. 28; Nash, 2015). A genética, em âmbito museológico e aplicada às populações antigas, deve ser utilizada como ferramenta para influenciar positivamente o modo como os indivíduos se veem a si mesmos e aos outros. Em vez de reforçar ideias de grupos humanos puros e fechados, deve antes produzir uma reflexão no sentido de demonstrar que as fronteiras sociopolíticas que nos dividem no mundo moderno são uma realidade muito recente, se comparada com a longa jornada da espécie humana.

5. Considerações finais

Neste espaço final consideramos adequado não só apresentar respostas para algumas questões ou objetivos enunciados na introdução deste trabalho, mas, também realizar uma reflexão sobre os temas que tratamos até aqui. Nossa conclusão inicial é a de que os museus, pelo que pudemos verificar das exposições analisadas, perpetuam narrativas e modelos interpretativos que marcaram a sua génese, sobretudo os datados do século XIX. Os modelos a que nos referimos foram apresentados no Capítulo 1 e que se associam aos modos – oriundos das ciências naturais, mas, também, da fase inicial da antropologia – como a cultura material serve de base para apresentar a história humana numa perspetiva evolutiva, ou seja, na medida em que a evolução dos grupos humanos é determinada e significada através das premissas do progresso tecnológico.

Do que pudemos identificar com o nosso caso de estudo das exposições dedicadas aos celtas, a nova realidade do discurso museológico parece ser a de uma meta-narrativa de identidade que quer substituir ou, no mínimo, coexistir, com as narrativas nacionais. Este fenómeno parece-nos ser uma resposta às realidades impostas por uma sociedade mais global, bem como por uma ordem mundial cada vez mais alinhada com a ideia dos grandes blocos económicos. Diante deste cenário, parece-nos oportuno sugerir que os museus poderiam posicionar-se no sentido oposto ao das marés políticas. Numa perspetiva económica, por exemplo, se o cenário político indica uma viragem para um discurso protecionista e nacional, os museus dever-se-iam posicionar no sentido de um discurso mais plural, propondo reflexões sobre a artificialidade das fronteiras. Já em sentido oposto, os efeitos da globalização, por exemplo, têm profundos reflexos nas sociedades minoritárias, tradicionais e mais periféricas e, portanto, os museus devem exercer a função social de promover a diversidade.

O caso dos celtas e das formas como são, e têm sido, representados pelos museus, fornecem um exemplo contemporâneo dos modos como estes discursos têm sido utilizados para, por um lado, propor uma origem comum aos povos da Europa Ocidental, mas servindo, por outro lado, de argumento para justificar tanto a autodeterminação de um grupo social, como, também, enquanto recurso ideológico, na medida em que esta mesma identidade passa a ser interpretada como uma invenção. Como procurámos

demonstrar através das formulações de Benedict Anderson (Anderson, 2008), em certa medida toda a nacionalidade é artificial e imaginada. E é aqui que a nossa abordagem encontra mais afinidade com o proposto por Anderson, já que “imaginada” não é sinónimo de “inventada”, como propôs Eric Hobsbawm (Hobsbawm, 1997).

Do que podemos concluir da nossa análise das exposições, ficou evidente que cada uma delas refletiu aquilo que os seus comissários “imaginaram” ser os celtas. Na exposição de 1991, os celtas foram aqueles que ocuparam a maior parte do território europeu desde antes da História escrita e, portanto, foram imaginados como os ancestrais comuns da Europa no alvorecer da civilização, o que, por si só, não deixa de conter uma certa narrativa romântica sobre a ancestralidade europeia. Já a exposição de 2001, de carácter nacional, mas com projeções europeias, quis apresentar os celtas introduzindo na narrativa da exposição objetos cujas datações, pela sua antiguidade, não eram compatíveis com o modelo interpretativo vigente para a maioria dos investigadores europeus. Estes celtas ibéricos foram assim, imaginados pelos comissários da exposição de Ávila como celtas mais antigos do que os ditos ‘originais’ europeus na exposição de Veneza.

Entretanto, no ano de 2002, a exposição alemã de Frankfurt apoiou o seu discurso numa proposta interpretativa de monumentalidade dos seus achados arqueológicos regionais relativamente a uma proposta interpretativa que via os habitantes da Idade do Ferro naquela região como altamente avançados e socialmente complexos, tendo por base os seus contactos comerciais com as civilizações suas contemporâneas do Mediterrâneo. Neste caso, os celtas alemães são, por sua vez, imaginados como os precursores de uma Alemanha desenvolvida e conectada com a Europa. Sete anos mais tarde, em 2009, os suíços com os seus vizinhos alemães organizaram uma exposição conjunta em que procuram distanciar-se dos aspetos políticos provocados pela exposição de Veneza. A exposição baseava-se, portanto, na seleção de objetos – chamados obras-primas no catálogo – para justificar a sua abordagem apenas do ponto de vista da arte celta. Contudo, através deste discurso em torno de obras-primas, o que fica evidente a partir do que observámos dos objetos selecionados, é que para os comissários suíços e alemães os celtas não estiveram na Península Ibérica e Anatólia ou, caso tenham estado,

então nestes territórios não produziram arte digna de ser considerada entre as obras-primas do norte da Europa.

Já nos contextos iniciais do *Brexit*, analisámos a exposição britânica que, em sua versão inglesa, incluía no subtítulo “arte e identidade” enquanto que, a versão escocesa, prescindiu de um subtítulo. No primeiro caso, como ficou claro na análise do texto do então diretor do Museu Britânico, os celtas foram imaginados como uma invenção profícua e duradoura. Enquanto para o diretor do Museu Nacional da Escócia, os celtas foram imaginados de formas diferenciadas desde a proto-história até os nossos dias. Finalmente, a exposição de Praga em 2018, imaginou a histórica região da Boêmia como o berço dos celtas e da própria urbanização da Europa. Não queremos, com isto, desvalorizar os esforços no sentido da investigação científica que esteve subjacente a estas exposições. Contudo, aceitar que a objetividade é ilusória no âmbito das exposições, assume especial relevância para os projetos expositivos que tenham em seu âmago questões identitárias.

Como procurámos demonstrar até aqui, exposições desta natureza devem considerar realizar retrospectivas sobre as suas temáticas ou problemas tomando como ponto de partida as perspetivas ancoradas no tempo presente. Para este efeito, recordamos as palavras de Jacques Le Goff sobre a noção de futuro baseada no património europeu:

“[...] o futuro deve apoiar-se sobre este património que, desde a Antiguidade, até desde a pré-história, fez da Europa um mundo de uma riqueza excecional, de uma criatividade extraordinária, na sua unidade e na sua diversidade” (Le Goff, 2007, p. 9).

Esta noção proposta por Le Goff pode servir como reflexão e, a seguir este exemplo, o que se espera dos museus hoje é que tenham a capacidade de, com suas exposições, refletir sobre o nosso tempo a olhar para o passado. Não nos podemos esquecer que o conceito de património carrega toda uma sorte de ameaças inerentes aos processos de usos e construções do passado adotados pelos estados nacionais (Araujo, 2015, p. 50). Uma vez acauteladas estas ameaças, podemos avançar numa perspetiva mais reconciliadora entre o conceito contemporâneo de património e as narrativas de identidade, na medida em que adotemos processos de representações culturais que

conectemos “vínculo do presente com o passado e do passado com o passado” (*ibid.*, 2015, p. 51).

Documentação textual greco-latina

Amiano Marcelino. *Rerum Gestarum*, translated by John C. Rolfe (1940). Harvard University Press. Acedido em:

<http://data.perseus.org/citations/urn:cts:latinLit:stoa0023.stoa001.perseus-lat1:15.9.2>

<http://data.perseus.org/citations/urn:cts:latinLit:stoa0023.stoa001.perseus-lat1:15.9.4>

Apiano. *The Foreign Wars*, edited by Horace White (1899). The MacMillan Company. Acedido em:

<http://data.perseus.org/citations/urn:cts:greekLit:tlg0551.tlg001.perseus-eng1:1.3>

Areteu, da Capadócia. *De curatione diuturnorum morborum*, edited by Francis Adams (1972). Milford House Inc. Acedido em:

<http://data.perseus.org/citations/urn:cts:greekLit:tlg0719.tlg004.perseus-eng1:2.7>

Aristóteles. *Politics*, translated by H. Rackham (1944). Harvard University Press. Acedido em:

<http://data.perseus.org/citations/urn:cts:greekLit:tlg0086.tlg035.perseus-eng1:2.1269b>

Aristóteles. *Eudemian Ethics*, translated by H. Rackham (1981). Harvard University Press. Acedido em:

<http://data.perseus.org/citations/urn:cts:greekLit:tlg0086.tlg009.perseus-eng1:3.1229b>

Júlio César, C. *Caesar's Gallic War*, translated by W. A. McDevitte and W. S. Bohn (1869). Harper's New Classical Library. Acedido em:

<http://data.perseus.org/citations/urn:cts:latinLit:phi0448.phi001.perseus-eng1:1.1>

Diodoro Sículo, *The library of history*, translated by D., Oldfather, C. H., Sherman, C. L., Welles, B. C., Geer, R. M., & Walton, F. R. (1933). Harvard University Press. Acedido em:

https://penelope.uchicago.edu/Thayer/E/Roman/Texts/Diodorus_Siculus/5B*.html

Heródoto. *The Histories*, translated by A. D. Godley (1920). Harvard University Press. Acedido em:

<http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=urn:cts:greekLit:tlg0016.tlg001.perseus-eng1:2.33.3>

Hesíodo. *Theogony*, translated by Hugh G. Evelyn-White (1914). Harvard University Press. Acedido em:

<http://data.perseus.org/citations/urn:cts:greekLit:tlg0020.tlg001.perseus-eng1:337-370>

Isidoro de Sevilha. *Etymologiae*, edited by W. M. Lindsay (1911). Oxford University Press. Acedido em:

https://penelope.uchicago.edu/Thayer/L/Roman/Texts/Isidore/9*.html

Lívio. *Ab Urbe Condita*, translated and edited by Benjamin Oliver Foster (1924). Harvard University Press. Acedido em:

<http://data.perseus.org/citations/urn:cts:latinLit:phi0914.phi0015.perseus-eng1:34>

Pausânias. *Hellados Periegesis*, translated by W.H.S. Jones *et all* (1918). Harvard University Press. Acedido em:

<http://data.perseus.org/citations/urn:cts:greekLit:tlg0525.tlg001.perseus-eng1:1.4.1>

Platão. *Laws*, translated by R.G. Bury (1968). Harvard University Press. Acedido em:

<http://data.perseus.org/citations/urn:cts:greekLit:tlg0059.tlg034.perseus-eng1:1.637>

Plínio, o Velho. *The Natural History*, translated and edited by John Bostock *et all* (1855). Taylor and Francis. Acedido em:

<http://data.perseus.org/citations/urn:cts:latinLit:phi0978.phi001.perseus-eng1:3.3>

Políbio. *Histories*, translated by Evelyn S. Shuckburgh (1962). Macmillan. Acedido em:

<http://data.perseus.org/citations/urn:cts:greekLit:tlg0543.tlg001.perseus-eng1:1.13>

<http://data.perseus.org/citations/urn:cts:greekLit:tlg0543.tlg001.perseus-eng1:2.18>

<http://data.perseus.org/citations/urn:cts:greekLit:tlg0543.tlg001.perseus-eng1:2.19>

Pompónio Mela. *De Chorographia*, translated by Frank E. Romer (1998). University of Michigan Press. Acedido em:

<https://topostext.org/work/145>

Estrabão. *Geography*, translated by H.C. Hamilton (1903). George Bell & Sons. Acedido em:

<http://data.perseus.org/citations/urn:cts:greekLit:tlg0099.tlg001.perseus-eng2:4.4.6>

Referências bibliográficas

- Abt, J. (2006). "The Origins of the Public Museum". In S. Macdonald (Ed.), *A Companion to Museum Studies* (pp. 115–134). Blackwell.
- Adorno, T. W. (2003). *Notas de Literatura I*. Ed. 34.
- Almagro-Gorbea, M. (1991). "The Celts of the Iberian Peninsula". In S. Moscati, *et all* (Ed.), *The Celts*. Bompiani. [Catálogo de exposição].
- Almagro-Gorbea, M. (2001a). "Los Celtas en la Península Ibérica". In M. Almagro-Gorbea, *et all* (Ed.), *Celtas y Vettones*. Diputación Provincial de Ávila. [Catálogo de exposición].
- Almagro-Gorbea, M. (2001b). "El arte celta en la Península Ibérica". In M. Almagro-Gorbea, *et all* (Ed.), *Celtas y Vettones*. Diputación Provincial de Ávila. [Catálogo de exposición].
- Almagro-Gorbea, M., & Mariné, M. (2001). "Introducción". In M. Almagro-Gorbea, *et all* (Ed.), *Celtas y Vettones*. Diputación Provincial de Ávila. [Catálogo de exposición].
- Alonso, J. L. G. (2007). "Celtas y no celtas en la Callaecia: la toponimia y la etnonimia". In R. S. Sánchez (Ed.), *Pasado y presente de los estudios Celtas*. Fundación Ortegalia.
- Álvarez, R. J. (2007). "La repercusión del Lebor Gabhála Erenn en la literatura gallega contemporânea". In R. S. Sánchez (Ed.), *Pasado y presente de los estudios Celtas*. Fundación Ortegalia.
- Álvarez-Sanchís, J. R. (2001). "Los vettones". In M. Almagro-Gorbea, *et all* (Ed.), *Celtas y Vettones*. Diputación Provincial de Ávila. [Catálogo de exposición].
- Anderson, B. (2008). *Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Companhia das Letras.
- Andreae, B. (1991). "The image of the Celts in Etruscan, Greek and Roman Art". In S. Moscati, *et all* (Ed.), *The Celts*. Bompiani. [Catálogo de exposição].
- Apsel, J., & Sodaro, A. (2020). "Introduction: memory, politics and human rights". In J. Apsel & A. Sodaro (Eds.), *Museums and Sites of Persuasion: Politics, Memory and Human Rights* (pp. 3–18). Routledge.
- Araujo, R. (2015). "Influência, origem, matriz". In W. Rossa & M. C. Ribeiro (Eds.), *Patrimónios de Influência Portuguesa: modos de olhar*. Imprensa da Universidade de Coimbra.

- Armitage, D. (2014). "The International Turn in Intellectual History". In D. M. McMahon & S. Moyn (Eds.) *Rethinking Modern European Intellectual History*. Oxford University Press.
- Arroyo, Á. E. (2001). "Los ástures". In M. Almagro-Gorbea, *et all* (Ed.), *Celtas y Vettones*. Diputación Provincial de Ávila. [Catálogo de exposição].
- Bahn, P. (2014). "The archaeology of archaeology: Pre-modern views of the past". In P. Bahn (Ed.), *The history of archaeology: An Introduction* (pp. 1–14). Routledge.
- Baitinger, H. (2002). "Die Ahnen der Glauberg? Fürsten der Späten Hallstattzeit". In K. Weber, *et all* (Ed.), *Das Rätsel der Kelten vom Glauberg*. Theiss. [Catálogo de exposição].
- Bardin, L. (1995). *Análise de Conteúdo*. Edições 70.
- Barker, A. (2010). "Exhibiting Archaeology: Archaeology and Museums". In *The Annual Review of Anthropology*, 39, 293–308.
- Barth, F. E. (1991). "The Hallstatt Salt Mines". In S. Moscati, *et all* (Ed.), *The Celts*. Bompiani. [Catálogo de exposição].
- Bennett, T. (1990). "The political rationality of the museum". In *Continuum*, 3(1), 35–55.
- Benvenuti, F. (1991). "No title". In S. Moscati, *et all* (Ed.), *The Celts*. Bompiani. [Catálogo de exposição].
- Bergmann, C. (2002). "Gräber - Fenster zur Keltischen Welt in Hessen". In K. Weber, *et all* (Ed.), *Das Rätsel der Kelten vom Glauberg*. Theiss. [Catálogo de exposição].
- Berrocal-Rangel, L. (2001). "Los pueblos célticos del suroeste peninsular". In M. Almagro-Gorbea, *et all* (Ed.), *Celtas y Vettones*. Diputación Provincial de Ávila. [Catálogo de exposição].
- Berthelmer-Ajot, N. (1991). "The Vix Settlement and the Tomb of the Princess". In S. Moscati, *et all* (Ed.), *The Celts*. Bompiani. [Catálogo de exposição].
- Biel, J. (1991). "The Celtic Princes of Hohesnesperg (Baden-Württemberg)". In S. Moscati, *et all* (Ed.), *The Celts*. Bompiani. [Catálogo de exposição].
- Black, G. (2012). *Transforming Museums in the Twenty-first Century*. Routledge.
- Blázquez, J. M. (2001). "La religión celta en Hispania". In M. Almagro-Gorbea, *et all* (Ed.), *Celtas y Vettones*. Diputación Provincial de Ávila. [Catálogo de exposição].
- Bogucki, P. (2014). "Ancient Europe: The discovery of antiquity". In P. Bahn (Ed.), *The history of archaeology: An Introduction* (pp. 15–38). Routledge.
- Bowen, E. G. (1969). *Saints, seaways and settlements in the Celtic lands*. University of Wales Press.

- Bravo, A. M. M. (2001). "Las casas y el urbanismo". In M. Almagro-Gorbea, *et all* (Ed.), *Celtas y Vettones*. Diputación Provincial de Ávila. [Catálogo de exposição].
- Bridgman, T. P. (2005). *Hyperboreans: Myth and History in Celtic-Hellenic Contacts*. Routledge.
- Brown, B. (2010). "Objects, Others, and Us (The Refabrication of Things)". In *Critical Inquiry*, 36(2), 183–217.
- Brunaux, J. L. (1988). *The Celtic Gauls: Gods, Rites and Sanctuaries*. Seaby.
- Cameron, F. (2005). "Contentiousness and shifting knowledge paradigms: The roles of history and science museums in contemporary societies". In *Museum Management and Curatorship*, 20(3), 213–233.
- Carruthers, G., & Rawes, A. (2003). "Introduction: romancing the Celt". In G. Carruthers & A. Rawes (Eds.), *English Romanticism and the Celtic World*. Cambridge University Press.
- Castle, G. (2001). *Modernism and the Celtic Revival*. Cambridge University Press.
- Chadwick, N. (1997). *The Celts* (2nd Ed.). Penguin Books.
- Champion, T. (1996). "The Celt in Archeaology". In T. Brown (Ed.), *Celticism* (pp. 21–34). Rodopi.
- Chapman, M. (1992). *The Celts: The Construction of a Myth*. St. Martin's Press.
- Chaume, B., & Reinhard, W. (2002). "Das Frühkeltische Heiligtum von Vix". In K. Weber (Ed.), *Der Rätsel der Kelten vom Glauberg*. Theiss.
- Chen, K. T. N. (2013). "The Disciplinary Power of Museums". In *International Journal of Social Science and Humanity*, 3(4), 407–410.
- Childe, V. G. (1950). *Prehistoric migrations in Europe*. Anthropological Publications.
- Čisťáková, V., & Chytráček, M. (2019). "Early Cultural Tradition - Early Iron Age". In J. Militký, J. Kysela, & M. Tisucká (Eds.), *The Celts: Bohemia from the 8th century to the 1st century BC*. National Museum. [Catálogo de exposição].
- Čisťáková, V., Holodňák, P., Mangel, T., Sankot, P., & Venclová, N. (2019). "Craft production in the La Tène period". In J. Militký, J. Kysela, & M. Tisucká (Eds.), *The Celts: Bohemia from the 8th century to the 1st century BC*. National Museum. [Catálogo de exposição].
- Clancy, T. O. (2010). "The Big Man, the Footsteps, and the Fissile Saint: paradigms and problems in studies of insular saints' cults". In S. Boardman & E. Williamson (Eds.), *The Cult of the Saint and the Virgin Mary in medieval Scotland*. The Boydell Press.

- Cleary, K. & Gibson, C (2021). "Connectivity in Atlantic Europe during the Bronze Age (2800-800 BC)". In B. Cunliffe & J. T. Koch (Eds.), *Exploring Celtic Origins: New ways forward in archaeology, linguistics, and genetics* (pp. 80-116). Oxbow Books.
- Collis, J. (1994). "Celtic fantasy". In *British Archaeological News*, 11(5), 9–21.
- Collis, J. (1997). "Celtic myths". In *Antiquity*, 71(271), 195–201.
- Collis, J. (2003). *The Celts: Origins, Myths and Inventions*. Tempus.
- Crawford, O. G. S (1912). "The distribution of early Bronze Age settlements in Britain." In *The Geographical Journal* 40.2: 184-197.
- Cunliffe, B. & Koch, J. T. (2010). "Introduction". In B. Cunliffe & J. T. Koch (Eds.), *Celtic From the West: Alternative Perspectives from Archaeology, Genetics, Language and Literature* (pp. 3–12). Oxbow Books.
- Cunliffe, B. (2001). *Facing the Ocean: The Atlantic and its People 8000 BC-AD 1500*. Oxford University Press.
- Cunliffe, B. (2003). *The Celts: A Very Short Introduction*. Oxford University Press.
- Cunliffe, B. (2018). *The Ancient Celts* (2nd Ed.). Oxford University Press.
- Cunliffe, B. (2021). "Setting the scene". In Cunliffe, B. & Koch, J. T. (Eds.), *Exploring Celtic Origins: New ways forward in archaeology, linguistics, and genetics* (pp. 1-18). Oxbow Books.
- Cunliffe, B., & Koch, J. T. (2021). "A dialogue at the crossroads". In B. Cunliffe & J. T. Koch (Eds.), *Exploring Celtic Origins: New ways forward in archaeology, linguistics, and genetics* (pp. 192–206). Oxbow Books.
- Dean, D. (1994). *Museum Exhibition: Theory and Practice*. Routledge.
- Desvallées, A., & Mairesse, F. (Eds.). (2013). *Conceitos-chave de museologia*. Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo.
- Díaz-Andreu, Margarita; Champion, T. (1996). "Nationalism and archaeology in Europe: an introduction". In T. Díaz-Andreu, Margarita; Champion (Ed.), *Nationalism and Archaeology in Europe* (pp. 1–23). University College London Press.
- Dudley, S. H. (2010). "Museum materialities: objects, sense and feeling". In S. H. Dudley (Ed.), *Museum Materialities: Objects, Engagements, Interpretations*. Routledge.
- Duke, P. (2014). "North America". In P. Bahn (Ed.), *The history of archaeology: An Introduction*. Routledge.
- Duval, A. (1991). "Celtic Society". In S. Moscati, et all (Ed.), *The Celts*. Bompiani. [Catálogo de exposição].
- Eliade, M. (1972). *Mito e Realidade*. Editora Perspectiva.

- Erskine, A. (1995). Culture and Power in Ptolemaic Egypt: The Museum and Library of Alexandria. *Greece & Rome*, 42(1), 38–48.
- Falk, J. H., & Dierking, L. D. (2000). *Learning from Museums: Visitor Experiences and the Making of Meaning*. Altamira Press.
- Fiske, J. (1989). *Understanding Popular Culture*. Routledge.
- Fitzpatrick, A. P. (2013). “The Arrival of Beaker Set in Britain and Ireland”. In B. Cunliffe & J. T. Koch (Eds.), *Celtic from the West 2: Rethinking the Bronze Age and the Arrival of Indo-European in Atlantic Europe* (pp. 41–70). Oxbow Books.
- Foucault, M. (1987). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Vozes.
- Fowle, F. (2015). “The Celtic Revival in Britain and Ireland: Reconstructing the Past, c. AD 1600-1920”. In J. Farley & F. Hunter (Eds.), *Celts: art and identity*. The British Museum Press. [Catálogo de exposição].
- Freeman, P. (2006). *The Philosopher and the Druids: A Journey Among the Ancient Celts*. Simon & Schuster.
- Frey, O. H. (1991a). “Celtic Princes”. In S. Moscati, et all (Ed.), *The Celts*. Bompiani. [Catálogo de exposição].
- Frey, O. H. (1991b). “The Formation of the La Tène Culture”. In S. Moscati, et all (Ed.), *The Celts*. Bompiani. [Catálogo de exposição].
- Frey, O.-H. (2002a). “Wer Waren die Kelten? Zeugnisse aus der Antiken Welt und Archäologischer Befund”. In K. Weber, et all (Ed.), *Das Rätsel der Kelten vom Glauberg*. Theiss. [Catálogo de exposição].
- Frey, O.-H. (2002b). Die Fürstengräber vom Glauberg: Jenseitsvorstellungen und Bestattungsbrauchtum. In K. Weber (Ed.), *Der Rätsel der Kelten vom Glauberg*. Theiss.
- García, J. G., & Parceró, C. (2007). “Etnogénesis galaico-lusitana”. In R. S. Sánchez (Ed.), *Pasado y presente de los estudios Celtas*. Fundación Ortegalia.
- Gibson, C. (2013). “Beakers into Bronze: Tracing connections between Western Iberia and the British Isles 2800-800 BC”. In B. Cunliffe & J. T. Koch (Eds.), *Celtic from the West 2: Rethinking the Bronze Age and the Arrival of Indo-European in Atlantic Europe* (pp. 71-99). Oxbow Books.
- Gibson, C. (2016). “Closed for Business or Cultural Change? Tracing the re-use and final blocking of megalithic tombs during the Beaker period”. In B. Cunliffe & J. T. Koch (Eds.), *Celtic from the West 3: Atlantic Europe in the Metal Ages: questions of shared language* (pp. 83–110). Oxbow Books.

- Gibson, M., Trower, S., & Tregidga, G. (2013). "Introduction: Mysticism, myth and Celtic identity". In M. Gibson, S. Trower, & G. Tregidga (Eds.), *Mysticism, myth and Celtic identity*. Routledge.
- Goldberg, M. (2015a). "Out of a Roman World, c. AD 250-650". In J. Farley & F. Hunter (Eds.), *Celts: art and identity*. The British Museum Press. [Catálogo de exposição].
- Goldberg, M. (2015b). "At the Western Edge of the Christian World, c. AD 600-900". In J. Farley & F. Hunter (Eds.), *Celts: art and identity*. The British Museum Press. [Catálogo de exposição].
- Green, M. (1995a). "The Gods and the Supernatural". In M. Green (Ed.), *The Celtic World*. Routledge.
- Green, M. (1995b). "Who were the Celts?". In M. Green (Ed.), *The Celtic World* (pp. 3–7). Routledge.
- Green, M. (2011). *The Gods of the Celts*. The History Press.
- Guareschi, N. (1997). "Ideologia e Discurso". In *Educação & Realidade*, 22(2), 165–185.
- Guerra, A. (2010). "Ancillary Study: Newly Discovered Inscriptions from the South-west of the Iberian Peninsula". In B. Cunliffe & J. T. Koch (Eds.), *Celtic From the West: Alternative Perspectives from Archaeology, Genetics, Language and Literature* (pp. 65–79). Oxbow Books.
- Hall, S. (2006). *Identidade cultural na pós-modernidade* (11ª ed.). DP&A.
- Hawkes, C. F. C. (1973). "«Cumulative celticity» in pre-Roman Britain". In *Etudes Celtiques*, 13(2), 607–628.
- Haywood, J. (2020). *Os celtas: da idade do bronze aos nossos dias*. Edições 70.
- Hein, H. (2011). "The responsibility of representation: A feminist perspective". In J. Marstine (Ed.), *The Routledge Companion to Museum Ethics: Redefining Ethics for the Twenty-First-Century Museum*. Routledge.
- Herrmann, F.-R. (2002). "Fürstensitz, Fürstengräber und Heiligtum". In K. Weber (Ed.), *Das Rätsel der Kelten vom Glauberg*. Theiss.
- Hobsbawm, E. (1997). "Introdução: A Invenção das Tradições". In E. Hobsbawm & T. Ranger (Eds.), *A Invenção das Tradições* (pp. 9–24). Paz e Terra.
- Hobsbawm, E. (2004). *A Questão do Nacionalismo: nações e nacionalismo desde 1780*. Terramar.
- Hooper-Greenhill, E. (1989). "The museum in the disciplinary society". In S. M. Pearce (Ed.), *Museum studies in material culture*. Leicester University Press.
- Hooper-Greenhill, E. (1992). *Museums and the Shaping of Knowledge*. Routledge.

- Hunter, F. (2015a). "Powerfull Objects: the Uses of Art in the Iron Age". In J. Farley & F. Hunter (Eds.), *Celts: art and identity*. The British Museum Press. [Catálogo de exposição].
- Hunter, F. (2015b). "The Impact of Rome, c. AD 50-250". In J. Farley & F. Hunter (Eds.), *Celts: art and identity*. The British Museum Press. [Catálogo de exposição].
- Hunter, F., & Joy, J. (2015). "A Connected Europe, c. 500-150 BC". In J. Farley & F. Hunter (Eds.), *Celts: art and identity*. The British Museum Press. [Catálogo de exposição].
- Hunter, F., Goldberg, M., Farley, J., & Leins, I. (2015a). "In Search of the Celts". In J. Farley & F. Hunter (Eds.), *Celts: art and identity*. The British Museum Press. [Catálogo de exposição].
- Hunter, F., Goldberg, M., Farley, J., & Leins, I. (2015b). "Celtic Arts in the Long Term: Continuity, Change and Connections". In J. Farley & F. Hunter (Eds.), *Celts: art and identity*. The British Museum Press. [Catálogo de exposição].
- Hutton, R. (2013). "Druids in Modern British Fiction: The unacceptable face of Celticism". In M. Gibson, S. Trower, & G. Tregidga (Eds.), *Mysticism, myth and Celtic identity*. Routledge.
- James, S. (1993). *The World of the Celts*. Thames and Hudson.
- James, S. (1998). "Celts, politics and motivation in archaeology". In *Antiquity*, 72(275), 200–209.
- James, S. (1999). *The Atlantic Celts: Ancient People or Modern Invention?*. British Museum Press.
- Jones, J. (2015, September 22). *Celts – Art and Identity review: an unintentional resurrection*. The Guardian. Acedido em: <https://www.theguardian.com/artanddesign/2015/sep/22/celts-art-identity-review-unintentional-resurrection-jonathan-jones>
- Joy, J. (2015). "Approaching Celtic Art". In J. Farley & F. Hunter (Eds.), *Celts: art and identity*. The British Museum Press. [Catálogo de exposição].
- Kaplan, F. E. S. (2006). "Making and Remaking National Identities". In S. Macdonald (Ed.), *A Companion to Museum Studies* (pp. 152–169). Blackwell.
- Kaul, F. (1991a). "The Gundestrup Cauldron". In S. Moscati, et all (Ed.), *The Celts*. Bompiani. [Catálogo de exposição].
- Kaul, F. (1991b). "The Ball Torques". In S. Moscati, et all (Ed.), *The Celts*. Bompiani. [Catálogo de exposição].
- Kellner, H. J. (1991). "Coinage". In S. Moscati, et all (Ed.), *The Celts*. Bompiani. [Catálogo de exposição].

- Kidd, J. (2016). "Introduction: Challenging History in the Museum". In J. Kidd, *et all* (Ed.), *Challenging History in the Museum: International Perspectives*. Routledge.
- Koch, J. T. (2009). *Tartessian: Celtic in the South-west at the Dawn of History* (2nd ed.). Celtic Studies Publications.
- Koch, J. T. (2010). "Paradigm Shift? Interpretating Tartessian as Celtic". In B. Cunliffe & J. T. Koch (Eds.), *Celtic From the West: Alternative Perspectives from Archaeology, Genetics, Language and Literature* (pp. 185–302). Oxbow Books.
- Koch, J. T. (2013). "The South-western (SW) Inscriptions and the Tartessos of Archaeology and History". In Campos, J, M & Alvar, J. (Eds.), *Tarteso. El emporio del metal* (pp. 541-558). Editorial Almuzara.
- Koch, J. T. (2014). "Once again, Herodotus, the Κελτοί, the source of the Danube, and the Pillars of Hercules". In C. Gosden, S. Crawford, & K. Ulmschneider (Eds.), *Celtic Art in Europe: Making Connections. Essays in honour of Vincent Megaw on his 80th birthday* (pp. 6–18). Oxbow Books.
- Koch, J. T. (2016). "Phoenicians in the West and the Break-up of the Atlantic Bronze Age and Proto-Celtic". In B. Cunliffe & Jonh. T. Koch (Eds.), *Celtic from the West 3: Atlantic Europe in the Metal Ages: questions of shared language* (pp. 407–429). Oxbow Books.
- Koch, R. (2002). "Grusswort des Hessischen Ministerpräsidenten". In K. Weber, *et all* (Ed.), *Das Rätsel der Kelten vom Glauberg*. Theiss. [Catálogo de exposição].
- Kohl, P. L., & Fawcett, C. (1995). "Archaeology in the service of the state: theoretical considerations". In P. L. Kohl & C. Fawcett (Eds.), *Nationalism, politics, and the practice of archaeology* (pp. 3–20). Cambridge University Press.
- Kruta, V. (1991a). "Celtic Writing". In S. Moscati, *et all* (Ed.), *The Celts*. Bompiani. [Catálogo de exposição].
- Kruta, V. (1991b). "Celtic Religion". In S. Moscati, *et all* (Ed.), *The Celts*. Bompiani. [Catálogo de exposição].
- Kysela, J., Militký, J., & Venclová, N. (2019). "La Tène art". In J. Militký, J. Kysela, & M. Tisucká (Eds.), *The Celts: Bohemia from the 8th century to the 1st century BC*. National Museum. [Catálogo de exposição].
- Le Goff, J. (1994). *História e memória*. Editora UNICAMP.
- Le Goff, J. (2007). *As Raízes Medievais da Europa*. Vozes.
- le Roux, F., & Guyonvarc'h, C.-J. (1993). *A Civilização Celta* (2ª Ed.). Publicações Europa-América.
- Leclant, J., & Moscati, S. (1991). "Foreword". In S. Moscati, *et all* (Ed.), *The Celts*. Bompiani. [Catálogo de exposição].

- Leins, I., & Joy, J. (2015). "A Changing World, c- 150 BC-AD 50". In J. Farley & F. Hunter (Eds.), *Celts: art and identity*. The British Museum Press. [Catálogo de exposição].
- López, C. L. (2001). "Prólogo". In M. Almagro-Gorbea, et all (Ed.), *Celtas y Vettones*. Diputación Provincial de Ávila. [Catálogo de exposição].
- Lord, B.. (2014a). "The Purpose of Museum Exhibitions". In B. Lord & M. Piacente (Eds.), *The Manual of Museum Exhibitions*. Rowman & Littlefield.
- Lord, B.. (2014b). "Where Do Exhibition Ideas Come From?". In B. Lord & M. Piacente (Eds.), *The Manual of Museum Exhibitions*. Rowman & Littlefield
- Lorrio, A. J. (2001). "Los celtiberos". In M. Almagro-Gorbea, et all (Ed.), *Celtas y Vettones*. Diputación Provincial de Ávila. [Catálogo de exposição].
- Luke, T. W. (2002). *Museum Politics: Power Plays at the Exhibition*. University of Minnesota Press.
- Mac Cana, P. (1995). "Mythology and the Oral Tradition: Ireland". In M. Green (Ed.), *The Celtic World*. Routledge.
- Mac Eoin, G. (1991). The Modern Celts. In S. Moscati, et all (Ed.), *The Celts*. Bompiani. [Catálogo de exposição].
- Macdonald, S. (2003). "Museums, national, postnational and transcultural identities". In *Museum and Society*, 1(1), 1–16.
- Macdonald, S. (2006). "Collecting Practices". In S. Macdonald (Ed.), *A Companion to Museum Studies* (pp. 81–97). Blackwell.
- Macdonald, S. (2013). *Memorylands: Heritage and identity in Europe today*. Routledge.
- MacGregor, N. (2015). "Director's Forewords". In J. Farley & F. Hunter (Eds.), *Celts: art and identity*. The British Museum Press. [Catálogo de exposição].
- Maier, F. (1991). "The Celtic Oppida". In S. Moscati, et all (Ed.), *The Celts*. Bompiani. [Catálogo de exposição].
- Mattei, M. (1991). "The Dying Gaul". In S. Moscati, et all (Ed.), *The Celts*. Bompiani. [Catálogo de exposição].
- McEvoy, B. P., & Bradley, D. G. (2010). "Irish Genetics and Celts". In B. Cunliffe & J. T. Koch (Eds.), *Celtic From the West: Alternative Perspectives from Archaeology, Genetics, Language and Literature* (pp. 107–120). Oxbow Books.
- McLean, K. (1999). "Museum Exhibitions and the Dynamics of Dialogue". In *Daedalus*, 128(3), 83–107.
- Megaw, R., & Megaw, V. (1992). "The Celts: the first Europeans?". In *Antiquity*, 66(250), 254–260.

- Megaw, V., & Megaw, R. (1996). "Ancient Celts and modern ethnicity". In *Antiquity*, 70(267), 175–181.
- Megaw, V., & Megaw, R. (1998). "'The mechanism of (Celtic) dream?' – a partial response to our critics". In *Antiquity*, 72(276), 432–435.
- Mínguez, C. S., & Valls, R. M. (2001). "Los vacceos". In M. Almagro-Gorbea, *et all* (Ed.), *Celtas y Vettones*. Diputación Provincial de Ávila. [Catálogo de exposição].
- Mooslietner, F. (1991). "The Dürrnberg near Hallein: A Center of Celtic Art and Culture". In S. Moscati, *et all* (Ed.), *The Celts*. Bompiani. [Catálogo de exposição].
- Müller, F. (2009). "Preface". In F. Müller, *et all* (Ed.), *Art of the Celts: 700 BC to AD 700*. Marcatorfonds. [Catálogo de exposição].
- Müller, F., *et all* (Ed.). (2009). *Art of the Celts: 700 BC to AD 700*. Marcatorfonds. [Catálogo de exposição].
- Muskett, G. (2014). "The Aegean world". In P. Bahn (Ed.), *The history of archaeology: An Introduction* (pp. 39–56). Routledge.
- Nash, C. (2002). "Genealogical identities". In *Environment and Planning D: Society and Space*, 20(1), 27–52.
- Nash, C. (2015). *Genetic Geographies: The Trouble with Ancestry*. University of Minnesota Press.
- Nortmann, H. (2002). "Modell Eines Herrschaftssystems: Frühkeltische Prunkgräber der Hunsrück-Eifel-Kultur". In K. Weber, *et all* (Ed.), *Das Rätsel der Kelten vom Glauberg*. Theiss. [Catálogo de exposição].
- Oppenheimer, S. (2010). "A Reanalysis of Multiple Prehistoric immigrations to Britain and Ireland Aimed to Identifying the Celtic Controvutions". In B. Cunliffe & J. T. Koch (Eds.), *Celtic From the West: Alternative Perspectives from Archaeology, Genetics, Language and Literature* (pp. 121-150). Oxbow Books.
- Piccini, A. (1996). "Filming Through the Mists of Time: Celtic Constructions and the Documentary". In *Current Anthropology*, 37(1), 87–111.
- Pinsker, B. (2002). "Grosse Zentren, Kleine Dörfer: Frühkeltische Siedlungen in Hessen". In K. Weber, *et all* (Ed.), *Das Rätsel der Kelten vom Glauberg*. Theiss. [Catálogo de exposição].
- Poppi, L. K. (1999). "The Archaeological Sources". In S. Moscati, *et all* (Ed.), *The Celts* (pp. 39–49). Rizzoli.
- Powell, T. G. E. (1974). *Os Celtas*. Editorial Verbo.
- Preziosi, D. (2006). "Art History and Museology: Rendering the Visible Legible". In S. Macdonald (Ed.), *A Companion to Museum Studies* (pp. 50–63). Blackwell.

- Preziosi, D., & Farago, C. (2004). "Introduction: Creating Historical Effects" In D. Preziosi & C. Farago (Eds.), *Grasping the World: The Idea of the Museum* (pp. 13–21). Routledge.
- Pulliam, H. (2015). "Tracing the Celts? Survival and Transformation, c. AD 800-1600". In J. Farley & F. Hunter (Eds.), *Celts: art and identity*. The British Museum Press. [Catálogo de exposição].
- Rankin, D. (1996). *The Celts and the Classical World*. Routledge.
- Renfrew, C. (2014). "Conclusion: The future of archaeology". In P. Bahn (Ed.), *The history of archaeology: An Introduction* (pp. 239–248). Routledge.
- Renfrew, C., & Bahn, P. G. (2012). *Archaeology: Theories, Methods, and Practice* (6th ed.). Thames and Hudson.
- Ribeiro, T. H. P. (2018). *Coagindo os Deuses: o uso de ameaças e intimidações às divindades do Egito Antigo em encantamentos do Reino Novo (séculos XVI – XI AEC)*. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. [Dissertação de mestrado].
Acedido em: <https://tede.ufrjr.br/jspui/handle/jspui/5034>
- Rintoul, G. (2015). "Director's Forewords". In J. Farley & F. Hunter (Eds.), *Celts: art and identity*. The British Museum Press. [Catálogo de exposição].
- Røyrvik, E. C. (2010). "Western Celts? A Genetic Impression of Britain in Atlantic Europe". In B. Cunliffe & J. T. Koch (Eds.), *Celtic From the West: Alternative Perspectives from Archaeology, Genetics, Language and Literature* (pp. 83-106). Oxbow Books.
- Sankot, P. (2019). "Introduction". In J. Militký, J. Kysela, & M. Tisucká (Eds.), *The Celts: Bohemia from the 8th century to the 1st century BC*. National Museum. [Catálogo de exposição].
- Schnapp, A. (1996). *The Discovery of the Past: The Origins of Archaeology*. British Museum Press.
- Silberman, N. A. (1995). "Promised lands and chosen peoples: the politics and poetics of archaeological narrative". In P. L. Kohl & C. Fawcett (Eds.), *Nationalism, politics, and the practice of archaeology* (pp. 249–262). Cambridge University Press.
- Silva, A. C. F. da. (2001). "Los pueblos lusitano-galaicos". In M. Almagro-Gorbea, et al (Ed.), *Celtas y Vettones*. Diputación Provincial de Ávila. [Catálogo de exposição].
- Silva, M., et al (2021). "Once upon a time in the West: The archaeogenetics of Celtic Origins". In B. Cunliffe & J. T. Koch (Eds.), *Exploring Celtic Origins: New ways forward in archaeology, linguistics, and genetics* (pp. 153-191). Oxbow Books.
- Skeates, R. (2004). "Museums and Archaeology: Principles, Practice, and Debates". In R. Skeates (Ed.), *Museums and Archaeology* (pp. 1–54). Routledge.

- Sommer, U. (2017). "Archaeology and nationalism". In G. Moshenska (Ed.), *Key Concepts in Public Archaeology* (pp. 166–186). University College London Press.
- Swain, H. (2007). *An Introduction to Museum Archaeology*. Cambridge University Press.
- Trigger, B. G. (1995). "Romanticism, nationalism, and archeology". In P. L. Kohl & C. Fawcett (Eds.), *Nationalism, politics, and the practice of archaeology* (pp. 263–279). Cambridge University Press.
- Trigger, B. G. (2008). *A History of Archaeological Thought* (2nd ed.). Cambridge University Press.
- Vázquez, S. G. (2001). "Presentación". In M. Almagro-Gorbea, et all (Ed.), *Celtas y Vettones*. Diputación Provincial de Ávila. [Catálogo de exposição].
- Villar, F. (2001). "La lengua de los celtas y otros pueblos indoeuropeos de la Península Ibérica". In M. Almagro-Gorbea, et all (Ed.), *Celtas y Vettones*. Diputación Provincial de Ávila. [Catálogo de exposição].
- Waddell, J. (2005). *Foundation Myths: The beginnings of Irish archaeology*. Wordwell.
- Wagner, R. (2002). "Grusswort des Hessischen Ministerin für Wissenschaft und Kunst". In K. Weber, et all (Ed.), *Das Rätsel der Kelten vom Glauberg*. Theiss. [Catálogo de exposição].
- Wailles, B., & Zoll, A. L. (1995). "Civilization, barbarism, and nationalism in European archaeology". In P. L. Kohl & C. Fawcett (Eds.), *Nationalism, politics, and the practice of archaeology* (pp. 21–38). Cambridge University Press.
- Webster, J. (1995). "Sanctuaries and sacred places". In M. Green (Ed.), *The Celtic World* (pp. 445-464). Routledge.
- Webster, J. (1999). "At the End of the World: Druidic and Other Revitalization Movements in Post-Conquest Gaul and Britain". *Britannia*, 30, 1–20.
- Wiley, D. (2006). "Celtic studies, early history of the field". In Koch, John T. (Ed.), *Celtic Culture: A Historical Encyclopedia* (pp. 384–387). ABC-Clio.
- Zerubavel, E. (2003). *Time maps: collective memory and the social shape of the past*. The University of Chicago Press.

Anexos

Anexo 1 – Texto original da Apresentação ao catálogo da exposição “Os Celtas: a Primeira Europa” por Feliciano Benvenuti (Presidente do Palazzo Grassi)

The diverse cultures that make up the vast and heterogeneous European community have been informed, to varying degrees, by a wide range of influences. The Roman and Greek cultures as well as Christianity and Judaism, are just a few of the more important of these. Each of the populations on the European continent, however, has individual characteristics which reflect its earliest origins. The so-called Latin, the Germanic, the Anglosaxon, and the Slavic, with their subgroups, all have their own distinguishing features that are displayed not only in language but also in attitudes and ways of thinking. The evolution of these tendencies led to the emergence of highly diverse cultures where common features have not necessarily produced common links. Indeed, while they may have effectively been bridges, offering instances of communication, and the bases for a European dialogue that has always existed, such shared features have never been able to overcome the particular characteristics derived from each of the various sources.

Now, one of the most dynamic areas of research undertaken by the sciences that use the historical method is precisely that of delving into the past of whole population groups in search of their ultimate origins.

In fact, in Europe, such sciences cannot restrict themselves to archaeological research, as is the case in the study of the vanished civilizations of the Near East, such as the Sumerians, the Assyrians, the Babylonians, the Hittites, or the ancient Egyptians. In our case we are delving to the roots of the living, and the fruits of archaeological research are perceived as keys for understanding our own world, rather than for reconstructing a long-dead past.

This was the main concept behind Palazzo Grassi's approach to the Phoenicians, a people as about whose disappearance there can be no doubt. Our aim was not only to

reassemble the picture but also to discover whether, and to what extent, the Phoenicians might still be considered part of our civilization.

And now we come to the exhibition on the Celts. The subject is even more fascinating inasmuch as it is commonly agreed that all European cultures can trace their roots to Celtic origins.

While many passages have been obliterated, many have in fact been assimilated. Not only those peoples we might call Roman but also those who can be called barbarian—that is, be "foreign" in the literal sense of the original Greek word—can be identified as parts of a distant common matrix. Such a matrix may have left fewer visible and tangible signs than the Latin culture did, but the aim of this exhibition is to highlight those traits, and reconstruct those features that trace its continuing and almost immutable presence.

Once again Palazzo Grassi is marrying the display of artifacts with the study of a civilization, a study that starts with a reconnaissance of the places and what has been found there, and proceeds with an appraisal of the time-periods and the differences that existed despite a basically common origin, culminating in an attempt to identify these peoples' movements and society.

With this exhibition, which is much more than a simple display of artifacts, Palazzo Grassi hopes to give rise to a moment of reflection.

The experts we called upon to help and whose help was given with enthusiasm and disinterest, discovered it to be an opportunity for taking a fresh look at hypotheses and ideas. The public too is invited to take part in this. For, rather than having our halls thronged with crowds looking for curiosities, what we want to see is people who are alive to the message that we are offering, which is the same as that offered by the Celts.

"The Celts, the Origins of Europe" was the name we chose for the exhibition, and those origins are what we believe lies at its heart. This exhibition is a tribute both to the new Europe which cannot come to fruition without a comprehensive awareness of its unity, and to the fact that, in addition to its Roman and Christian sources, today's Europe traces its roots from the Celtic heritage, which is there for all to see.

Feliciano Benvenuti

Anexo 2 – Texto original do Prefácio do catálogo da exposição “Os Celtas: a Primeira Europa por Jean Leclant (Institut de France) e Sabatino Moscati (Accademia Nazionale dei Lincei)

Foreword

On June 20, 1990, a small meeting was held in Paris, at the Institut de France, organized by three institutions: Palazzo Grassi, the Accademia Nazionale dei Lincei and the Institut de France. Why these institutions organized the meeting and why the meeting took place in Paris needs to be explained in order to clarify the project which the three were on the point of launching.

Palazzo Grassi: Set up with a view to large exhibitions of an international stature, the institution was still basking in the extraordinary success of "The Phoenicians," its first venture into the archaeological field. On that occasion, Palazzo Grassi stated a "philosophy" and applied it: to undertake only those projects which go beyond national or continental borders, opening the door to scholarship on an international and intercontinental scale; projects which are unprecedented of their kind, both in concept and scope and which, because of their long duration and the lasting reality of a large comprehensive catalogue (presenting not only the exhibition but the whole civilization under consideration), lead to permanent, far-reaching and virtually unique cultural progress.

Accademia Nazionale dei Lincei: From the very beginning, Palazzo Grassi sought the support of Italy's most distinguished scientific institute for its archaeological projects, and from the very beginning, the Accademia had granted that support gladly, with the understanding that its representatives would take part in the scientific aspect of the projects. So the archaeological exhibitions were coming into their own not only because of the unprecedented scale and the lasting quality of the results, but also because of the firm intention, brilliantly carried through, of placing those results on the highest possible level.

Institut de France: The size and international character of the Palazzo Grassi projects made it necessary for this concept to be translated into concrete fact. With the Phoenicians this had come about as a result of the project, whereas with the Celts, to whom the Palazzo Grassi planners turned their attention after their first success, this had to be set down as a premise, and for three reasons: in this field, Italian science was comparatively less advanced (though very worthily represented), Europe played a more important role and, lastly, among European countries, France was the leader. And to say France, was to say the counterpart of the Accademia dei Lincei, Institut de France.

Paris: All this required a European context not just in words but in action as well. In this specific case no objections were to be expected from other European countries, considering that the French capital is both the focal point of Celtic studies and the central link in the chain of Celtic monuments and archaeological objects preserved in that country-which, it should be remembered, represents one of the most widespread and impressive collections in Europe. So to meet in Paris meant paying France and Paris a tribute shared by all. The Paris meeting was attended by Giuseppe Doneg  and Emilio Mellini for Palazzo Grassi, Sabatino Moscati, with Ermanno Arslan and Daniele Vitali, for the Accademia Nazionale dei Lincei, and Jean Leclant and Paul-Marie Duval, with Venceslas Kruta and Jean-Paul Mohen, for the Institut de France, who then became the Organizing Committee of the exhibition. From their meeting emerged the general plan of the exhibition itself, which can be summed up here in the whys and the hows (organizational and executive) of the undertaking. Why the Celts: After discovering the ancient Mediterranean world through the Phoenicians, it was hoped to discover the ancient European world through the Celts. In other words, if we looked south from Venice the first time, the second time we would look north. But the similarity, and at the same time the complementarity of the two projects, did not stop there. Recent discoveries had brought them to the fore of scholarly attention, a position which they had not previously enjoyed. This very newness to the world of scholarship, this fact of being among the least-known of the ancient civilizations, made both of them open forums for fresh and innovative analysis. Both harbored elements of mystery, their origins and the meaning of names, for instance, that were echoed by the tradition of their time and of subsequent periods. Organization: The distinctly international format

meant that the scientific authorities and representatives of all countries involved had to be rallied. This is precisely what was done over the following months. Other distinguished institutions were asked to cooperate with the two organizing academies. A scientific commission was formed, extended to include all those European scholars who, because of their position and their work, could contribute to the project and guarantee its quality. A smaller advisory committee was set up. The members of these different groups, all of which were set up and all of which functioned perfectly, are listed at the beginning of the present catalogue.

Realization: Exhibitions and volumes devoted to this people and this civilization were not lacking in the past, but an overall exhibition had never before been attempted. This became (in complete agreement with the intentions of Palazzo Grassi) the stated and sought-after goal. So it was to be not an exhibition on the Celts, but the exhibition on the Celts, one that incorporates everything concerning them, from their origins in central-eastern Europe to their expansion into the Iberian peninsula and the British Isles, from the most remote pre-historic evidence to the remaining traces in the Middle Ages down to the threshold of modern times.

But to say realization also means saying what you want to realize, which is a question we answered by again establishing the overall view as our goal. This might sound obvious, but not when you think that in an exhibition of the archaeological finds of a civilization, it would be only natural (and is frequently the case) for the most attractive items, that is the art, to be marked out for display. Instead, with the Celts, as had already been the case with the Phoenicians, we decided that every aspect of the culture that can be culled from the remaining traces was to be taken into consideration: the organization of life, technology, beliefs and everything else, alongside the art, which is often just the visible tip of the iceberg of other suggestive but invisible realities.

This means that here as with the Phoenicians, Palazzo Grassi was especially interested in offering a fresh and significant experience to the countless visitors (and in particular, the school groups of young people who come flocking in), the experience of a world much different from ours, far removed in time and space, of a people who lived the adventure of life in such completely different conditions that the comparison can only be enlightening. We are nothing but motes of dust in space and time, but realizing it is

an unforgettable experience, the only experience that enables us to understand who we are, where we come from, where we are going. For this reason, again in line with the Phoenicians, we wanted the exhibition not only to present, but also, and most of all, to tell a story. And Gae Aulenti, with her long experience, again undertook the difficult but intriguing task of bringing a vanished world back to life, maintaining the clear distinction, however, between what that world says and what we say about it. Some people are of the opinion that exhibitions should only suggest, not explain. Experience has taught us exactly the opposite. For, in fact, how else can the division between different worlds, different cultures, different mentalities be overcome if not through explanation? Sometimes the explanation may not be convincing, you say, but in that case the visitor will be able to provide his own to avoid having to indulge in always risky, often misleading, exercises in imagination.

An essential part of the exhibition is its subtitle, "The Origins of Europe." It was conceived with a mind to the great impending process of the unification of western Europe, a process that pointed eloquently to the truly unique aspect of the Celtic civilization, namely its being the first historically documented civilization on a European scale. In fact, how else could a people who fanned out from the central-eastern regions of Europe all the way to the Atlantic Ocean and the North Sea, and even as far the Black Sea, be described except in terms of their common European denominator? We felt, and still feel, that linking that past to this present was in no way forced, but indeed essential, and could very effectively call us back to our common roots.

That is what we thought and still think. But there was absolutely no way of imagining that a few months later, in a process as grand as it was unexpected, eastern Europe would throw down its barriers and swiftly, almost dramatically appropriate western political and economic systems, ultimately producing that veritable symbol of the process: German unity. We caught the reflections of this process with deep emotion, and Eastern European contributions to the exhibition, which had been requested from the start, flowed in at an astonishing rate, in a spirit of openness, cooperation, and generosity that was to become emblematic.

In this way, the Celtic exhibition itself slowly turned into a symbol of the new Europe, by now united from the Urals to the Atlantic. And let this be the last of the many elements

that went to make the Palazzo Grassi project a gripping experience for those of us who come from, and who remain a part of, the scientific community. It is for this reason that we wish to thank Palazzo Grassi for the honor and responsibility conferred upon us.

Jean Leclant (Institut de France)

Sabatino Moscati (Accademia Nazionale dei Lincei)

Anexo 3 – Texto original de Apresentação ao catálogo da exposição “Celtas e Vetões” por Sebastián González Vázquez (Presidente do Conselho Provincial de Ávila)

PRESENTACIÓN

Hace veinticinco siglos tuvieron lugar en Europa cambios económicos y sociales de extraordinaria relevancia. Las gentes que habitaban el corazón del continente compartieron una serie de rasgos culturales (lengua, costumbres, creencias), hasta el punto de que esa identidad fue reconocida por los escritores griegos y romanos como la Keltiké o Céltica.

Su distribución geográfica y sus matices culturales han sido tratados de forma diversa y heterogénea, lo que en ocasiones ha creado una cierta confusión, hasta el punto de que algunas zonas del continente, como la Península Ibérica, quedaban fuera del análisis. Pero esa no es, ni mucho menos, la realidad. A la Península Ibérica le corresponden no sólo los más antiguos testimonios conocidos en Europa sobre la Keltiké, sino también el más largo texto céltico legado por la Antigüedad.

Y es que el mundo céltico de la Península Ibérica se integra dentro de los más puros parámetros de la corriente cultural céltica europea, aunque haya de reconocerse que el contacto de los pueblos celtas con las tribus iberas ha matizado, por un complejo proceso de aculturación, determinadas formas de vida y costumbres, que han contribuido al enriquecimiento de éstas, así como de las peculiares formas de vida célticas.

Con la organización de esta Exposición, la Diputación Provincial de Ávila pretende poner de manifiesto la extraordinaria riqueza patrimonial de nuestros yacimientos de la Edad del Hierro. Con ello contribuiremos a un mejor conocimiento de nuestras áreas rurales, lo que favorecerá, indudablemente, su desarrollo, ya que las visitas a castros y verracos, como parte de la Exposición, pueden promocionar los pueblos del territorio abulense y de otras rutas de arqueoturismo celta, al permitir visitar castros y museos, disfrutar de paisajes y apreciar la gastronomía y la hospitalidad de nuestros pueblos, trinomio de un turismo cultural de la más alta calidad. Itinerarios turísticos y actos culturales acompañarán a esta muestra que tratará de llamar la atención sobre nuestros castros. Un paseo emocionante, esclarecedor sobre las raíces de Ávila, a través de la cultura céltica, que se sitúa en uno de los veneros esenciales de España y de Europa. La aventura, el misterio, la magia de los celtas, se harán presentes en esta Exposición.

Por último, he de destacar que la presente muestra no hubiera sido posible de no haber contado con la colaboración de la Junta de Castilla y León, a través del Museo de Ávila, y del patrocinio científico de la Real Academia de la Historia, del apoyo del Ministerio de Educación, Cultura y Deporte, así como con la colaboración económica de la Fundación del Patrimonio Histórico de Castilla y León, de la Caja de Ahorros de Ávila, del Ayuntamiento de nuestra ciudad y de instituciones económicas y empresariales abulenses como la Cámara de Industria y Comercio y la Federación Abulense de Empresarios. Esta ejemplar colaboración institucional ha permitido la organización de este evento, para el que también se ha solicitado y obtenido la participación de los más eminentes especialistas europeos y españoles, así como de los principales museos de toda España y de Europa, de los que hemos recibido siempre una respuesta positiva y generosa. A todos, nuestro agradecimiento.

Sebastián GONZÁLEZ VÁZQUEZ

Presidente de la Diputación de Ávila

Anexo 4 – Texto original do Prólogo do catálogo da exposição “Celtas e Vetões” por Carmelo Luis López (Diretor da Instituição Grão-Duque de Alba)

PRÓLOGO

La Institución Gran Duque de Alba recibió con ilusión el encargo de la Excm. Diputación Provincial de Ávila de organizar la Exposición Celtas y Vettones, porque con ella se pretende difundir el patrimonio cultural de España y de Europa, tan rico y variado, propiciando un turismo arqueológico de calidad y animando a nuestros conciudadanos a conocer nuestras raíces a través de una cultura importante, como la céltica.

Por otra parte, queríamos poner de relieve que el patrimonio abulense se va formando desde una época muy anterior a la del florecimiento y esplendor de nuestros grandes místicos (Santa Teresa y San Juan de la Cruz), y anterior también a la etapa medieval, en que Ávila es la fortificación del Reino de Castilla, forjando su nombre de Ávila del Rey, de los Caballeros y de Los Leales, porque sus milicias y murallas constituían uno de los más firmes bastiones de la Monarquía. En la Antigüedad, tenemos también, entre otros, un extraordinario patrimonio, el de la cultura vettona, pueblo que habitó las altas tierras de Ávila, Salamanca y el valle medio del Tajo, pero fundamentalmente en nuestro territorio abulense, del que sabemos que su época dorada se sitúa entre los siglos IV y II antes de Cristo, y que fue paralela al desarrollo que conocieron otras poblaciones celtas del interior. Es un momento que se reconoce, sobre todo, por la adopción del ritual de incineración en cementerios extensos, con diferencias de riqueza muy acusadas en los ajuares que acompañan a las tumbas, una importante metalurgia de hierro, la utilización del torno industrial del alfarero en la fabricación de la cerámica y la potenciación de los sistemas defensivos en los poblados. Las jefaturas guerreras van a imponer nuevas formas de explotación agraria de la tierra y del control del comercio, que garantizarán una alta capacidad expansiva y un fuerte crecimiento demográfico. Todos estos rasgos adquieren su máxima expresión en los últimos momentos de la Edad del Hierro. De esta época tenemos importantes castros y yacimientos: El Berrueco (Medinilla), Las Cogotas (Cardeñosa), Los Castillejos (Sanchorreja), La Mesa de Miranda

(Chamartín), El Raso (Candeleda) y Ulaca (Solosancho), y numerosas esculturas zoomorfas, destacando el grupo de los llamados Toros de Guisando.

Las características de esta cultura céltica van a quedar reflejadas y estudiadas en este catálogo, en el que se ha tenido en cuenta la necesidad de elaborar una síntesis bien ilustrada sobre el tema, con un lenguaje sencillo y para lo que se ha contado con los mejores especialistas de todos los campos y tradiciones de estudios existentes sobre el mundo céltico, para que podamos comprender mejor la idiosincrasia y personalidad de un mundo en evolución que, de no haber sido alterado por la dominación romana, estaba a punto de desarrollar una cultura propia de enorme complejidad e importancia, cuando surgían grandes centros urbanos, como Ulaca y Chamartín en Ávila, o Numancia en Soria, que figuran entre las primeras ciudades de la protohistoria europea.

Finalmente, esperamos que esta Exposición sirva para despertar aún más la atención de los investigadores sobre los celtas en la Península Ibérica para mejor comprender el mundo céltico, que es reconocido en la actualidad como una de las más importantes raíces étnicas de Europa.

Carmelo LUIS LÓPEZ

Director de la Institución Gran Duque de Alba

Anexo 5 – Texto original de Introdução ao catálogo da exposição “Celtas e Vetões” por Martín Almagro-Gorbea (Membro do Comissariado Científico Internacional) e María Mariné (Membro Comissariado Científico Espanhol)

INTRODUCCIÓN

Ávila acoge, por primera vez, una Exposición monográfica de carácter internacional sobre los pueblos celtas de la Península Ibérica, la antigua Hispania, que no habían sido objeto de una recapitulación propia, a pesar del interés que despiertan entre nosotros y lo atractivo de su personalidad, puesta de manifiesto cuando han participado en algunas exposiciones internacionales de carácter general, como la ya paradigmática I Celti de Venecia en 1991.

Diversas instituciones culturales españolas se han sumado en estos últimos años a las grandes exposiciones sobre temas arqueológicos, como las dedicadas recientemente a Tartessos, Los griegos en España, Los Iberos, Hispania: el legado de Roma, Al-Andalus y otros argumentos semejantes que cada día suscitan una mayor atención entre la sociedad. A esta acción se incorpora ahora el capítulo de los Celtas tan importante en nuestro patrimonio cultural y, al mismo tiempo, tan fundamental para comprender nuestros profundos vínculos con la formación de la antigua Europa.

El deseo de reparar este aparente olvido ha motivado la organización de esta Exposición Internacional CELTAS Y VETTONES. El evento ha sido posible gracias a la feliz iniciativa de la Diputación Provincial de Ávila, a través de la Institución Gran Duque de Alba con el apoyo de la Junta de Castilla y León incorporando el Museo de Ávila y el patrocinio científico de la Real Academia de la Historia. Y gracias a la participación de los más eminentes especialistas europeos y españoles, así como de los principales museos de toda España y Europa, cuya colaboración ha sido siempre generosa.

La exposición se ha organizado en la ciudad de Ávila, de todos conocida como Patrimonio de la Humanidad y cuna de Santa Teresa. Pero la elección de esta sede se debe, además de al encanto de esta ciudad y a su proximidad a Madrid, a que la provincia de Ávila atesora una gran riqueza de yacimientos celtas al estar rodeada de castros vettones y ofrecer en sus campos los famosos "verracos, algunos tan conocidos como los "Toros de Guisando".

El objetivo de la Exposición es mostrar, de forma clara y agradable, las preguntas más frecuentes que se suelen plantear sobre los celtas: ¿quiénes eran?, ¿dónde y cuándo vivieron?, ¿qué hacían?, ¿qué legado nos han dejado? A dichas preguntas responden los cerca de 400 objetos expuestos procedentes de los principales museos de España y Europa, que ilustran los orígenes y extensión de los celtas, sus tesoros y creencias, los guerreros y las invasiones celtas», el artesanado y la vida en la ciudad, la economía y el arte.

Para mejor comprender este rico contenido y para lograr que esta exposición sea una exposición abierta, no limitada al recorrido de los locales donde se exhiben las piezas, sino ampliada con la visita a los yacimientos abulenses, se ha organizado en tres secciones: I, Los celtas en Europa, II, Los celtas en Hispania, III, Arqueoturismo celta.

Un somero análisis permite seguir el guión del discurso propuesto. Los CELTAS EN EUROPA, instalada en el renacentista "Palacio de los Guzmanes», sede actual de la Diputación de Ávila, se estructura en 10 salas. La I introduce al visitante sobre quiénes eran los celtas, su situación geográfica y su cronología, así como sobre sus orígenes. Las salas II y III se dedican a "Los primeros celtas", que corresponden a la cultura de Hallstatt, extendida por Europa Central entre el 750 y el 450 a.C. y a sus príncipes-reyes", representando sus ricas tumbas, como las de Vix y de Hochdorf, las más suntuosas descubiertas hasta el momento. La Sala IV complementa la visión sobre la Riqueza y artesanado de aquellos primeros celtas.

La sala V es el centro del espacio expositivo. Contiene "Los tesoros del Más Allá, en su mayor parte objetos de oro de los diversos pueblos celtas de toda Europa, como el Casco de Agris, el Caldero de Gundestrup o el Puñal de Hochdorf. Esta riqueza, dado su carácter mágico, se vinculaba tanto a objetos de prestigio social como al campo religioso, lo que explica su ofrenda en lagos y tumbas para hacerlas llegar a ese Más Allá.

La Sala VI se dedica a «Una nueva época, la cultura de La Tène, surgida al ser sustituidos los reyes hallstáticos por nuevas elites guerreras y desarrollada desde el siglo V al I a.C, cuyo artesanado constituye lo más florido del arte celta. La Sala VII se destina a Los guerreros y la expansión céltica y documenta, através de sus armas y objetos, su propagación entre los siglos IV y III a.C. desde Irlanda hasta Italia, Grecia y Galacia, en la actual Turquía.

La Sala VIII muestra elementos de «La vida diaria y la ciudad, alusión a la economía e instrumentos habituales y al boyante artesanado, cuyas técnicas han perdurado hasta la Revolución Industrial. En la Sala IX está "La medida y el tiempo, exhibiendo monedas, pesos y medidas; en ella destaca el Calendario de Coligny, máximo testimonio del profundo saber de los druidas en la determinación del tiempo basado en observaciones astronómicas milenarias. Finalmente, la Sala X ofrece una selección de Arte celta, para poder gozar de este brillante capítulo inicial del arte europeo, cuyas creaciones, llenas de significado religioso de una belleza muy actual, perduraron através de Irlanda hasta el Medievo, influyendo en el arte románico, por ejemplo.

LOS CELTAS EN LA PENÍNSULA IBÉRICA, la segunda sección de la exposición, se ha instalado en la bella iglesia románica de Santo Tomé el Viejo, habitual Almacén Vistable

del Museo de Ávila, remodelado para la ocasión. La organización de esta sede es totalmente diversa, pues no se compartimenta en salas, sino que ofrece un recorrido continuo que permite tanto abordar los diversos temas de manera sucesiva como interrelacionarlos directamente.

Tras una alusión al descubrimiento de los celtas en Hispania y a su extensión por la Península Ibérica, los 150 objetos expuestos aquí ilustran su origen y evolución, sus poblados y sepulturas, sus armas, cerámicas y joyas, su organización social, economía y artesanado, temas organizados según los principales grupos o etnias, entre los que se ha destacado en el ábside de la iglesia a "los vettones», antiguos habitantes de las tierras abulenses. Después del análisis de la escritura y la lengua y del fenómeno romanizador, finaliza la muestra con alusiones al folklore y a las pervivencias célticas actuales en muchas regiones de España, sin olvidar el eco popular que los celtas tienen actualmente en curiosos y sorprendentes aspectos de nuestra vida.

CELTAS Y VETTONES, ya se ha dicho, no quiere acabar en las estrictas Salas; por eso invita a conocer sobre el terreno el denominado Arqueoturismo celta: castros y verracos de los vettones, visitando los principales castros y disfrutando de paisajes de inolvidable belleza que se retrotraen fácilmente al entorno de la vida vettona, como en Las Cogotas, Ulaca, La Mesa de Miranda y El Raso. Son viajes que pueden servir de introducción a otros itinerarios celtas previstos por toda Hispania y Europa, como guía de un turismo cultural de la más alta calidad.

El presente catálogo, de acuerdo con el esquema de la Exposición, está dividido en dos partes. Los Celtas en Europa es una breve introducción al tema, dada la abundante bibliografía existente, por lo que se ha prestado una atención preferente a los celtas "periféricos», facilitando el entendimiento de la personalidad de los celtas de Hispania, sin olvidar una visión crítica sobre el concepto de «celta», eco de un deseo de desmitificar ciertos excesos en algunas interpretaciones sobre este apasionante tema.

Por el contrario, Los celtas en Hispania se ha desarrollado con amplitud, a fin de ofrecer una visión actualizada sobre este campo de los estudios célticos, cuya originalidad ha dificultado hasta ahora su comprensión por gran parte de los investigadores. Tras los estudios de carácter general sobre los celtas de Hispania, se recogen otros dedicados a los principales pueblos, con algunas aproximaciones sobre aspectos concretos, dando

un mayor desarrollo a los más investigados. Finalmente, un último apartado se dedica a la Romanización, proceso en el que el mundo celta se sumerge tras más de 500 años de vigencia, aunque su continuidad, hoy en gran medida olvidada, sigue viva en tradiciones y costumbres de muchas de las regiones de España, desde el País Vasco a Andalucía, si bien quizá sólo en Galicia, a causa del movimiento romántico nacionalista del siglo XIX - y no sin mitificaciones que la falsean - se ha prestado a este hecho una mayor atención. Todo ello contribuirá a conocer mejor nuestras lejanas raíces, que compartimos con gran parte de la Europa actual, y así considerar y difundir mejor nuestro patrimonio común.

Martín Almagro-Gorbea

María Mariné

Anexo 6 – Texto original das Palavras de Saudação no catálogo da exposição “O Enigma dos Celtas de Glauberg” por Roland Koch (Ministro-Presidente de Hessen)

GRUSSWORT

DES HESSISCHEN MINISTERPRÄSIDENTEN

Spektakuläre neue Ausgrabungs- und Forschungsergebnisse der Archäologie haben in den letzten Jahren das Interesse einer breiten Öffentlichkeit auf die Zeit der Kelten in Hessen und insbesondere hier im Rhein-Main-Gebiet gelenkt. Zeugnisse einer mehr als 2500 Jahre alten keltischen Hochkultur haben nicht nur die Fachleute verblüfft. Die Funde - allen voran die lebensgroße charakteristische Sandsteinfigur eines Keltenfürsten - haben aufmerken lassen. Fasziniert von den neuen Funden erkennen wir mit großem Respekt die hohe kulturelle Leistung dieser nach wie vor rätselhaften und noch wenig erforschten Kultur.

Auch im 21. Jahrhundert ist die öffentliche Neugier nach Erkenntnissen der Archäologie ungebrochen. Denn es ist faszinierend, mehr darüber zu erfahren, wie Menschen Tausende von Jahren vor uns gelebt haben, vielleicht am selben Ort. Umso wichtiger ist es, dass Forschungsergebnisse öffentlich und anschaulich gemacht werden.

Für unsere Gegenwart, die von wachsender Integration und zunehmender Verflechtung in Europa geprägt wird, besitzen Zeugnisse einer Kultur, die sich zeitweise über einen großen Teil Europas ausdehnte, über weit gespannte Handelsbeziehungen verfügte und mit weit ausgreifenden Wanderungsbewegungen mit sehr vielen anderen Völkern in Berührung kam, hohe Aktualität. Da die Kelten uns keinerlei schriftliches Zeugnis hinterlassen haben, können wir heute über ihre Staatsform oder ihren Glauben nur spekulieren und rätseln. Aber auf dieser Spurensuche in der Vergangenheit werden zahllose Dinge, Begriffe und Ideen entdeckt, die den Besuchern vielleicht auch eine heutige Standortbestimmung erleichtern und ihnen eine Perspektive für die Zukunft geben.

Die Ausstellung symbolisiert das partnerschaftliche Miteinander des modernen Europas der unterschiedlichen Regionen. Denn sie vereint erstmals steinerne Fürstenskulpturen aus fast ganz Europa, die in einer Art Treffen den Fürst vom Glauberg in ihre Mitte nehmen. So wie die keltische Kultur in ihren Glanzzeiten fast den ganzen Kontinent beeinflusst und mit ihrem Geist die Menschen in ihren Bann gezogen hat, möge es auch heute den Besuchern der Ausstellung ergehen.

Deshalb habe ich gerne zusammen mit der Ministerin für Wissenschaft und Kunst die Schirmherrschaft für diese große Landesausstellung übernommen. Mein besonderer Dank gilt allen verantwortlichen Organisatoren und besonders den Forscherinnen und Forschern, die durch ihre Arbeit diese Ausstellung erst möglich gemacht haben. Den Besucherinnen und Besuchern wünsche ich spannende und informative Stunden.

Roland Koch

Hessischer Ministerpräsident

Anexo 7 – Texto original das Palavras de Saudação no catálogo da exposição “O Enigma dos Celtas de Glauberg” por Ruth Wagner (Ministra da Ciência e Arte de Hessen)

GRUSSWORT

DER HESSISCHEN MINISTERIN FÜR WISSENSCHAFT UND KUNST

Anlass für die Ausstellung „Das Rätsel der Kelten vom Glauberg. Glaube - Mythos-Wirklichkeit“ sind die sensationellen Funde, die vor einigen Jahren am Glauberg gemacht wurden. Die Ausstellung stellt sie in einem gesamteuropäischen Zusammenhang vor. Zahlreiche Vergleichsfunde, Spitzenobjekte von Museen aus halb Europa, konnten als Leihgaben für diese Ausstellung gewonnen werden. Damit bietet die Schirn Kunsthalle Frankfurt in diesem Sommer einen Einblick in die faszinierende keltische Welt, in eine Zivilisation, die sich vor 2500 Jahren über weite Teile Süd- und Westeuropas erstreckte.

In diesem gesamteuropäischen Zusammenhang bildete der Glauberg einen Vorposten der keltischen Kultur im Norden. Umso überraschender ist die hohe künstlerische und handwerkliche Qualität der am Rande der keltischen Welt ausgegrabenen Funde.

Ein reich ausgestattetes keltisches Fürstengrab, die fast vollständig erhaltene steinerne Statue eines Keltenfürsten“ und die Reste riesiger, weit ausgreifender, landschaftsprägender architektonischer Strukturen, in deren Mittelpunkt der Grabhügel und ein Prozessionsweg stehen, sind die Zeugen einer untergegangenen, trotz aller Deutungsversuche rätselhaften Welt.

Der Glauberg und seine Umgebung sind nicht die einzigen Großfundstellen keltischer Zeit in Hessen, die sich den Besuchern noch nach mehr als 2000 Jahren als imposante Geländedenkmäler präsentieren. Dazu gehören auch die Wallanlagen am Altkönig, der Dünsberg, das Heidetränk-Oppidum oder die Milseburg. Gezeigt werden in dieser Schau aber vor allem die Funde der Grabungen am Glauberg, ihre Vergleichsstücke aus ganz Europa sowie die Ergebnisse und Schlussfolgerungen der Fundsituation und der exzellenten Fundstücke.

Dank einer europaweiten Kooperation konnte diese Landesausstellung ermöglicht werden. Ich bin sicher, dass die Ausstellung damit auch eine über die Grenzen Deutschlands hinweg reichende Resonanz finden wird.

Gefördert wird dies sicher dadurch, dass die Kelten bereits eine gewisse Popularität in der Bevölkerung besitzen. Ablesbar ist dies sowohl an den beliebten Comics „Asterix und Obelix“ als auch an dem breiten Interesse der Öffentlichkeit an wissenschaftlichen Fragestellungen, die die keltische Kultur und Lebenswelt betreffen.

Die Ausstellung geht den Fragen nach den Kelten, nach ihrem Woher, ihrem Wohin, den Kontakten zu ihren Nachbarn, ihrer Lebensweise und ihrem Einfluss auf nachfolgende Kulturen nach. Und der Katalog soll dies über die ja begrenzte Dauer einer Ausstellung hinaus dokumentieren und langfristig festhalten.

Ich wünsche Ihnen viel Freude an Ausstellung und Katalog sowie lehrreiche und unterhaltsame Stunden in der Landesausstellung. Und ich wünsche mir auch weiterhin Ihr Interesse an der Archäologie, an der Bodendenkmalpflege, den archäologischen Abteilungen der Museen und Ihre Unterstützung, wenn es darum geht, die Zeugnisse unserer Vergangenheit zu erhalten und zu erforschen.

Ich freue mich deshalb, dass es gelungen ist, diese umfassende Schau über die Welt der Kelten hier in Frankfurt präsentieren zu können. Sie ist nach den großen Keltenausstellungen 1991 in Venedig und 1993 in Rosenheim die erste europaweite Präsentation keltischer Kultur. Ich bin stolz darauf und danke allen, die dazu beigetragen haben, die Ausstellung zu ermöglichen: Leihgeberinnen und Leihgebern, Organisatorinnen und Organisatoren, Archäologinnen und Archäologen und den politisch Verantwortlichen.

Ich bin mir sicher, dass diese Landesausstellung ein großer Erfolg weit über Hessen hinaus werden wird.

Ruth Wagner

Hessische Ministerin für Wissenschaft und Kunst

Anexo 8 – Texto original do Prefácio do catálogo da exposição “Arte dos Celtas: 700 a.C. – 700 d.C.” por Felix Müller (Membro do Comissariado Científico)

Preface

The Celts did not record their own history, but their combative behaviour attracted the attention of their contemporaries, who wrote about them. At the time, Celtic culture and art were held in low esteem by the Greeks and Romans, as was everything deemed barbaric. Nowadays, however, Celtic art is recognized for its independent creativity and its own values.

The first scholar to state that Celtic artists had their own sense of style was the archaeologist Paul Jacobsthal in 1944. He called it "... refined in thought and technique; elaborate and clever; full of paradoxes, restless, puzzlingly ambiguous...". While he was accurate in saying that Celtic art revealed much about "the Celts' relationship with their gods and their world", he explained little about its genesis and development.

A long line of scholars have since tackled the subject of Celtic art. Numerous individual analyses, but few overviews, have provided additional insight and new points of view. In English, French, German and Italian, they have borne witness to the vast interest in the subject all over Europe, from Scotland to Bulgaria.

A large exhibition staged in Venice in 1991 celebrated the Celts as the first Europeans. While this idea is not very convincing from a political point of view, it is worth considering with regard to Celtic art. During its heyday between the fifth and second centuries BC, at least, Celtic art formed a solid entity throughout Europe. It evolved in different places according to a similar rhythm and moved everywhere in the same direction, which is testimony to a remarkably unified basic approach among the artists and their patrons.

This book aspires to cast a wide net in researching the phenomenon which scholars call 'art made by Celts'. It begins in the anonymous prehistory of the seventh century BC with colourful display pottery and ends with the ethereal book illuminations created in Christian monasteries in the eighth century AD. The publication was kindly supported by

the Sandoz Family Foundation. It was not the intention to produce a traditional catalogue but rather an independent volume accompanying the exhibition Art of the Celts, which will be staged in Berne and Stuttgart in collaboration by the Historisches Museum Berne and the Landesmuseum Württemberg.

The book is also an attempt to make a better connection between the art and craftsmanship of the Celts and the archaeology and history of their time. It aims to demonstrate that Celtic culture was not an isolated phenomenon but a permanent component of the ancient world, and that it can only be understood from that standpoint. This fundamental idea lies at the core of the present chronological structure of the chapters in this book. In a first step, the archaeological and historical context is outlined for each chronological period in order better to understand the artists and their work. The catalogue contains forty individual artefacts or assemblages, termed 'masterpieces', which highlight decisive milestones in stylistic development or combine essential hallmarks of a particular period in a particularly distinctive manner. The 'pattern book', finally, with ink drawings of 101 motifs, provides a record of the varied links within Celtic ornamentation over the course of time and throughout Europe.

FELIX MÜLLER

Berne, March 2009

Anexo 9 – Texto original do Prefácio do catálogo da exposição “Celtas: Arte e Identidade” por Gordon Rintoul (Diretor do Museu Nacional da Escócia)

Directors' Forewords

The collections of National Museums Scotland and the British Museum house a wealth of material which is of central importance for exploring the complex question of the Celts. Who were they? Why was this identity, this art style and this name such a persistent part of European history for over two millennia? Why does it still have such an enduring resonance today? The exhibition which accompanies this book explores these questions, reveals new insights and brings intriguing and beautiful objects

together for the first time. The highlights of the Celtic- related collections from Edinburgh and London have been combined with a wealth of major finds from museums across Europe, providing an unparalleled opportunity for British audiences to explore the Celts and their influence in depth.

It is over forty years since the last British exhibition was mounted to consider the Celts on a European scale- another project which was shared between Edinburgh. and London. The focus of the 1970 show was much narrower, however, with a concentration on the Iron Age. The current exhibition broadens the scope to include much new research and cover the early medieval period, which for many people today provided the epitome of Celtic art, with treasures such as the Hunterston brooch and the great illuminated manuscripts. It also considers the rediscovery and reinvention of the Celts and their influence from the sixteenth century to the present day. This broad perspective challenges any easy assumptions about a simple Celtic past, and reveals the complexities, the constant change and reinvention of this idea. The objects in the exhibition and the stories they tell show Britain's extensive connections with Continental Europe, and reveal how decoration with curvilinear and complex Celtic artistic forms gave objects a real power and significance. In these magnificent items we catch glimpses of an ancient world at key moments in Europe's early history.

I am delighted that this collaboration with the British Museum has allowed us to present a stronger, more rounded exhibition than either of the institutions could have achieved on their own. I am sure that audiences in Edinburgh and London, and the readers of this book, will find much to engage, enthuse and inspire them.

Finally, I would like to record our grateful thanks to Baillie Gifford Investment Managers for their generous support of Celts. An exhibition on this scale is not possible without the substantial assistance and enthusiasm of our sponsors and many other talented people in the team.

DR GORDON RINTOUL CBE

Director, National Museums Scotland

Anexo 10 – Texto original do Prefácio do catálogo da exposição “Celtas: Arte e Identidade” por Neil MacGregor (Diretor do Museu Britânico)

Directors' Forewords

Celts: art and identity at the British Museum marks the first time that any exhibition has attempted to tell the story of the Celts from 500 BC to the present day. Yet this is not so much a show about a people as a show about a label, exploring how the name 'Celts' has been used and appropriated over the last 2,500 years. 'Celtic' is a cultural construct that has changed its meaning many times. The word was originally used by Greeks and Romans to describe their 'barbarous' neighbours to the north. It has been used at different points since in the history of western Europe, characterizing particular communities that produced objects reflecting a distinct, non-Mediterranean, non-metropolitan way of thinking about the world. 'Celts' has always been a word with a purpose: to label oneself or another as different.

While the Celts are not a distinct race or genetic group that can be traced through time, the word 'Celtic' still resonates powerfully today, all the more so because it has been continually redefined to echo contemporary concerns over politics, religion and identity. This word continues to strike a resonant chord both nationally and globally, among the populations of Ireland, Scotland and Wales, and their diaspora communities around the world.

Celts: art and identity has been organized in partnership between the British Museum and National Museums Scotland. The two exhibitions in London and Edinburgh are the result of many years of fruitful collaboration between our two houses. This rewarding partnership has given us the opportunity to tell a far richer story than would otherwise have been possible. I should like to thank all of our colleagues in Edinburgh for the generosity with which they have shared their knowledge, expertise and collection. This book, like the exhibitions which it accompanies, is very much a joint project. I should also like to express my appreciation to the lecturers and curators at the National Gallery of Scotland, University of Edinburgh and Cambridge Museum of Archaeology and Anthropology who have contributed not only to the catalogue but also to the exhibition

itself, giving very generously of their time. This also extends to the many specialists at other institutions who have assisted the authors with their research.

The scope of the exhibition reaches across much of Europe and spans a period of over two and a half thousand years. An exhibition on this scale would not have been possible without the support of many other institutions from the UK and across Europe. In total 17 UK institutions and 10 international museums and art galleries have generously lent pieces from their collections to the British Museum exhibition. I should like to thank all of our lenders for their cooperation and trust.

No exhibition can happen without financial support, and we are grateful to an anonymous gift in memory of Melvin R. Seiden, and also Stephen and Julie Fitzgerald, the late Sheila M. Streek and our Fund for the Future donors. Their generosity has made this exhibition possible.

NEIL MACGREGOR

Director, The British Museum

Anexo 11 – Texto original de Introdução ao catálogo da exposição “Os Celtas: Boêmia do século VIII ao século I a. C.” por Pavel Sankot (Museu Nacional, Praga)

Introduction

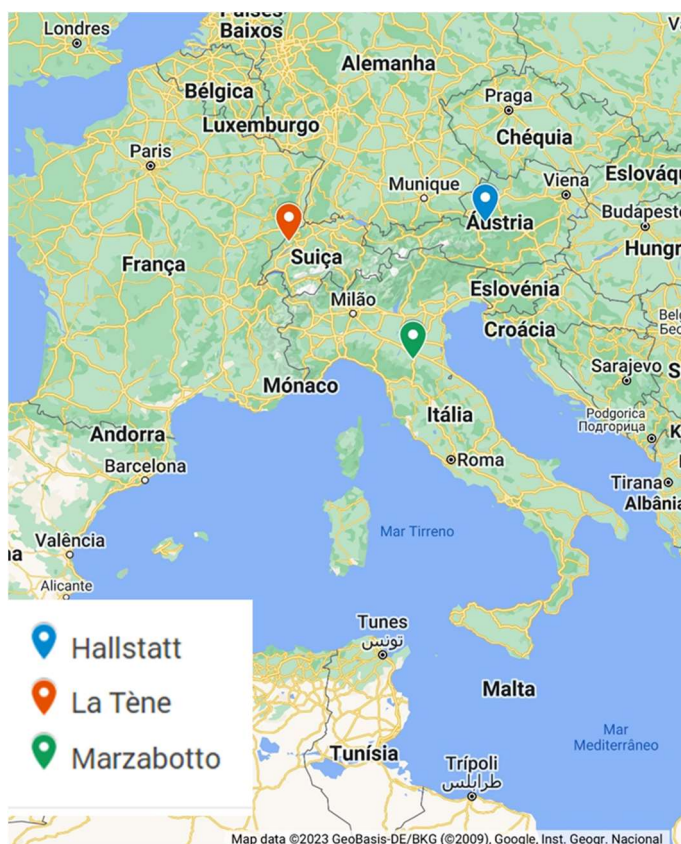
On the occasion of the exhibition on the occupation of Bohemia at the height of the prehistoric development of our country, a scholarly work addressing this subject from a broader perspective is being published. The exhibition organised by the National Museum in cooperation with the Institute of Archaeology of the Czech Academy of Sciences, numerous Czech museums, the Moravian Museum and the Natural History Museum in Vienna focuses on the period from the 8th century BC to the beginning of the first millennium, especially from the 5th century BC to roughly the year 30 BC, at which point Europe emerges from the anonymity of the earlier ages. At that time, writers and historians from the territories of antique civilisation wrote their reports on the first encounters between their world and the residents of internal Europe.

And yet, as these reports are fragmentary and suffer from the subjective view of their creators, they must be approached with circumspection. For that matter, scientific research and many popular science works focused on issues connected with the subject of Celtic civilisation can also be encumbered by the same subjective approach.

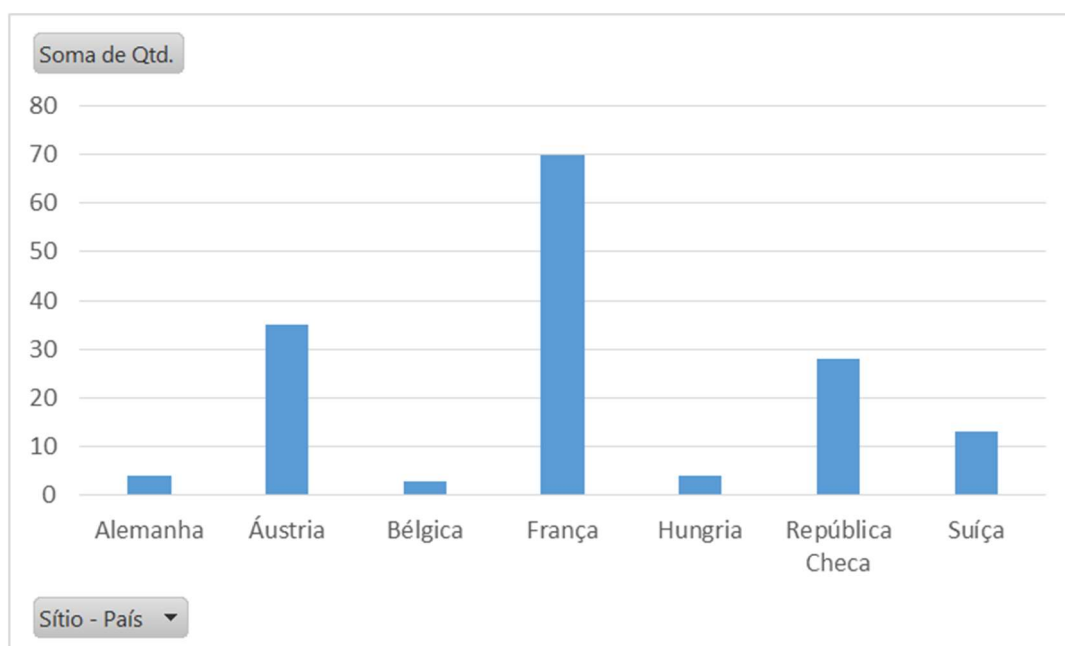
The group of authors responsible for this publication set the goal of offering the public an expanded form of existing knowledge of Celtic settlement in Bohemia, which had its roots in the Early Iron Age and its highpoint in the Late Iron Age, which, due in part to spatial limitations, can only be presented in the exhibition in a narrow selection. Modern methods of archaeological excavation, anthropology, numismatics, and many cooperating disciplines are of enormous benefit both in field work and in theoretical processing and the interpretation of the acquired results. These include the mathematical-statistical processing of obtained data or the modelling based on them. These modern approaches have made it possible to gain a more detailed understanding of prehistoric societies, their physical forms, organisation of production and exchange, their spiritual horizons and social relationships. And while the presented comparison with the earlier level of knowledge offers many new ideas, it also creates a commitment to search for additional paths to an even deeper understanding.

Pavel Sankot

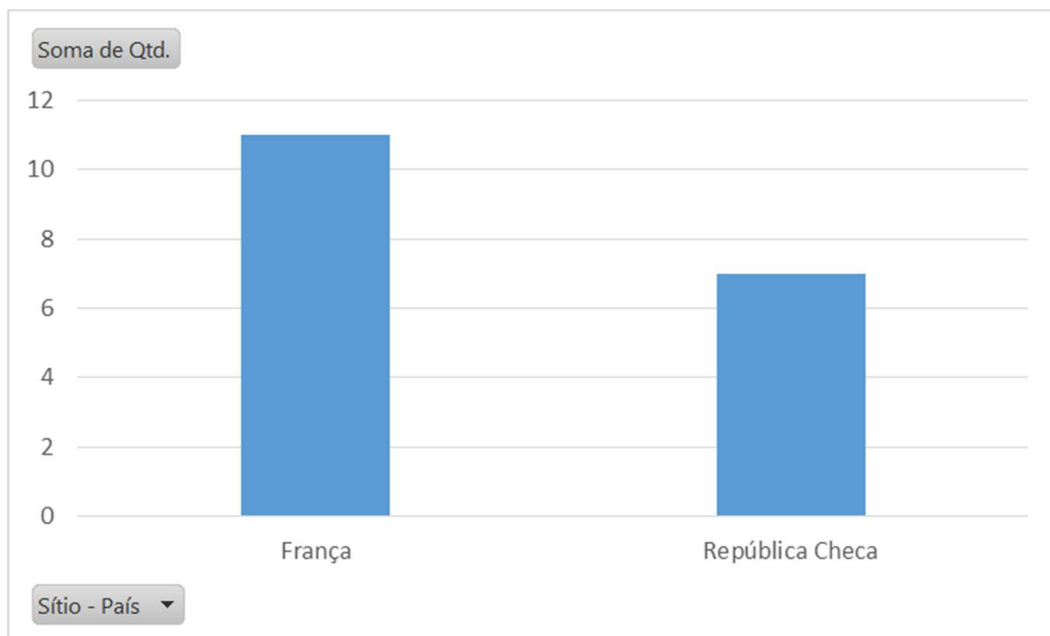
Anexo 12 – Mapa 1 – localização dos três sítios: Hallstatt (Áustria), La Tène (Suíça) e Marzabotto (Itália). Mapa gerado com recurso ao Google Maps.



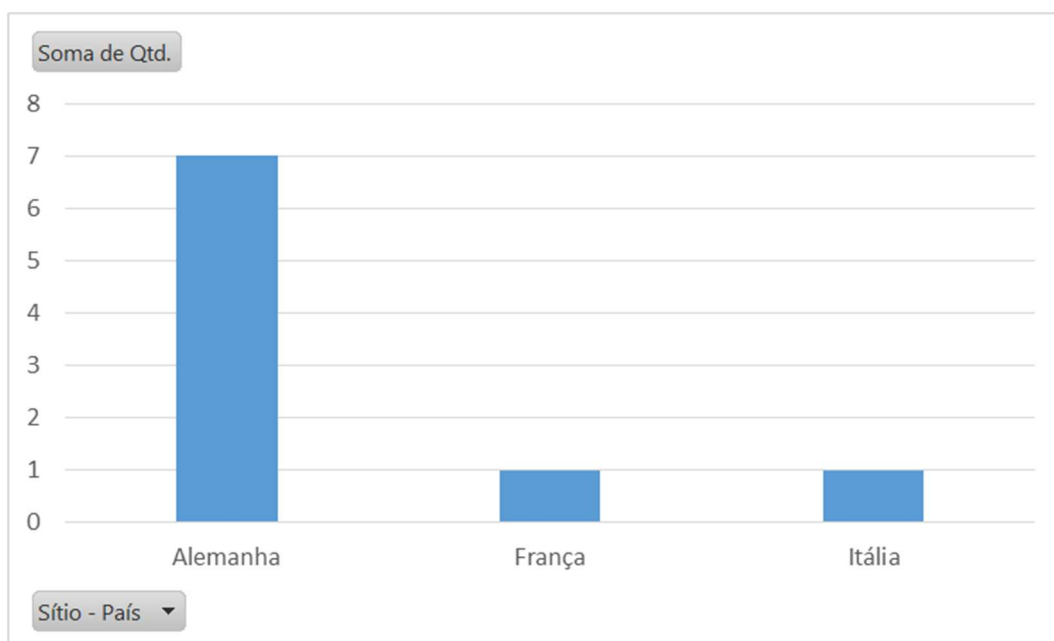
Anexo 13 – Gráfico 1 – Objetos (por país de proveniência) datáveis do séc. V a.C. expostos na secção “Um Continente para um Povo: Os Celtas no Leste - Os Celtas no Oeste” (Fonte: Apêndice 12 - Inventário dos objetos das exposições analisadas).



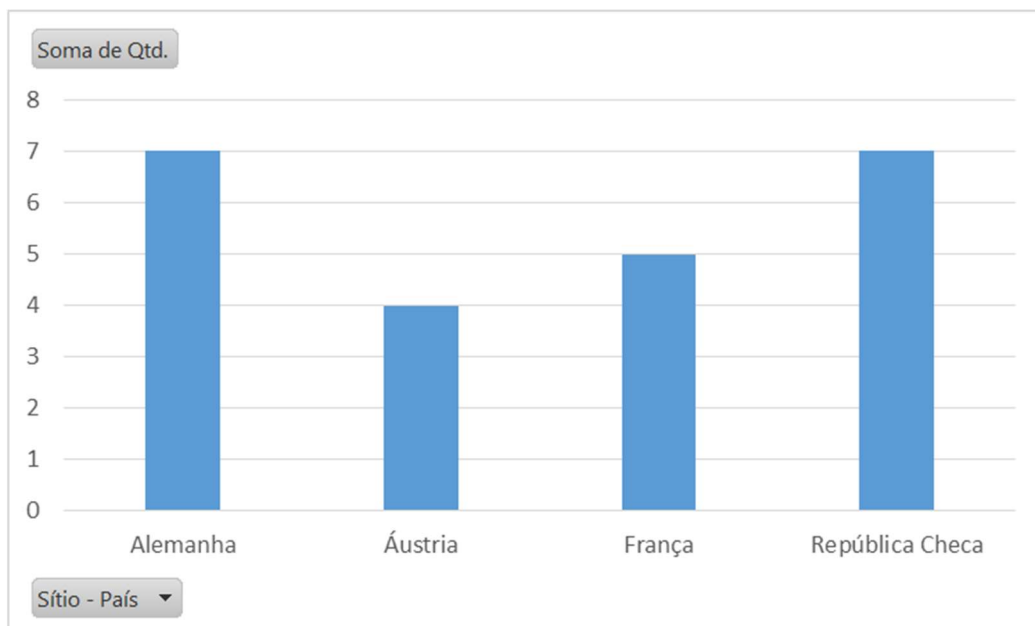
Anexo 14 – Gráfico 2 – Objetos (por país de proveniência) datáveis dos séculos VI - V a.C. expostos na secção “Os Príncipes Celtas: O Alvorecer de uma Nova Cultura Europeia” (Fonte: Apêndice 12 - Inventário dos objetos das exposições analisadas).



Anexo 15 – Gráfico 3 – Objetos (por país de proveniência) atribuídos aos séculos X - VIII a.C. expostos na secção “Os Celtas na Europa - Sala 1. A Origem” (Fonte: Apêndice 12 - Inventário dos objetos das exposições analisadas).



Anexo 16 – Gráfico 4 – Objetos (por país de proveniência) atribuídos aos séculos VIII - VI a.C. expostos nas secções “Os Celtas na Europa - Sala 2. Reis...” e “Os Celtas na Europa - Sala 3. ... E Príncipes” (Fonte: Apêndice 12 - Inventário dos objetos das exposições analisadas).

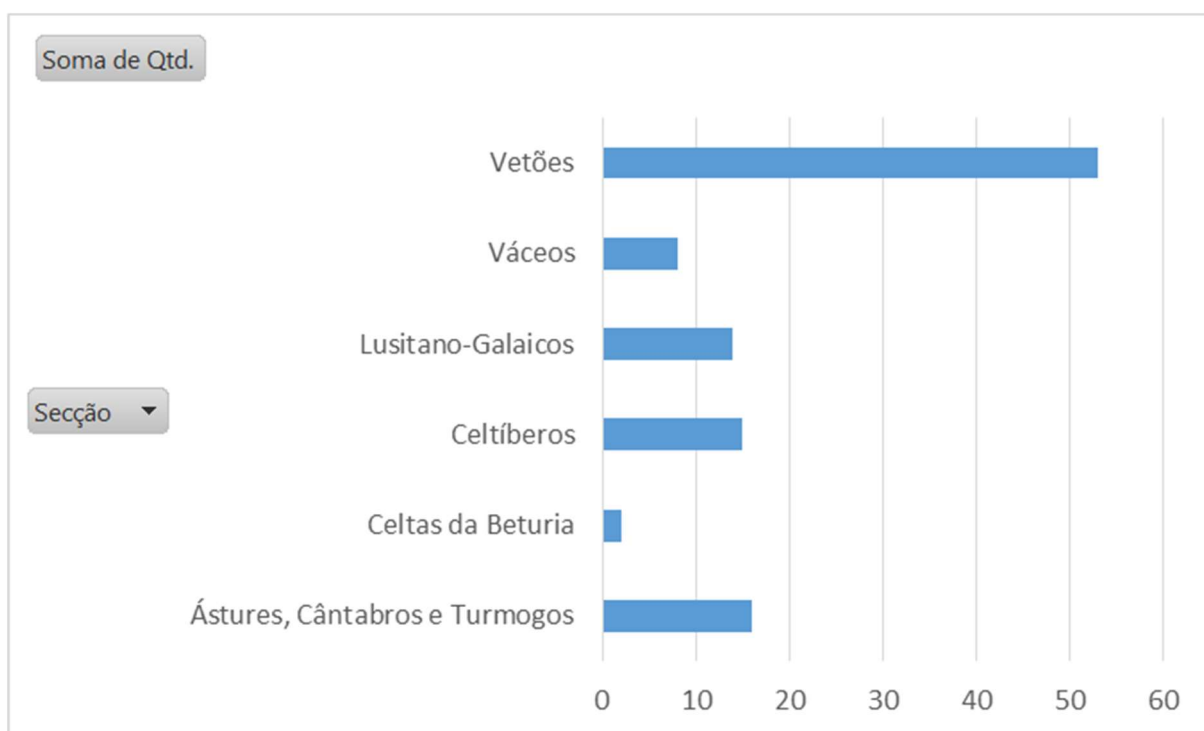


Anexo 17 – Tabela 1 – Objetos com cronologias anteriores ao século IV a.C. expostos na secção “Os Celtas na Hispânia: As Raízes” (Fonte: Apêndice 12 - Inventário dos objetos das exposições analisadas).

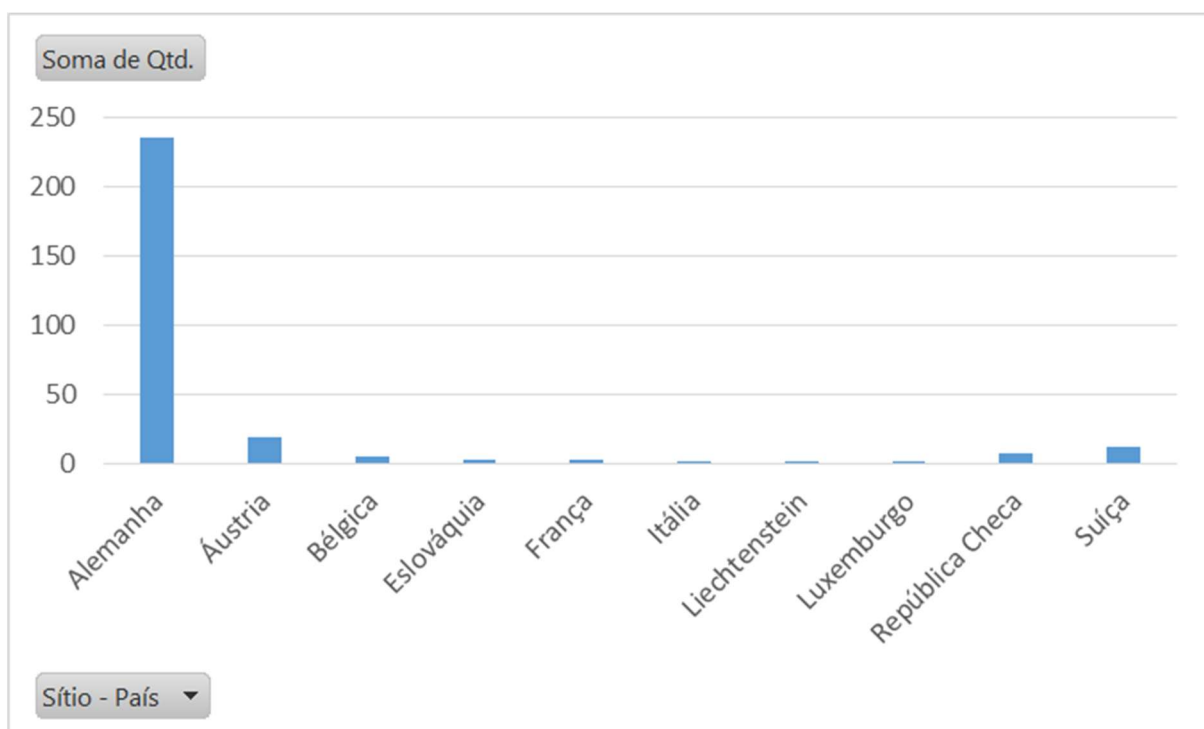
Descrição	N.º Catálogo	Qtd.	Sítio = Cidade	(Sítio) Cidade ou Região, País	Sítio - País	Datação
Estela estremenha	ES.2.10	1	Zarza-Capilla	Zarza-Capilla, Espanha	Espanha	IX AC
Capacete de Leiro	ES.2.12	1	Leiro	Rianxo, Espanha	Espanha	X - IX AC

Urna com tampa	ES.2.13	1	Can Missert	Tarrasa, Espanha	Espanha	XI - X AC
Peitoral de Calaceite	ES.2.14	1	Calaceite	Teruel, Espanha	Espanha	VII AC
Vaso ritual de Calaceite	ES.2.15	1	Calaceite	Teruel, Espanha	Espanha	VII AC
Ponta de lança	ES.2.15.a	1	Calaceite	Teruel, Espanha	Espanha	VII AC
Urna	ES.2.15.b	1	Calaceite	Teruel, Espanha	Espanha	VII AC
Kernos (vaso ritual)	ES.2.16	1	Caspe	Caspe, Espanha	Espanha	VIII AC
Vaso gravado de El Castellido	ES.2.17	1	Alloza	Alloza, Espanha	Espanha	VIII AC
Vaso pintado de Acacia Gorda del Molino	ES.2.18	1	Almohaja	Almohaja, Espanha	Espanha	VI AC

Anexo 18 – Gráfico 5 – Objetos (por secção) atribuídos aos séculos VIII - VI a.C. expostos nas secções numeradas entre 15 e 20 no Apêndice 14 (Fonte: Apêndice 12 - Inventário dos objetos das exposições analisadas).



Anexo 19 – Gráfico 6 – Objetos (por país de proveniência) expostos nas secções numeradas entre 7 e 12 no Apêndice 15 (Fonte: Apêndice 12 - Inventário dos objetos das exposições analisadas).

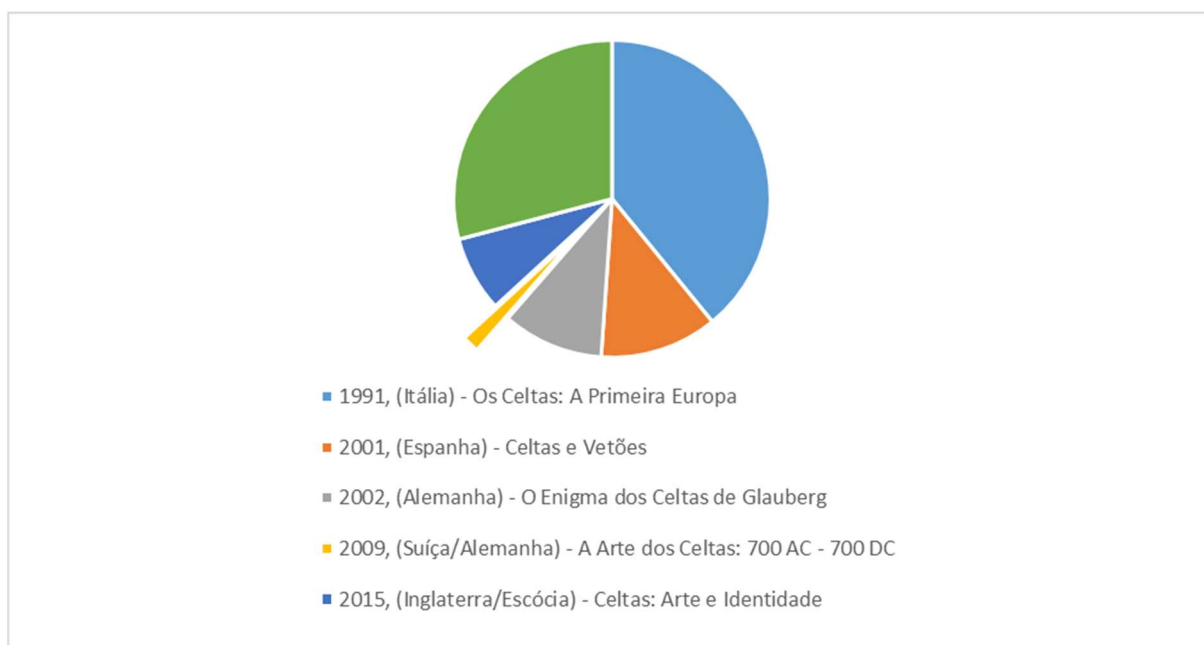


Anexo 20 – Tabela 2 – Objetos recorrentes com outras exposições analisadas nas secções finais da exposição “O Mistério dos Celtas de Glauberg” (Fonte: Apêndice 12 - Inventário dos objetos das exposições analisadas).

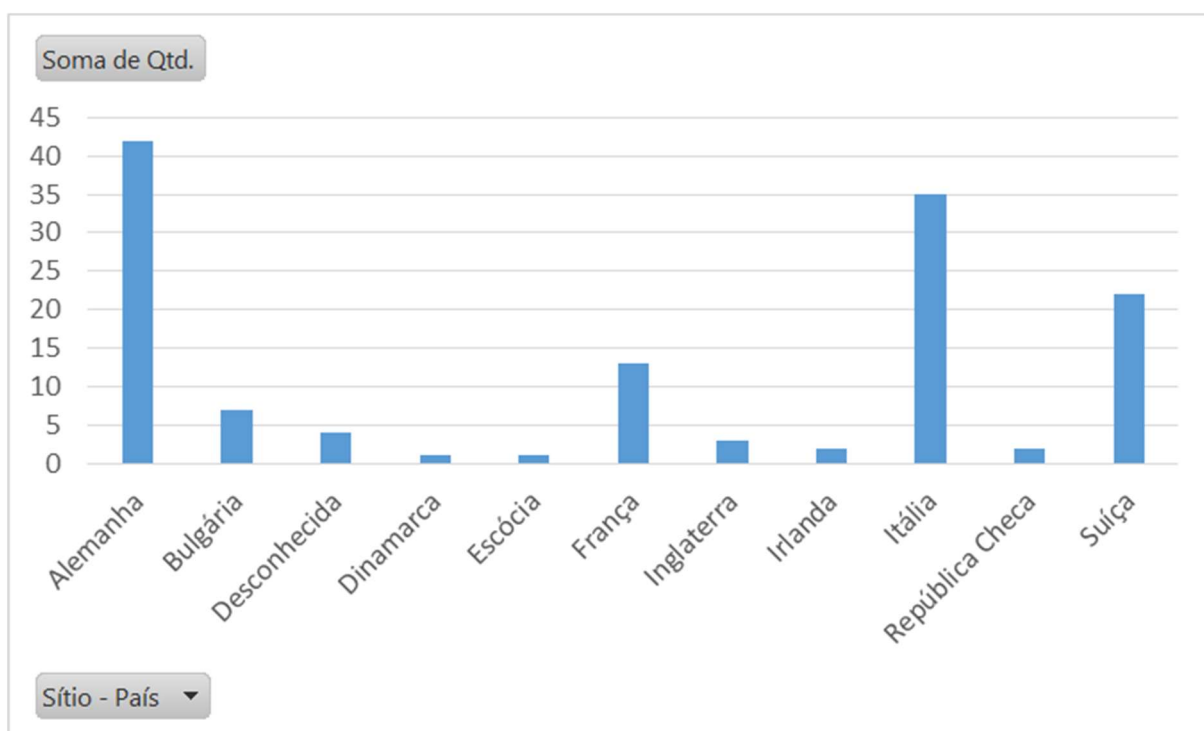
Secção	Descrição - Objeto	N.º Catálogo	Sítio - País	Exibido também em...
15 Primeiras esculturas em grande escala - Esculturas em grande escala Europa Central sob influência Mediterrânica	Estátua de um príncipe do período de Hallstatt (cópia)	AL.130	Alemanha	2001; 2002; 2009
17 Primeiras esculturas em grande escala - Pilares monumentais dos séculos V - IV AC: As mais recentes esculturas celtas em grande escala	Estela em pilar de dupla face	AL.134	Alemanha	2002; 2015
17 Primeiras esculturas em grande escala - Pilares monumentais dos séculos V - IV AC: As mais recentes esculturas celtas em grande escala	Cabeça de um deus ou herói celta	AL.138	República Checa	1991; 2001; 2002; 2009; 2018
19 Primeiras esculturas em grande escala - Estátuas de antigo culto celto-lígure do sul de França	Estátua de cabeça dupla ("Hermes")	AL.140.1	França	1991; 2002
19 Primeiras esculturas em grande escala - Estátuas de antigo culto	Estátua de guerreiro sentado (cópia)	AL.140.2	França	1991; 2002

celto-lígure do sul de França				
19 Primeiras esculturas em grande escala - Estátuas de antigo culto celto-lígure do sul de França	Estátua de guerreiro sentado de pernas cruzadas	AL.141.1	França	1991; 2002
20 Primeiras esculturas em grande escala - Estátuas de guerreiros lusitanos do norte de Portugal	Estátua de guerreiro lusitano (cópia)	AL.145	Portugal	1991; 2001; 2002

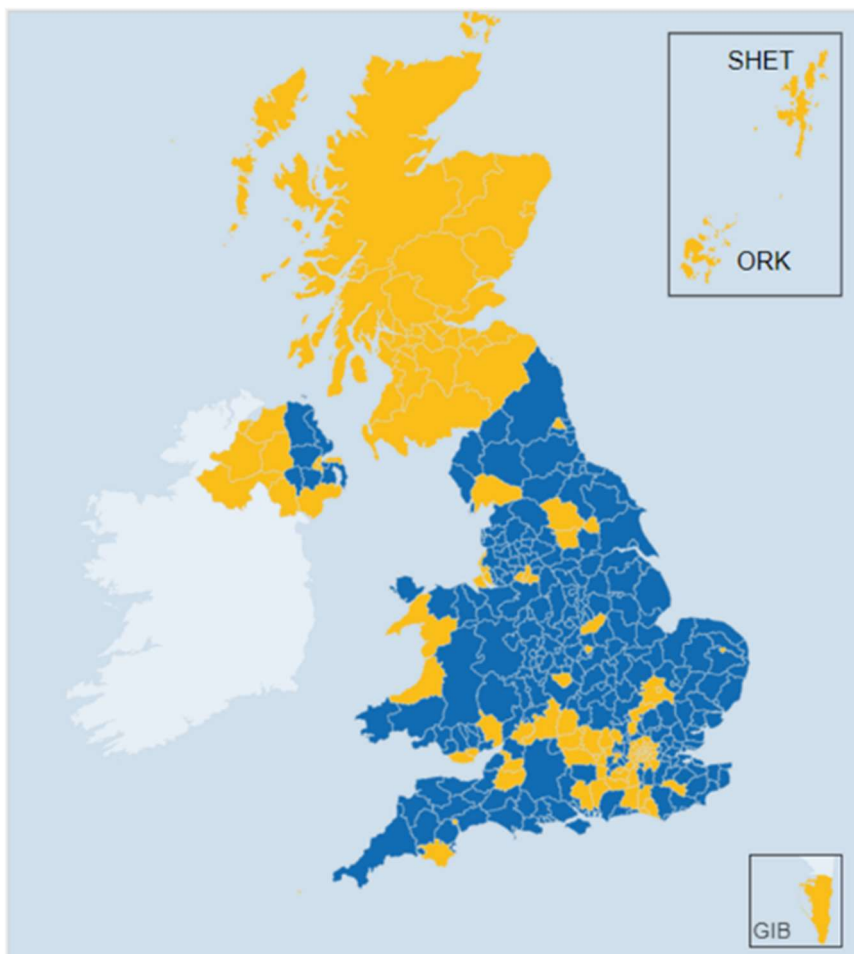
Anexo 21 – Gráfico 7 – Quantidade total (por exposição) de objetos expostos, com destaque para a exposição de 2009 (Fonte: Apêndice 12 - Inventário dos objetos das exposições analisadas).





Anexo 22 – Gráfico 8 – Objetos (por países de procedência) expostos na exposição de 2009 (Fonte: Apêndice 12 - Inventário dos objetos das exposições analisadas).



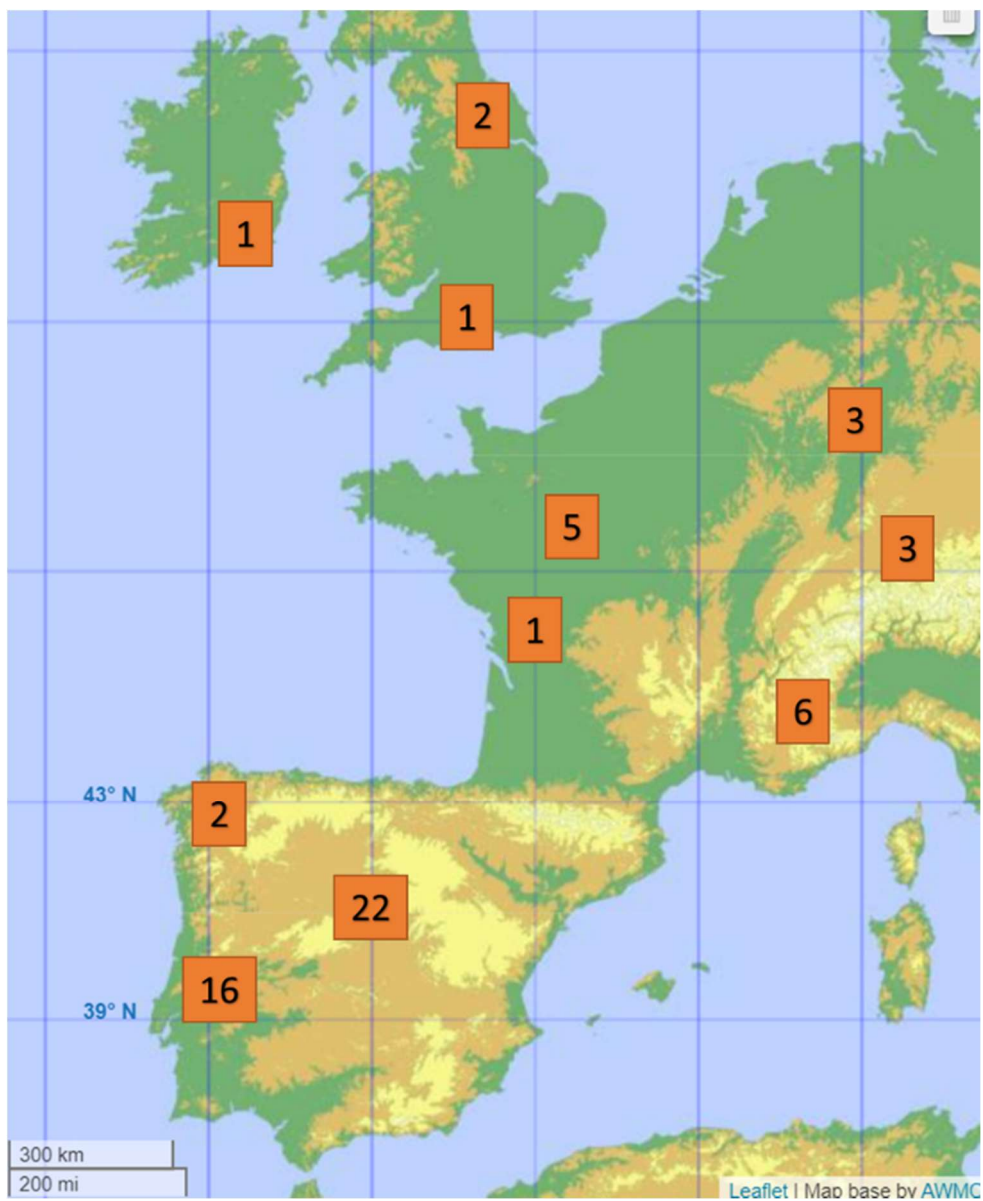
Anexo 23 – Mapa 2 – Resultado final para o referendo de saída do Reino Unido da União Europeia (Fonte: BBC EU REFERENDUM acedido em: https://www.bbc.co.uk/news/politics/eu_referendum/results).



 Maioria de votos pela permanência.

 Maioria de votos pela saída.

Anexo 24 – Mapa 3 – Incidência do termo celta “briga” na toponímia da Europa (Fonte: Atlantic Europe in the Metal Ages, acedido em: <https://aemap.ac.uk/search/#>).



Apêndices

Apêndice 1 – Grade de leitura A para análise de conteúdo dos elementos discursivos

Grade de leitura A: 1991 - "Os Celtas: A Primeira Europa", Apresentação ao catálogo por Feliciano Benvenuti (Presidente do Palazzo Grassi)		
Categorias e subcategorias temáticas	Unidades de contexto	Unidades de registo
Nome da exposição	Justificativa	"Os Celtas, as <u>origens da Europa</u> foi o nome que <u>escolhemos</u> para esta exposição, e estas origens são o que acreditamos estarem em seu âmago. Esta exposição é uma <u>homenagem</u> tanto para a <u>nova Europa</u> que não pode dar frutos sem uma consciência abrangente de sua unidade, e ao facto de que, além das suas fontes romanas e cristãs, a <u>Europa de hoje traça suas raízes da herança céltica, que está lá para todos verem</u> ".
Objetivo da exposição	Quer comunicar	"[...] mas o objetivo desta exposição é realçar estes traços, e reconstruir aquelas características que traçam <u>sua presença contínua e quase imutável</u> ".
	Quer provocar	"Com esta exposição, que é muito mais do que uma simples mostra de artefactos, o Palazzo Grassi espera dar origem a <u>um momento de reflexão</u> ". "[...] o que queremos ver são pessoas atentas à <u>mensagem que estamos oferecendo, que é a mesma oferecida pelos celtas</u> ".
Recorte	Temporal	
	Espacial	
Motivação/Oportunidade	Contexto em relação ao momento da exposição	
Argumentos	Científico	"Agora, uma das áreas mais dinâmicas de <u>pesquisa</u> empreendida pelas <u>ciências</u> que utilizam o <u>método histórico</u> é precisamente o de sondar o passado dos <u>grupos populacionais inteiros em busca de duas derradeiras origens</u> ".

	Narrativa museológica	"[...] o estudo da <u>civilização</u> , um estudo que começa com o reconhecimento dos lugares e o que neles foi encontrado, e prossegue com uma avaliação dos períodos de tempo e as diferenças que existiram apesar de uma <u>origem</u> basicamente <u>comum</u> , culminando com a tentativa de identificar a sociedade e os movimentos destes povos".
Identidade/Passado	Origens comuns	"E agora chegamos à exposição dos celtas. O assunto é ainda mais fascinante visto que é comumente aceito que <u>todas as culturas europeias podem traçar suas raízes até a origem dos celtas</u> ".
Identidade/Presente	Património compartilhado	"Em nosso caso, estamos <u>investigando as raízes dos vivos</u> , e os frutos da <u>pesquisa arqueológica</u> são percebidos como chaves para <u>compreender nosso próprio mundo</u> , ao invés de reconstruir um passado longamente morto".

Apêndice 2 – Grade de leitura B para análise de conteúdo dos elementos discursivos

Grade de leitura B: 1991 - "Os Celtas: a primeira Europa", Prefácio do catálogo por Jean Leclant (Institut de France) e Sabatino Moscati (Accademia Nazionale dei Lincei)		
Categorias e subcategorias temáticas	Unidades de contexto	Unidades de registo
Nome da exposição	Justificativa	" <u>Uma parte essencial da exposição é o seu subtítulo, 'As Origens da Europa'</u> . Foi <u>concebida</u> com uma ideia <u>para o grande processo iminente da unificação da Europa Ocidental</u> , um processo que apontou eloquentemente para o <u>aspecto verdadeiramente único da civilização celta</u> , ou seja, ser a <u>primeira civilização historicamente documentada em escala europeia</u> ".
Objetivo da exposição	Quer comunicar	"[...] o objetivo declarado e procurado. Então esta não era para ser UMA exposição sobre os Celtas, mas A exposição sobre os Celtas [...]".
	Quer provocar	"[...] queríamos a exposição não só para apresentar, mas também, e acima de tudo, <u>para contar uma história</u> ".

		"[...] <u>trazer um mundo desaparecido de volta à vida, mantendo a distinção clara, no entanto, entre o que esse mundo dizia e o que dizemos sobre ele. Algumas pessoas são da opinião de que as exposições devem só sugerir, não explicar. A experiência nos ensinou exatamente o oposto</u> ".
Recorte	Temporal	"[...] a partir das <u>mais remotas evidências pré-históricas</u> até os vestígios <u>remanescentes na Idade Média</u> chegando ao <u>limiar dos tempos modernos</u> ".
	Espacial	"[...] <u>desde suas origens na Europa centro-oriental até sua expansão para a Península Ibérica e as Ilhas Britânicas</u> [...]".
Motivação/Oportunidade	Contexto em relação ao momento da exposição	"Depois de descobrir o antigo mundo mediterrâneo através dos Fenícios, esperava-se descobrir o antigo mundo europeu através dos Celtas. Em outras palavras, se nós olhamos para o sul de Veneza pela primeira vez, na segunda vez olharíamos para o norte".
		"Exposições e volumes dedicados a esse povo e esta civilização não deixaram de existir no passado, mas <u>uma exposição geral nunca tinha sido tentada antes</u> ".
		"Mas não havia absolutamente nenhuma maneira de imaginar que alguns meses depois, em um processo tão grande quanto inesperado, <u>a Europa Oriental jogaria abaixo suas barreiras e rapidamente, quase dramaticamente adotaria o sistema político e econômico ocidental</u> , em última análise produzindo esse verdadeiro símbolo do processo: unidade alemã. Nós pegamos os reflexos deste processo com profunda emoção, e <u>as contribuições do Leste Europeu para a exposição</u> [...]".

Argumento	Científico	"Recentes descobertas tinham trazido à tona da atenção acadêmica, uma posição que eles não tinham anteriormente beneficiado. Essa novidade para o mundo acadêmico, este facto de <u>estar entre os menos conhecidos das civilizações antigas</u> , fizeram ambos abrirem fóruns para análises frescas e inovadoras. Ambas abrigavam <u>elementos de mistério</u> , suas origens e o significado dos nomes, por exemplo, que foram ecoados pela tradição de seu tempo e de períodos subsequentes".
	Narrativa museológica	"[...] decidimos que <u>todos os aspetos da cultura</u> que podem ser selecionados dos <u>traços remanescentes</u> seriam levados em consideração: a organização da vida, tecnologia, crenças e tudo o resto, ao lado da arte, que muitas vezes é apenas a ponta visível do iceberg de outras realidades sugestivas, mas invisíveis".
Identidade/Passado	Origens comuns	"Na verdade, de que outra forma poderia um povo que se espalhou para fora das regiões centro-oriental da Europa para o Oceano Atlântico e o Mar do Norte, e mesmo tão longe quanto o Mar Negro, ser descrito, se não pelo <u>seu denominador europeu comum</u> ?"
Identidade/Presente	Património compartilhado	"Nós já sentimos, e ainda sentimos, que <u>ligar aquele passado a este presente não foi de forma alguma forçado</u> , mas de facto essencial, e poderia muito efetivamente <u>nos chamar de volta às nossas raízes comuns</u> ".

Apêndice 3 – Grade de leitura C para análise de conteúdo dos elementos discursivos

Grade de leitura C: 2001 - "Celtas e Vetões", Apresentação do catálogo por Sebastián González Vázquez (Presidente do Conselho Provincial de Ávila)		
Categorias e subcategorias temáticas	Unidades de contexto	Unidades de registo
Nome da exposição	Justificativa	
Objetivo da exposição	Quer comunicar	"Com a organização desta Exposição, o Conselho Provincial de Ávila <u>pretende pôr em manifesto a extraordinária riqueza patrimonial de nossos assentamentos da Idade do Ferro</u> ".
	Quer provocar	"Com ele contribuiremos para uma melhor compreensão de nossas áreas rurais, o que <u>incentivará, indubitavelmente, seu desenvolvimento (...)</u> ".
Recorte	Temporal	
	Espacial	
Motivação/Oportunidade	Contexto em relação ao momento da exposição	
Argumentos	Científico	"Sua distribuição geográfica e nuances culturais têm sido tratadas de forma diversificada e heterogénea, que em certas ocasiões criou uma certa confusão, a ponto de <u>algumas áreas do continente, como a Península Ibérica, serem deixadas de fora da análise</u> ".
	Narrativa museológica	
Identidade/Passado	Origens comuns	"As pessoas que <u>habitavam o coração do continente compartilhavam uma série de traços culturais</u> (língua, costumes, crenças), ao ponto de esta identidade ser reconhecida pelos escritores gregos e romanos como a Keltikê ou Céltica".
		" <u>À Península Ibérica correspondem não apenas os testemunhos mais antigos conhecidos na Europa sobre a Keltiké, mas também o texto celta mais longo legado pela Antiguidade</u> ".
Identidade/Presente	Património compartilhado	"Um passeio emocionante, esclarecedor sobre as raízes de Ávila, através da cultura celta, que está em

		uma das <u>origens essenciais da Espanha e Europa</u> ".
--	--	--

Apêndice 4 – Grade de leitura D para análise de conteúdo dos elementos discursivos

Grade de leitura D: 2001 - "Celtas e Vetões", Prólogo do catálogo por Carmelo Luis López (Diretor do Instituto Grão-Duque de Alba)		
Categorias e subcategorias temáticas	Unidades de contexto	Unidades de registo
Nome da exposição	Justificativa	
Objetivo da exposição	Quer comunicar	"(...) a Exposição Celta e Vetões, porque com ela pretende-se <u>difundir o patrimônio cultural da Espanha e Europa, tão rico e variado, (...)</u> ".
	Quer provocar	"(...) esperamos que esta Exposição sirva para <u>despertar ainda mais a atenção de pesquisadores sobre os Celtas na Península Ibérica (...)</u> ".
Recorte	Temporal	
	Espacial	
Motivação/Oportunidade	Contexto em relação ao momento da exposição	
Argumentos	Científico	"(...) para que possamos entender melhor as idiossincrasias e personalidade de um mundo em evolução que, <u>se não tivesse sido alterado pela dominação romana, estava prestes a desenvolver uma cultura de enorme complexidade e importância</u> , quando surgiam grandes centros urbanos, como Ulaca e Chamartín em Ávila, Numância em Soria, que figuram entre as primeiras cidades da proto-história europeia".
	Narrativa museológica	
Identidade/Passado	Origens comuns	"Por outro lado, queríamos enfatizar que <u>o patrimônio abulense foi se formando a partir de um tempo bem anterior ao do florescimento e esplendor de nossos grandes místicos</u> (Santa Tereza e São João da Cruz), e também antes do estágio medieval (...)".

Identidade/Presente	Património compartilhado	"(...) incentivando nossos concidadãos <u>a conhecer nossas raízes</u> através de uma cultura importante, como a Celta".
---------------------	--------------------------	--

Apêndice 5 – Grade de leitura E para análise de conteúdo dos elementos discursivos

Grade de leitura E: 2001 - "Celtas e Vetões", Introdução ao catálogo por Martín Almagro-Gorbea (Membro do Comissariado Científico Internacional) e María Mariné (Membro do Comissariado Científico Espanhol)		
Categorias e subcategorias temáticas	Unidades de contexto	Unidades de registo
Nome da exposição	Justificativa	
Objetivo da exposição	Quer comunicar	"O objetivo da Exposição é <u>mostrar, de forma clara e agradável, as perguntas mais frequentes que geralmente são levantadas sobre os Celtas</u> : quem foram, onde e quando viveram, o que faziam, que legado nos deixaram?"
	Quer provocar	"Celtas e Vetões, já foi dito, <u>não quer acabar nas estritas Salas</u> ; é por isso que nos convida a conhecer no terreno o chamado <u>Turismo Arqueológico celta (...)</u> ".
Recorte	Temporal	"(...) antiga Hispânia (...)".
	Espacial	"(...) povos celtas da Península Ibérica (...)".
Motivação/Oportunidade	Contexto em relação ao momento da exposição	"(...) os <u>povos celtas da Península Ibérica, antiga Hispânia, que não tinha sido objeto de uma recapitulação própria</u> , apesar do interesse que eles despertam entre nós e a atratividade de sua personalidade, posta em manifesto quando participaram em algumas exposições internacionais de caráter geral, como a já paradigmática 'I Celti de Veneza' em 1991".
Argumentos	Científico	"O desejo de <u>reparar esse aparente esquecimento</u> motivou a organização desta Exposição Internacional 'Celtas e Vetões'".
	Narrativa museológica	"(...) que ilustrando <u>as origens e extensão dos Celtas</u> , seus 'tesouros' e crenças, os guerreiros e as 'invasões celtas', o artesanato e a vida nas cidade, economia e arte".

Identidade/Passado	Origens comuns	"(...) ao mesmo tempo, tão fundamental para <u>compreender nossos profundos vínculos com a formação da antiga Europa</u> ".
Identidade/Presente	Património compartilhado	"A esta ação está agora incorporado o capítulo dos Celtas tão importante em nosso património cultural (...)".
		"Tudo isso contribuirá para entender melhor <u>nossas raízes distantes, que compartilhamos com grande parte da Europa atual</u> , e assim melhor considerar e disseminar <u>nossa herança comum</u> ".

Apêndice 6 – Grade de leitura F para análise de conteúdo dos elementos discursivos

Grade de leitura F: 2002 - "O Enigma dos Celtas de Glauberg", Palavras de Saudação no catálogo por Roland Koch (Ministro-Presidente de Hessen)		
Categorias e subcategorias temáticas	Unidades de contexto	Unidades de registo
Nome da exposição	Justificativa	"Fascinados pelos <u>novos achados reconhecemos com grande respeito a elevada realização cultural desta ainda enigmática e pouco investigada cultura</u> ".
Objetivo da exposição	Quer comunicar	" <u>A exposição simboliza a parceria da Europa moderna das diferentes regiões</u> . Pois reúne pela primeira vez estátuas de príncipes de pedra <u>de quase toda a Europa</u> (...)".
	Quer provocar	"Tal como <u>a cultura Celta no seu apogeu influenciou quase todo o continente</u> e cativou as pessoas com o seu espírito, que também o sejam os visitantes desta exposição".
Recorte	Temporal	
	Espacial	"(...) Hessen e especialmente, na região do Reno-Main".
Motivação/Oportunidade	Contexto em relação ao momento da exposição	" <u>Espetaculares novas escavações arqueológicas e resultados de investigação</u> têm nos últimos anos despertado o interesse de um vasto público no tempo dos Celtas em Hessen e especialmente, na região do Reno-Main".
		"As evidências de uma civilização celta avançada com mais de 2500

		anos de idade não surpreenderam apenas os peritos".
Argumentos	Científico	
	Narrativa museológica	
Identidade/Passado	Origens comuns	"(...), <u>tinha relações comerciais muito abrangentes e estavam em contacto com outros povos através de movimentos migratórios de longo alcance</u> ".
Identidade/Presente	Património compartilhado	"Para o nosso presente, que se caracteriza por uma integração crescente e o aumento da interdependência na Europa, são de grande atualidade os testemunhos de uma cultura que por vezes se estendia por uma grande parte de Europa (...)".

Apêndice 7 – Grade de leitura G para análise de conteúdo dos elementos discursivos

Grade de leitura G: 2002 - "O Enigma dos Celtas de Glauberg", Palavras de Saudação no catálogo por Ruth Wagner (Ministra da Ciência e Arte de Hessen)		
Categorias e subcategorias temáticas	Unidades de contexto	Unidades de registo
Nome da exposição	Justificativa	
Objetivo da exposição	Quer comunicar	
	Quer provocar	
Recorte	Temporal	
	Espacial	
Motivação/Oportunidade	Contexto em relação ao momento da exposição	"A ocasião para a exposição "O Enigma dos Celtas de Glauberg. Crença - Mito - Realidade" é <u>a das descobertas sensacionais que foram feitas há alguns anos em Glauberg</u> ".
Argumentos	Científico	
	Narrativa museológica	"A exposição <u>apresenta-os num contexto europeu</u> . Numerosos <u>objetos comparativos</u> de topo de museus em quase metade da Europa foram adquiridos como empréstimos para esta exposição".
Identidade/Passado	Origens comuns	"(...) oferece uma visão do fascinante mundo celta, <u>uma civilização que se espalhou por grandes partes da Europa do Sul e Ocidental</u> ".

Identidade/Presente	Património compartilhado	" <u>Neste contexto pan-europeu, Glauberg era um posto avançado da cultura celta no Norte</u> ".
---------------------	--------------------------	--

Apêndice 8 – Grade de leitura H para análise de conteúdo dos elementos discursivos

Grade de leitura H: 2009 - "A Arte dos Celtas – 700 a.C. - 700 d.C.", Prefácio do catálogo por Felix Müller (Coordenador do Comissariado Científico)		
Categorias e subcategorias temáticas	Unidades de contexto	Unidades de registo
Nome da exposição	Justificativa	"(...) a arte céltica é <u>reconhecida por sua criatividade independente e os seus próprios valores</u> ".
Objetivo da exposição	Quer comunicar	"(...) aspira a <u>lançar uma ampla rede na pesquisa do fenómeno</u> que os estudiosos chamam de "arte feita pelos celtas".
	Quer provocar	" <u>Visa demonstrar que a cultura celta não era um fenómeno isolado, mas uma componente permanente do mundo antigo, e que só pode ser compreendido desse ponto de vista</u> ".
Recorte	Temporal	" <u>Começa na pré-história anónima do sétimo século a.C. com cerâmica de decoração colorida e termina com as iluminuras etéreas dos livros criados em monastérios cristãos no século VIII d.C.</u> ".
	Espacial	
Motivação/Oportunidade	Contexto em relação ao momento da exposição	
Argumentos	Científico	"Embora <u>Jacobsthal</u> tenha sido preciso ao dizer o quanto a arte céltica revelava sobre "os celtas" com os seus deuses e o seu mundo, ele <u>explicou pouco sobre a sua génese e desenvolvimento</u> ".
	Narrativa museológica	"Num primeiro passo, <u>o contexto arqueológico e histórico é delineado para cada período cronológico</u> , a fim de entender melhor os artistas e o seu trabalho".
Identidade/Passado	Origens comuns	"(...) fornece um registo das <u>variadas ligações dentro da ornamentação céltica ao longo do tempo e em toda a Europa</u> ".

Identidade/Presente	Património compartilhado	"Uma grande exposição encenada em <u>Veneza em 1991 celebrou os celtas como os primeiros europeus</u> . Embora <u>esta ideia não seja muito convincente do ponto de vista político, é válido considerá-la no que diz respeito à arte céltica</u> ".
---------------------	--------------------------	---

Apêndice 9 – Grade de leitura I para análise de conteúdo dos elementos discursivos

Grade de leitura I: 2015 - "Celtas: arte e identidade", Prefácio do catálogo por Neil MacGregor (Diretor Museu Britânico)		
Categorias e subcategorias temáticas	Unidades de contexto	Unidades de registo
Nome da exposição	Justificativa	"(...) <u>não é tanto uma exposição sobre um povo, mas uma exposição sobre um rótulo (...)</u> ".
Objetivo da exposição	Quer comunicar	
	Quer provocar	
Recorte	Temporal	"(...) e cobre um período de <u>dois mil e quinhentos anos</u> ".
	Espacial	"O escopo da exposição atinge <u>grande parte da Europa (...)</u> ".
Motivação/Oportunidade	Contexto em relação ao momento da exposição	"Celtas: arte e identidade no Museu Britânico marca <u>a primeira vez que qualquer exposição tenha tentado contar a história dos celtas desde 500 a.C. aos dias atuais</u> ".
Argumentos	Científico	"No entanto, esta não é uma exposição sobre um povo, mas uma exposição sobre um rótulo, explorando <u>como o nome "celtas" tem sido usado e apropriado nos últimos 2000 anos. 'Céltico' é uma construção cultural que tem mudado seu significado muitas vezes</u> ".
	Narrativa museológica	
Identidade/Passado	Origens comuns	"Ela tem sido <u>usada em diferentes pontos desde a história da Europa Ocidental</u> , caracterizando comunidades particulares que produziram objetos refletindo um distinto, não mediterrâneo, não metropolitano modo de pensar sobre o mundo. <u>'Celtas' tem sido</u>

		<u>sempre uma palavra com propósito: rotular a si mesmo ou a outro como diferente".</u>
Identidade/Presente	Património compartilhado	" <u>Esta palavra continua a ressoar tanto nacional como globalmente, entre as populações da Irlanda, Escócia e Gales, e suas comunidades da diáspora ao redor do mundo".</u>

Apêndice 10 – Grade de leitura J para análise de conteúdo dos elementos discursivos

Grade de leitura J: 2016 - "Celtas", Prefácio do catálogo por DR Gordon Rintoul CBE (Diretor National Museums of Scotland)		
Categorias e subcategorias temáticas	Unidades de contexto	Unidades de registo
Nome da exposição	Justificativa	
Objetivo da exposição	Quer comunicar	"As coleções dos Museus Nacionais da Escócia e do Museu Britânico abrigam uma riqueza de material que é de importância central para explorar a <u>questão complexa dos celtas</u> . Quem eram eles? Por que esta <u>identidade</u> , este estilo de arte e este nome são <u>uma parte tão persistente da história da Europa por mais de dois milénios</u> ? Por que tem essa duradoura ressonância ainda hoje?"
	Quer provocar	"proporcionando uma oportunidade sem <u>paralelos para o público britânico explorar em profundidade os celtas e suas influências</u> ".
Recorte	Temporal	"(...) A atual exposição amplia o escopo ao incluir muitas investigações novas e ao cobrir o período medieval, (...) <u>a redescoberta e reinvenção dos celtas e suas influências desde o século XVI aos dias atuais</u> ".
	Espacial	"(...) <u>conexões da Grã-Bretanha com a Europa continental (...)</u> ".

Motivação/Oportunidade	Contexto em relação ao momento da exposição	"Já se passaram <u>mais de quarenta anos desde que a última exposição britânica foi montada para refletir os celtas numa escala europeia</u> – outro projeto que foi partilhado entre Edimburgo e Londres. O foco da exposição de 1970 foi muito limitado, contudo, com uma concentração na Idade do Ferro".
Argumentos	Científico	"A atual exposição amplia o escopo ao incluir muitas investigações novas e ao cobrir o período medieval, que para muitas pessoas hoje fornece a epítome da arte celta, com tesouros como o broche de Hunterston e os grandes manuscritos iluminados". <u>Ela também considera a redescoberta e reinvenção dos celtas e suas influências desde o século XVI aos dias atuais</u> ".
	Narrativa museológica	
Identidade/Passado	Origens comuns	"Nestes itens magníficos nós <u>capturamos vislumbres de um mundo antigo em um momento chave no início da história da Europa</u> ".
Identidade/Presente	Património compartilhado	"Os objetos na exposição e as histórias que eles contam <u>mostram as extensas conexões da Grã-Bretanha com a Europa continental (...)</u> ".

Apêndice 11 – Grade de leitura K para análise de conteúdo dos elementos discursivos

Grade de leitura K: 2018 - "Os celtas: Boémia do 8º ao 1º século a. C.", Introdução ao catálogo por Pavel Sankot (Membro do Comissariado Científico – Museu Nacional, Praga)		
Categorias e subcategorias temáticas	Unidades de contexto	Unidades de registo
Nome da exposição	Justificativa	
Objetivo da exposição	Quer comunicar	"(...) <u>oferecer ao público uma forma expandida do conhecimento existente da colonização celta na Boémia</u> , que teve suas raízes na Primeira Idade do Ferro e o seu ponto alto na Idade do Ferro Tardia (...)"
	Quer provocar	

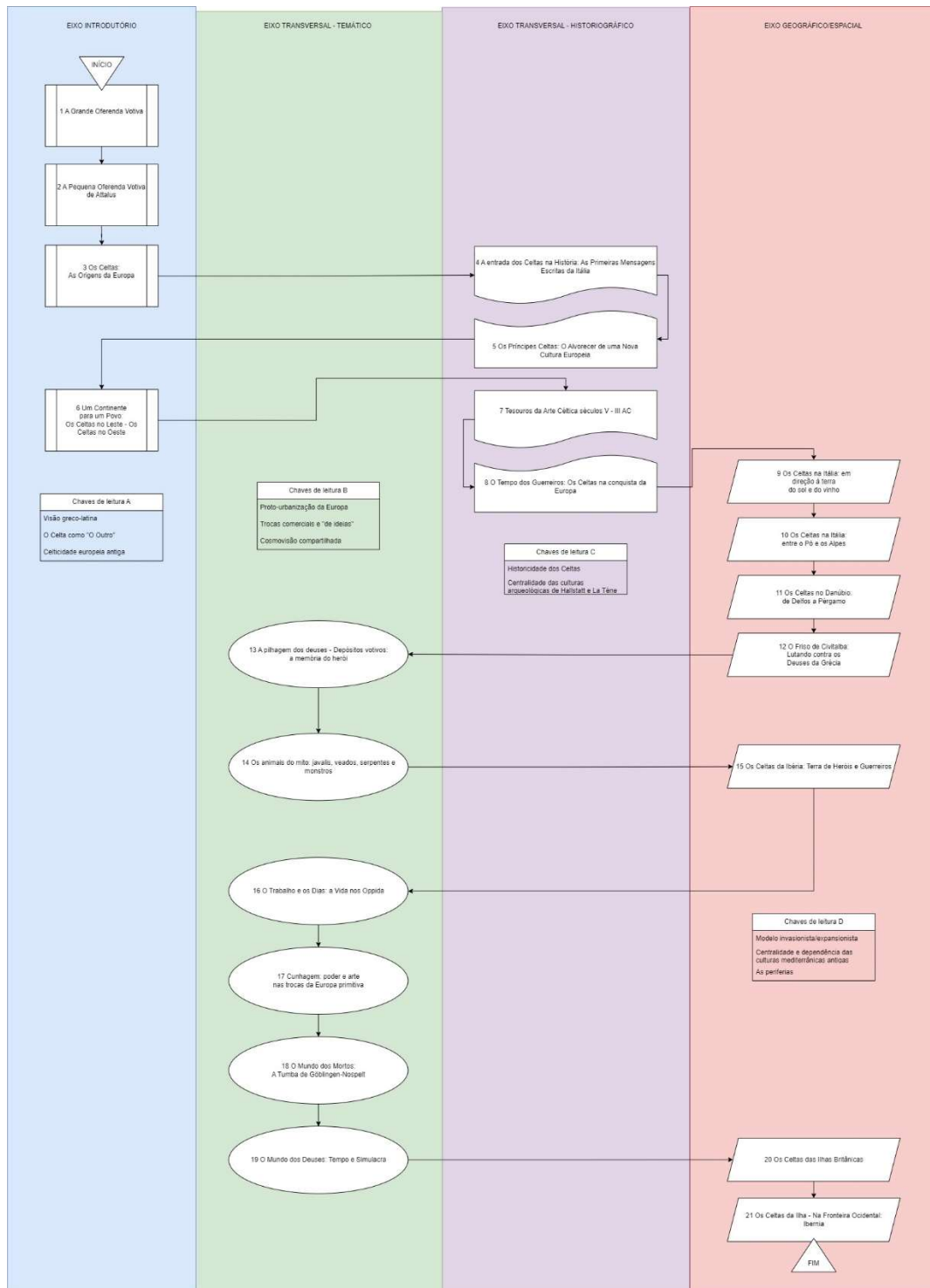
Recorte	Temporal	"(...) concentram-se no período entre o século VIII a.C. até o início do primeiro milênio, <u>especialmente do século V a.C.</u> aproximadamente no ano 30 a.C.(...)".
	Espacial	"(...) no <u>auge do desenvolvimento pré-histórico do nosso país (...)</u> ".
Motivação/Oportunidade	Contexto em relação ao momento da exposição	
Argumentos	Científico	" <u>Métodos modernos de escavação arqueológica, antropologia, numismática e muitas disciplinas são de enorme benefício tanto no trabalho de campo como no processamento teórico e na interpretação de os resultados adquiridos.</u> Estes incluem o processamento matemático-estatístico de obtenção de dados ou a modelagem baseada neles".
	Narrativa museológica	"(...) <u>uma compreensão mais detalhada das sociedades pré-históricas,</u> suas formas físicas, organização da produção e troca, seus horizontes espirituais e relações sociais".
Identidade/Passado	Origens comuns	"Naquela época, escritores e <u>historiadores dos territórios de antiga civilização escreveram seus relatos</u> sobre os primeiros encontros entre o seu mundo e <u>os residentes do interior da Europa</u> ".
Identidade/Presente	Património compartilhado	

Apêndice 12 – Inventário dos objetos das exposições analisadas (ficheiro externo)

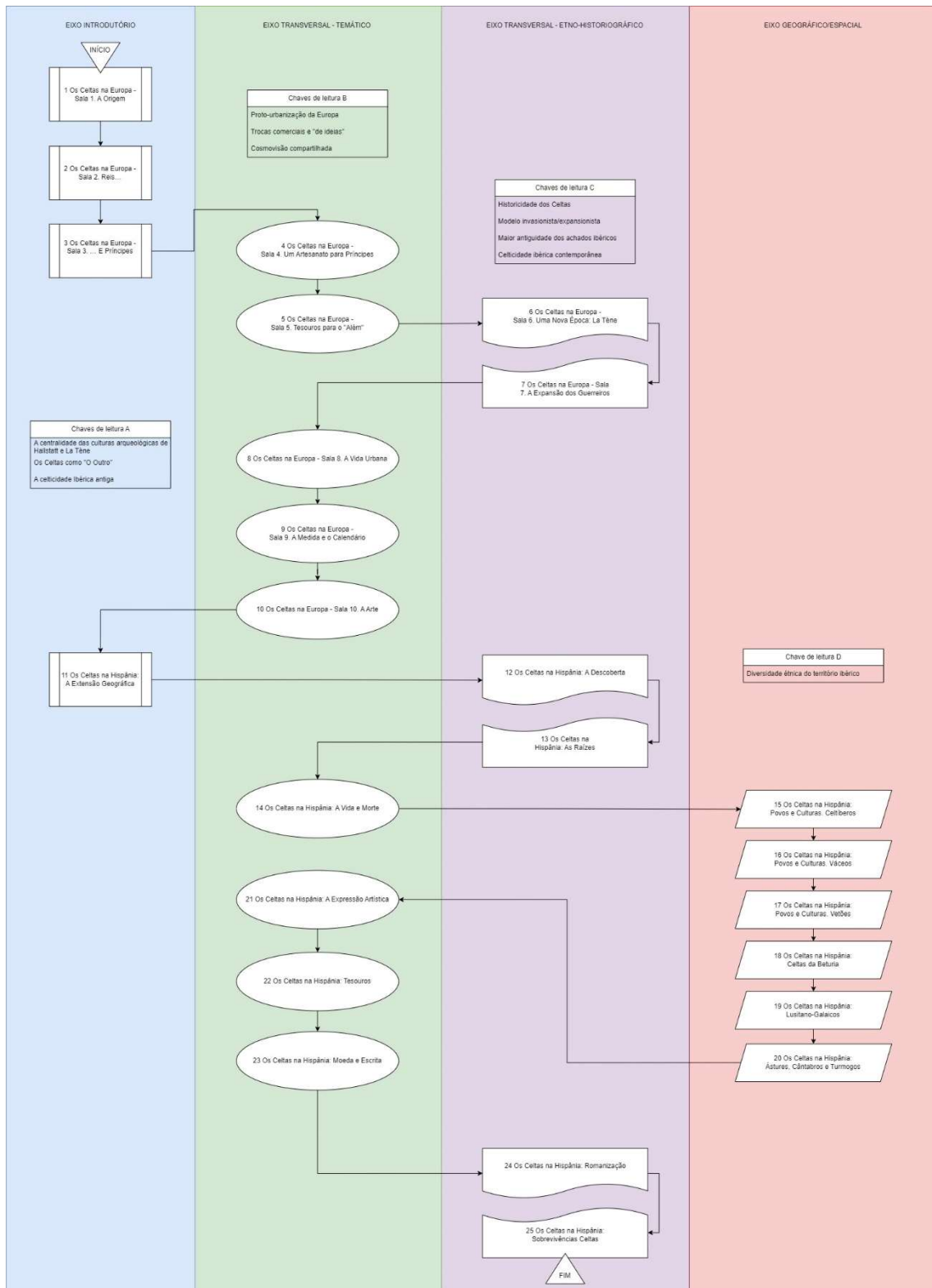
Aceder em:

https://docs.google.com/spreadsheets/d/1xYW32INGNlzk1uwLoupGYjCkm9am1K7q/eddit?usp=share_link&ouid=117125889197871640163&rtpof=true&sd=true

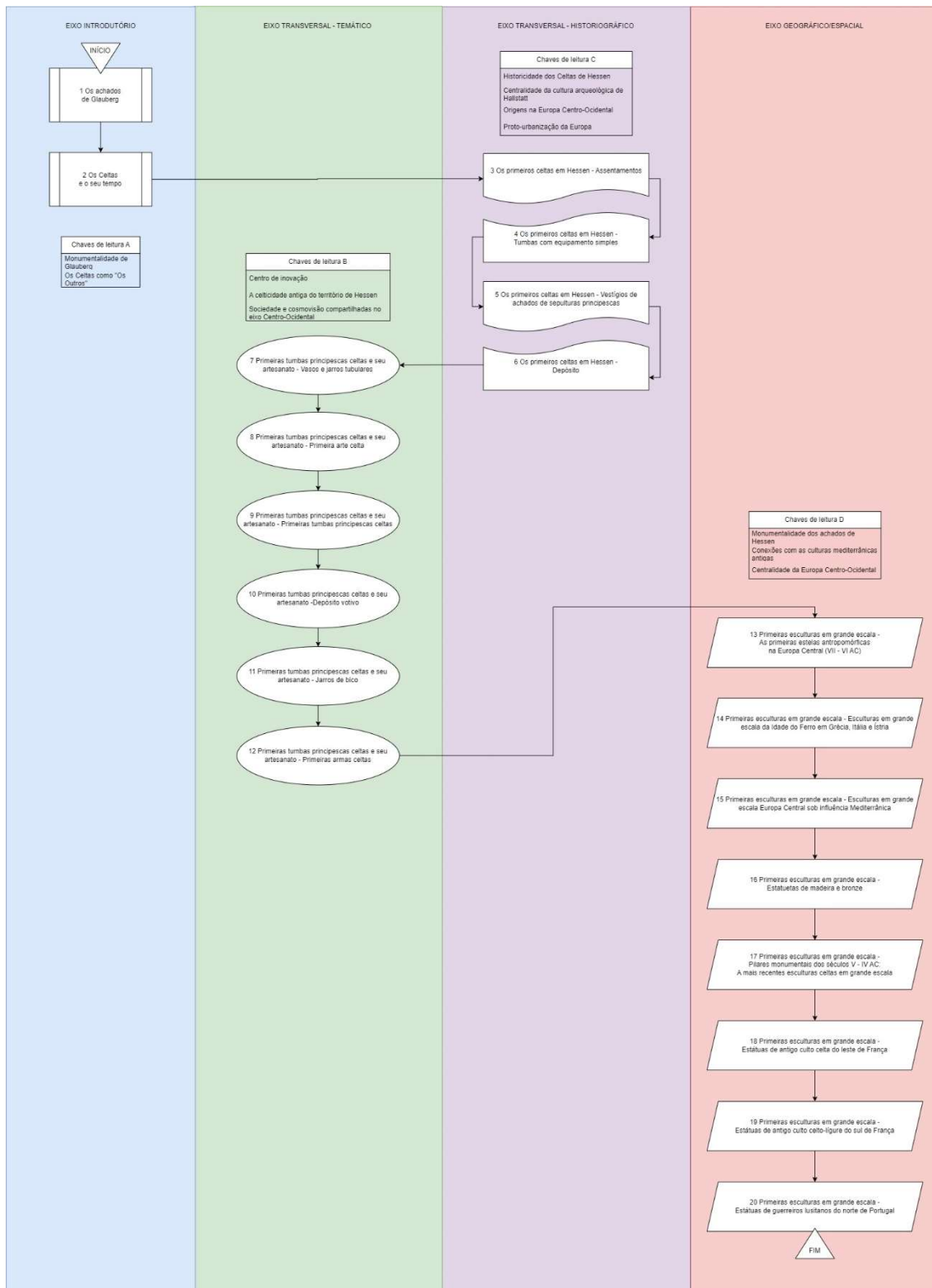
Apêndice 13 – Fluxograma de organização temática-espacial da exposição “Os Celtas: a Primeira Europa” (1991, Veneza – Itália)



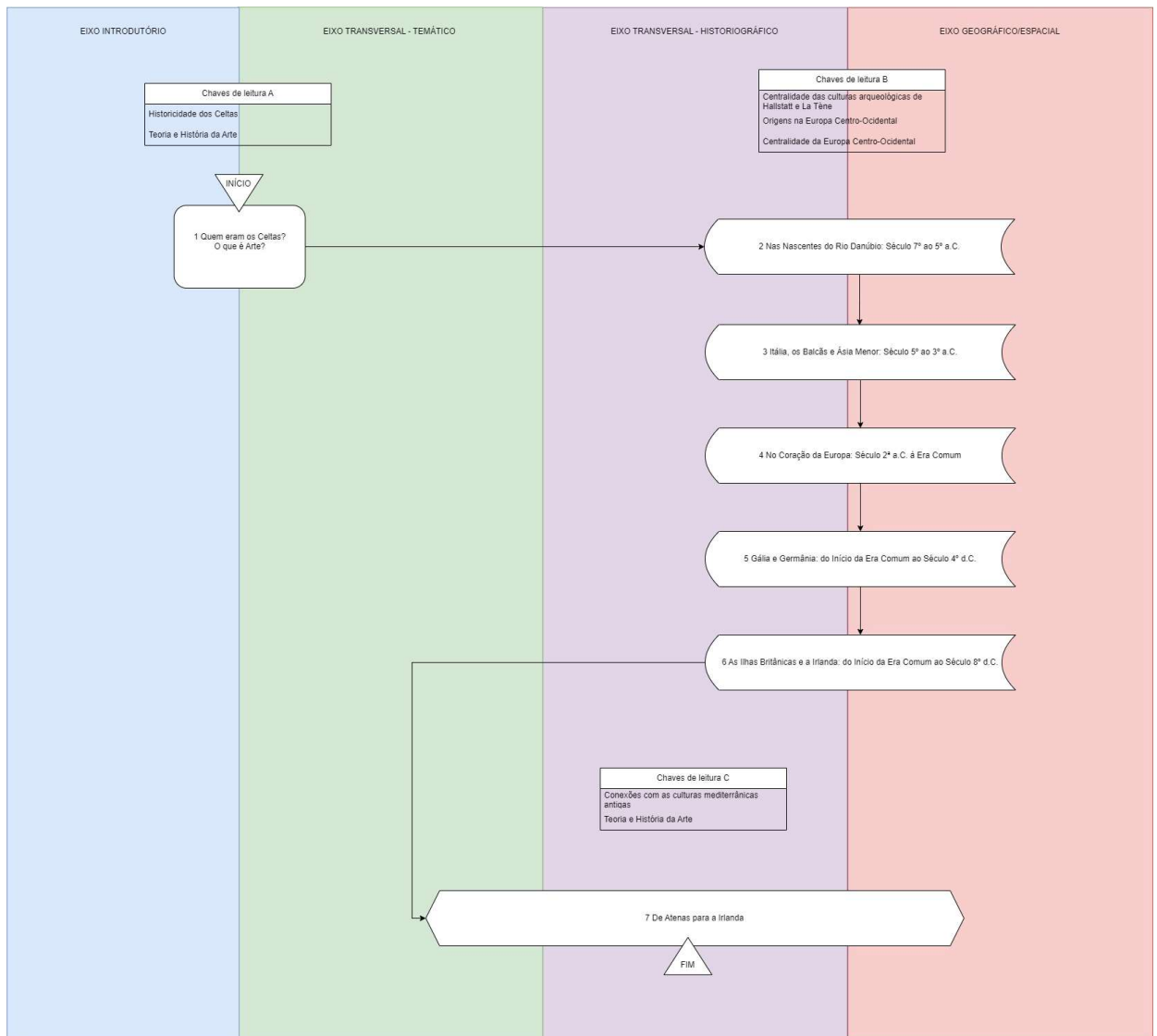
Apêndice 14 – Fluxograma de organização temática-espacial da exposição “Celtas e Vetões” (2001, Ávila – Espanha)



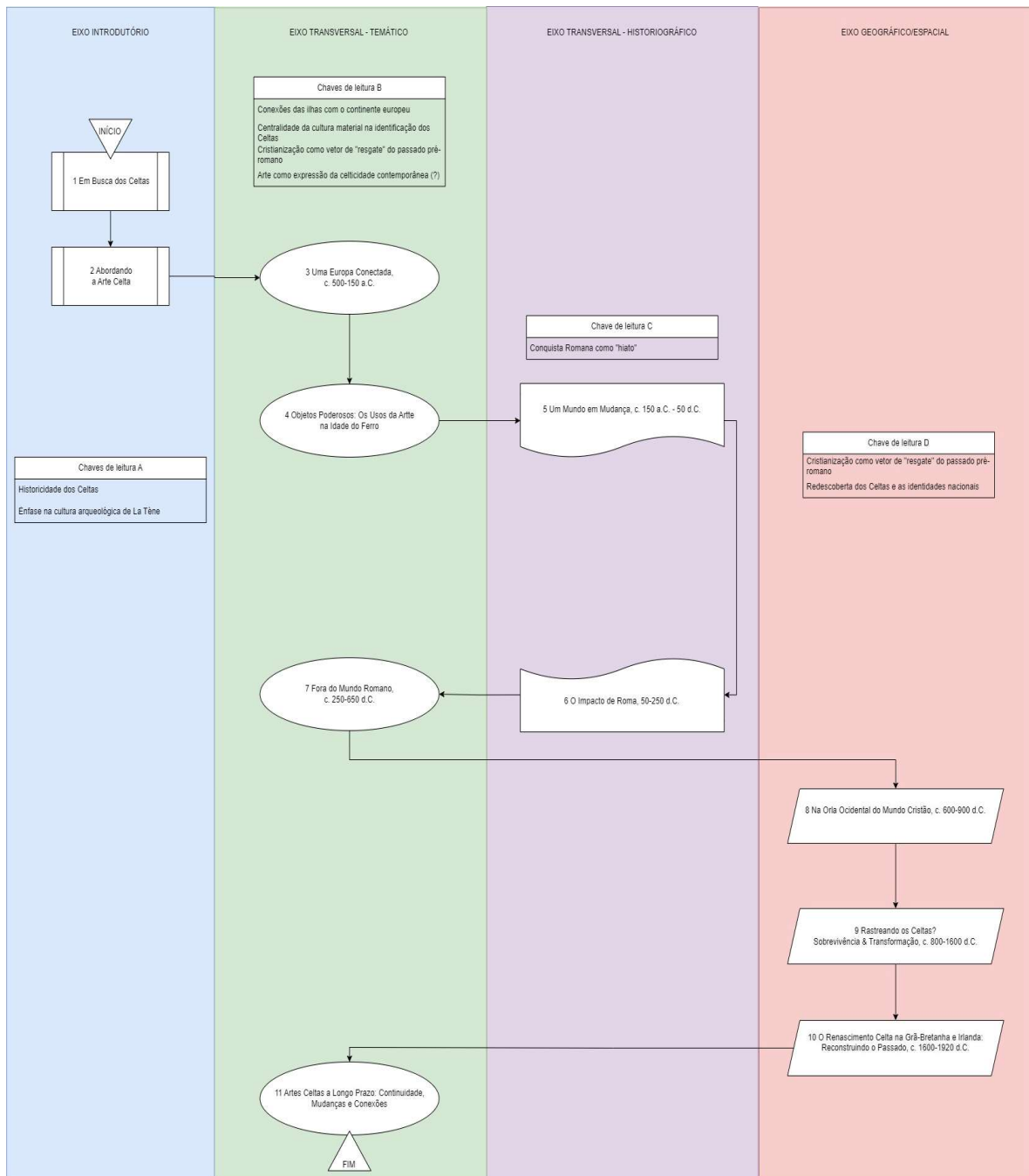
Apêndice 15 – Fluxograma de organização temática-espacial da exposição “O Enigma dos Celtas de Glauberg” (2002, Frankfurt – Alemanha)



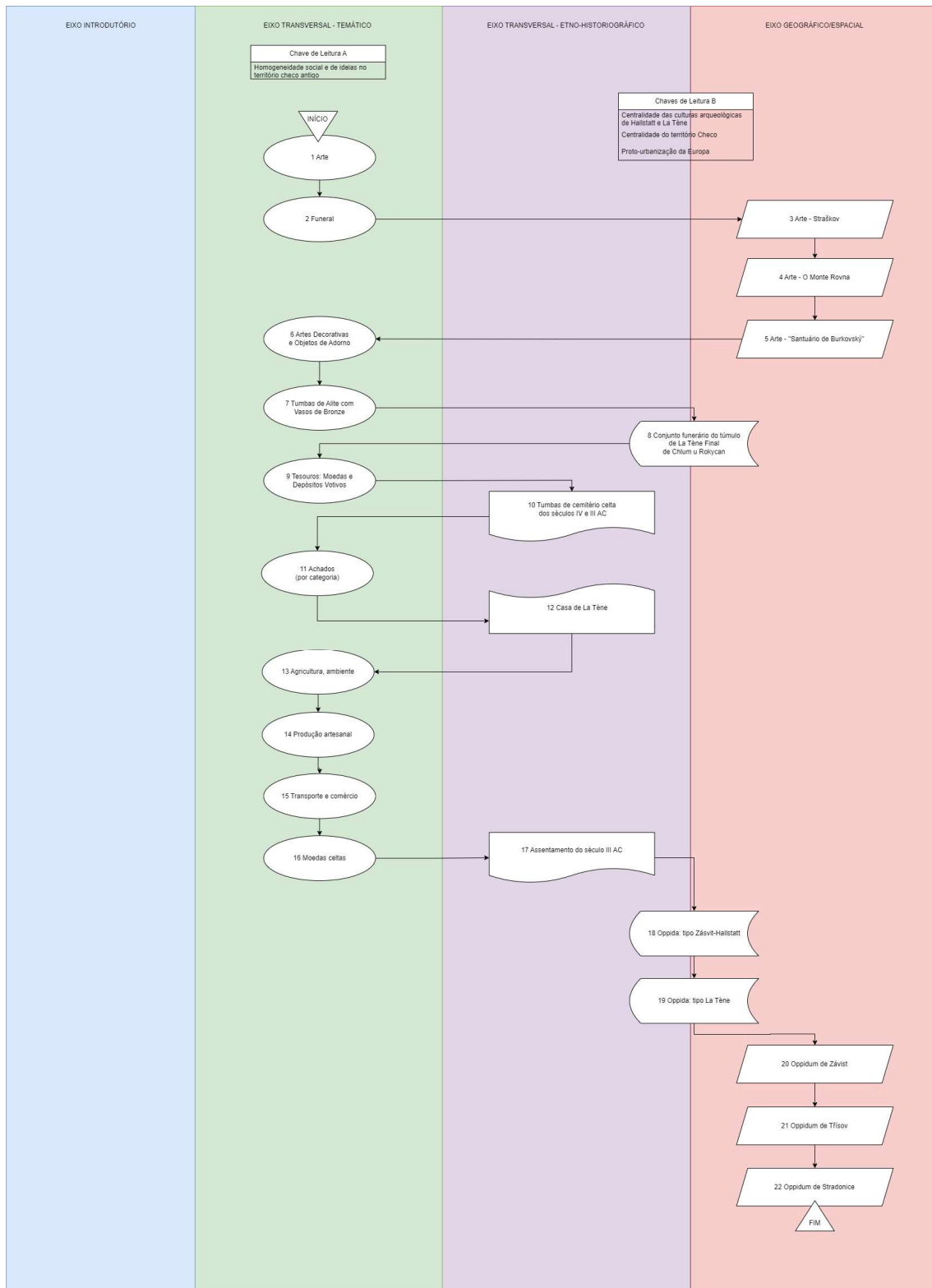
Apêndice 16 – Fluxograma de organização temática-espacial da exposição “A Arte dos Celtas: 700 a. C. - 700 d. C.” (2009, Berna – Suíça e Estugarda - Alemanha)



Apêndice 17 – Fluxograma de organização temática-espacial da exposição “Celtas: Arte e Identidade” (2015, Londres – Inglaterra e Edimburgo – Escócia)



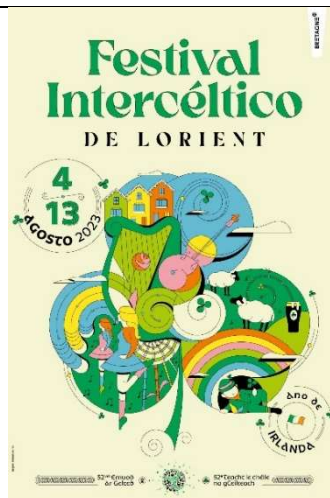
Apêndice 18 – Fluxograma de organização temática-espacial da exposição “Os Celtas: Boêmia do século VIII ao século I a. C.” (2018, Praga – República Checa)



Apêndice 19 – Lista de indicativa de objetos para o guião conceptual de exposição

Núcleo - Secção	Imagem	Objeto
<p><u>Núcleo 1</u> – Quem são os Celtas? <u>Secção 1.1</u> – Os Celtas na Cultura Popular</p>		<p>Fotografia de um dos primeiros festivais intercélticos de que se tem registo, realizado em 1927 na cidade de Riec-sur-Belton (Bretanha – França).</p> <p>Acedido em: http://ablogjeanfloch.over-blog.com/2019/08/le-premier-festival-interceltique-de-1927.html</p>
<p><u>Núcleo 1</u> – Quem são os Celtas? <u>Secção 1.1</u> – Os Celtas na Cultura Popular</p>		<p>Cartaz da edição de 2022 do Festival Intercéltico de Sendim (Miranda do Douro, Portugal).</p> <p>Acedido em: https://www.mysound-mag.com/2018/07/festival-interceltico-de-sendim.html</p>

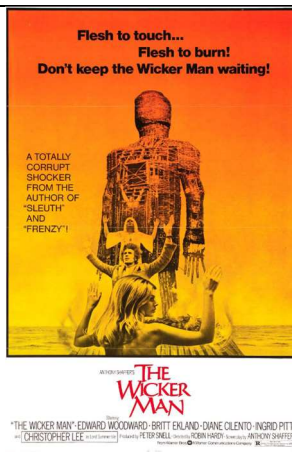
Núcleo 1 – Quem são os Celtas?
Secção 1.1 – Os Celtas na Cultura Popular



Cartaz em língua portuguesa da edição de 2023 do Festival Intercéltico de Lorient (Bretanha – França).

Acedido em: <https://www.armorlux.com/fr/818338-festival-interceltique-de-orient>)

Núcleo 1 – Quem são os Celtas?
Secção 1.1 – Os Celtas na Cultura Popular



Cartaz do filme The Wicker Man (1973).

Acedido em: <https://www.imdb.com/title/tt0070917/>

Núcleo 1 – Quem são os Celtas?
Secção 1.1 – Os Celtas na Cultura Popular



Cartaz da série inglesa Britannia (2017).

Acedido

em:

<https://www.cineycine.com/series/britannia-temporada-1/britannia-season-1-poster/>

Núcleo 1 – Quem são os Celtas?
Secção 1.1 – Os Celtas na Cultura Popular



Tira inicial da primeira edição de Asterix, o Gaulês (1959).

Acedido

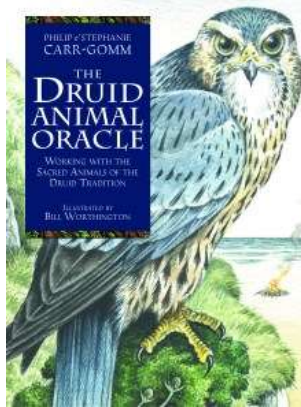
em:

<https://www.firstversions.com/2017/02/asterix-comics.html>

<p><u>Núcleo 1</u> – Quem são os Celtas? <u>Secção 1.1</u> – Os Celtas na Cultura Popular</p>		<p>Capa do primeiro disco de Alan Stivell (1961). Acedido em: https://rateyourmusic.com/release/album/alan-cochevelou/telenn-geltiek-harpe-celtique/</p>
<p><u>Núcleo 1</u> – Quem são os Celtas? <u>Secção 1.1</u> – Os Celtas na Cultura Popular</p>		<p>Capa do primeiro disco (1964) do grupo irlandês The Chieftains. Acedido em: https://www.thechieftains.com/1960s/</p>

Núcleo 1 – Quem são os Celtas?

Secção 1.1 – Os Celtas na Cultura Popular

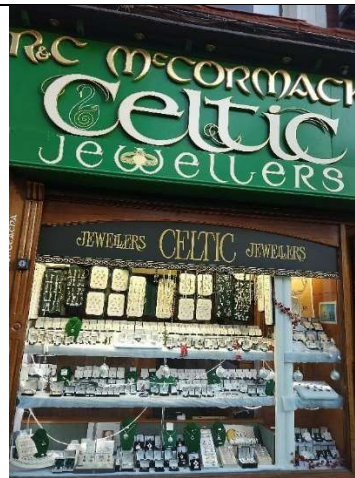


Capa de oráculo de inspiração druida.

Acedido em: <https://philipcarr-gomm.com/book/druid-animal-oracle/>

Núcleo 1 – Quem são os Celtas?

Secção 1.1 – Os Celtas na Cultura Popular



Montra de uma joalheira de inspiração celta (Dublin – Irlanda).

Acedido em: <https://celticdublin.com/>

Núcleo 1 – Quem são os Celtas?

Secção 1.2 – A música celta como manifestação de identidade



Pormenor na base da cruz de Monifieth com representação do Rei David do Antigo Testamento a tocar harpa. Monifieth, Dundee - Escócia, sécs. IX–X d.C. (Museu Nacional da Escócia, Edimburgo).

Núcleo 1 – Quem são os Celtas?

Secção 1.2 – A música celta como manifestação de identidade



Harpa da Rainha Maria. Terras Altas Escocesas, c. 1450. (Museu Nacional da Escócia, Edimburgo).

Núcleo 1 – Quem são os Celtas?

Secção 1.2 – A música celta como manifestação de identidade



Gaita de foles. Bretanha – França, séc. XIX (The Metropolitan Museum of Art, Nova Iorque).

Núcleo 1 – Quem são os Celtas?

Secção 1.2 – A música celta como manifestação de identidade



Gaita de foles. Mirando da Douro – Portugal, 1987 (Museu Nacional da Música, Lisboa).

Núcleo 2 – O Celtismo nas Artes

Secção 2.1 – Revivalismo Celta e os Movimentos Romântico e Neoclássico (sécs. XX – XVIII)

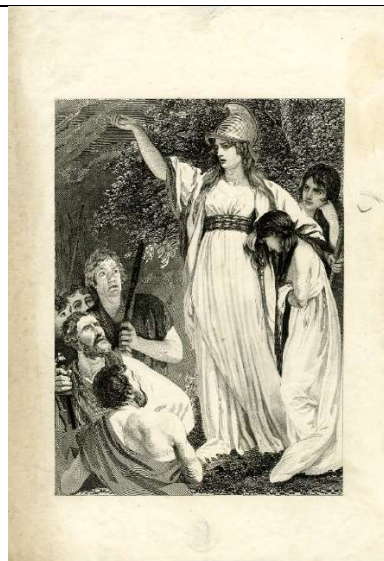


A morte de Viriato, líder dos Lusitanos.

De José de Madrazo. Itália, 1807 (Museu Nacional do Prado, Madrid).

Núcleo 2 – O Celtismo nas Artes

Secção 2.1 – Revivalismo Celta e os Movimentos Romântico e Neoclássico (sécs. XX – XVIII)

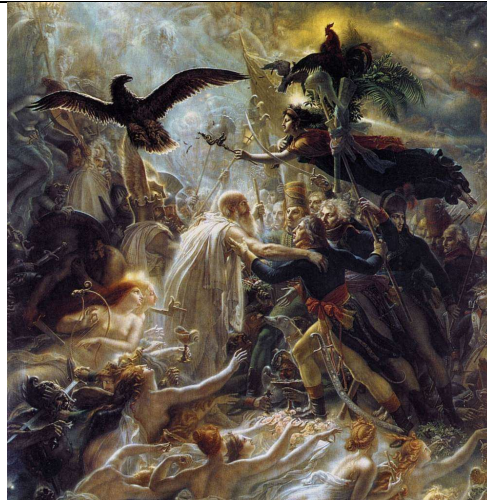


Boudica discursa aos britânicos.

De John Opie e William Sharp. Inglaterra, 1841 (Museu Britânico, Londres).

Núcleo 2 – O Celtismo nas Artes

Secção 2.1 – Revivalismo Celta e os Movimentos Romântico e Neoclássico (sécs. XX – XVIII)



Ossian recebe os fantasmas dos heróis franceses.

De Anne-Louis Girodet. França, 1802 (Museu Nacional do Chateau de Malmaison, Rueil)

Núcleo 2 – O Celtismo nas Artes

Secção 2.1 – Revivalismo Celta e os Movimentos Romântico e Neoclássico (sécs. XX – XVIII)



Duidas trazendo o visco.

De George Henry e Edward Atkinson Hornell. Glasgow – Escócia, 1890 (Galeria de Arte e Museu Kelvingrove, Glasgow).

Núcleo 2 – O Celtismo nas Artes

Secção 2.1 – Revivalismo Celta e os Movimentos Romântico e Neoclássico (sécs. XX – XVIII)



Santa Brígida.

De John Duncan. Escócia, 1913 (Galeria Nacional Escocesa, Edimburgo).

Núcleo 2 – O Celtismo nas Artes

Secção 2.1 – Revivalismo Celta e os Movimentos Romântico e Neoclássico (sécs. XX – XVIII)



Os Cavaleiros do Sidhe.

De John Duncan. Escócia, 1911 (Galeria McManus, Dundee).

Núcleo 3 – As (in)visibilidades dos celtas no imaginário medieval

Secção 3.1 – O Ciclo Arturiano e a Herança Céltica na Cultura Europeia



A aparição do graal aos Cavaleiros da Távola Redonda.

Do livro *Lancelot du Lac*, por Gautier Map. França, séc. XV (Biblioteca Nacional de França, Paris).

Núcleo 3 – As (in)visibilidades dos celtas no imaginário medieval

Secção 3.1 – O Ciclo Arturiano e a Herança Céltica na Cultura Europeia



Lancelot a matar um dragão.

Do livro *Lancelot du Lac*, por Gautier Map. França, séc. XV (Biblioteca Nacional de França, Paris).

Núcleo 3 – As (in)visibilidades dos celtas no imaginário medieval

Secção 3.1 – O Ciclo Arturiano e a Herança Céltica na Cultura Europeia

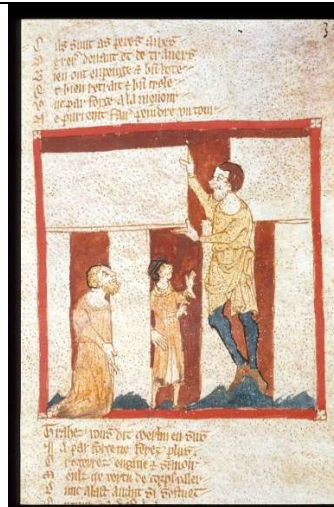


Um cavaleiro a matar um dragão.

Do livro *Lancelot du Lac*, por Gautier Map. França, séc. XV (Biblioteca Nacional de França, Paris).

Núcleo 3 – As (in)visibilidades dos celtas no imaginário medieval

Secção 3.1 – O Ciclo Arturiano e a Herança Céltica na Cultura Europeia



Merlim a construir Stonehenge.

Do livro *As Crônicas de Brut*, por Wace. França, séc. XII (Biblioteca Britânica, Londres).

Núcleo 3 – As (in)visibilidades dos celtas no imaginário medieval

Secção 3.1 – O Ciclo Arturiano e a Herança Céltica na Cultura Europeia



Arthur encontra um gigante a assar um porco.

Do livro *As Crônicas de Brut*, por Wace. França, séc. XII

(Biblioteca Britânica, Londres).

Núcleo 3 – As (in)visibilidades dos celtas no imaginário medieval

Secção 3.2 – Santos Celtas: caminhantes entre dois mundos?

Secção 3.3 – Os Ciclos Heroicos de Tradições Irlandesa e Galesa: uma Mitologia Pré-cristã Celta?



O relicário do sino de São Patrício.

Autor desconhecido. Condado de Armagh, c. 1094-1105

(Museu Nacional da Irlanda, Dublin).

Núcleo 3 – As (in)visibilidades dos celtas no imaginário medieval

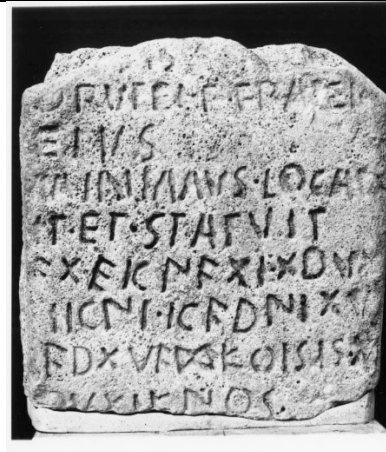
Secção 3.2 – Santos Celtas: caminhantes entre dois mundos?

Secção 3.3 – Os Ciclos Heroicos de Tradições Irlandesa e Galesa: uma Mitologia Pré-cristã Celta?



Fólio 53 do *Livro de Leinster*, considerada uma das fontes primárias do *Livro das Invasões da Irlanda*. Irlanda, c. 1150 (Biblioteca do Trinity College, Dublin).

Núcleo 4 – Os Celtas entre o Leste e o Oeste: materialidades e paradigmas da Arqueologia



Estela com inscrição bilingue (celta e latina).
Todi – Itália, séc. II a.C. (Museus d Vaticano, Cidade do Vaticano).

Núcleo 4 – Os Celtas entre o Leste e o Oeste: materialidades e paradigmas da Arqueologia



Escultura de guerreiro galaico-lusitano.
Castro de Lesenho, Boticas – Portugal, séc. I d.C. (Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa).

Núcleo 4 – Os Celtas entre o Leste e o Oeste: materialidades e paradigmas da Arqueologia



Escultura de guerreiro galaico-lusitano.
Monte do Crastro, Vila Pouca de Aguiar – Portugal, séc. I d.C. (Museu Nacional de Arqueologia).

Núcleo 4 – Os Celtas entre o Leste e o Oeste: materialidades e paradigmas da Arqueologia



O guerreiro de Hirschlanden.

Ditzingen-Hirschlanden – Alemanha, c. 800-475 a.C.
(Württembergisches Landesmuseum, Estugarda).

Núcleo 4 – Os Celtas entre o Leste e o Oeste: materialidades e paradigmas da Arqueologia



Guerreiro (ou príncipe) de Glauberg.

Glauburg – Alemanha, c. séc. V a.C. (Archäologisches Landesmuseum Hessen, Glauburg).

Núcleo 4 – Os Celtas entre o Leste e o Oeste: materialidades e paradigmas da Arqueologia



Esculturas e pilares da entrada do santuário celta de Roquepertuse.

Roquepertuse, Velaux – França, c. séc. III-II a.C. (Museu de Arqueologia do Mediterrâneo, Marselha).

Núcleo 4 – Os Celtas entre o Leste e o Oeste: materialidades e paradigmas da Arqueologia



Escultura de duas cabeças.

Roquepertuse, Velaux – França, c. séc. III a.C. (Museu de Arqueologia do Mediterrâneo, Marselha).

Núcleo 4 – Os Celtas entre o Leste e o Oeste: materialidades e paradigmas da Arqueologia



Cabeça tripla de Corleck.
Condado de Cavan – Irlanda, c. séc. II-I a.C. (Museu Nacional da Irlanda, Dublin).

Núcleo 4 – Os Celtas entre o Leste e o Oeste: materialidades e paradigmas da Arqueologia



Cabeça (de druida?) com tonsura.
Mšecké Žehrovice – República Checa, c. 100 a.C. (Museu Nacional, Praga).

Núcleo 4 – Os Celtas entre o Leste e o Oeste: materialidades e paradigmas da Arqueologia



Ornamento de pescoço (lúnula).
Blessington – Irlanda, c. 2400-2000 a.C. (Museu Nacional da Irlanda, Dublin).

Núcleo 4 – Os Celtas entre o Leste e o Oeste: materialidades e paradigmas da Arqueologia



Ornamento de pescoço (lúnula).
Cabeceiras de Basto – Portugal, Idade do Bronze Médio (Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa).

Núcleo 4 – Os Celtas entre o Leste e o Oeste: materialidades e paradigmas da Arqueologia



Torques.

Soure – Portugal, Idade do Bronze (Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa).

Núcleo 4 – Os Celtas entre o Leste e o Oeste: materialidades e paradigmas da Arqueologia



Tesouro de Mooghaun North.

Condado de Clare – Irlanda, c. 1000-700 a.C. (Museu Nacional da Irlanda, Dublin).

Núcleo 4 – Os Celtas entre o Leste e o Oeste: materialidades e paradigmas da Arqueologia



Estela funerária de Ervidel II.

Beja – Portugal, Idade do Bronze Final (Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal, Setúbal).

Núcleo 4 – Os Celtas entre o Leste e o Oeste: materialidades e paradigmas da Arqueologia



Estela estremenha de guerreiros.

Badajoz – Espanha, Idade do Bronze Final (Museu Arqueológico Provincial de Badajoz, Badajoz).

Núcleo 4 – Os Celtas entre o Leste e o Oeste: materialidades e paradigmas da Arqueologia



Estela com escrita do sudoeste (ou tartessiana).
Tavilhão, Loulé – Portugal, c. VII-VI a.C. (Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa).

Núcleo 4 – Os Celtas entre o Leste e o Oeste: materialidades e paradigmas da Arqueologia



Estela com escrita do sudoeste (ou tartessiana) e representação de guerreiro.

Almodôvar – Portugal, Idade do Bronze Final (Museu da Escrita do Sudoeste, Almodôvar).

Núcleo 4 – Os Celtas entre o Leste e o Oeste: materialidades e paradigmas da Arqueologia



Vaso campaniforme.

Casal do Pardo, Quinta do Anjo – Portugal, Calcolítico Final (Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa).

Núcleo 4 – Os Celtas entre o Leste e o Oeste: materialidades e paradigmas da Arqueologia



Vaso campaniforme.
Folkestone, Kent – Inglaterra, Idade do Bronze Inicial
(Museu Britânico, Londres).

Núcleo 4 – Os Celtas entre o Leste e o Oeste: materialidades e paradigmas da Arqueologia



Vaso campaniforme.
Walers – França, c. 2500 a.C. (Museu de Arqueologia e de História Local de Denain, Denain).

